



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2067

Quarta-feira - 24 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Grão Pará	124	Ponte Serrada	242
Antônio Carlos	4	Guaraciaba	125	Porto União.....	243
Arabutã	5	Guaramirim.....	126	Presidente Castello Branco.....	244
Arroio Trinta.....	6	Guarujá do Sul	128	Presidente Nereu.....	245
Balneário Piçarras.....	8	Herval d'Oeste	129	Princesa	247
Barra Bonita.....	9	Ibiam	130	Rio dos Cedros.....	266
Barra Velha.....	10	Ilhota	131	Rio do Sul.....	262
Benedito Novo	12	Imbituba	132	Salto Veloso.....	267
Biguaçu	14	Indaial.....	137	Santa Cecília	268
Blumenau	19	Irineópolis	151	Santa Terezinha do Progresso	269
Bom Retiro	34	Itapema	155	Santiago do Sul.....	270
Botuvera.....	36	Itapiranga.....	156	São Bento do Sul.....	271
Braço do Trombudo	37	Itapoá	158	São Domingos.....	277
Brusque.....	83	Jaraguá do Sul	172	São João do Oeste	278
Caçador.....	85	Joaçaba	183	São Joaquim	279
Camboriú.....	91	Lages	189	São José.....	280
Campo Alegre	92	Lajeado Grande.....	191	São José do Cedro.....	284
Campo Erê.....	97	Lauro Muller	192	São Lourenço do Oeste.....	285
Campos Novos.....	98	Lebon Regis	193	São Miguel do Oeste.....	286
Canoinhas.....	100	Lindóia do Sul	194	São Pedro de Alcântara.....	290
Capinzal	101	Luzerna	195	Schroeder	291
Caxambu do Sul.....	103	Mafra	204	Seara	396
Chapadão do Lageado	104	Maracajá	206	Sombrio.....	397
Cocal do Sul.....	105	Maravilha.....	207	Timbé do Sul	398
Concórdia	106	Marema	210	Timbó	399
Cordilheira Alta	107	Massaranduba.....	211	Três Barras	401
Corupá	108	Mondai.....	215	Treze Tilias	416
Curitibanos	109	Navegantes.....	217	Tunápolis	417
Flor do Sertão	110	Nova Trento	220	União do Oeste	419
Fraiburgo.....	111	Palhoça	229	Urussanga	420
Frei Rogério	116	Palmitos	230	Videira.....	421
Garopaba.....	117	Passos Maia	231	Vitor Meireles.....	425
Garuva	119	Penha.....	232	Xanxerê.....	426
Gaspar	120	Peritiba.....	238	Zortéa	428
Governador Celso Ramos	123	Pinheiro Preto	239		

Associações

AMFRI	429
-------------	-----

Consórcios

ARIS	432
CIGA	464
CIMCATARINA.....	465
CIS/AMFRI.....	467
CITMAR.....	468

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2240 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: que a servidora identificada abaixo é a próxima da lista de classificação no processo seletivo 01.2015; e

Considerando: o afastamento inicial e prorrogação da servidora efetiva Marcia Paulina Freisleben Burget pela portaria 105/2016.
DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ROSELI GONÇALVES, para exercer o cargo de PROFESSOR I – 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 10º lugar na Educação Infantil – Não Habilitada no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do Decreto nº 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 6 de novembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 104 DE 22 DE AGOSTO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando: a aplicação de advertência verbal em fevereiro deste ano pelo não cumprimento da jornada de trabalho;
Considerando: as comunicações de ofícios da Gerência de Saúde e Assistência Social relatando novo descumprimento da jornada de trabalho;

Considerando: a comunicação nº 0687/2016/GEPES/DIAF/SSP da Gerência de Gestão de Pessoas do Estado de Santa Catarina;

Considerando: os termos do Ofício TCE/DAP nº 8476/2016, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, solicitando que sejam apuradas, no âmbito da Administração Municipal de Alto Bela Vista, possível acumulação de cargos, empregos e funções públicas; e

Considerando ainda: a necessidade inicial de apuração dos fatos em questão e a prerrogativa administrativa que permite a revisão de seus atos pela Municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar a presente sindicância e nomear os servidores nominados no art. 2º para compor a Comissão destinada a apurar fatos tidos como irregulares atribuídos ao servidor ALEX SANDRO VERGARA BORGES, consistentes na cumulação de cargos, empregos e funções públicas e no descumprimento de sua jornada de trabalho, por violação aos incisos XVI e XVII, do art. 37 e ao § 6º, do art. 40, ambos da Constituição Federal, aos Prejulgados 1644 e 1778 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao inciso X, do art. 119, ao inciso I, do art. 120, e ao art. 121 e parágrafo único, todos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Bela Vista, estando sujeito as sanções previstas nos incisos I, II e III, do art. 149, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Bela Vista.

Art. 2º Ficam designados os servidores Cassiano Martinazzo - Diretor de Administração, Tania Catarina Nilson – Auxiliar Administrativo e Franciane Carina Zis – Contadora, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de sindicância instituída no artigo anterior.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar suas conclusões no prazo de 30 dias, podendo haver prorrogação de prazo, pelo mesmo período, desde que devidamente justificado.

Art. 4º As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Sindicância, são aquelas definidas nos arts. 147 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2005.

Art. 5º Torna hígidos todos os atos até o presente momento praticados pela comissão nomeada através da Portaria nº 076 de 23 de junho de 2016.

Art. 6º Pelo desempenho do presente mandato, os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 7º Revoga-se a Portaria nº 076 de 23 de junho de 2016 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 22 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 105 DE 22 DE AGOSTO DE 2016**PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando: Novo atestado apresentado e protocolado sob o nº 205 de 22 de agosto de 2016.

RESOLVE

Art. 1º Prorroga Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, MARCIA PAULINA FREISLEBEN BURGET, matrícula 526, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS, em mais (30) dias, a contar de 08 de outubro de 2016, conforme atestado médico expedido pelo Dr. João Manuel Lunardi Sperry CRM 8297.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 22 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 125/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 125/2016; Origem: Pregão Presencial nº 44/2016 – Processo Licitatório nº 65/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Mario Prim - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de limpeza, higiene, gás e água para uso das diversas secretarias da Prefeitura do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: A empresa foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05 e 06, no valor estimado de R\$ 7.392,00 (sete mil, trezentos e noventa e dois reais). Prazo: 23/08/2016 - 23/08/2017.

Antônio Carlos, 23 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 48/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o "Registro de preço de serviços de recapagens, para utilização na frota Municipal de Máquinas e Veículos, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I". O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 06 de setembro de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 23 de agosto de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

TERMO RESCISÃO CONTRATO 49/2016

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 49/2016

Fica rescindido a partir de 23 de agosto 2016 o contrato nº 49/2016 firmado entre a Senhora DANIELI ALVES BORGES e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, em 04 de março de 2016, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 23 de agosto de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0020/2015 - L. B. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

TERMO ADITIVO 0003/2016 AO CONTRATO Nº0020/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM RUAS DA CIDADE.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e empresa L.B – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 04.492.725/0001-03, com sede na Rua Nereu Ramos, 330, Centro, no Município de Fraiburgo – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. LAURECI BITENCOURT, brasileiro, sócio administrador, portador do CPF sob nº 014.931.649-61 e identidade sob nº 3.263.197, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos nº 334, Centro, no Município de Fraiburgo - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, firmadas, pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - CLÁUSULA 5ª DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica aditivado o prazo para a execução da obra, objeto do contrato nº 020/2015, por mais 60(sessenta) dias, ou seja, até 23 de outubro de 2016.

§1º - (...)

§2º - (...)

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 05 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ. 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

L.B – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ n.º. 04.492.725/0001-03

CONTRATADA

LAURECI BITENCOURT

CPF nº 014.931.649-61

Contratado

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

ARROIO TRINTA-SC, 05 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II, § 1º, da Lei 8.666/93, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL NO CONTRATO ACIMA REFERIDO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA JACOB CASELETTI COM ÁREA A PAVIMENTAR DE 2.286,66M² E RUA VEREADOR IVO POSSATO COM 534,40 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 2.821,06M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NAS LATERAIS DA RUA IVO POSSATO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.143-67/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 790195, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042. A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DEVERÁ SER POR MAIS 60(SESENTA) DIAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE AGUARDAR O ADENSAMENTO DO MATERIAL APLICADO.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0003/ 2016 CONTRATO Nº 0020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA MAIS 60 DIAS

CONTRATADA: LB. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0030/2015 - L. B. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

TERMO ADITIVO 0003/2016 AO CONTRATO Nº0030/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº0004/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e empresa L.B – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 04.492.725/0001-03, com sede na Rua Nereu Ramos, 330, Centro, no Município de Fraiburgo – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. LAURECI BITENCOURT, brasileiro, sócio administrador, portador do

CPF sob nº 014.931.649-61 e identidade sob nº 3.263.197, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos nº 334, Centro, no Município de Fraiburgo - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, firmadas, pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - CLÁUSULA 5ª DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica aditivado o prazo para a execução da obra, objeto do contrato nº 030/2015, por mais 60(sessenta) dias, ou seja, até 25 de outubro de 2016.

§1º - (...)

§2º - (...)

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 05 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ. 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

L.B – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ n.º. 04.492.725/0001-03
CONTRATADA

LAURECI BITENCOURT
CPF nº 014.931.649-61
Contratado

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI	RONIVAN BRANDALISE
CPF – 000.077.349-21	CPF: 027.783.989-02

ARROIO TRINTA-SC, 05 DE AGOSTO DE 2016.
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II, § 1º, da Lei 8.666/93, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL NO CONTRATO ACIMA REFERIDO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA VANDERLEI JOSÉ ROTA COM ÁREA A PAVIMENTAR DE 784,35M² E PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS (PARALELEPÍPEDOS) TRECHOS DA RUA NILDE MAZZUCO SERIGHELLI COM 1.326,50 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 2.110,85M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NAS LATERAIS DAS RUAS ACIMA CITADAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1.008.064-86/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 789994, PROGRAMA DE TRABALHO Nº 1545120541D73 0042. A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DEVERÁ SER POR MAIS 5(CINCO) MESES, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE AGUARDAR O ADENSAMENTO DO MATERIAL APLICADO.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0003/ 2016 CONTRATO Nº 0030/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 25 DE OUTUBRO DE 2016
CONTRATADA: LB. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 288/2016

PORTARIA N.º 288/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 412/2015 de 15 de dezembro de 2015, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor FERNANDO MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 028.711.649-24 e CI nº 3235526 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 22 de agosto de 2016.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PREGÃO PRESENCIAL 023/2016FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 - FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de tonners, cartuchos de tinta, peças e insumos para manutenção dos equipamentos de informática, para a manutenção das atividades da secretaria de saúde do município., não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

MAX LIFE INFORMATICA LTDA Total do Fornecedor: R\$40.000,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$779,00
TECTONER RECARGA DE TONER LTDA Total do Fornecedor: R\$7.585,00
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER – ME Total do Fornecedor: R\$855,00
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA –ME Total do Fornecedor: R\$4.588,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME Total do Fornecedor: R\$2.047,50
SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA – ME Total do Fornecedor: R\$3.097,00
CRISTIELI APARECIDA DE ANDRADE Total do Fornecedor: R\$3.530,00
SUELEN CRISTINA PROVENSI – ME Total do Fornecedor: R\$6.705,00
EDER CARLOS DOS SANTOS BATISTA-ME Total do Fornecedor: R\$2.110,00
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA Total do Fornecedor: R\$15.734,00

Balneário Piçarras(SC), 8 de agosto de 2016.
Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 – PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 – PMBP

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de material para melhoria e manutenção de vias públicas do Município. Recebimento dos Envelopes até: 06/09/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 06/09/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site balneáriopicarras.atende.net Balneário Piçarras(SC), 17 de agosto de 2016. Leonel José Martins -Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º 258, DE 23 DE AGOSTO DE 2016. "ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 258, de 23 de agosto de 2016.

"Altera carga horária de servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Resolve;

Art. 1º - Alterar temporariamente a carga horária da Servidora Rosane Marlene Tonello Dresch, ocupante do Cargo de Professora, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanal, para 40 horas semanais com exercício na Escola M. Águas do Araçá, pelo período de 23 a 26 de agosto de 2016, para atuar na turma de séries iniciais, em substituição a servidora Viviani Favretto Boff, que se encontra em licença para tratamento de saúde, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 23 de agosto de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º 257, DE 22 DE AGOSTO DE 2016. "CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 257, de 22 de agosto de 2016.

"Concede licença a servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Viviani Favretto Boff, matrícula nº 20103, ocupante do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pelo período de 22 a 26 de agosto 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 22 de agosto de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

ATA 001/2016 PP 017/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
Contratada: RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME
Objeto: aquisição de persianas para Unidades Básicas de Saúde
Valor do Contrato: 16.500,00
Data de Assinatura: 17/08/2016
Data de Vencimento: 17/08/2017
Barra Velha, 17 de agosto de 2016.
RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 046/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
Contratada: JOÃO PEDRO DA ROCHA ME Objeto: Prestação de serviço para locação de escavadeira hidráulica, para utilização na pedreira do Município de Barra Velha
Valor do Contrato: R\$ 49.940,00
Data de Assinatura: 15/08/2016
Data de Vencimento: 15/08/2017
Barra Velha, 15 de agosto de 2016.
RAFAEL RODRIGO DA ROCHA
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 049/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
Contratada: TERRAPLEIN LTDA ME
Objeto: Locação de britador móvel sobre esteira e Escavadeira Hidráulica para Secretaria de Obras do Município de Barra Velha.
Valor do Contrato: 375.000,00
Data de Assinatura: 22/08/2016
Data de Vencimento: 22/08/2017
Barra Velha, 22 de agosto de 2016.
HENRIQUE SONAGLI DE BARROS
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ERRATA 001/2016 PP 018/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ERRATA 001/2016
Processo Administrativo nº 023/2016 – FMS - Pregão Presencial nº 018/2016-FMS
A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por ITEM, aquisição de medicamentos, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 06/09/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 06/09/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra E SUAS ALTERAÇÕES encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.
Barra Velha, 23 de agosto de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

RESCISÃO CONTRATO 048A/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 048A/2015
Contratada: NOVA ALIANÇA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Licitação: Proc. Administrativo 028/2015 - TP 001/2015
Objeto: Obra de revitalização da Praça Horácio Martins, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo
Valor do Contrato: R\$ 70.177,96 (setenta mil cento e setenta e sete reais e noventa e seis centavos)
Data da assinatura: 15/08/2016
Barra Velha, 15 de agosto de 2016
CRISTIANO DIEGO RANGHETTI –
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Processo Administrativo nº 002/2016

Pregão Presencial nº 002/2016

A Câmara de Vereadores de Barra Velha, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por ITEM para AQUISIÇÃO/FORNECIMENTO DE 4.000 (QUATRO MIL) LITROS DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM), PARA O VEÍCULO KIA SPORTAGE EX2 PLACA MHM 1499, CARRO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, conforme especificações do anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 06/09/2016 às 14:00 horas, no setor de Protocolo. Data da Sessão Pública: 06/09/2016 às 14:30 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito à Rua Pedro Alcântara de Freitas 125 – Centro – Barra Velha. Coordenação do Processo: Pregoeira Adriana Aparecida Penso Dias. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 13:30 às 19:00 horas, ou no site <http://camarabarravelha.sc.gov.br> e <https://barravelha.atende.net>

Barra Velha, 23 de agosto de 2016.

MARCIEL BERLIN – Presidente.

ANTONIONI LUCAS COSTA MAGALHÃES – Assessor Jurídico

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO TP 59/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2016.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 59/2016.

DATA: 23/08/2016 - HORA DE INÍCIO: 09:05 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL DA PRAÇA DAS BANDEIRAS - ETAPA I, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 59/2016, com a presença dos membros da Comissão de Licitações JOÃO ULLER, MAURICIO STEFFEN, MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI nomeados pela Portaria nº 002/2016. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame, protocolando os envelopes no setor de protocolo até o horário estipulado (09 horas) as empresas ACMM SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA – ME, ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, METALURGICA PISA LTDA, RED ENERGY COMERCIO E SERVICOS LTDA, FABIANO FRANCHIN ME, BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME e ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP. Em seguida procedeu-se o credenciamento dos representantes presentes dos quais foram credenciados conforme a seguir: ACMM SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA – ME representada por ANDERSON JOSE BARCELLOS, ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME representada por JONATA COSTA, METALURGICA PISA LTDA representada por DAVID LUIZ DOS SANTOS, RED ENERGY COMERCIO E SERVICOS LTDA representada por RAFAEL RODRIGUES CESCONETTO, FABIANO FRANCHIN ME sem representante presente na sessão, BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME representada por IVO VICTOR STAPAZZOL e ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP representada por JULIANO MENIN LOHMANN. A licitante METALURGICA PISA LTDA foi considerada inapta a participar do certame, pois em seu contrato social não consta que a mesma está devidamente constituída para fins do objeto pleiteado, compatível com o objeto desta licitação. O representante da referida licitante solicitou para retirar-se do certame, declinando de qualquer direito de interpor recurso. Foram disponibilizados a todos os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes disponibilizados a todos para serem conferidos e rubricados. As licitantes METALURGICA PISA LTDA, RED ENERGY COMERCIO E SERVICOS LTDA, FABIANO FRANCHIN ME, BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME e ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Analisada a documentação, a Comissão habilitou todas as empresas licitantes, por estarem os documentos apresentados de acordo com o exigido no Edital. Colocada a palavra a disposição

dos representantes dos licitantes presentes, os mesmos declinaram expressamente do direito de interpor recurso, autorizando a comissão de licitação a passar para a próxima fase da licitação com a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão e licitantes presentes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOÃO ULLER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI

Membro

LICITANTES PRESENTES:

ACMM SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA – ME

ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

METALURGICA PISA LTDA

RED ENERGY COMERCIO E SERVICOS LTDA

FABIANO FRANCHIN ME

BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME

ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS TP 59/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2016.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 59/2016.

DATA: 23/08/2016 - HORA DE INÍCIO: 10:15 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL DA PRAÇA DAS BANDEIRAS - ETAPA I, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº. 002/2016 e os representantes das licitantes já mencionados anteriormente, e após proferido o julgamento da fase de habilitação, o Presidente da Comissão procedeu à abertura dos envelopes nº 02, contendo as propostas de preços, sendo as propostas neles contida, verificadas e rubricadas por todos. Após analisar as propostas as mesmas foram consideradas classificadas. Considerando-se o critério de julgamento de menor preço pelo total geral, conforme definido no preâmbulo do edital, a Comissão de Licitação elaborou o QCP (quadro comparativo de preços) a seguir.

Licitante	CNPJ	Valor Propostas
110795 - ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	00.676.624/0001-23	28.239,40
108367 - ACMM SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - ME	07.258.181/0001-08	30.208,02
140422 - FABIANO FRANCHIN ME	22.239.780/0001-60	33.970,42
128520 - RED ENERGY COMERCIO E SERVICOS LTDA	04.948.916/0001-29	36.499,72
140732 - ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP	11.796.575/0001-89	36.634,27
140643 - BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME	11.155.679/0001-04	37.815,85

A Comissão de Licitações, considerando o QCP (quadro comparativo de preços) acima, decide apontar a licitante ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME como vencedora do presente certame com o valor total de R\$ 28.239,40 (Vinte e oito mil duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos). Colocada a palavra a disposição dos presentes, não houve qualquer manifestação e os representantes das licitantes presentes desistem do prazo recursal. Os representantes das licitantes optaram por não aguardarem a lavratura da presente ata, deixando de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior. Benedito Novo, 23 de agosto de 2016, às 10h30m.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER
Presidente

MAURICIO STEFFEN
Membro

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI
Membro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 56/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO.

EMPRESA FORNECEDORA: DRAGÃO INDUTRIA E COMERCIO LTDA ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: A empresa sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 18.235,00 (dezoito mil e duzentos e trinta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 22/08/2016 a 22/12/2016.

VALIDADE DA ATA: 4 meses

Benedito Novo (SC), 22 de agosto de 2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO TP111/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO
COMUNICADO REFERENTE À TP111/2016-PMB

A Diretoria de Licitação vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas e participantes da TP 111/2016-PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação, estando habilitadas as empresas: PROJET ENGENHARIA LTDA EPP, PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, NAJ EMPREITEIRA LTDA ME, FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME, RSI EMP. DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, CVS CONSTRUÇÕES LTDA ME E VINICIUS GOEDERT ME. Sendo assim a abertura da proposta das empresas habilitadas dar-se-á no dia 26/08/2016, às 15h00min horas, na Sala da Diretoria de Licitação da PMBiguaçu.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS

Diretora de Licitação

DL125/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº125/2016-PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO FUNREBOM.

CONTRATADO: IEDA TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA VEQUI ME
VALOR: R\$ 4.962,89

VIGÊNCIA: 31/12/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.06.2.052.33.90.30.25.00.00.00

02.06.2052. 33.90.52.12.00.00.00

02.06.2052. 33.90.52.34.00.00.00

02.06.2052. 33.90.52.38.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação está sendo feita tendo em vista a necessidade da aquisição de equipamentos e materiais para manutenção e limpeza para uso do FUNREBOM. Tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2016 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como o FUNREBOM apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3674 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

LEI Nº 3674/2016

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ações de Governo do Orçamento das Unidades Gestoras Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde no montante de até R\$ 4.446.300,00 (Quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e trezentos reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações de ações de Governo da própria Unidade Gestora Prefeitura e do Fundo Municipal de Biguaçu, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0202	Gabinete do Prefeito	
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0301	Secretaria de Administração	
0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática	38.150,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
4.4.00.00	Investimentos	36.150,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	36.150,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	38.150,00
0301.04.128.0002.2015	Capacitação de Servidores	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
0401	Secretaria de Fazenda	
0401.04.129.0002.1004	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecadação	63.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.200,00
4.4.00.00	Investimentos	60.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	63.200,00
0501	Secretaria do Orçamento Participativo	

0501.04.122.0002.2010	Manutenção da Secretaria de Orçamento Participativo	50.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
0601	Secretaria de Planejamento e Gestão	
0601.04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0601	Secretaria de Planejamento e Gestão	
0601.04.121.0002.2008	Implantação e Manutenção da Indústria de Projetos	119.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	119.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	119.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	119.000,00
0701	Secretaria de Educação	
0701.12.306.0003.2017	Oferta da Merenda Escolar – Ens. Fundamental	110.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	110.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	110.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	110.000,00
0701.12.361.0003.1005	Ampliação Rede Física de Ensino Fundamental	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	10.000,00
0701.12.361.0003.2020	Ampliação do Acervo Bibliográfico nas Escolas	2.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	2.000,00
0701.12.361.0003.2021	Capacitação e Formação Contínua de Professores	180.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	180.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	180.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	180.000,00
0701.12.365.0003.1007	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	139.469,79
4.4.00.00	Investimentos	139.469,79
4.4.90.00	Aplicações Diretas	139.469,79
0.1.06.000000	Salário Educação	139.469,79
0701.12.365.0003.2089	Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola	974.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	370.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	370.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	604.000,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições S/ Fins Lucrativos	604.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	974.000,00
0701.12.366.0003.2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	10.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	10.000,00
0701.13.392.0003.2030	Feira do Livro e do Conhecimento	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar	150.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	150.000,00
0801.15.451.0009.1044	Revitalização de Praças	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0801.15.452.0009.2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0801.15.452.0009.2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura	130.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	130.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	130.000,00
0801.15.452.0009.2086	Arborização de Espaços Públicos	12.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	12.000,00
0901.15.452.0009.1049	Implantação de Ciclovias	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
0901.15.452.0009.1050	Padronização de Calçadas	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00

0901.26.782.0007.2076	Manutenção da Secretaria de Desenv. Urbano e Transportes	73.123,65
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	73.123,65
3.3.90.00	Aplicações Diretas	73.123,65
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	73.123,65
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	34.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	34.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	34.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	34.000,00
1001	Secretaria de Integração Regional	
1001.06.182.0009.2081	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	22.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas Intra	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	19.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	19.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	22.000,00
1101	Secretaria de Assistência Social e Habitação	
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	115.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	115.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	115.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	115.000,00
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	68.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas Intra	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	68.000,00
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	54.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	54.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	54.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	54.000,00
1104.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	160.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	160.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	160.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	160.000,00
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
1101.08.244.0006.2063	Benefícios de Prestação Continuada - BPC	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00

1201	Secretaria Desenv. Econômico Inovação Tecnológica	
1201.22.661.0007.2072	Manutenção da Secretaria de Desenv. Econômico Inovação Tecnológica	50.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
1201.23.691.0007.2073	Funcionamento Manutenção da Casa Empreendedor	2.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
1301	Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	
1301.23.691.0007.2074	Apoio a realização de Eventos Econômicos	26.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	26.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições S/ Fins Lucrativos	6.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	26.000,00
1301.23.695.0007.2075	Realização a Apoio a Eventos Promocionais	35.431,97
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	35.431,97
3.3.90.00	Aplicações Diretas	35.431,97
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	35.431,97
1301.27.122.0005.2049	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	220.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	220.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	220.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	220.000,00
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	62.068,03
4.4.00.00	Investimentos	62.068,03
4.4.90.00	Aplicações Diretas	62.068,03
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	62.068,03
1301.27.812.0005.1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	70.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	55.000,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições S/ Fins Lucrativos	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	70.000,00
1401	Secretaria de Pesca e Maricultura	34.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	34.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	34.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	34.000,00

1501.20.606.0007.1029	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	29.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	26.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições S/ Fins Lucrativos	6.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	29.000,00
1801	Fundo Municipal de Saúde	
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	106.471,75
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	106.471,75
3.3.90.00	Aplicações Diretas	106.471,75
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	106.471,75
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	230.841,83
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	230.841,83
3.3.90.00	Aplicações Diretas	230.841,83
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	230.841,83
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	361.630,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	355.630,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	355.630,00
4.4.00.00	Investimentos	6.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	361.630,00
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	199.242,17
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	199.242,17
3.3.90.00	Aplicações Diretas	199.242,17
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	199.242,17
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências–MAC/SAMU	199.080,81
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	199.080,81
3.3.90.00	Aplicações Diretas	199.080,81
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	199.080,81
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	33.590,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	33.590,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	33.590,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	33.590,00
1801.10.305.0004.2090	Ações de Prevenção à Doenças Sexualmente Transmissíveis	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	20.000,00
1801.10.306.0004.2047	Biguaçu sem Miséria	3.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	3.000,00
	TOTAL	4.446.300,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria da Fazenda	
0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	160.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	160.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	160.000,00
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	400.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	400.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	260.530,21
0.1.06.000000	Salário Educação	139.469,79
0701.12.306.0003.2025	Oferta da merenda Escolar – Ens. Infantil - Creche	275.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	275.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	275.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	275.000,00
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	1.723.300,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.444.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.444.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	279.300,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições S/ Fins Lucrativos	279.300,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	1.723.300,00
0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	144.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	102.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	102.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	42.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	42.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	144.000,00
0901	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transporte	
0901.15.452.0009.1047	Sinalização Turística	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1001	Secretaria de Integração Regional	
1001.04.122.0002.2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional	100.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
1101	Secretaria de Assistência Social e Habitação	
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	138.000,00

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	138.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	138.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	138.000,00
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	304.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	234.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	234.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	304.000,00
1101.08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar	86.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	86.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	86.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	86.000,00
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	63.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	63.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	63.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	63.000,00
1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	135.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	135.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	135.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	135.000,00
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	94.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	94.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	94.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	94.000,00
1801	Fundo Municipal de Saúde	
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	225.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	225.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	225.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	225.000,00
1801.10.301.0004.2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde –PAB/ACS	150.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	150.000,00
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	444.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	444.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	444.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	444.000,00
	TOTAL	4.446.300,00

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2016-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 EM VIRTUDE DO PROCESSO LICITATÓRIO 25/2016 TER SIDO DESERTO.

EMPRESA CONTRATADA: FABESUL COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 3.770,00 (três mil setecentos e setenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que o processo 25/2016, cuja previa a aquisição de material de expediente, deu deserto, bem como a necessidade do papel em todos os serviços desenvolvidos por esta secretaria, sob risco de ser interrompidos alguns serviços essenciais a saúde dos munícipes.

Biguaçu, 22 de agosto de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 23 de agosto de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.316/2016

LEI Nº 8.316, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.
INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DOS MUSEUS", EM BLUMENAU.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal dos Museus, a ser realizada, anualmente, a partir do dia 15 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 11.036/2016

DECRETO Nº 11.036, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.
ALTERA O DECRETO Nº 10.567, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE "DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA INGRESSO EM CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DESLIGAMENTO DE SEUS OCUPANTES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento nas Leis Complementares ns. 660, de 28 de novembro de 2007, e 792, de 15 de abril de 2011, e tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ns. 1, de 21 de junho de 2006, e 11, de 16 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, fica transformado em §1º, incluindo-se ao artigo o §2º com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

[...]

§1º [...]

§2º Inexistindo interrupção temporal entre a exoneração de um cargo comissionado e a nomeação para outro também em comissão, o servidor não precisa apresentar a documentação prevista no caput deste artigo."

Art. 2º O parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, fica transformado em §1º, incluindo-se ao artigo o §2º com a seguinte redação:

"Art. 11. [...]

§1º [...]

§2º A avaliação médica do SESOSP será dispensada na hipótese de que trata o §2º do art. 5º."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 19.986/2016

PORTARIA Nº 19.986, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

CAMILA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assessor Especial de Auditoria de Gestão, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeada pela Portaria nº 16.501, de 02 de janeiro de 2013, no dia 22 de agosto de 2016;

TIAGO ALEXANDRE BOTTOS, do cargo em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 19.415, de 15 de fevereiro de 2016, no dia 15 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 19.987/2016

PORTARIA Nº 19.987, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

TIAGO ALEXANDRE BOTTOS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, no dia 18 de agosto de 2016;

CRISTIANO CARLOS BAIFUS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 16 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 19.992/2016

PORTARIA Nº 19.992, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIREM O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS – GESTÃO 2016/2020.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 18, da Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015, e atendendo a solicitação efetuada através do Memorando GAC nº 018/2016, de 16/08/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015 e no Decreto nº 10.991, de 21/06/2016, para constituírem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS – Gestão 2016/2020, os seguintes membros:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

JULIANA DE SOUZA FERREIRA e ALTAMIR REIF, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Habitação;

NILTON ANTÔNIO SPENGLER e GLAUCO FERREIRA SARDAGNA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Regularização Fundiária;

ROMEU HORST FRITZKE e ALINE LURDES LANSER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Desenvolvimento Social;

EDISON MARQUES e EMERSON LUIZ MARCHESINI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Desenvolvimento Econômico;

JADISON ALEXSANDER FERNANDES e ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Planejamento Urbano;

SOCORRO MARIA FERREIRA GONÇALVES FORSTER e JOICE HELENE PASOLD, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Educação;

ÉLIO FUCK, representante titular da Política de Obras Públicas;

ROSÂNGELA SILVA DE SOUZA e DOUGLAS COMANDOLLI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Serviços Urbanos;

ADRIANO DA CUNHA e ROMULO MORITZ DOS SANTOS,

representantes, titular e suplente, respectivamente, da Política de Defesa do Cidadão;

FERNANDO LEITE e BRACIRA DE BORBA, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Política de Meio Ambiente;

DANIELLE SCOLARO e MARCELO TORRESANI, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Política de Tratamento de Água e Esgoto;

LAIRTO LEITE e JULIANA DAMIAN SILVA, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Política de Trânsito e Transporte Urbano.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

TIAGO LUIZ PAMPLONA e JOÃO BATISTA GONÇALVES, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Instituto de Engenharia Pesquisa e Tecnologia de Santa Catarina IEPT/SC - Entidades Ligadas à Produção do Espaço Urbano;

RAEL BELLI e CAMILA RAFAELA CHIARELLI, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB/SC Núcleo Blumenau - Entidades Ligadas à Produção do Espaço Urbano;

ARLON TONOLLI e SÉRGIO LUIZ HAYASHI, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA SC - Entidades Ligadas aos Conselhos Profissionais;

MARIA STANCHACK e MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Serviço Social CRESS/SC - Entidades Ligadas aos Conselhos Profissionais;

ADILSON PETRY e ALEXANDRA BLAESING BEBER, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Compra Venda, Locação e Administração de Condomínios Residenciais e Comerciais de Blumenau – SECOVI - Entidades que atuam no Desenvolvimento Econômico;

ADÉLCIO SANTOS e ALBERTO FRANCISCO PEREIRA, representantes, titular e suplente, respectivamente, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau – SITICOM - Entidades de Trabalhadores.

MOVIMENTOS POPULARES

PRADELINO MOREIRA DA SILVA e JOSÉ ALVES BEZERRA, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Movimento dos Atingidos por Desastre – MAD;

MAICON JAISON DOS SANTOS e AVELINO JURANDIR TAVARES, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Associação de Moradores Nova Esperança;

ANTONIO RIBEIRO e IRMA ESSER, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Movimento de Moradias da Rua Virgílio Biz;

HELBERT WEIDLICH e OLIDES PRIMMAZ, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Associação de Moradores loteamento Morada do Sol;

IVONE GNEWUCH e MOACIR FRANCISCO DE SOUSA, representantes, titular e suplente, respectivamente, da União Blumenauense das Associações de Moradores e Entidades Afins UNIBLAM;
PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA e JOICY KEZI MACHADO, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Associação de Moradores da Rua Engenheiro Weitnauer e Transversais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 19.993/2016

PORTARIA Nº 19.993, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS – GESTÃO 2016/2020.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 21, da Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015, e atendendo a solicitação efetuada através do Memorando GAC nº 018/2016, de 16/08/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015 e no Decreto nº 10.992, de 21/06/2016, para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS – Gestão 2016/2020, os seguintes membros:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

JULIANA DE SOUZA FERREIRA e ALTAMIR REIF, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Habitação;

NILTON ANTÔNIO SPENGLER e GLAUCO FERREIRA SARDAGNA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Regularização Fundiária;

ROMEU HORST FRITZKE e ALINE LURDES LANSER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Desenvolvimento Social;

EDISON MARQUES e EMERSON LUIZ MARCHESINI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Desenvolvimento Econômico;

JADISON ALEXSANDER FERNANDES e ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Planejamento Urbano;

SOCORRO MARIA FERREIRA GONÇALVES FORSTER e JOICE HELENE PASOLD, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Educação;

ÉLIO FUCK, representante titular da Política de Obras Públicas;

ROSÂNGELA SILVA DE SOUZA e DOUGLAS COMANDOLLI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Serviços Urbanos;

ADRIANO DA CUNHA e ROMULO MORITZ DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Defesa do Cidadão;

FERNANDO LEITE e BRACIRA DE BORBA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Meio Ambiente;

DANIELLE SCOLARO e MARCELO TORRESANI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Tratamento de Água e Esgoto;

LAIRTO LEITE e JULIANA DAMIAN SILVA, representantes, titular

e suplente, respectivamente, da Política de Trânsito e Transporte Urbano.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

TIAGO LUIZ PAMPLONA e JOÃO BATISTA GONÇALVES, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Instituto de Engenharia Pesquisa e Tecnologia de Santa Catarina IEPT/SC - Entidades Ligadas à Produção do Espaço Urbano;

RAEL BELLI e CAMILA RAFAELA CHIARELLI, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Instituto dos Arquitetos do Brasil IAB/SC Núcleo Blumenau - Entidades Ligadas à Produção do Espaço Urbano;

ARLON TONOLLI e SÉRGIO LUIZ HAYASHI, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA SC - Entidades Ligadas aos Conselhos Profissionais;

MARIA STANCHACK e MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Serviço Social CRESS/SC - Entidades Ligadas aos Conselhos Profissionais;

ADILSON PETRY e ALEXANDRA BLAESING BEBER, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Compra Venda, Locação e Administração de Condomínios Residenciais e Comerciais de Blumenau – SECOVI - Entidades que atuem no Desenvolvimento Econômico;

ADÉLCIO SANTOS e ALBERTO FRANCISCO PEREIRA, representantes, titular e suplente, respectivamente, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau – SITICOM - Entidades de Trabalhadores.

MOVIMENTOS POPULARES

PRADELINO MOREIRA DA SILVA e JOSÉ ALVES BEZERRA, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Movimento dos Atingidos por Desastre – MAD;

MAICON JAISON DOS SANTOS e AVELINO JURANDIR TAVARES, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Associação de Moradores Nova Esperança;

ANTONIO RIBEIRO e IRMA ESSER, representantes, titular e suplente, respectivamente, do Movimento de Moradias da Rua Virgílio Biz;

HELBERT WEIDLICH e OLIDES PRIMMAZ, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Associação de Moradores loteamento Morada do Sol;

IVONE GNEWUCH e MOACIR FRANCISCO DE SOUSA, representantes, titular e suplente, respectivamente, da União Blumenauense das Associações de Moradores e Entidades Afins UNIBLAM;

PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA e JOICY KEZI MACHADO, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Associação de Moradores da Rua Engenheiro Weitnauer e Transversais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.002/2016

PORTARIA Nº 20.002, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SEBASTIÃO WALTRICK FILHO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

SEBASTIÃO WALTRICK FILHO, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Controle Patrimonial, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, no dia 24 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.003/2016

PORTARIA Nº 20.003, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOANA MARIA MONTIBELLER A SE AFASTAR DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA EXERCER MANDATO CLASSISTA JUNTO AO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE BLUMENAU - SINTRASEB.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte nos artigos 156 e 157, da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo ao Requerimento da Coordenadora Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau - SINTRASEB, através do Ofício nº 21/2016, de 20/07/2016, resolve:

AUTORIZAR

a servidora pública municipal JOANA MARIA MONTIBELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a se afastar do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, para o exercício de mandato classista junto ao Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau - SINTRASEB, a contar de 25 de julho de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/07/6847.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.004/2016

PORTARIA Nº 20.004, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA JACKSON LUIZ MOSER PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, de conformidade com o Memorando SEPLAN/GAD n.054/2016, de 01/08/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de agosto de 2016, o servidor público municipal JACKSON LUIZ MOSER, matrícula nº 228110, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolos ITBI, FGC-50%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.005/2016

PORTARIA Nº 20.005, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCO AURÉLIO SOUTINHO AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FISCAL DE SERVIÇOS EM SAÚDE, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal MARCO AURÉLIO SOUTINHO, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 06 de agosto de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/08/7331.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2016.

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício

5º TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DE APOIO FINANCEIRO - EDITAL Nº 003/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC), através de seu Presidente, Rodrigo Rogério Ramos, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos aos contratos de Apoio Financeiro referentes ao Edital 003/2015 do FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau (FCB) e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. As partes contratantes terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas constantes nos respectivos Contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
003/2015	124	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Marcelo de Brito Steil	Arquipélago de Eclipses	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 033/2015 Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Aquisição/Manutenção de Figurino, Intitulado "Arquipélago de Eclipses", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "a" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	15.066,00	23/05/2016	18/08/2016	17/06/2016 Até 30/09/2016

Blumenau, 23 de agosto de 2016.

Rodrigo Rogério Ramos

Presidente

Fundação Cultural de Blumenau

PORTARIA Nº 096/2016 - FUNDAÇÃO PRO FAMÍLIA

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense

CNPJ 07.447.177/0001-80

Rua Itapiranga, 368; Velha; CEP: 89036-230

Fone/Fax: (47) 3381-6972

PORTARIA Nº 096

EXONERA CLAUDETE DE LOURDES GRAF KLÖPPEL, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DOS CLUBES DE MÃES

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, resolve:

EXONERA,

com base no § 2º, do art. 8º, da Lei Complementar nº. 515, de 18 de março de 2005:

CLAUDETE DE LOURDES GRAF KLÖPPEL, ocupante do cargo em comissão de Gerente dos Clubes de Mães, símbolo CC-3, referência de vencimento 58, na Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, a partir de 22 de Agosto de 2016, nomeada pela Portaria nº 083, de 04 de maio de 2015.

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, em 19 de agosto de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA

Presidente

PORTARIA Nº 667/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 667

NOMEIA JONAS REICHERT PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar no 507, de 17 de março de 2005, resolve:

NOMEAR:

De acordo com o artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar no 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com os artigos 14 e 27 da Lei Complementar no 507, de 17 de março de 2005, e alterações subseqüentes, JONAS REICHERT, para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Apoio Administrativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, Símbolo CC-2.

Blumenau(SC), 23 de agosto de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-004/2016

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-004-16 - Registro de Preços para serviços de roçada, com roçadeiras mecânicas tipo costal, capina manual (faquinha) raspagem de sarjetas e poda de árvores com transporte de resíduos para bota fora DTM = 10KM, pelo período de 01 ano - FMAS - SEMUDES.

Contratada: EMPREITEIRA KJ LTDA EPP.

CNPJ: 15.004.025/0001-30.

ITEM 01

Valor unitário de: R\$0,72 p/m² (setenta e dois centavos por metro quadrado) e valor total de R\$28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais);

ITEM 02

Valor unitário de: R\$0,71 p/m² (setenta e um centavos por metro quadrado) e valor total de R\$2.130,00 (dois mil cento e trinta reais).

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2214/2016 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2214/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2221/2016

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (Eletrofusão, Mangueiras e Reduções) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa(s):

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA CNPJ: 44.829.653/0001-53

Item 01: Valor unitário R\$ 734,00 (setecentos e trinta e quatro reais) e valor total R\$ 1.468,00 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 979,00 (novecentos e setenta e nove reais) e valor total R\$ 1958,00 (um mil, novecentos e cinquenta e oito reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 1949,00 (um mil, novecentos e quarenta e nove reais) e valor total R\$ 1949,00 (um mil, novecentos e quarenta e nove reais).

DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 71.619.928/0001-05

Item 33: Valor unitário R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais).

Item 34: Valor unitário R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) e valor total R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil, trezentos reais).

Item 37: Valor unitário R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Item 38: Valor unitário R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) e valor total R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais).

Item 46: Valor unitário R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 1.900,00 (um mil, novecentos reais).

Item 47: Valor unitário R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) e valor total R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Item 56: Valor unitário R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) e valor total R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais).

FGS BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO CNPJ: 02.291.486/0001-90

Item 09: Valor unitário R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) e valor total R\$ 12.600,00 (doze mil, seiscentos reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 91,00 (noventa e um reais) e valor total R\$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 18,06 (dezoito reais e seis centavos) e valor total R\$ 5.418,00 (cinco mil, quatrocentos e dezoito reais).

Item 12: Valor unitário R\$ 102,34 (cento e dois reais e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 2.046,80 (dois mil e quarenta e seis reais e oitenta centavos).

Item 13: Valor unitário R\$ 117,00 (cento e dezessete reais) e valor total R\$ 1.170,00 (um mil, cento e setenta reais).

Item 14: Valor unitário R\$ 40,64 (quarenta reais e sessenta e quatro centavos) e valor total R\$ 609,60 (seiscentos e nove reais e sessenta centavos).

Item 15: Valor unitário R\$ 309,92 (trezentos e nove reais e noventa e dois centavos) e valor total R\$ 4.648,80 (quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

Item 16: Valor unitário R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais) e valor total R\$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 33,38 (trinta e três reais e trinta e oito centavos) e valor total R\$ 2.002,80 (dois mil e dois reais e oitenta centavos).

Item 18: Valor unitário R\$ 10,16 (dez reais e dezesseis centavos) e valor total R\$ 203,20 (duzentos e três reais e vinte centavos).

Item 19 : Valor unitário R\$ 15,75 (quinze reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 787,50 (setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Item 20: Valor unitário R\$ 36,00 (trinta e seis reais) e valor total R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

Item 21: Valor unitário R\$ 40,00 (quarenta reais) e valor total R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Item 22: Valor unitário R\$ 85,81 (oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) e valor total R\$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais).

Item 23: Valor unitário R\$ 110,00 (cento e dez reais) e valor total R\$ 5.500,00 (cinco mil, quinhentos reais).

Item 24: Valor unitário R\$ 133,17 (cento e trinta e três reais e dezessete centavos) e valor total R\$ 2.663,40 (dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)

Item 25: Valor unitário R\$ 18,93 (dezoito reais e noventa e três centavos) e valor total R\$ 189,30 (cento e oitenta e nove reais e trinta centavos).

Item 26: Valor unitário R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais) e valor total R\$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais).

Item 27: Valor unitário R\$ 149,09 (cento e quarenta e nove reais e nove centavos) e valor total R\$ 2.236,35 (dois mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Item 28: Valor unitário R\$ 51,73 (cinquenta e um reais e setenta e três centavos) e valor total R\$ 1.034,60 (um mil e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

e sessenta centavos).

Item 31: Valor unitário R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e valor total R\$ 10.500,00 (dez mil, quinhentos reais).

Item 32: Valor unitário R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e valor total R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Item 42: Valor unitário R\$ 120,29 (cento e vinte reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 3.608,70 (três mil, seiscentos e oito reais e setenta centavos).

Item 43: Valor unitário R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) e valor total R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais).

Item 45: Valor unitário R\$ 214,00 (duzentos e quatorze reais) e valor total R\$ 3.210,00 (três mil, duzentos e dez reais).

Item 48: Valor unitário R\$ 129,91 (cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos) e valor total R\$ 649,55 (seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Item 49: Valor unitário R\$ 19,63 (dezenove reais e sessenta e três centavos) e valor total R\$ 196,30 (cento e noventa e seis reais e trinta centavos).

Item 50: Valor unitário R\$ 26,00 (vinte e seis reais) e valor total R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Item 51: Valor unitário R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) e valor total R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).

Item 52: Valor unitário R\$ 65,80 (sessenta e cinco reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 329,00 (trezentos e vinte e nove reais).

Item 53: Valor unitário R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 119,00 (cento e dezenove reais).

Item 55: Valor unitário R\$ 28,90 (vinte e oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais).

Item 57: Valor unitário R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total R\$ 1.345,00 (um mil, trezentos e quarenta e cinco reais).

Item 58: Valor unitário R\$ 78,90 (setenta e oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 394,50 (trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

POLIERG INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 45.010.717/0001-52

Item 36: Valor unitário R\$ 6,08 (seis reais e oito centavos) e valor total R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais).

Item 40: Valor unitário R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) e valor total R\$ 4.890,00 (quatro mil, oitocentos e noventa reais).

SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA CNPJ: 08.164.724/0001-82

Item 30: Valor unitário R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) e valor total R\$ 5.280,00 (cinco mil, duzentos e oitenta reais).

Item 35: Valor unitário R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais).

Item 39: Valor unitário R\$ 7,00 (sete reais) e valor total R\$ 3.500,00 (três mil, quinhentos reais).

Item 41: Valor unitário R\$ 5,75 (cinco reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 4.600,00 (quatro mil, seiscentos reais).

Item 54: Valor unitário R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos) e valor total R\$ 1.060,00 (um mil e sessenta reais).

SUL AR E ÁGUA EQUIAMENTOS LTDA CNPJ: 80.706.492/0001-74

Item 04: Valor unitário R\$ 16,00 (dezesseis reais) e valor total R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 5,56 (cinco reais e cinquenta e seis centavos) e valor total R\$ 2.780,00 (dois mil, setecentos e oitenta reais).

Item 06: Valor unitário R\$ 14,00 (quatorze reais) e valor total R\$ 1.400,00 (um mil, quatrocentos reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) e valor total R\$ 1.600,00 (um mil, seiscentos reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 8,47 (oito reais e quarenta e sete centavos) e valor total R\$ 4.235,00 (quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Item 29: Valor unitário R\$ 410,99 (quatrocentos e dez reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 4.109,90 (quatro mil, cento e nove reais e noventa centavos).

Item 44: Valor unitário R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais) e valor total R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 26 de Julho de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

EXTRATO Nº 242/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 242/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e GRÁFICA CS EIRELI - EPP

OBJETO: Serviços de Impressão de livros para a EDIFURB

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 127/2016 e Contrato nº. 129/2016 firmado em 12 de agosto de 2016.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 14.650,00 (catorze mil, seiscentos e cinquenta reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	27940	500	Exemplares	Publicações (livros, anais ou revistas) com impressão personalizada. "Religião, política e poder: uma leitura a partir de um movimento pentecostal" Autor: Josué de Souza - Formato: 16 x 23 cm (23 x 46 cm aberta, com orelhas) - Páginas: 123 - Cor: miolo 1x1, capa 4x0 - Papel: miolo sulfite 75 g, capa cartão supremo 250g - Encadernação: cola PUR. - Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	5,35	2.675,00
Preço Total do Item (em reais, por extenso)				Dois mil seiscentos e setenta e cinco reais.		

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	27940	500	Exemplares	Publicações (livros, anais ou revistas) com impressão personalizada. "Química analítica qualitativa clássica – 2ª edição" Autores: Haymo Muller, Darcy de Souza - Formato: 17,5 x 23 cm (23 x 37 cm aberta, sem orelhas) - Páginas: 408 - Cor: miolo 1x1, capa 4x0 - Papel: miolo sulfite 75 g, capa cartão supremo 250g - Encadernação: cola PUR. - Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	13,55	6.775,00
Preço Total do Item (em reais, por extenso)				Seis mil setecentos e setenta e cinco reais.		

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
3	27940	1000	Exemplares	Publicações (livros, anais ou revistas) com impressão personalizada. "Matemática básica" Autora: Simone Leal - Formato: 19 x 25 cm (25 x 51,6 cm aberta, com orelhas) - Páginas: 115 - Cor: miolo 1x1, capa 4x0 - Papel: miolo sulfite 75 g, capa cartão supremo 250g - Encadernação: cola PUR. - Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (50%)	5,20	5.200,00
Preço Total do Item (em reais, por extenso)				Cinco mil e duzentos reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos livros impressos, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 12/08/2016.

PORTARIA Nº 5.918/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5918/16

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

LUIZ CARLOS DE AGUIAR, cadastro 1996-8, do cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA II, no dia 18 de agosto de 2016.

RODSON JEAN ADRIANO, cadastro 2045-1, do cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA III, no dia 18 de agosto de 2016.

Samae, 18 de agosto de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.919/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5919/16

NOMEIA PARA OS CARGOS EM COMISSÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

LUIZ CARLOS DE AGUIAR, cadastro 1996-8, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, no dia 19 de agosto de 2016.
RODSON JEAN ADRIANO, cadastro 2045-1, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA II, no dia 19 de agosto de 2016.

Samae, 19 de agosto de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.920/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5920/16

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

MARCELO LUIZ BERTELLI, cadastro 2051-6, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA III, no dia 22 de agosto de 2016.

Samae, 22 de agosto de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 122/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 122/2016

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERSON MELO PARA CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009 e com fundamento no art.154 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento, a contar de 01 de julho de 2016, do servidor público municipal GERSON MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado na Diretoria de Trânsito, para candidatar-se a mandato eletivo de Vereador nas eleições previstas para o dia 02 de outubro de 2016, sem prejuízo do respectivo vencimento, de acordo com o Processo Administrativo nº 167/2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 01 de julho de 2016

Blumenau, 12 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 123/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 123/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, na fração de quatro meses para gozar a licença e dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Magali Rosane Werner Mohr	2005/2015	147/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 04 de julho de 2016.

Blumenau, 12 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 124/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 124/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal, de pagamento em pecúnia total:

Nome	Decênio	Nº Processo
José Vilson Bertoldi	2005/2015	176/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 11 de julho de 2016.

Blumenau, 12 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 125/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 125/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal, de pagamento em pecúnia total:

Nome	Decênio	Nº Processo
Ana Lucia Tomaz	2004/2014	179/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 13 de julho de 2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 126/2016 - SETERB

PORTARIA N. 126/2016

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL ANA LUCIA TOMAZ OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE GURDA DE TRÂNSITO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 45 "caput" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público ANA LUCIA TOMAZ do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 13 de julho de 2016.

Blumenau (SC), 15 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 127/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 127/2016

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat.nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
134	Catarina Buttner	Monitor de Área Azul	G	GF	12/07/2016
694	Giovana Nazaret da Silva	Servente de Serviços Gerais	C	GO	08/07/2016
628	João José Barbieri Neto	Guarda de Trânsito	D	GF	11/07/2016

Blumenau, 15 de julho de 2016

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 128/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 128/2016

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER:

Auxílio Escolar aos servidores públicos efetivos desta Autarquia, não detentores de curso superior, relativos ao 2º semestre do ano de 2016:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Alessandra Zeitz de Matos Spagnuolo	Servente de Serviços Gerais	Pedagogia	UNIASSELVI	28

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.02.04.122.0002.2213 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 – Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de julho de 2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 129/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 129/2016

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER:

Auxílio Escolar aos servidores públicos efetivos desta Autarquia, não detentores de curso superior, relativos ao 2º semestre do ano de 2016:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Andrei Diógenes de Almeida Cury	Guarda de Trânsito	Engenharia Civil	UNIASSELVI	28
Bruna Corrêa Zago	Agente Administrativo	Fisioterapia	FURB	24
Darlei Scottini	Guarda de Trânsito	Licenciatura em História	UNIASSELVI	28
Fabiano Schmidt Martinez	Guarda de Trânsito	Direito	FURB	24
Gilmar Batista Lima	Guarda de Trânsito	Direito	UNIASSELVI	28
Leandro Felisberto soares	Guarda de Trânsito	Engenharia Civil	UNIASSELVI	24
Renato Soares Ribeiro	Guarda de Trânsito	Tecnologia em Gestão Ambiental	UNIASSELVI	28

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.03.06.125.0005.2217 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 – Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de julho de 2016.

Blumenau, 15 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 130/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 130/2016

CONCEDE AUXÍLIO PECUNIÁRIO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL GILMAR PEDRO CORREA.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

De acordo com o artigo 267, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Gilmar Pedro Correa	SESOSP/2016/6506	13/07/2016

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 13 de julho de 2016.

Blumenau, 21 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 131/2016 - SETERB

PORTARIA N. 131/2016

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RETIFICAR

A Portaria 108/2016, que aplica a penalidade disciplinar de advertência por escrito ao servidor Jaime de Souza, alterando-se a fundamentação para art. 176, inciso VII, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Blumenau (SC), 26 de julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 132/2016 - SETERB

PORTARIA N. 132/2016

APLICA PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE INDICA

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009 c/c os artigos 187 e 201 da Lei Complementar Municipal n. 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

APLICAR

A penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, prevista no artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/07, ao servidor A.R., matrícula Nº 265, em virtude de inobservância do dever funcional, previsto no art. 176, inciso VII, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, conforme decisão exarada no Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2015, instaurado pela Portaria nº 171/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de Julho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 133/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 133/2016

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL POR COMPLETAR 25 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER PRÊMIO ESPECIAL POR TEMPO DE SERVIÇO – 25 ANOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

de acordo com o artigo 130, parágrafo único, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal:

Nome	Nº Processo	Data Processo
ANTONIO JOSE GUMS	183/2016	16/07/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 16 de julho de 2016.

Blumenau, 01 de agosto de 2016.

Carlos Lange

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 134/2016 - SETERB

PORTARIA N. 134/2016

DESIGNA, EM SUBSTITUIÇÃO, ENTIDADE PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSOS DE MULTAS DO TRANSPORTE PÚBLICO DE BLUMENAU.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNAR

a entidade abaixo indicada, para, substituir UNIBLAM nomeado pela Portaria 125/2015, na composição da Comissão Permanente de Análise e Julgamento de Recursos de Multas do Transporte Público de Blumenau:

CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO, representada por:

RUBIA NUNES, tendo como suplente Rafael Nazareth de Lima, ambos funcionários da empresa Piracicabana.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau, 29 de junho de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 135/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 135/2016

Nomeia servidor publico autarquico municipal pra atuar como defensor dativo em processo administrativo disciplinar.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Nomear, nos termos do artigo 242, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, a servidora publica autárquica municipal Márcia Maria Moura, para atuar como defensora dativa no Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 05 de agosto de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 136/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 136/2016

DISCIPLINA A LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS AO PÁTIO MUNICIPAL POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO PARA REGULARIZAÇÃO

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009,

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do artigo 262 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), segundo o qual "a retirada dos veículos apreendidos é condicionada, ainda, ao reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento",

CONSIDERANDO ainda o disposto no § 4º do artigo 262 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) consoante o qual "se o reparo referido no parágrafo anterior demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela apreensão liberará o veículo para reparo, mediante autorização, assinando prazo para a sua reapresentação e vistoria"

RESOLVE

Art. 1º. O veículo removido/apreendido em virtude de infração à legislação de trânsito, que necessite de reparo em componente ou equipamento obrigatório que não possa ser realizado no interior do pátio, será liberado temporariamente para tanto mediante Termo de Custódia, conforme modelo constante no Anexo I da presente Portaria, que deverá ser assinado tanto pelo condutor do guincho, quanto pelo respectivo proprietário.

Art. 2º. O veículo liberado temporariamente para reparo, nos termos do artigo 1º, deverá ser reapresentado à autoridade responsável pela liberação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, por igual período, mediante requerimento devidamente fundamentado subscrito pelo respectivo proprietário, ou procurador devidamente habilitado.

Art. 3º. O CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo liberado temporariamente permanecerá sob a custódia da autoridade de trânsito responsável pela liberação até a sua reapresentação e aprovação na vistoria.

Art. 4º. Imediatamente após a liberação do veículo, a autoridade responsável pela liberação temporária oficiará o DETRAN solicitando o registro de restrição administrativa em seu prontuário.

Art. 5º A liberação do veículo estará condicionada ao pagamento de todas as taxas (guincho e pátio) devidas até a data da liberação;

Art. 6º A responsabilidade por danos ocorridos no automóvel após a sua liberação para realização dos reparos será do proprietário do veículo.

Art. 7º A escolha da oficina e do guincho que fará o transporte do veículo até o local do reparo caberá ao proprietário, sendo vedada a indicação de oficina ou guincho pela autoridade responsável pela liberação;

Art. 8º O guincho deverá reunir condições técnicas de acordo com as características do veículo liberado;

Art. 9º É vedada a permanência de proprietários e/ou condutores de guincho nas dependências do pátio;

Art. 10º A não reapresentação do veículo no prazo, após realizados os reparos necessários, acarretará a aplicação da multa do artigo 195 do CTB;

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 03 de agosto de 2016.

CARLOS LANGE

DIRETOR PRESIDENTE - SETERB

PORTARIA Nº 137/2016 - SETERB

PORTARIA N. 137/2016

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO EM PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO OCUPADO PELA SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL NEIVA APARECIDA WOLFF.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DECLARAR VACÂNCIA,

de acordo com o artigo 44, inciso V, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo ocupado por Neiva Aparecida Wolff, a partir do dia 15 de agosto de 2016, em virtude de posse em outro cargo público inacumulável.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 15 de agosto de 2016.

Blumenau, 11 de agosto de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 138/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 138/2016

DISCIPLINA A LIBERAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS AO PÁTIO MUNICIPAL POR INFRAÇÃO Á LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009,

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do artigo 262 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), segundo o qual "a retirada dos veículos apreendidos é condicionada, ainda, ao reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento",

CONSIDERANDO ainda o disposto no § 4º do artigo 262 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) consoante o qual "se o reparo referido no parágrafo anterior demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela apreensão liberará o veículo para reparo, mediante autorização, assinando prazo para a sua reapresentação e vistoria",

RESOLVE

Art. 1º. O veículo removido/apreendido em virtude de infração à legislação de trânsito, que necessite de reparo em componente ou equipamento obrigatório que não possa ser realizado no interior do pátio municipal, será liberado temporariamente para tanto mediante Termo de Liberação para Regularização, conforme modelo constante no Anexo I da presente Portaria, que deverá ser assinado tanto pelo proprietário do veículo como pelo condutor do guincho, como também pelo representante da oficina, munido de contrato social.

§ 1º. O veículo poderá ser liberado temporariamente em favor de procurador habilitado, desde que munido com instrumento de mandato assinado pelo proprietário, com firma reconhecida, conferindo-lhe amplos poderes em relação ao veículo, caso em que o termo de liberação será assinado pelo procurador.

Art. 2º. A liberação temporária do veículo será condicionada ao prévio pagamento dos débitos (IPVA, licenciamento, multas e seguro DPVAT) eventualmente vencidos, assim como das taxas de remoção (guincho) e estadia (pátio) devidas até a data da liberação.

Art. 3º. Com a liberação temporária do veículo cessa a responsabilidade do SETERB – Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes do Município de Blumenau em relação à sua guarda, correndo por conta do proprietário, a partir da assinatura do Termo de Liberação Temporária, todos os riscos relativos à posse, à propriedade e à integridade do veículo.

Art. 4º. A escolha do serviço guincho que promoverá a retirada do veículo do pátio municipal caberá ao proprietário, sendo vedada a indicação do serviço pela autoridade de trânsito responsável pela liberação.

Art. 5º. É vedada a permanência de prestadores do serviço de guincho nas dependências do pátio municipal.

Art. 6º. O veículo liberado temporariamente para reparo, nos termos do artigo 1º, deverá ser reapresentado à autoridade de trânsito responsável pela liberação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, por igual período, mediante requerimento devidamente fundamentado subscrito pelo respectivo proprietário, ou procurador habilitado.

Art. 7º. O CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo liberado temporariamente permanecerá sob a custódia da autoridade de trânsito responsável pela liberação até a sua reapresentação e aprovação na vistoria.

Art. 8º. Na hipótese de o veículo não ser reapresentado no prazo estipulado, a autoridade de trânsito responsável pela liberação providenciará a aplicação da multa prevista artigo 195 do Código de Trânsito Brasileiro e da respectiva pontuação (art. 259, II, CTB), bem como o registro de restrição administrativa junto ao DETRAN.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 12 de agosto de 2016.

CARLOS LANGE

DIRETOR PRESIDENTE – SETERB

TERMO DE LIBERAÇÃO TEMPORÁRIA O Diretor do Departamento de Trânsito de Blumenau, com fundamento no art. 262, §4º da Lei 9.503/97, concede a LIBERAÇÃO TEMPORÁRIA do veículo abaixo especificado, removido ao pátio municipal (Rua Dr. Pedro Zimmermann, n. 2.430, Itoupava Central, Blumenau, SC) para fins de reparo e posterior reapresentação e vistoria.

Com a liberação temporária do veículo cessa a responsabilidade do SETERB – Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes do Município de Blumenau com relação à sua guarda, correndo por conta do proprietário, a partir da assinatura do Termo de Liberação Temporária, todos os riscos relativos à posse, à propriedade e à integridade do veículo.

Prazo para reapresentação do veículo	Dia:	Mês:	Ano:
--------------------------------------	------	------	------

Na hipótese de o veículo não ser reapresentado no prazo estipulado, a autoridade de trânsito responsável pela liberação providenciará a aplicação da multa prevista artigo 195 do Código de Trânsito Brasileiro e da respectiva pontuação (art. 259, II, CTB), bem como o registro de restrição administrativa junto ao DETRAN.

Identificação do veículo liberado:
Veículo:

Placa:
Renavam:
Identificação do proprietário do veículo liberado:
Nome:
CNH:
Identificação do proprietário da oficina:
Nome:
CNPJ:
CPF
Identificação do serviço de guincho:
Veículo:
Placas:
Nome do condutor:
CPF:

Proprietário do veículo: Condutor do Guincho:

Autoridade de Trânsito:

Local e data: Blumenau, de de .

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 15/2015

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

OBJETO: Serviços de recrutamento, seleção e administração do Programa de Estágio da Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: R\$32.229,60 (trinta e dois mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), com custo unitário mensal de estagiário no valor de R\$41,32 (quarenta e um reais e trinta e dois centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 15/2015, de 08/06/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 13/08/2017.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 14/2013

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Reinkjet Tintas, Toners e Informática Ltda EPP.

OBJETO: Serviços de reprografia.

VALOR: R\$153.498,71 (cento e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 14/2013, de 08/06/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 07/08/2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

780.08.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. ANDREA N. KUHNEN
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 780/16 de 18.08.16
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 12 de agosto de 2016, a funcionária Andrea Nascimento Kuhn, Ocupante do cargo de Secretária Grupo Escolar Municipal São José - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

781.08.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARIA L. HERARDT
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 781/16 de 18.08.16
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 16 de agosto de 2016, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

782.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JULIANO CRUZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 782/16 de 23.08.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de agosto de 2016, ao funcionário Juliano da Cruz, ocupante do cargo de Professor de Educação Física – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

783.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARCELE AP. B. LAATSCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 783/16 de 23.08.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 18 e 19 de agosto de 2016, a funcionária Marcelle Aparecida Becker Laatsch, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

784.08.16 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE DILSON L. KOCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 784/16 de 23.08.16

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de novembro de 2016, ao funcionário Dilson Luiz Koch, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

785.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IARA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 785/16 de 23.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento consulta médica no dia 18 de agosto de 2016, a funcionária Iara Deucher ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

MINUTA EDITAL PP 24/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 24/2016 para Aquisição de implementos agrícolas. Abertura dos envelopes será dia 08/09/16 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 24 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

MINUTA RETIFICAÇÃO TP 01/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 FMAS

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital Tomada de Preços 01/2016 para Contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para conclusão da Capela Mortuária Municipal, alterando a data de realização do mesmo para o dia 08 de setembro de 2016 às 14h30min. A presente retificação estará disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 23 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1931/2016**

=====

D E C R E T O Nº 1.931/2016

=====

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 19.311,90 (Dezenove mil trezentos e onze reais e noventa centavos) conforme abaixo especificado:

07.00	Secretaria de Transportes
07.01	Divisão de Transportes
26-782-135-2.36	Implantação e Conservação de Abrigos de Passageiros
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(317)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 3.600,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.6.38(334)	Superávit..NASF Estadual R\$ 14.324,80
10-301-090-2.70	Manutenção, e Operação e Implantação de Academias de Saúde
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.6.33(335)	Superávit. Convênio União R\$ 1.387,10

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 23 de agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 23 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2016 - PL Nº 59/2016 PP Nº 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - PP SRP Nº 35/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, CNPJ Nº 83.102.350/0001-96, empresa registrada como fornecedora TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE AUGUSTO LTDA CNPJ Nº 01.185.136/0001-86, VALOR R\$682.040,00 (SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL E QUARENTA REAIS). Objeto: Registro de preço para eventual e futura prestação de serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico com fornecimento de materiais e equipamentos para o Município de Botuverá-SC, pelo período de 12 (doze) meses. Valor da Proposta: ITEM 01: QTDE 1000 – UND TNL – DESCRIÇÃO - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CONCRETO ASFÁTICO BETUMINOSO USINADO À QUENTE(CAUQ) - PREÇO UNT R\$292,64 – PREÇO TOTAL R\$292.640,00; ITEM 02: QTDE 20.000 – UND M2 – DESCRIÇÃO – EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS - PREÇO UNT R\$2,69 – PREÇO TOTAL R\$53.800,00; ITEM 03: QTDE 20.000 – UND M2 – DESCRIÇÃO – EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO DA BASE DE MATERIAIS PÉTROS COM CM-30 (ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO-ADP), COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS - PREÇO UNT R\$13,54 – PREÇO TOTAL R\$270.800,00; ITEM 04: QTDE 20.000 – UND M2 – DESCRIÇÃO – EXECUÇÃO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO A 100% DO PROCTOR NORMAL - PREÇO UNT R\$3,24 – PREÇO TOTAL R\$64.800,00; de ORIGEM: PL Nº 59/2016 PP-SRP Nº 35/2016. VIGÊNCIA: A vigência da presente Ata é a partir de 03/08/2016 até 02/08/2017. INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Botuverá, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br, licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

BOTUVERÁ-SC, 23 de Agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2015 FMS

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 24/08/2015		Válido até: 24/08/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo lubrificante multigravoso para motores movidos a diesel de alta potência, classificação API - CI - 4 SAE 15W40, (4932)	LTS	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	8,3684	1
2	Óleo lubrificante multigravoso sintético de alta performance para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SL SAE 5W30 (4933)	LTS	SIGA BEW DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	PETRONAS	0	8,5654	2
3	Óleo lubrificante multigravoso mineral para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SL SAE 20W50 (4934)	LTS	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	20,4737	1
4	Filtro lubrificante PEL-119 (4935)	UND	SIGA BEW DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	PETRONAS	0	21,1747	2
5	Filtro lubrificante PSL - 55 (4937)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	9,6271	1
6	Filtro lubrificante PSL - 619 (4936)	UND	SIGA BEW DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	PETRONAS	0	9,9363	2
7	Filtro lubrificante PSL - 155 (4938)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	23,6354	1
			SIGA BEW DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	24,7586	2
			RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	14,6020	1
			SIGA BEW DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	15,1649	2
			RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	14,6020	1
			SIGA BEW DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	15,1649	2
			RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	52,7167	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 24/08/2015 Válido até: 24/08/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	55,6435	2
8	Filtro Lubrificante PSL - 311 (4939)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	18,2153	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	19,0024	2
9	Filtro Combustível G-0477 (4940)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	17,6604	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	18,4131	2
10	Filtro Combustível PC947 (4941)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	35,7467	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	37,6210	2
11	Filtro Combustível PSC - 881 882 (4942)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	TEC-FIL	0	159,9698	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	169,5481	2
12	Filtro de ar ARL - 4154 (4943)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	26,8229	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	28,1438	2
13	Filtro de ar ARL - 8834 (4944)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	14,8407	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	15,4184	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 24/08/2015 Válido até: 24/08/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Filtro de ar ARL - 5137 (4945)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	65,3765	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	69,0884	2
15	Filtro de ar ARL-4152 (4946)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	23,8225	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	24,9573	2
16	Filtro de ar ARL-5310 (4947)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	51,8973	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	54,7732	2
17	Filtro de ar ARL - 4147 (4948)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	15,0536	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	15,6446	2
18	Filtro de ar condicionado ACP 131 (4949)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	29,9395	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	31,4536	2
19	Filtro de ar condicionado ACP 906 (4950)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	TEC-FIL	0	22,2159	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	23,2510	2
20	Filtro de ar condicionado ACP 003 (4951)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	21,0544	1

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 24/08/2015 Válido até: 24/08/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	22,0175	2
21	Filtro de ar condicionado ACP 600 (4952)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	39,0826	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	41,1638	2
22	Filtro de ar condicionado ACP 103 (4953)	UND	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	MANN FILTER	0	23,5386	1

Página: 5/6

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	24,6558	2
---	--------	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 24/08/2015		Válido até: 24/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015
PROCESSO Nº 16/2015

(6158) - RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT
(6812) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Agosto de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016 **Data do Registro:** 24/02/2016 **Válido até:** 24/02/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Materiais para pavimentação de área de estacionamento em frente a sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Melo fio em concreto 100x30x10x6 cm (17703)	PC	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	16,9000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	17,0000	2
2	Lapja sextavada com dimensões de 8x25 cm Classe 35 MPA (17704)	M2	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	33,9500	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	34,0000	2
3	Paver na cor cinza, com dimensões de 8x10x20 cm Classe 35 MPA (17705)	M2	CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	42,9000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	42,9500	2
4	Paver Podotátil direcional, com dimensões de 6x20x20cm (17706)	PC	CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	6,4900	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	6,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	11,5000	3
5	AREIA MEDIA (7)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	89,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	90,0000	2

Página: 2/3

FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Deschamps	0	95,0000	3
---	-----------	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 8/2016					Data do Registro: 24/02/2016		Válido até: 24/02/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Materiais para pavimentação de área de estacionamento em frente a sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016

PROCESSO Nº 10/2016

- (6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (9478) - CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 24 de Fevereiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2015 PMBT

Página: 1/37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015 Data do Registro: 24/11/2015 Válido até: 24/11/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	3,8882	1
2	conector para cabo de rede (14633)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	intelbras	0	2,4924	1
3	Soquete para fluorescente (par) (14639)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fordlux	0	1,7945	1
4	Lâmpada econômica 20 wts (14640)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	11,2855	1
5	LÂMPADA ECONOMICA 25 W (11351)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	13,1298	1
6	Lâmpada econômica 30 wts (14641)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	18,1445	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 2/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Lâmpada econômica 45 wts (13234)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	39,9477	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	35,2966	2
8	Lampada economica 55 WTS (11677)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	56,9258	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	50,2979	2
9	Tomada Sobrepor x 20 apm (14642)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,1082	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	6,2806	2
10	Tomada embutir 10 apm (14643)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,1082	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	6,2806	2
11	Tomada embutir 20 amp (14644)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,4741	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	7,4874	2
12	Interruptor + tomada sobrepor x 10 amp (14645)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	11,0960	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	9,8041	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 3/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Interruptor + tomada embutir 10 amp (14646)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	10,9963	1
14	Tomada dupla sobrepor x 10 amp (14647)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	9,7160	2
15	Tomada dupla embutir 10 amp (14648)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	11,5646	1
16	Interruptor duplo embutir 10 amp (14649)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	10,2181	2
17	Interruptor duplo sobrepor x 10 amp (14650)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	10,6674	1
18	Canaleta 20x10 com fita adesiva (14651)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	9,4254	2
19	Interruptor duplo embutir 10 amp (14652)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	11,1658	1
20	Interruptor duplo sobrepor x 10 amp (14653)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	9,8658	2
21	Interruptor duplo embutir 10 amp (14654)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	11,3353	1
22	Interruptor duplo sobrepor x 10 amp (14655)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	10,0155	2
23	Canaleta 20x10 com fita adesiva (14656)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	7,5170	1
24	Canaleta 20x10 com fita adesiva (14657)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUMBRA	0	6,6418	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 40/2015

Página: 4/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Plafon com soquete de porcelana (14652)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	5,3137	1
20	Poste padronizado 6 metros (14653)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUMENAU	0	4,6951	2
21	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14654)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	173,7981	1
22	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14655)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	329,7375	2
23	Pino para extensão 2p + t 10 amp (14656)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,8092	1
24	Pino fêmea para extensão 2p + t 20amp (14657)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEZZI	0	6,0164	2
25	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14658)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,8122	1
26	Pino fêmea para extensão 2p + t 20amp (14659)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEZZI	0	5,1355	2
27	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14660)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,8092	1
28	Pino fêmea para extensão 2p + t 20amp (14661)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEZZI	0	6,0164	2
29	Pino fêmea para extensão 2p + t 10 amp (14662)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,1573	1
30	Pino fêmea para extensão 2p + t 20amp (14663)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEZZI	0	3,6732	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 40/2015

Página: 5/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Coneção para canalleta (11793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	1,4954	1
26	Abraçadeira de nylon 200x2,5mm (14658)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,3213	2
27	Mangueteira corrugada ¾ reforçada (14659)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,1196	1
28	Conector de porcelana 2 polos 10 mm (14660)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	0,1057	2
29	Roldana de porcelana (14661)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9969	1
30	ISOLADOR OLHAL (428)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	1,4887	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itell	0	2,4226	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	3,9023	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	garmer	0	2,2631	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERMER	0	3,7613	2
		PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	garmer	0	2,4924	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERMER	0	4,8448	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 6/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Abraçadeira tipo U 3/4 (14662)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,7278	1
32	Abraçadeira tipo cunha 3/4 (14663)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	0,6430	2
33	Soquete de porcelana (14664)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,3658	1
34	Cx montada c/ tomada e disjuntor (14665)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCESA	0	1,2068	2
35	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	garner	0	2,6619	1
36	Abraçadeira para caixa medidor (12812)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	4,1137	2
37	Caixa para medidor trifásica (7965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	33,5573	1
38	Abraçadeira para caixa medidor (12813)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	29,6590	2
39	Caixa para medidor trifásica (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	35,8902	1
40	Abraçadeira para caixa medidor (12814)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUBHETOL	0	67,6952	2
41	Caixa para medidor trifásica (7967)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	7,9756	1
42	Abraçadeira para caixa medidor (12815)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MGKJ	0	16,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 7/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Cx provisória padrão (14666)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	44,7929	1
38	Campainha digarra embutir (14667)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TAF	0	39,5777	2
39	Campainha digarra sobrepor (14668)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	16,1207	1
40	Interruptor de campainha (17200)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FEHRWANN	0	14,2437	2
41	Carateta ventilada 30x30 (14670)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,1803	1
42	Chave para ventilador embutir 3 velocidades (14671)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	5,4526	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	15,2035	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUTOPLAS	0	13,4333	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	25,2228	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TECHNA	0	22,2861	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 8/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Chave para ventilador embutir deslizante (14672)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	26,3892	1
44	Disjuntor Din tripolar 32 amp (14673)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TECHINA	0	23,3167	2
45	Disjuntor Din tripolar 25 amp (14674)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	43,1878	1
46	Placa cega 4x2 (14675)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	38,1595	2
47	Exaustor residencial 25 cm (14676)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	48,1726	1
48	Exaustor industrial 30 cm (14677)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	42,5638	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,8214	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	2,4929	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	145,8237	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ITC	0	128,8454	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	165,1645	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ITC	0	145,9344	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 9/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	175,4630	1
50	Resistência para chuveiro 7.700 wts (14695)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ITC	0	173,2415	2
51	Tomadeira elétrica de bancada (14678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	17,2472	1
52	Tomadeira elétrica de bancada (14678)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HYDRA	0	15,2391	2
53	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	135,2560	1
54	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HYDRA	0	119,5082	2
55	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	136,2530	1
56	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TRON	0	120,3890	2
57	Spot alateado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	213,0180	1
58	Spot alateado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TRON	0	188,2163	2
59	Spot alateado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	marplex	0	10,9664	1
60	Spot alateado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LUSTER	0	12,8872	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 10/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Spot alateado nylon c/ 02 lampada (14682)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	19,9390	1
56	Cantoneira 6x8 (14683)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LUSTRE	0	21,1145	2
57	Cantoneira 8x10 (14684)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	2,4924	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	3,9639	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,5890	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	6,6946	2
58	Placa de saída luminosa (14685)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	95,0092	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SETON	0	83,9473	2
59	Luminária de emergência 2x55 (14686)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	398,5302	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FEHRMANN	0	352,1294	2
60	Caixa de luz universal 4x2 (14687)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	1,3259	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CEMAR	0	1,1716	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 11/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Parafuso chip 4,0 x50 (14688)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	metalbo	0	0,1795	1
62	Parafuso chip 3,0 x30 (14689)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRACO FERR	0	0,1586	2
63	Parafuso chip 5,0 x70 (14690)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	metalbo	0	0,1296	1
64	Silicone 280gr (7947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRACO FERR	0	0,1145	2
65	Calxinha de luz 4x2 (8989)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	metalbo	0	0,2791	1
66	Foto célula (11108)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRACO FERR	0	0,2466	2
67		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	unifix	0	12,9404	1
68		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	11,4337	2
69		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	me-tronic	0	1,3259	1
70		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CEMAR	0	1,1716	2
71		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	32,5304	1
72		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EXATRON	0	28,7429	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 12/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Placa modular 4x2 (14691)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fame	0	1,8942	1
68	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	3,1976	2
68	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fame	0	2,8912	1
68	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	5,6640	2
68	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fame	0	2,8912	1
68	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	7,3377	2
70	Interruptor modular (14694)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fame	0	2,8912	1
70	Interruptor modular (14694)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	5,0386	2
71	Emenda para cabo de rede (12432)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	intelbras	0	3,9878	1
71	Emenda para cabo de rede (12432)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FURUKAWA	0	3,5235	2
72	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,1603	1
72	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	2,7924	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 13/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Cabo multiplexado quadriplex 10mm (14696)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	5,7823	1
74	Cabo multiplexado quadriplex 16mm (14697)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	7,7762	1
75	Eletroduto ¾ (14698)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	6,5889	2
76	Eletroduto 1 (14699)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	8,6326	2
77	Curva eletroduto ¾ 180 graus (14700)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	8,4741	1
78	Curva eletroduto 1 - 180 graus (14701)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	0	7,4874	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,4680	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,9833	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	2,7915	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,2945	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORFIO	0	3,2899	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,6246	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 40/2015

Página: 14/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Cordão de led 200 leds (14702)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	76,3164	1
80	Cordão de led 100 leds (14703)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEDMAX	0	67,4309	2
81	Cordão de micro lâmpada 100 lâmpada (14704)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g-light	0	48,7707	1
82	Paraf+amacao plástica (14705)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEDMAX	0	43,0924	2
83	Disjuntor trifásico nenna de 40 amp (14706)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g-light	0	27,9146	1
84	Base para rele (14707)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	24,6645	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taf	0	11,0661	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MGEKJ	0	9,7777	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	73,1760	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	64,6561	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox flux	0	10,1390	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EXATRON	0	8,9585	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 15/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Ducha eletrônica 7.700 vts (14708)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	100,3628	1
86	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ND	0	88,6776	2
86	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	44,4539	1
87	Haste para chuveiro (14709)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SINTEX	0	39,2782	2
87	Haste para chuveiro (14709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	7,9756	1
88	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUPIN	0	24,7526	2
88	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,4924	1
89	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	2,5810	2
89	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	intelbras	0	3,1803	1
90	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	2,8100	2
90	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,7976	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	0,7047	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 16/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,1764	1
92	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	1,0394	2
93	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,9440	1
94	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	1,7177	2
95	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,7615	1
96	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	2,4400	2
97	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,8551	1
98	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	4,2899	2
99	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,7347	1
100	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	1,5327	2
101	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,7217	1
102	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	2,4048	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 17/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	furucava	0	2,3428	1
98	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FURUKAWA	0	2,0701	2
99	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	6,1512	1
100	Starter 20 wts (6784)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANPLEX	0	5,4350	2
101	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	6,1512	1
102	Lâmpada econômica 26 wts (6786)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANPLEX	0	5,4350	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	0,7976	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	1,1716	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	0,7976	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	1,1716	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	8,9725	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	11,4514	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 18/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	9,1420	1
104	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANPLEX	0	16,8864	2
105	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	14,9542	1
106	Lâmpada vapor mercúrio 400 wts (6790)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANPLEX	0	24,0743	2
107	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	44,1349	1
108	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANPLEX	0	38,9863	2
109	Reator convencional 20 wts (6792)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	11,9634	1
110	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ECP	0	14,6401	2
111	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	11,9634	1
112	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ECP	0	14,6401	2
113	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	18,1046	1
114	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ECP	0	15,9967	2

Página: 19/37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
109	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	22,6008	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ECP	0	19,9694	2			
110	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	26,3494	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ECP	0	23,2815	2			
111	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rog	0	30,0281	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ECP	0	26,5319	2			
112	Tomada universal sistema X (6797)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,2777	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	6,4304	2			
113	Carafeta 20x40 2,20mts (6799)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	13,4389	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALLUMBRA	0	11,8742	2			
114	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	12,7809	1			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	11,2928	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 20/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Disjuntor din 10/16/32 amp (14712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,5738	1
116	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	7,5755	2
117	Soquete fixo (6803)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	15,3530	1
118	Soquete pendente (6804)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	13,5655	2
119	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,4195	1
120	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	3,0214	2
121	Poste padronizado 9 mts (6807)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,4195	1
122	Poste padronizado 10 mts (6808)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	3,0214	2
123	Poste padronizado 11 mts (6809)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	214,0150	1
124	Poste padronizado 12 mts (6810)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	385,2720	2
125	Poste padronizado 13 mts (6811)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	292,3751	1
126	Poste padronizado 14 mts (6812)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	434,5087	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 21/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Iorenzetti	0	141,5667	1
122	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	125,0841	2
123	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,4954	1
124	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,3213	2
125	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	8,3046	1
126	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	7,3377	2
127	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	20,9060	1
128	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	18,4719	2
129	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,2201	1
130	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	2,8452	2
131	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,9487	1
132	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	6,1397	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 22/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	47,8535	1
128	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	62,3923	2
129	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	39,8779	1
130	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	48,5978	2
131	Pino para extensão (6821)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	38,8810	1
132	Pino rênnea para extensão (6822)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	41,6653	2
133	Pino rênnea para extensão (6823)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	28,9115	1
134	Pino rênnea para extensão (6824)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	33,6670	2
135	Pino rênnea para extensão (6825)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,1542	1
136	Pino rênnea para extensão (6826)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEZZI	0	4,5541	2
137	Pino rênnea para extensão (6827)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,4832	1
138	Pino rênnea para extensão (6828)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEZZI	0	4,8448	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 23/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
133	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,9817	1		
134	Luminária para poste com braço (6825)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	5,2852	2		
135	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manpex	0	52,6688	1		
136	Filtro de linha 5 saídas (6827)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	46,5366	2		
137	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manpex	0	44,5636	1		
138	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	G20	0	39,3751	2		
139	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manpex	0	29,1807	1		
140	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FOX LUX	0	25,7832	2		
141	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pr	0	285,8563	1		
142	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PR	0	254,2819	2		
143	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	13,9573	1		
144	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	12,3322	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 24/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Iorenzetti	0	13,9573	1
140	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3,6887	1
141	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	40,1770	1
142	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	20,9359	1
143	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inossa	0	14,0869	1
144	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inossa	0	2,9908	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	12,3322	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	3,2592	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EXATRON	0	35,4992	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EMPALLUX	0	38,6868	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	OLIVO	0	12,4467	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CONIMEL	0	2,6426	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 25/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Luminária de emergência 2x6watts (7942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	34,2252	1
146	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FEHRMANN	0	30,2404	2
147	Rodana PVC 36x36 (7944)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	37,8840	1
148	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORPETO	0	87,2065	2
149	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,4985	1
150	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IPCL	0	0,4404	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	intelbras	0	10,8866	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FOXLUX	0	9,6280	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	11,7640	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TESA	0	10,3943	2
		M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,9670	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STE	0	0,8544	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 26/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9969	1
152	Cabo luz PVC 2x4 (7948)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	1,3259	1
153	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,6979	1
154	Sensor de presença (7951)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	50,8444	1
155	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	65,3001	1
156	Eletro-boia 15 amperes (7953)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ROG	0	57,6972	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	1,3301	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CEMAR	0	1,1716	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	START	0	0,9866	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EXATRON	0	44,9246	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	kits brasil	0	35,8602	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NACIONAL	0	31,6850	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 27/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Temporizador digital (7954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fox lux	0	68,4106	1
158	Grampo fixa fio (7955)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FOX LUX	0	60,4456	2
159	Disjuntor Trifásico 40 amperes (11107)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ribeiro	0	1,4954	1
160	Mangueira luminosa led (7957)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RIBEIRO	0	1,3213	2
161	Cabo de força para mangueira luminosa led. (14713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	73,1760	1
162	Lâmpada incandescente 40 wts (7959)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	64,6561	2
163		M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g-light	0	11,0861	1
164		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	9,7777	2
165		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g-light	0	16,6989	1
166		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	14,7546	2
167		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	silvania	0	1,4954	1
168		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EMPALUX	0	3,5235	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 28/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
163	Espuma expansiva 400gr (7162)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atix	0	14,9542	1
164	ELETRODUTO PVC 3/4 (419)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	contubos	0	8,8031	1
165	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	contubos	0	9,9695	1
166	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	85,7376	1
167	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	intelbras	0	4,7355	1
168	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fc	0	34,2252	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	19,7580	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,7781	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,9633	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUBETHOL	0	144,4633	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	4,1842	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	30,2404	2

Número do Registro de Preços:	40/2015	Data do Registro:	24/11/2015	Válido até:	24/11/2016
Objeto da Compra:	Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.				

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,1933	1
170	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,3298	1
171	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,6619	1
172	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	teschiera	0	12,9603	1
173	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g-light	0	34,8932	1
174	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
175	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
176	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
177	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
178	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
179	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
180	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
181	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
182	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
183	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
184	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
185	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
186	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
187	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
188	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
189	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
190	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
191	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
192	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
193	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
194	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
195	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
196	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
197	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
198	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
199	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
200	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
201	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
202	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
203	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
204	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
205	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
206	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
207	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
208	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
209	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
210	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
211	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
212	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
213	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
214	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
215	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
216	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
217	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
218	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
219	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
220	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
221	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
222	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
223	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
224	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
225	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
226	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
227	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
228	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
229	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
230	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
231	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
232	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
233	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
234	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
235	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
236	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
237	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
238	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
239	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
240	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
241	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
242	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
243	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
244	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
245	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
246	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
247	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
248	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
249	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
250	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
251	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
252	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
253	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
254	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
255	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
256	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
257	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
258	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
259	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
260	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
261	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
262	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
263	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
264	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
265	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
266	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
267	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
268	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
269	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
270	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
271	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
272	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
273	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
274	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
275	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
276	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
277	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
278	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
279	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
280	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
281	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
282	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
283	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
284	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
285	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
286	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
287	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	germer	0	2,4924	1
288	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 30/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
175	Cinta inox 1mt (14714)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cordão	0	3,6688	1	
176	Presilha para cinta inox (7974)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FECHOMETAL	0	3,2416	2	
177	Tubo galvanizado NBR 55986mt (14715)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cordão	0	1,2661	1	
178	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FECHOMETAL	0	1,1187	2	
179	Mangueira luminosa cores (7977)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	216,3379	1	
180	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FEHRMANN	0	279,6775	2	
				intelbras	0	15,3331	1	
				AVANT	0	13,5478	2	
				g-light	0	9,5707	1	
				GLIGHT	0	8,4564	2	
				g-light	0	12,2126	1	
				GLIGHT	0	10,7907	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 31/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Lâmpada par 20 colorida 50 wts (8959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschira	0	10,9664	1
182	Tomada sistema x 20 amp (8960)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GLIGHT	0	19,0533	2
183	Alça pré-formada (8961)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meatronic	0	10,5976	1
184	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MEC TRONIC	0	9,3637	2
185	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cordeliro	0	3,1603	1
186	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERMER	0	2,7924	2
187	Bucha plástica 12mm (8966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	iv plasti	0	0,1097	1
188	Bucha plástica 14mm (8967)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ROMEPLAST	0	0,0969	2
189	Bucha plástica 16mm (8968)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	iv plasti	0	0,1196	1
190	Bucha plástica 18mm (8969)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ROMEPLAST	0	0,1057	2
191	Bucha plástica 20mm (8970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	iv plasti	0	0,1695	1
192	Bucha plástica 22mm (8971)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ROMEPLAST	0	0,1497	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 40/2015

Página: 32/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	142,8926	1
188	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VENTISOL	0	126,2557	2
189	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fc	0	24,8338	1
190	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAME	0	21,9954	2
191	Isolador oitaval de porcelana (8971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	meo-tronic	0	35,0527	1
192	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PRELAU	0	30,9715	2
193	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	garmer	0	2,3628	1
194	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERMER	0	4,7303	2
195	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	garmer	0	2,1235	1
196	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	5,3998	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 33/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taf	0	5,8122	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	10,4207	2
194	Haste terra padrão celest (8974)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	65,9881	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	OLIVO	0	58,2874	2
195	Conector para haste padrão celest (8975)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inossa	0	12,1329	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CONIMEL	0	10,7202	2
196	Fio sólido 1,5mm (8976)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,5982	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	0,7223	2
197	Fio sólido 2,5mm (8977)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,9969	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	1,0394	2
198	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,4964	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORFIO	0	1,6120	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 34/37

Número do Registro de Preços: 40/2015 Data do Registro: 24/11/2015 Válido até: 24/11/2016							
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
199	Fio sólido 6mm (8979)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3927	1
200	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,9579	1
201	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
202	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
203	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
204	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
205	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
206	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
207	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
208	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
209	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
210	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
211	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
212	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
213	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
214	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
215	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
216	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
217	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
218	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
219	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
220	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
221	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
222	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
223	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
224	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
225	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
226	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
227	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
228	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
229	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
230	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
231	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
232	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
233	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
234	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
235	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
236	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
237	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
238	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
239	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
240	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
241	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
242	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
243	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
244	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
245	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
246	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
247	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
248	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
249	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
250	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
251	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
252	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
253	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
254	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
255	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
256	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
257	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
258	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
259	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
260	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
261	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
262	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
263	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
264	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
265	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
266	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
267	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
268	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
269	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
270	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
271	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
272	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
273	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
274	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
275	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
276	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
277	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
278	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
279	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
280	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
281	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
282	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
283	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
284	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
285	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
286	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
287	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
288	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
289	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
290	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
291	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
292	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
293	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
294	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
295	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
296	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
297	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
298	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
299	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
300	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
301	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
302	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
303	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
304	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
305	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
306	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
307	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
308	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
309	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
310	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
311	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
312	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
313	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
314	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
315	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
316	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
317	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
318	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
319	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
320	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
321	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
322	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
323	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
324	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
325	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
326	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
327	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
328	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
329	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	112,2285	1
330	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec	0	109,6644	1
331	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,8612	1
332	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,1074	1
333	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	brasiltec			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 35/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Iorenzetti	0	5,2838	1
206	Pino adaptador (T) (7939)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VENTISOL	0	10,2446	2
207	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mea-tronic	0	6,6496	1
208	Poste com 1 caixa, monofásica 7m/100DAN. (17194)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	0	5,8754	2
209	Poste com 1 caixa, polifásica 8m/150DAN. (17195)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9969	1
210	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CORTUBO	0	1,4094	2
211	Poste com 1 caixa, monofásica 7m/100DAN. (17194)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	1,674,8737	1
212	Poste com 1 caixa, polifásica 8m/150DAN. (17195)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	1,479,8662	2
213	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	2,384,3722	1
214	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	2,106,7597	2
215	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	Grilo Instalacao	0	42,2008	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Página: 36/37

Número do Registro de Preços: 40/2015		Data do Registro: 24/11/2015		Válido até: 24/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	37,2874	2

Página: 37/37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2015

Número do Registro de Preços: 40/2015 Data do Registro: 24/11/2015 Válido até: 24/11/2016
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de mão de obra elétrica e material elétrico para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2015

PROCESSO Nº 63/2015

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Braço do Trombudo, 24 de Novembro de 2015.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 100/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 100/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, aneis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 3.120,00. CONTRATADA: Polierg Ind. e Com. Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 101/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 101/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, aneis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 5.285,30. CONTRATADA: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 102/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 102/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, aneis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 2.228,70. CONTRATADA: Margem Comércio de Materiais Hidraulicos Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 103/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 103/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, aneis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 11.850,00. CONTRATADA: Esaplast Ind e Com Material Plástico Ltda EPP. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 104/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 104/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, aneis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 978,00. CONTRATADA: Multilit Industria e Comercio Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 105/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 105/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, aneis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 4.510,00. CONTRATADA: Doal Plastic Industria e Comercio Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 106/2016 SAMAE
EXTRATO DO CONTRATO 106/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em pvc, pead, anéis de borracha, adesivo plástico e fita vedarosca. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.3449051 990000.2000000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2016; VALOR: R\$ 62.310,00. CONTRATADA: Asperbras Tubos e Conexões Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 23 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016
LEGISLATIVO

Resolução Nº 7, de 23 de agosto de 2016.
Concede Licença ao Vereador José Isaias Vechi.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida ao Vereador José Isaias Vechi licença por 30 (trinta) dias, no período de 1º de setembro a 30 de setembro de 2016, para tratar, sem remuneração, de interesses particulares, nos termos do que estabelece o artigo 21, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal, conforme Requerimento nº 99/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE AGOSTO DE 2016
LEGISLATIVO

Resolução Nº 8, de 23 de agosto de 2016.

Autoriza a participação de Servidor no Curso "E-Social – Abordagem do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas".

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação de Servidor Público no Curso "E-Social – Abordagem do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas", nos dias 24 a 26 de agosto de 2016, em Curitiba/PR.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.168

PORTARIA Nº 27.168, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do que previa o art. 124, § 4º, da Lei nº 14, de 06/09/1969 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em vigor até 2004,

RESOLVE:

CONVERTER em dobro o período de 02 (dois) meses referente a parte de uma licença prêmio não gozada e adquirida no período de 08/07/1991 a 08/07/1996, pela Servidora Pública Municipal TEREZINHA APARECIDA WAMES COELHO DE SOUZA, matrícula 10219, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ocupante do cargo de Assistente Social, para fins de averbação do tempo convertido na forma exposta (04 meses), junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01-2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições e com base nas Leis Complementares nº 56 de 20 de dezembro de 2004, nº 113, de 20 de agosto de 2007 e nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo de contratação de pessoal, por prazo determinado, para os cargos de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras e Assistentes Administrativos, para atuação na Câmara Municipal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designada pela Mesa Diretora através da Portaria nº 054, de 02 de agosto de 2016.

1.2. O edital de abertura e demais atos referentes ao processo serão publicados em Jornal de circulação local, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no sítio da Câmara Municipal, no endereço www.camaracacador.sc.gov.br.

1.3. O processo seletivo consistirá na realização de provas objetivas, de caráter classificatório e eliminatório, contendo 50 questões de múltipla escolha, com 04 alternativas, correspondendo apenas uma como alternativa correta, sendo atribuída a cada resposta correta o peso de 1,0 (um) ponto;

1.4. O Processo Seletivo destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária, pelo prazo que durar o afastamento dos titulares dos respectivos cargos.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação por cargo.

1.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública; e

III – por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

1.7. O prazo de validade do processo seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas no período de 25 de agosto a 02 de setembro de 2016, das 13h às 19h, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Caçador – SC, situada na Rua Fernando Machado, 139 – Centro - devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2. No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais por meio do Formulário de Inscrição (ANEXO III) devidamente preenchido e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

2.3. Para o cargo de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras:

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Comprovante de conclusão de ensino superior em Administração de Empresas, Direito ou Ciências Contábeis;

- Comprovante de ter exercido a função de jurado (caso deseje obter preferência no critério de desempate).

2.4. Para o cargo de Assistente Administrativo:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de conclusão de Ensino Médio;
- Certificado de conclusão de curso de conhecimentos básicos e/ou avançados em informática;
- Comprovante de ter exercido a função de jurado (caso deseje obter preferência no critério de desempate).

2.5. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição.

2.6. As inscrições serão divulgadas no sítio da Câmara Municipal de Caçador.

3. DAS VAGAS**3.1. Serão oferecidas as seguintes vagas:**

Cargo	Nº Vagas	Carga Horária	Remuneração
Analista de RH, Licitações e Compras	01	35 h/semanais	R\$ 5.823,74
Assistente Administrativo	02	35h/semanais	R\$ 1.898,06

3.2. O chamamento e admissão dos candidatos aprovados neste processo seletivo dar-se-á de acordo com a necessidade da contratante Câmara Municipal de Caçador.

3.3. As atribuições dos cargos são as constantes do ANEXO I.

4. DAS PROVAS

4.1. O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos, conforme descrito no item 1.3 deste edital;

4.2. A prova objetiva realizar-se-á na data provável de 25/09/2016, em hora e local a serem definidos pela Comissão de Processo Seletivo e divulgados no sítio da Câmara Municipal, com antecedência mínima de 05 dias da data de realização do certame e terão duração de 04 (quatro) horas;

4.3. A prova objetiva para ambos os cargos será composta da seguinte maneira:

Disciplina	Quantidade de questões	Pontuação Mínima Exigida em cada Disciplina
Conhecimentos Gerais		
Língua Portuguesa	10	5,0
Legislação	20	10,0
Conhecimentos Específicos		
Conhecimentos técnico-profissionais	20	10,0

4.4.

O gabarito das provas objetivas será divulgado no sítio da Câmara Municipal de Caçador, até 01 (um) dia após a realização das provas.

4.5. Serão considerados aprovados na prova objetiva os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 25 pontos, observada a pontuação mínima exigida para cada disciplina.

4.6. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando automaticamente excluído do processo seletivo.

4.7. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento de Identidade oficial com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

4.8. Serão considerados documentos de Identidade:

- Cédula oficial de Identidade (RG);
- Carteira expedida por órgão de classe;
- Carteira de trabalho e Previdência Social;
- Certificado de Reservista;
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e
- Passaporte.

4.9. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como: bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a Comissão vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

4.10. Será eliminado automaticamente do processo seletivo o candidato que, durante a realização das provas:

- For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- Afastar-se do local de aplicação da prova durante sua realização, exceto com autorização e acompanhamento de fiscal da prova;
- Perturbar a ordem dos trabalhos;

4.11. Os candidatos só poderão sair do local do certame após uma hora do início da realização da prova, podendo levar o caderno de prova.

4.12. Os três últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

4.13. O gabarito da prova objetiva deverá ser redigido com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de forma legível e devidamente assinado pelo candidato.

5 . CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação final obedecerá ao somatório de pontos da prova objetiva.

- 5.2. Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 25 (vinte e cinco) pontos, observada a pontuação mínima exigida para cada disciplina.
- 5.3. Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos.
- 5.4. Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:
- maior nota na prova objetiva de conhecimentos técnico-profissionais;
 - maior nota na prova de português;
 - ter exercido a função de jurado;
 - maior idade;
- 5.5. Quando a igualdade de notas envolver, pelo menos, 1 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso.
- 5.6. Permanecendo o empate, a classificação se dará por sorteio público.
- 5.7. A classificação provisória será divulgada na data provável de 03 de outubro de 2016 no site da Câmara Municipal de Caçador.
- 5.8. O resultado final será divulgado na data provável de 10 de outubro de 2016, em jornal de circulação local, bem como no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no site da Câmara Municipal de Caçador.

6. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 6.1 A convocação dos candidatos será pessoal e publicada em jornal de circulação local, bem como no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no site da Câmara Municipal de Caçador.
- 6.2 O candidato que não atender a convocação de que trata o item anterior no prazo de 03(três) dias úteis, será automaticamente desclassificado, sendo convocado o próximo candidato.
- 6.3 No caso da desistência do candidato convocado, o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.
- 6.4 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços e telefones para contato.
- 6.5 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:
- Classificação no processo seletivo simplificado;
 - Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação;
 - Aptidão física e mental para o exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
 - Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;
 - Escolaridade em conformidade com habilitação exigida, nos termos do ANEXO I;
 - Declaração de obediência ao disposto no art. 37, XVI da Constituição Federal;
 - Conta corrente individual em banco designado pela Câmara Municipal;

7. DOS RECURSOS

- 7.1 Os recursos poderão ser interpostos em até 02 (dois) dias úteis, a contar da divulgação, por edital, das homologações das inscrições, da divulgação do gabarito da prova e da classificação provisória.
- 7.2 Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Processo Seletivo e protocolados junto à Câmara Municipal de Caçador, no Setor de Protocolo, utilizando-se o formulário constante do ANEXO IV, no horário das 13 às 19h.
- 7.3 Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo são as constantes no ANEXO I.
- 8.2 Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculados ao Regime Geral da Previdência Social;
- 8.3 Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo.
- 8.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo.
- 8.5 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador (SC), 18 de agosto de 2016.

Valmor de Paula

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

ANEXO I
ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Cargo	Atribuição	Habilitação
Analista de rh, licitações e compras	<ul style="list-style-type: none"> - manter atualizado as leis e os regulamentos referentes ao pessoal; - supervisionar todas as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, concurso público ou processo seletivo de acordo com as deliberações da Mesa Diretora; - elaborar, analisar e encaminhar para publicação os atos de pessoal relativos a concursos, nomeação, posse, férias, licenças, progressões, exonerações e outros; - acompanhar e manter atualizado os dados relativos a adicional por tempo de serviço e demais vantagens previstas na legislação dos servidores; - coordenar a revisão do Plano de Cargos da Câmara; - elaborar e controlar a movimentação de pessoal, escala de férias, frequência e licenças regulares e banco de horas; - acompanhar e manter atualizada a pasta funcional dos servidores e vereadores; - elaborar a confecção da folha de pagamento dos Vereadores e Servidores; - coordenar a execução das atividades de bem estar social para os servidores; - encaminhar para a contabilidade a documentação comprobatória da prestação das informações anuais dos Servidores e dos Vereadores, como RAIS, DIRF e outras; - supervisionar a organização e atualização dos registros de pessoal; - Acompanhar e supervisionar os atos referente a estágio probatório dos servidores; - operar os sistemas de compras e licitações; - analisar e manter atualizada a documentação das empresas cadastradas e que mantém contratos e convênios com a Câmara; - elaborar editais, contratos e convênios; - confeccionar editais, contratos e suas alterações, prorrogações, aditamentos, apostilamentos, rescisões, bem assim providenciar os procedimentos que envolvem sua elaboração; (Redação dada pela Lei Complementar nº 288/2015) - elaborar todas as fases dos processos licitatórios, em todas as modalidades, respeitando a legislação vigente; - supervisionar os trabalhos da Comissão de Licitações; - proceder à organização e arquivamento dos processos licitatórios; - elaborar e executar todos os procedimentos necessários para aquisição de materiais e serviços compreendendo compras diretas, registro de preço e pregão presencial e eletrônico; - operar e manter o portal eletrônico de compras; - proceder a pesquisas de preços; - encaminhar ao setor jurídico e contábil da Câmara, os processos licitatórios para a elaboração de pareceres; - proceder ao arquivamento de toda a documentação relativa aos processos licitatórios; - dirigir os trabalhos relativos à sua área de atuação, procurando solucionar as questões controversas, encaminhando-as, quando assim o exigir, ao superior hierárquico; - zelar pelo patrimônio da Câmara; - executar outras atividades correlatas. - Controlar os prazos referentes aos contratos e suas alterações; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 288/2015) <p>Carga Horária: 35 horas semanais</p>	Para ingresso na carreira: Ensino Superior em Administração de Empresas, Direito ou Ciências Contábeis

Assistente Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - executar os trabalhos de apoio à realização das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes e outras previstas no Regimento Interno da Câmara; - auxiliar servidores nos diversos setores; - receber e protocolar correspondências, registrando e conferindo dados e dar encaminhamento ao setor competente; - redigir documentos legais, relatórios e correspondências que tratam de assuntos de menor complexidade; - preparar e enviar correspondências; - executar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos; - executar atividades relativas a cadastros e registros em geral; - efetuar serviços de rotina como redação de correspondência oficial e digitação em geral; - elaborar, ordenar, conferir atualizar e arquivar formulários, documentos, ofícios, fichários, arquivos e relatórios administrativos; - abrir pastas, classificar expedientes e preparar etiquetas; - classificar e preparar documentos e materiais para microfilmagem, encadernação e arquivo; - operar equipamentos de fotocópias, fax, impressoras, áudio e vídeo; - realizar eventual entrega de documentos e recebimentos de material e malotes; - conferir os materiais e serviços adquiridos, estocando-os e distribuindo-os de acordo com as requisições; - auxiliar no controle dos contratos, seguros e garantias, verificando prazos de validade; - verificar periodicamente, manter o controle e o registro de estoques de utensílios, material de consumo e de expediente, providenciando sua reposição; - efetuar o registro e controle patrimonial dos bens da Câmara; - preparar, conferir e enviar requisições diversas; - controlar a entrega e o recebimento dos equipamentos e/ou materiais aos diversos setores; - selecionar, catalogar, classificar, e atualizar acervo bibliográfico; - atender a solicitações interna e externa de documentos arquivados controlando sua saída e providenciando fotocópias; - auxiliar na execução de programas e projetos desenvolvidos pela Câmara; - colaborar quando solicitado na remoção/relocação de mobiliário e equipamento da Câmara para adequação do espaço físico; - prestar serviços administrativos nos diversos setores da Câmara, para qual for designado; - atender o público em geral e fornecer informações; - outras tarefas afins. <p>Carga Horária: 35 horas semanais</p>	Ensino Médio completo e Conhecimentos Básicos em Informática
---------------------------	--	--

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Língua Portuguesa (PARA AMBOS OS CARGOS): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: empregos, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempo e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação.

Legislação Municipal Correlata (PARA AMBOS OS CARGOS): Constituição Federal de 1988: Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Dos Direitos Políticos, Dos Partidos Políticos. Da Organização do Estado: Da organização Político-Administrativa, Dos Municípios, Da Administração Pública. Dos Servidores Públicos. Lei Orgânica do Município de Caçador e Estatuto do Servidor Público Civil do Município de Caçador – Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Conhecimentos técnico-profissionais PARA O CARGO DE ANALISTA DE RH, LICITAÇÕES E COMPRAS: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Processo de Compras: fluxo básico do processo de compras, requisição de materiais, cotação, empenho, recebimento e inspeção de materiais. Lei Complementar Municipal nº 113, de 20 de agosto de 2007 – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Caçador. Obrigação de prestar informações: GFIP, DIRF e RAIS.

Conhecimentos técnico-profissionais PARA O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: Redação Oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição e a finalidade dos seguintes atos de comunicação: Ofício, Memorando, Decreto, Edital, Ata, Carta, Declaração, Despacho, Lei, Parecer, Portaria, Resolução, Relatório, Requerimento. Teorias de Administração Geral. Organização de Reuniões e Eventos. Direito Administrativo: Princípios, Atos Administrativos e Contratos Administrativos. Conceitos Fundamentais de Arquivologia: Princípio da Proveniência e Teoria das Três Idades de Arquivo. Informática: Word 2013: estrutura básica dos documentos, criação, exclusão e recuperação de documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos e rodapés, parágrafos, fontes, configuração de páginas, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, ortografia e gramática, controle de quebras, numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos pré-definidos, caixa de texto, mala direta. Excel 2013: Estrutura básica das planilhas, formatação de dados, estilos pré-definidos, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, validação, classificação, subtóais, obtenção de dados externos. Internet: E-mail, Segurança na internet, vírus e antivírus.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÕES

CARGO PRETENDIDO: () ASSISTENTE ADMINISTRATIVO () ANALISTA DE RH, COMPRAS E LICITAÇÕES

NOME COMPLETO: _____

CPF: _____ RG: _____

LOGRADOURO: _____ Nº: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____

TELEFONE: _____ CELULAR: _____

E-MAIL: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

() NÃO () SIM QUAL(IS): _____

DECLARO QUE SÃO VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES ACIMA PRESTADAS, BEM COMO QUE ESTOU DE ACORDO COM AS NORMAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016 – CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR.

CAÇADOR/SC ____ DE ____ DE 2016.

ASSINATURA

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

AO PRESIDENTE DE COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 01/2016 – CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR.

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO: _____

DATA: _____

Nº DO PROTOCOLO DA INSCRIÇÃO: _____

OBJETO DO RECURSO:

() EDITAL () INSCRIÇÃO () QUESTÃO Nº ____ () CLASSIFICAÇÃO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E FUNDAMENTOS: _____

Caçador/SC ____ de ____ de 2016.

Assinatura do Recorrente

Camboriú

PREFEITURA

PR 096/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 096/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES/ PEÇAS NOVOS E ORIGINAIS, RELATIVAMENTE AOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM OS COMANDOS ELÉTRICOS DE ACIONAMENTO DAS BOMBAS D'ÁGUA E AERADORES NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO E DEMAIS ÁREAS DE COMPETÊNCIA DESSA SECRETARIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 05 (Cinco) de Setembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.950 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 9.950 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.511 de 23 de agosto de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar			
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicação Direta			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 35.000,00		
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Vias Públicas e Logradouros			
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicação Direta			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00		
339093.00.896 -	Indenizações e Restituições	R\$ 30.000,00		
	Total	R\$ 70.000,00		

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração			
03.01 -	Serviço de Administração			
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicação Direta			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 36.264,96		
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente			
20.606.0030.1.011 -	Capacitação e Profissionalização do Jovem e da Mulher Rural			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicação Direta			
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.500,00		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00		
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio a Agricultura Familiar			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicação Direta			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.983,64		
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00		
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico			

23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicação Direta								
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 5.000,00							
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria								
1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicação Direta								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00							
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 1.000,00							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00							
400000.00.896 -	Despesas de Capital								
440000.00.896 -	Investimentos								
449000.00.896 -	Aplicação Direta								
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00							
22.661.0041.1.055 -	Apoio a Feira de Móveis e Decorações “Móvel Brasil”								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferência a Instituições Privadas								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 1.000,00							
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicação Direta								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 951,40							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 200,00							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00							
	Total	R\$ 70.000,00							

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

LEI Nº 4.511 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 4.511 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação								
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar								
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar.								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 35.000,00	
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Vias Públicas e Logradouros		
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00	
339093.00.896 -	Indenizações e Restituições	R\$ 30.000,00	
	Total	R\$ 70.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 36.264,96	
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0030.1.011 -	Capacitação e Profissionalização do Jovem e da Mulher Rural		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.500,00	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio a Agricultura Familiar		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.983,64	
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico		
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 5.000,00	
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria		
1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 1.000,00	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00	
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		

449000.00.896 -	Aplicação Direta								
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00							
22.661.0041.1.055 -	Apoio a Feira de Móveis e Decorações "Móvel Brasil"								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferência a Instituições Privadas								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 1.000,00							
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicação Direta								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 951,40							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 200,00							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00							
	Total	R\$ 70.000,00							

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.419 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.419 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, , BRUNO SEEFELD, Matrícula Funcional nº 000651, Registro no Sistema sob nº 955096, ao Cargo Público e exercendo a Função de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de junho de 2016 á 31 de dezembro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, sob nº 4245 em data de 05 de agosto de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.420 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.420 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, FÁBIO LUIS KOBUS, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, sob nº 4395 em data de 12 de agosto de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.421 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.421 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, FÁBIO LUIS KOBUS, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, sob nº 4395 em data de 12 de agosto de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.422 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.422 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública, RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, Matrícula Funcional nº 000065, Registro no Sistema sob nº 293860, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias de que trata o Caput deste Artigo, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção requerida e devidamente assinada pela da Servidora Pública, protocolada junto ao Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 19 de agosto de 2016 sob nº 4663.

Art.2º) A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 01 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
23 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1604/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1604/2016, na modalidade Pregão de nº 34/2016 tendo como objeto a: O objeto do presente EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE é a Recuperação do diferencial do caminhão caçamba (Truck) Ford, placas MMA 7765, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme especificações constantes no Anexo III.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	1	1,00	1.522,0000	1.522,0000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	2	1,00	1.099,0000	1.099,0000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	3	1,00	929,0000	929,0000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	4	18,00	18,8000	338,4000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	5	1,00	28,0000	28,0000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	6	1,00	63,5000	63,5000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	7	8,00	69,6000	556,8000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	4.536,70

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 23 de agosto de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 02/2016

RESOLUÇÃO MD Nº 2/2016

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS/SC, no exercício das legais atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 63 do seu Regimento Interno, bem como da competência que lhe confere o § 3º do art. 37 da Lei Federal no 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONSIDERANDO a realização das eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores, a ser realizada em 2016,

CONSIDERANDO o dever democrático de imparcialidade institucional e de não permitir, por suas ações e pela ação de seus agentes públicos, a desigualdade de oportunidade entre as candidaturas,

CONSIDERANDO a legislação eleitoral, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e a jurisprudência eleitoral e a necessidade de regulamentação das condutas vedadas da instituição e de seus agentes públicos,

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Resolução de Mesa define as regras a serem observadas pelos agentes públicos municipais da Câmara Municipal, diante das eleições de 2016 para prefeito, vice-prefeito e vereador.

§ 1º A base de leis para a definição das regras descritas nesta Resolução de Mesa é o Código Eleitoral, a Lei Federal no 9.504, de 30 de setembro de 1997, e as resoluções editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Considera-se, para fins desta Resolução de Mesa, como agente público da Câmara Municipal:

- I – vereador;
- II – servidor titular de cargo em comissão;
- III – servidor titular de cargo efetivo;
- III – empregado público;
- IV – estagiário;
- V – prestador de serviço terceirizado.

§ 3º A fiscalização quanto ao atendimento das normas previstas nesta Resolução de Mesa caberá ao Presidente da Câmara.

§ 4º O Presidente da Câmara Municipal responderá por omissão e pela condução tendenciosa dos trabalhos institucionais ou por outro ato que possa configurar desequilíbrio entre as candidaturas tanto na eleição para prefeito e vice-prefeito, como na eleição para vereador.

Art. 2º A divulgação de ação institucional da Câmara Municipal e da atuação de seus agentes públicos somente será admitida se tiver caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Parágrafo único. Considera-se como ação institucional a decorrente de matéria protocolada e em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 3º São vedadas, aos agentes públicos da Câmara Municipal, as seguintes condutas:

I – fixar, colocar ou distribuir material de campanha eleitoral de qualquer candidatura nos ambientes internos e externos da Câmara Municipal, inclusive janelas, fachadas e estacionamento;

II – realizar reuniões ou receber pessoas nos ambientes da Câmara Municipal para tratar de assuntos relacionados com campanha eleitoral de qualquer candidatura;

III – ceder ou usar, em benefício de qualquer candidatura ou candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração da Câmara Municipal, ressalvada a realização de convenção partidária;

IV – usar em reuniões de comissão, audiências públicas ou sessões plenárias de qualquer espécie adesivo ou outra forma de identificação de qualquer candidatura ou candidato;

V – usar, em ambiente de trabalho, adesivo ou outra forma de identificação de qualquer candidatura ou candidato;

VI – transportar em veículos oficiais ou locados pela Câmara Municipal material com propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VII – usar as redes sociais, o site ou qualquer outro meio de divulgação institucional, inclusive jornais, rádios e demais espaços contratados pela Câmara Municipal, para veicular propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VIII – realizar pronunciamentos em sessão plenária, reunião de comissão ou audiência pública que caracterize promoção pessoal ou propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

IX – ceder servidor da Câmara Municipal para partido político ou coligação;

X – permitir que servidor titular de cargo efetivo, servidor titular de cargo em comissão, empregado, estagiário ou terceirizado da Câmara Municipal realize campanha eleitoral para qualquer candidatura ou candidato, dentro ou fora do recinto da Câmara Municipal, durante o horário de expediente;

XI – usar o estacionamento da Câmara com veículo adesivado ou que contenha propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

XII – colocar propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato em muros e paredes Câmara Municipal, , mesmo que não lhes cause dano;

XIII – utilizar informações de qualquer espécie constantes em banco de dados da Câmara Municipal para a divulgação de material com propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato, mesmo por meios eletrônicos;

XIV - usar materiais ou serviços, custeados pela Câmara Municipal, que excedam as prerrogativas consignadas em regulamento;

XV - fazer ou permitir o uso promocional, em favor de qualquer candidatura ou candidato, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

XVI – guardar, estocar ou acumular material na Câmara Municipal ou em suas dependências referente a campanha eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

XVII - a utilização dos recursos provenientes da quota básica mensal para outro fim que não o de custear materiais e serviços pertinentes à atividade parlamentar institucional do Vereador.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º desta Resolução de Mesa, ao constatar o desatendimento de qualquer dispositivo desta Resolução de Mesa, por qualquer agente público, determinará a imediata cessação da conduta vedada, com a consequente apuração de responsabilidade.

Art. 4º Veda a veiculação, através dos serviços de Internet mantidos pela Câmara Municipal, de matéria que tenha como característica:

I – transmissão, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, de resultados ou imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral;

II – propaganda política;

III – tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

IV – divulgação de filmes ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente;

V – divulgação do nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com variação nominal por ele adotada.

VI – a partir da respectiva convenção, a transmissão de programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção;

§ 1º As restrições deste artigo deverão ser observadas nas transmissões das sessões plenárias, audiências públicas e reuniões de comissão.

§ 2º A observância das restrições estabelecidas será controlada pelas unidades administrativas responsáveis pela divulgação de matéria escrita ou de imagem via Internet ou Televisão.

Art. 5º Subsidiariamente ao disposto nesta Resolução de Mesa, serão aplicadas as demais normas previstas na legislação eleitoral, inclusive quanto ao conceito de propaganda eleitoral, aos prazos de vedação previstos no Calendário Eleitoral definido pelo Tribunal Superior Eleitoral e às restrições na área remuneratória e de pessoal.

Art. 6º Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 17 de agosto de 2016.

José Tadeu Guzatti	
Presidente da Mesa	
Dirceu José Kaiper	Maurílio Castro Campagnoni
Vice-Presidente	1º Secretário

Adavilson Telles
2º Secretário

Canoinhas

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 239/2015, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 239/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2015

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA FIRMAR CONTRATO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, através do presente, convoca a empresa Josiane Champowski ME a comparecer no Departamento de Licitações da Prefeitura de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, n.º 10 – Centro, Canoinhas -SC para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta, sob pena de decair o seu direito a contratação (conforme disposto no item 04 do edital), apresentar os seguintes documentos: a) Alvará de Licença para execução de serviços especiais de transporte coletivo, que deverá ser retirado junto ao DELEGACIA REGIONAL (de acordo com os arts. 136 e 137 do CTB); b) Declaração contendo o nome do motoristas que irão efetuar o transporte dos alunos, acompanhada da CNH dos motoristas (categoria D) e comprovante do mesmo ter participado de curso de Transporte de alunos. O comparecimento com os documentos acima indica que o convocado aceita a contratação nos valores cotados para os itens 02, 04 06 08 da Concorrência supra. Informações poderão ser obtidas diretamente no Setor licitações, ou pelo telefone n.º 3621 7705, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00 e a partir das 13h30 as 15h30min.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 107/2016

DECRETO Nº 107, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Determina a quebra da ordem cronológica de vencimento de fatura para priorizar o pagamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 5º, da Lei federal nº 8.666/93, cada Unidade da Administração nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO, a momentânea dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses e a crescente demanda de obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que em virtude do não pagamento dos valores devidos aos fornecedores, serviços estes imprescindíveis para a perfeita administração do Município, sendo necessária a imediata quitação para a continuidade dos serviços;

CONSIDERANDO, o Processo Licitatório nº 0010/2016, na modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 0001/2016 e Contrato de Prestação de Serviços de ATER Serviços nº 0001/2016, com o objeto de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, necessitamos priorizar o pagamento à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Administração e Finanças, através do serviço de Tesouraria Municipal, determinado a quebrar a ordem cronológica de vencimentos das faturas para priorizar o pagamento até 31 de dezembro de 2016, relativo ao fornecimento dos serviços acima especificados, nos termos do artigo 5º, da Lei federal nº 8666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de agosto de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

Decreto nº 108/2016

DECRETO Nº 108, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Revoga o Processo Licitatório nº 0082/2016, na modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 0003/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 245/2016, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 0082/2016, na modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 0003/2016, com objeto de contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços para implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Loteamento Santa Maria e Loteamento Nova Capinzal, com recursos do Ministério das Cidades/Caixa, Contrato de Repasse nº 0352.423-44/2011, Programa de Urbanização, regularização e Integração de Assentamentos Precários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de agosto de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

Decreto nº 109/2016

DECRETO Nº 109, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Revoga o Chamamento Público nº 002/2016, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 256/2016, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Chamamento Público nº 002/2016, com objeto de aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 23 de agosto de 2016.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

TERMO DE CESSÃO 05/2016

TERMO DE CESSÃO N. 05/2016

TERMO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO.

Por este Termo Particular de Cessão de Direito para extração de Cascalho, o Sr. ZELÇO BIAZUS, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 12R-1.235.144 e CPF sob nº. 515.760.239-15, residente e domiciliado na localidade de Linha Engenho Velho, Município de Caxambu do Sul-SC, SEDE, a MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, todos os direitos inerentes à extração de cascalho existente em parte de sua área de terras, Matrícula nº1.981, livro 02- Fls.19.289 sito na localidade de Linha Engenho Velho, neste Município de Caxambu do Sul-SC, nas seguintes condições e normas:

I - A área de terra que pode ser abrangida pela extração de cascalho é indeterminada, para extração de 300 (trezentas) cargas de cascalho de caminhão caçamba basculante.

II - Permitirão ao cedido por seus prepostos o direito de acesso a cascalheira, sem qualquer oposição ou embaraço.

III - A duração da presente cessão será da data de sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo até a extração total das cargas de cascalho.

IV - O cedente receberá por esta cessão a importância de R\$ 8,00 (oito reais) a carga de cascalho de caminhão basculante trucado, totalizando a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) a ser pago da seguinte forma: em até 10 dias após a retirada do cascalho mediante apresentação do relatório emitido pelo responsável da Secretaria Municipal de Transportes.

a) Os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término da extração, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de retirada, serão anulados, não cabendo ao cedente vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município em retirar a totalidade.

V - A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável sem cláusulas de arrependimento.

E, por estarem justos e acordes com o presente assinam o presente juntamente com duas testemunhas, passando a produzir os efeitos legais.

Caxambu do Sul - SC, em 22 de Agosto de 2016.

ZELÇO BIAZUS

Proprietário

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS: 1) _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 02_2016

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2016.

REJEITA AS CONTAS DO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO TCE/SC Nº 02/09639636 DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL/SC.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário REJEITA e a Mesa promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º - Ficam rejeitadas as Contas do processo de tomada de contas especial do TCE/SC nº 02/09639636 do Prefeito Municipal de Caxambu do Sul – SC (Gilberto Ari Tomasi).

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, 22 de agosto 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN

Presidente

OSVALDO HUNTEMAM

Vice-Presidente

ARI JOSÉ POMPEU DA SILVA

1.º Secretário

INÉDIO ANTELMO TOMASI

2.ª Secretário

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 328/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 328/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15, (quinze) dias, datado de 19.08.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público PEDRO LOPES, Operador de Equipamentos – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 19.08.2016 a 02.09.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 19.08.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 329/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 329/2016

- CONSIDERANDO a Portaria 328 de 23.08.2016 que concede licença para tratamento de saúde ao Servidor Pedro Lopes;

- CONSIDERANDO que o Servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Saúde;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor, MARCELO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 19.08.2016 a 02.09.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.07.2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 058/16 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 058

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação dos recursos federais do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária no dia 18 de agosto de 2016, no uso da competência e das atribuições que lhe são conferidas, como acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos Serviços, Programas e Projetos aprovados da Rede Socioassistencial do Município.

Considerando que o Plano de Aplicação se constitui como instrumento que facilita e organiza a utilização dos recursos federais do índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família –IGD-PBF no município;

Considerando que o valor do saldo até o presente no valor de R\$41.000,00 (quarenta e um mil reais) será aplicado na aquisição de um (01) veículo, dentre outros materiais de custeio e investimento, além de diárias para as capacitações do gestor do Bolsa Família e dos conselheiros.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Aplicação dos recursos federais do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cocal do Sul, 18 de agosto de 2016.

ROSICLEI PRIOR VIOLA

Presidente do CMAS

Concórdia

PREFEITURA

APLICAÇÃO DE SANÇÕES PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO 182/2014-1

Processo Licitatório nº 182/2013

Pregão Presencial nº 62/2014

Contrato nº 237/2014

Concessionária: I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME.

APLICA-SE à empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 91.935.270/0001-40, com sede na Rua João Batista Contelle Filho, nº 488, na cidade de Erechim-RS, CEP 99704-322 neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, senhor, SILVESTRE CORDONE, portador da Cédula de Identidade nº 1018980795 e inscrito no CPF sob nº 342.644.420-87, pelo inadimplemento contratual, conforme apurado no Processo Administrativo 182/2014-1 PMC, as seguintes sanções:

- Pagamento de multa de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor do contrato, de R\$ 153.900,00 (cento e cinquenta e três mil e novecentos reais), resultando no valor de R\$ 30.780,00 (trinta mil, setecentos e oitenta reais), de acordo com o disposto no item 10.1.3, Cláusula Décima do Contrato 237/2014;

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos, conforme disposto no item 10.5.1. da Cláusula Décima do Contrato 237/2014.

Concórdia, SC, 22 de agosto de 2016

ANGELO BENINI FANTIN

Gestor de Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016 – FMEC

Objeto: Aquisição de equipamentos e material esportivo para serem instalados nas quadras poliesportivas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 09/09/2016.

Abertura: dia 12/09/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 23 de agosto de 2016.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Diretor Superintendente da FMEC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 466/2016

DECRETO Nº 466/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. IZABEL COLOMBELLI, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20h (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO RESULTADO LICITAÇÃO-PROC. 63/2016-PPR 23/2016

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão de Presencial para Registro de Preço nº23/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 63/2016

SOLICITANTES: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Administração e Secretaria de Infraestrutura.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS SOLICITANTES. VALOR TOTAL DO PROCESSO – Valor R\$ 35.681,20 (Trinta e cinco mil e seiscentos e oitenta e um reais com vinte centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a seguinte empresa: BORRACHARIA E LAVAGEM DE VEÍCULOS ÁGUA LIMPA LTDA ME no valor total de R\$ 35.681,20, adjudicado em favor da empresa vencedora o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado, no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 23 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1093/16

DECRETO Nº. 1093/16

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1981/10 de 17 de agosto de 2010 e com base na Portaria nº 430/08 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, que fica assim constituído:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Fernando Gean Lunelli;

Suplente: Ernesto Felipe Blunk.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Jaqueline Pscheidt;

Suplente: Juliana Twardowski.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Márcia Fossile;

Suplente: Juliane Umetsu.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Rosangela Rangel;

Suplente: Carin Gessner.

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS - ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Elaine do Amaral;

Suplente: Juliana Voit Kühl.

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Beatriz Maria Maurer;

Suplente: Daniela Neves de Souza;

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA E ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

Titular: Antônia Regina de Farias;

Suplente: Rosa de Arruda da Silva;

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

Titular: Daniel Teles de Freitas;

Suplente: Carla Morgana Cordeiro.

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Diana Seidel;

Suplente: Ana Lucia da Silva Siqueira.

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Edson Schimanski;

Suplente: Adilce P. Pacheco.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de agosto de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DE MOTONIVELADORAS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS NO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS. CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/09/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 05/09/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Agosto de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa AUTO CHAPEAÇÃO CURITIBANOS LTDA ME, com o valor total de R\$ 120,00 (Cento e vinte reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA REFERENTE CONserto DO VEÍCULO SPIN PLACA MLJ 0114 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME APÓLICE DE SEGURO DA EMPRESA PORTO SEGURO SEGURADORA LTDA, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO II E DOCUMENTAÇÃO E ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de: II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 23 de Agosto de 2016.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 23 de Agosto de 2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 23 de Agosto de 2016.

Joelma Aparecida Vargas
Presidente do Fundo

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 189/2016

PORTARIA Nº 189/2016

INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido ao servidor Municipal NEODIMAR BASSANI, ocupante do cargo de GMC, retornando as atividades em 24/08/2016, conforme solicitação do Secretario Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 24 dias do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025_2016 RP 0018-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0025/2016 – FMS

Registro de Preços nº 0018/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de materiais de consumo e materiais específicos para realização de exames laboratoriais, para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde. Vigência/Validade da Ata: setembro de 2016 a fevereiro de 2017. Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 08.09.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de agosto de 2016.

Ivo Biazzolo – Prefeito

DECRETO Nº 216/2016

DECRETO Nº 216, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0001-000 DA QUADRA 282, COM 59.833,97M², DE PROPRIEDADE DE AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazzolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 3099/2016, fica aprovado o Desmembramento do Lote nº 0001-000 da quadra 282, com área de 59.833,97m², matriculado sob nº 11829, no Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, de propriedade de Agrícola Fraiburgo S/A, inscrita no CNPJ sob nº 86.548.724/0001-90, situado na Av. Videira, Bairro São Sebastião, conforme abaixo descrito:

a) A área desmembrada 01 com 11.095,25m², será cadastrada neste município como lote nº 0001-002 da quadra 282;

b) A área desmembrada 02 com 12.071,13m², será cadastrada neste município como lote nº 0001-003 da quadra 282;

c) A área desmembrada 03 com 13.214,82m², com as benfeitorias medindo 2.759,37m², será cadastrada neste município como lote nº 0001-004 da quadra 282;

d) A área desmembrada 04 com 3.338,21m², será cadastrada neste município como lote nº 0001-005 da quadra 282;

e) A área remanescente 20.114,56m², permanecerá como lote 0001-000 da quadra 282.

Art. 2º - Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008,

os lotes serão classificados como ZII-1 (Zona de Interesse Industrial Um).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE AGOSTO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 217/2016

DECRETO Nº 217, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD PARA O BIÊNIO 2016/2018.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 2297, de 23 de junho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, com mandato de 2 (dois) anos, que compreende o período de 23 de agosto de 2016 a 23 de agosto de 2018, dos seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I – Representantes da ACIAF – Associação Empresarial de Fraiburgo:

Titular: Sidnei Rezzadori

Suplente: Não nomeado pela instituição

II – Representantes da A1 - Anon:

Titular: Adão Domingo Rosa

Suplente: Sirlei Terezinha Rosa

III – Representantes do A.A – Alcoólicos Anônimos:

Titular: Francisco Segala

Suplente: Nelci Lino dos Santos

IV – Representantes da Escola de Educação Básica São José:

Titular: Deise Pinz Lopes

Suplente: Lucia Faber

V – Representantes do IFC – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense:

Titular: Davi Penno

Suplente: Michelle Franzoni Inacio

VI – Representantes da Loja Maçônica Cavaleiros Templários:

Titular: Jean Carlo Rohling

Suplente: Antonio Rogério Xavier Batalha

VII – Representantes da Loja Maçônica Obreiros da Paz:

Titular: Jucélio Parenti

Suplente: Marcos Westphal Gonçalves

VIII - Representantes do Poder Judiciário:

Titular: Álvaro João Pedrosa

Suplente: Cristiane Fernanda Werlang

IX – Representantes da Polícia Militar:

Titular: Adir Koggi Marcondes

Suplente: Antonio Campos

X – Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Anete Antonia Macagnan Gonçalves Lins

Suplente: Dayana Aparecida Rumpel Dalagnol

XI – Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Maves Gislaiane Schleder Borczsz

Suplente: Juliana Padilha Ribeiro

XII – Representantes da Secretaria da Saúde:

Titular: Bethania Santos Vieira Rohling

Suplente: Geovana Liebl

XIII – Representantes do SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina:

Titular: Elusa Aparecida de Liz Oliveira

Suplente: Josué Evandro Conchi

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE AGOSTO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1664/2016

PORTARIA Nº1664, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO PERÍMETRO URBANO DE FRAIBURGO, NOS TERMOS DO CONTRATO CT16PMF114.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; considerando as disposições contidas no contrato administrativo n. CT16PMF114;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Acompanhamento da Realização do Diagnóstico Socioambiental do Perímetro Urbano de Fraiburgo, nos termos do contrato CT16PMF114; em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP, para atuar em colaboração com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, composta pelos seguintes agentes públicos:

- a) André Luiz de Oliveira – Secretário de Finanças, responsável pela Secretaria de Administração e Planejamento;
- b) Débora Peliser – Engenheira Ambiental e Sanitarista;
- c) Michelle Ribeiro – Arquiteta;
- d) Taylor Martello – Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente, responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- e) Wigand Leonhardt – Diretor de Departamento de Obras.

Art. 2º. Fica designado como gestor do contrato o agente público Wigand Leonhardt.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 23 DE AGOSTO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1665/2016

PORTARIA Nº 1665, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01173/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a servidora MARLENE FORTES que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANE DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.176.679-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 31 de agosto de 2016 até 05 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1666/2016

PORTARIA Nº 1666, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01172/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva SIMONE PILON DELFES CONSTANTINO que assumiu a turma da professora JUCENI MELLO CAREGNATO que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVANIR BENKE FANTINEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.557.449-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 31 de agosto de 2016 até 05 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 12.08.2016B**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
12.08.2016	SUS	DST/AIDS/HEPATITES	2.500,00
12.08.2016	SUS	PROGRAMA ACADEMIA DE SAÚDE	3.000,00

Secretaria de Finanças

PRESTAÇÃO DE CONTAS PMF 09-08**ANEXO IV****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS			CPF: 133.199.739-91	
Nota de Empenho:	1596	Data: 02/08/2016	Valor Total: 1.696.161,83	
Ordem de pagamento:	2316	Data: 08/08/2016	Valor: 180.000,00	
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0008.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
	9/8/2016	Repasse da Prefeitura	180.000,00	
		Recursos Próprios	630,62	
		Tarifas Bancárias	106,80	
NF 000119	10/8/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		4.959,90
NF 000015	10/8/2016	Clínica Médica Neves Eireli EPP		3.032,14
NF 000056	10/8/2016	Nelzi Clínica Médica		5.951,88
NF 000071	10/8/2016	Fusatto & Xavier S/S		343,26
NF 000010	10/8/2016	Clínica Médica Fernandes S/S Ltda - ME		6.081,48
NF 000468	10/8/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME		514,89
NF 000049	10/8/2016	Climei Clínica de Medicina Integrada		8.679,83
NF 000084	10/8/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		26.099,69
NF 000085	10/8/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		3.378,60
NF 000086	10/8/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		514,89
NF 000200	10/8/2016	Diagmax Joaçaba Clínica Médica Ltda		20.876,98
NF 000070	10/8/2016	Fusatto & Xavier S/S		6.334,88
NF 000117	10/8/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		2.893,27
NF 000466	10/8/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME		6.334,87
NF 000064	10/8/2016	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda		5.846,26
NF 000063	10/8/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME		12.567,30
NF 000238	10/8/2016	Master Clinic Serviços Médicos S/S		6.326,27
NF 000442	10/8/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME		1.500,00
NF 000727	10/8/2016	Clínica de Anestesiologia Videirense S/C Ltda		18.619,84
NF 000123	10/8/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		15.936,56
NF 000048	10/8/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli		7.376,14
NF 000136	10/8/2016	Calixto Mainardes Serv. Médicos e Hospitalares Eireli - ME		8.615,53
NF 000753	10/8/2016	Clínica Médica Gomes e Fontinele S/S		2.416,65

NF 013992	10/8/2016	Hospital Salvatoriano Divino Salvador	1.628,10
NF 095175	12/8/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos Hospitalares Ltda	760,00
ISSQN	10/8/2016	Imposto Sobre Serviços Qualquer	3.041,41
		Tarifas Bancárias	106,80
TOTAL GERAL			180.737,42

Dirceu Job Calgaro - Responsável

Cristiano Tessari - Responsável

Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 19 de agosto de 2016.

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 835/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

DECRETO Nº. 835/2016, 22 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso II, da lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.074	Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
138	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	TOTAL		R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.074	Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
137	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	TOTAL		R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 22 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 152/2016

DECRETO N.º 152, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 241.338,60 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 241.338,60 (duzentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	217.533,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	4.673,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	4.673,00
13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	97.860,00
4.4.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	97.860,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	115.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	115.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	23.805,60
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	23.805,60
3.3.90.0.2.14.001067 - Aplicações Diretas	23.805,60

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 241.338,60 (duzentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 747/2016.

PORTARIA N.º 747, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º

1000/2005, a candidata ELIANA SEIBEL WEIZENMANN, CPF n.º 003.019.640-09, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e locais de trabalho, que estão sob sua responsabilidade;

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/08/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 748/2016.

PORTARIA N.º 748, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CRISTINA MARTINS DA SILVA, CPF n.º 023.413.989-79, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de: possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando

na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 749/2016.

PORTARIA N.º 749, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ANDREIA MARIA DE CARVALHO RODRIGUES, CPF n.º 106.656.216-47, aprovada e classificada como 4º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/08/2016, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 756/2016.

PORTARIA N.º 756, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.
DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico de Contabilidade, CPF n.º 868.594.719-72, para responder interinamente e com ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, de 24/08/2016 a 07/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 128/2016

DECRETO Nº 128, de 23 DE AGOSTO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOSE CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta com os seguintes membros com mandato até agosto de 2018:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

- Titular: Eliane Nagel Cristofolini
- Suplente: Regina Fock Froehlich

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

- Titular: Ursula Schögl
- Suplente: Francine Milene Romão

Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social:

- Titular: Ana Claudia Pionhievicz
- Suplente: Iara Dutra de Armas

Representantes da Divisão de Esportes e Cultura

- Titular: Christine Zwettler Teixeira
- Suplente: Cristiane Luiza Garcia Salazar

Representantes do Governo Municipal - Assessoria Direta do Prefeito:

- Titular: Arildo Pereira
- Suplente: Dayane Miranda Rocha

Representantes das Associações de Moradores do Município

- Titular: Ursula Schwarz
- Suplente: Adriana Felicio

Representantes da APAM _ Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

- Titular: Luiz Henrique da Silva
- Suplente: Verli Eger Kreschner

Representantes da ACIG – Associação Comercial e Industrial de Garuva

- Titular: Michele de Souza
- Suplente: Adolar Umlauf

Representantes da Associação de Pais e Professores do Município

- Titular – João Wolmar Melo
- Suplente: Nilton Schorr

Art. 2º - Os membros deste Conselho serão regidos pela Lei Federal 8069/90, com seus anexos e legislação correlata.

Art. 30. – Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa da Dra. Sheyla Cristina Chaves, OAB/SC 21428.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.129, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.129, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Ensino Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 268 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 342 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Projeto: 1029 Construção, Reforma e Ampliações de Escolas, Quadras Esportivas, Laboratórios e Salas Multifuncionais	
Despesa: 270 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.132, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.132 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA ANA MARIA MIGUEL GOMES DA SILVA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ANA MARIA MIGUEL GOMES DA SILVA, CPF nº 816.718.909-06, do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada com 30 horas semanais na Secretaria de Saúde, nomeada pelo Decreto 116/97, a partir de 10 de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de agosto de 2016.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.139, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.139, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
MARIELLEN ARALDI	FARMACÊUTICO	40	10º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de agosto de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

EXTRATO DO ADITIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO FMS-2037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO FMS-2037/2015

VENCTO.: 31/12/2016. Dispensa nº: 111/2015. OBJETO: Rescisão do contrato de locação de imóvel destinado às instalações da Estratégia de Saúde da Família do Centro e do bairro Sete de Setembro de Gaspar, localizado na Rua Industrial José Beduschi, nº 99, bairro Centro – Gaspar/SC. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADO: ALDO ZIMMERMANN (606.936.309-49). VALOR TOTAL: R\$ 13.321,25 (treze mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos).

Gaspar/SC, 29 de junho de 2016.

CLEONES HOSTINS | Secretário Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE Nº 176/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 176/2016

OBJETO: Contratação de prestação de serviços técnicos especializados e suporte em hardware e software para solução de telefonia do Paço Municipal e do Edifício Edson Elias Wieser, por um período de 12 (doze) meses. CONTRATADO: DIGITRO TECNOLOGIA LTDA. (83.472.803/0001-76). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ R\$ 21.607,32 (vinte e um mil, seiscentos e sete reais e trinta e dois centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 22 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

PORTARIA Nº 5.003, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 5.003, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DO PROCESSO QUE ESTABELECE NORMAS QUANTO A DIRETRIZES DE INTENÇÃO DE VAGAS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Comissão do processo que estabelece normas quanto a diretrizes de intenção de vaga nas Instituições de Educação Infantil administradas pela Secretaria Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

I – Sanira Cristina Dias;

II – Grasiela Werner da Silva;

III – Lilian Merisio Bretzke Habtzreuter;

IV – Marcia de Oliveira Caetano;

V – Marileusa Deschamps;

VI – Ruan Felipe Hoffmann; e

VII – Doraci Lami.

Parágrafo único. A presidente da Comissão será Sanira Cristina Dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de agosto de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 40/2016 - SAMAE**

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 40/2016

OBJETO: Aquisição de portas e janelas de alumínio para o SAMAE.

CONTRATADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIA DE ALUMÍNIO MERLO LTDA ME (08.847.537/0001-01)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 6.633,95 (seis mil, seiscentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos).

DATA VIGÊNCIA: 23/08/2016

DATA VENCIMENTO: 30/12/2016

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 23 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 57/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 57/2014.

CONVITE Nº 28/2014

PROCESSO Nº 23/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: DIOGO DEMARCHI SILVA, razão social alterada para MEIRE KARIANE AMARAL.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 07/07/2016 bem como aditar em 9,49% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC. O valor total do contrato será acrescido em 9,49% atualizando o valor global do contrato para R\$ 47.142,00 (Cinquenta mil quinhentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos) ficando mensalmente o valor de R\$ 3.928,50 (Três mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos). O contrato original tem por objeto a contratação de empresa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE, MANUTENÇÃO, CONFIGURAÇÃO E DEMAIS TAREFAS REFERENTE AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, pertencente ao MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2015

Extrato do Quarto Termo Aditivo referente ao contrato nº 049/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 049/2015.

Tomada de Preço nº 003/2015

Processo nº 034/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar o contrato original por mais 30(trinta) dias a partir de 30/07/2016. O contrato original tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ABEL CAPELA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 27 de Julho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2015

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 057/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 057/2015.

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015

PROCESSO Nº 71/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: Readequar o contrato modificando itens, quantidades e serviços inicialmente licitados, conforme Planilha de Readequação (em anexo) para melhor adequação da execução dos serviços e consequentemente do objeto contratual, já autorizada pelo Setor de Planejamento e aprovada também pela Caixa Econômica Federal. O valor total a ser suprimido no presente termo é de R\$ 88.743,24 (Oitenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos), e o valor total a ser acrescido é de R\$ 97.092,76 (Noventa e sete mil e noventa e dois reais e setenta e seis centavos), ou seja o valor total do contrato será acrescido em R\$ 8.349,52 (Oito mil trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) restando no acréscimo contratual de 2,15% se enquadrando dentro do limite estabelecido em conformidade com o que preconiza o art. 65, da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

Governador Celso Ramos, 08 de Junho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2016

Extrato de Contrato Nº 45/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 67/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: Wagner e Simone Produtos Hortifrutigranjeiros Ltda-ME.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo do contrato terá vigência até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/08/2016.

Governador Celso Ramos, 23 de Agosto de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (DB S.A.)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que DB S.A. Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda forneceu, ao preço de à vista e dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, equipamento para o a Secretaria de Administração e Fazenda, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DB S.A. COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

Ordem de Pagamento: 2132

Nota Fiscal: 987/2016

Valor: R\$ 138,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (SILVA & VITORASSI)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que SILVA E VITORASSI INFORMÁTICA E REMANUFATURAMENTOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SILVA E VITORASSI INFORMÁTICA E REMANUFATURAMENTOS LTDA.

Restos a Pagar: 0819, 1219, 1251, 1975, 1976.

Empenhos: 0035, 0933, 1053, 2545, 2589, 3136, 0040, 0069.

Restos a Pagar: FMS. 0759, 0760, 0451.

Valor: R\$ 1485,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 22 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 97.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA CABEAMENTO ESTRUTURADO SALA INFORMÁTICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº97/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 118/16, Edital de Pregão Presencial Nº 97/16, Objeto: Aquisição de Materiais e Mão-de-Obra para instalação de cabeamento estruturado na sala de informática na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 06/09/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 06/09/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 23 de Agosto de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº01/2016 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços 01/2016
Processo Licitatório: 01/2016
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E DIESEL COMUM
Entrega dos Envelopes: 06/09/2016 às 09h30min
Abertura dos Envelopes: 06/09/2016 às 09h30min
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Butschardt, 05, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0048.
Guaramirim (SC), 23 de agosto de 2016.
CAMILA EMANOELA WARMEING
GESTORA DO HSA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 98/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 98/2016 PMG
Processo Licitatório: 98/2016 PMG
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, TIPO SUV, COM PLOTAGEM INCLUSA, PARA A POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 12/09/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 12/09/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de agosto de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA – 2ª CHAMADA -PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2016 PMG

Convocação para Apresentação de Amostra – 2ª Chamada
Processo Licitatório nº 121/2016 PMG.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO CADASTRAL, GEOPROCESSAMENTO, FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA CADASTRAL E CARTOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES GEOREFERENCIAIS – CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – BEM COMO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Tendo em vista que a amostra do primeiro colocado foi reprovada por não atender aos requisitos essenciais do Edital, conforme parecer da Comissão Técnica de Avaliação designados pela Portaria 482/2016.

Convoca-se o segundo colocado, a licitante TOPOCART TOPOGRAFIA E ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO S/S LTDA para apresentar sua amostra, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, improrrogáveis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local indicados no item 9.B do instrumento convocatório:

Guaramirim, 23 de agosto de 2016.
Lauro Frohlich
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 679/2016

DECRETO Nº. 679/2016

Altera Decreto nº. 512/2015, que regulamenta o comércio eventual, a venda ambulante e os eventos de caráter transitório e/ou eventual no Município.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 512/2015 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

“Art. 8º

I - documentos de identificação do requerente: se pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e cópia do contrato social (ou equivalente) com alterações; se pessoa física, cópia da carteira de identidade, CPF e comprovante de residência.

II -

§ 1º Somente será admitida, no Município de Guaramirim, a venda ambulante de produtos de gênero alimentício.

§ 2º Quando se tratar de venda a varejo em espaço único ou individual (stands) fica o promotor do evento responsável por cumprir a legislação da vigilância sanitária, sendo que para cada comércio (stand) existente no evento será cobrado do promotor as taxas equivalentes que devem ser pagas até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento.” (NR)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA I: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016 – PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial n.º 132/2016 – PMG

1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

Inclusão dos itens 3.3 e 3.4 no objeto do ato convocatório.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 08/09/2016 às 10h e 30min, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira das 08:00h às 14:00h e pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de agosto de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2016 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para locação de fotocopiadore para administração direta e indireta do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Reinkjet Tintas, Toners e Informática Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.504.465/0001-78 e Inscrição Estadual nº 253.960.916, estabelecida na Rua Uruguai, nº 147, bairro Ponta

Aguda, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto o acréscimo em 25% (vinte e cinco por cento) do item 1.1 (VOLUME ANUAL DE CÓPIAS A4 LASER MONO E LOCAÇÃO DE 102 (CENTO E DUAS) MÁQUINAS (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)), totalizando o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 10/08/2016 Vigência: 06/05/2017.

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 514/2016

PORTARIA Nº. 514/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis para realização de Leilão Público.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, para realização de Leilão Público:

I – Gelásio Fiamoncini – presidente;
II – Dirceu Luis Bernardi;
III – Ivo Rangheti;
IV – Maurício Pianezzer;
V – Ilson Girolla.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de agosto de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 48/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 48/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 236/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: J.P.R. AMBIENTAL – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA EPP

OBJETO: Serviços de Diagnostico Socioambiental de acordo com o Parecer Técnico nº. 34/2014/GAM/CIP do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na sede do município e Linha Pessegueiro, interior do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 7.843,12

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2016

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 01/09/2016 ate 31/10/2016

Guarujá do Sul, SC, 23 de agosto de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.568/2016.

DECRETO Nº 3.568/2016.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, III, da lei municipal 3.126/2015 de 07/12/15 (loa) e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.062 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 29

Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 28

Valor: R\$ 50.000,00

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 22 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 22 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 968/2016

PORTARIA Nº 968/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ANGÉLICA BIANCHETTI DA SILVA (Matr. 4357), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Sandra Kangerski Bottega, junto a ERM Profº Alcino Fernandes, a partir de 23 de agosto de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 65º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 967/2016

PORTARIA Nº 967/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Temporariamente Ampliação de Carga Horária, de 20 para 40 horas semanais, à Servidora SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Matr. 4261), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, a partir de 23 de agosto de 2016.

E, CONCEDER Função Gratificada, FG-03 de Responsável por Secretaria de Escola, à Servidora supracitada junto ao EBM Estação Luzerna, a partir de 23 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ibiam

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2016

O Município de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação, na modalidade de Concorrência Pública, pela outorga da concessão para explorar o TERMINAL RODOVIÁRIO JOSÉ DESEGNA, por um período de 5(CINCO) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Entrega dos envelopes: até o dia 28/09/2016 até às 13:30 horas

Abertura dos envelopes: 28/09/2016 às 13:40 horas

Tipo de Avaliação: Melhor Oferta

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site: www.ibiam.sc.gov.br ou, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 23 de Agosto de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 035/2016

MUNICÍPIO DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2016

O Município de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de seguros RCO para os ônibus placas MLT-2044, MKW-6236 e MKL do Município de Ibiam. Entrega dos envelopes: até o dia 12/09/2016 até às 13h30min.

Abertura dos envelopes: 12/09/2016 às 13h45min. Tipo de Avaliação: Menor Preço por Lote. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, com a nova redação dada pela LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.ibiam.sc.gov.br ou Fone (0**49)534-0044. Ibiam, 23 de Agosto de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 531/2016

PORTARIA Nº 531/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr JOSÉ ARLINDO BERNARDI JR, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 23 de agosto de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 144, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 144, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA			
Viver Bem			
16.482.0020-2.043			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)		Aplicações Diretas	13.000,00
Total			13.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, apurados no exercício 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 143, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 143, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

29 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0143)	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		40.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, apurados no exercício 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO: SEAST 2016/11 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2016/11 – A/00

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

CNPJ 86.431.749/0001-09

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEAST DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Valor: R\$ 13.742,90 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 21/2015 Dispensa: 03/2016

Imbituba, 11 de Agosto de 2016.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda

Representante Legal

Contratada

LEI Nº 4.747, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

LEI Nº 4.747, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização para alienação de bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos, dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos, todos integrantes do patrimônio do Município de Imbituba, conforme as descrições e características constantes do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. Todo o patrimônio mencionado no caput será alienado na forma prescrita pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º A importância apurada com a alienação dos bens referidos no artigo anterior será obrigatoriamente empregada na aquisição de bens de capital.

Art. 3º A alienação de que trata esta Lei será precedida de avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal, criada pela Lei nº 2.483, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias para formalizar legalmente o disposto nesta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

ANEXO ÚNICO

LEI Nº 4.747, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS OU OBSOLETOS

1. Automóvel Triciclo I/DAYUN DY 200 ZH, à gasolina, cor branca, ano modelo 2009/2010, placa MHH 4968;

2. Moto HONDA/CG 125 FAN KS, à gasolina, cor branca, ano modelo 2010/2011, placa MIT6419;

3. Caminhão M.BENZ/LK, à diesel, cor branca, ano modelo 1990/1990, placa MAE1061;

4. Automóvel GM/Celta 4P LIFE, à gasolina, cor branca, ano modelo 2004/2005, placa MDI8028;

5. Caminhão VW/12.170, à diesel, cor branca, ano modelo 1997/1998, placa LZC9978;

6. Trator esteira D41ª/KOMATZU;

7. DUCATO/FIAT MULT JAED T, ano modelo 2006/2007, à DIESEL, cor branca, placa MDW-9747;

8. FIAT Pálio FIRE ECONOMY, ano modelo 2010/2011, à álcool-gasolina, cor branca, placa MGW3917;

9. FIAT Pálio FIRE ECONOMY, ano modelo 2010/2011, à álcool-gasolina, cor branca, placa MGW4057;

10. KIA BESTA GS GRAND, ano modelo 2004, à diesel, cor branca, placa MCD9893;

11. Fiat/DUCATO MINIBUS, ano modelo 2005/2006, à diesel, cor branca, MDM6747; e

12. SUCATAS DIVERSAS.

PORTARIA PMI/GGP Nº 466/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 466, de 23 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 5.931, de 13 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. NILCÉIA FERREIRA SILVA DE MELO, inscrita no CPF sob o nº 749.732.409-82, Professora, matrícula nº 414, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 467/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 467, de 23 de agosto de 2016.
Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 6.087, de 15 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. NILTON RAMOS ANTÔNIO, inscrito no CPF sob o n.º 432.918.059-68, Auxiliar de Serviços, matrícula n.º 425, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta -parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 468/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 468, de 23 de agosto de 2016.
Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 5.427, de 06 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. ALBA DA ROSA VIEIRA, inscrita no CPF sob o n.º 520.892.319-04, Professora, matrícula n.º 19, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 469/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 469, de 23 de agosto de 2016.
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.595, de 05 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. CLÉLIA KÁTIA BARCELOS, brasileira, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 377.288.659-00, matrícula n.º 99, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 470/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 470, de 23 de agosto de 2016.
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.949, de 12 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MARIA FRANCISCA VERA WOLFF, brasileira, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 578.794.279-53, matrícula n.º 2032, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 471/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 471, de 23 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.202, de 16 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MARIA DE LOURDES DAVID, brasileira, Visitadora Sanitária, inscrita no CPF sob o n.º 888.440.999-34, matrícula n.º 1800, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 472/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 472, de 23 de agosto de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor LUIZ CARLOS GONZAGA NEVES, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 888.450.529-15, admitido em 26 de junho de 2011, contrato nº 5908, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.08.2016 a 29.10.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 473/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 473, de 23 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Procuradora, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 22 de agosto de 2016, a Sra. LETIANE APARECIDA MOUSQUER, brasileira, Advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 10.722, inscrita no CPF sob o n.º 514.528.040-87, para exercer o cargo de Procuradora, junto a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 022, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 022, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a Portaria PMI/GGP nº 465, de 22 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 14114/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública na Rua Naestru Jú, centro - Imbituba em frente à Praça Henrique Lage Sra. Cristiane Kirsch Rocha, inscrito CNPJ nº 24.347.617/0001-46, residente na Rua Rua Baleia nº S/N, Ibiraquera, Imbituba/SC para serviços de ambulante de alimento (Venda Food Trailer), dias de funcionamento Quarta feira á Domingo no horário das 11:30h às 23:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa

da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 18 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 18 de novembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de agosto de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 023, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 023, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a Portaria PMI/GGP nº465, de 22 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 e 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 15580/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação da utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada na Avenida Álvaro Catão e Rua Irineu Bornhausen Próximo à Estação Ferroviária, Centro, Imbituba ao Senhor Johanatan Martins Camargo, inscrito CPF nº 032.647.069-70, residente na Rua Nereu Ramos nº 237, Centro, Imbituba/SC para lanchonete, casa de chá de sucos, no horário das 12:00h às 19:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO N° 2096/16

. DECRETO N° 2096/16

. De 23 de agosto de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 124.216,65 (cento e vinte e quatro mil e duzentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.0008.2201.3339000000000000	01080000	124.216,65

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO N° 118/2016 ALTERA

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde

Alteração de datas de entrega e abertura

Licitatório nº 118/2016

Pregão Presencial nº 009/2016-19208

Objeto: Aquisição de 02 (duas) motocicletas com baú instalado.

Entrega dos envelopes: 05/09/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 05/09/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.20/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000102****Pregão Nº 6/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.20/2016**

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 155, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e pela Sra; Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000102 - Pregão Nº 6/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.388.997/0001-15, estabelecida à RUA SAO PAULO, nº 105 – Bairro DOS ESTADOS, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.
- 1.2 A.C.L. ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.627.453/0001-85, estabelecida à RUA SÃO CRISTOVÃO, nº 57 A – Bairro ZONA 08, no município de Maringá – Paraná.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Aquisição materiais e reagentes laboratoriais.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

812064 - STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.20/2016

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	AGULHA PARA COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE, À VÁCUO, 25 X 08	UNIDADE		10.000	R\$0,34	R\$3.400,00
4	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO PARA HEMOGRAMA, COM EDTA, CAPA PROTETORA DE PLÁSTICO NA TAMPA, VOLUME 4 ML.	UNIDADE		6.000	R\$0,39	R\$2.340,00
5	Tubo para coleta de sangue à vácuo de plástico, com ativador de coágulo jateado na parede do tubo, gel separador e capa protetora de plástico na tampa, tamanho 16 x 100 mm, volume 8,5 ml.	UNIDADE		6.000	R\$0,90	R\$5.400,00
7	Tubo para coleta de sangue à vácuo com citrato de sódio, capa protetora de plástico na tampa, tamanho 13 x 75 mm, volume 4,0 ml.	UNIDADE		200	R\$0,36	R\$72,00
8	Tubo para coleta de sangue à vácuo, com ativador de coágulo jateado na parede do tubo, gel separador capa protetora de plástico na tampa, tamanho 13x 75 mm, volume 3,5 ml	UNIDADE		6.000	R\$0,60	R\$3.600,00
					Total Lote:	R\$14.812,00
					Total Fornecedor:	R\$14.812,00

853143 - A.C.L. ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP**Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
2	Agulha múltipla para coleta de sangue a vácuo, estéril, 25 x 0,7.	UNIDADE		2.000	R\$0,35	R\$700,00
3	ESCALPE PARA COLETA À VÁCUO 21G.	UNIDADE		100	R\$3,40	R\$340,00
6	Tubo para coleta de sangue à vácuo para glicose, com fluoreto de sódio, capa protetora de plástico na tampa, tamanho 13 x 75 mm, volume 4,0 ml.	UNIDADE		1.000	R\$0,90	R\$900,00
9	Bandagem anticéptica hipoalérgica, em rolo, para uso após punção venosa caixa com 500 unidades.	CAIXA		50	R\$17,00	R\$850,00
10	Fita reagente para determinação manual e leitura visual em amostras de urina dos seguintes parâmetros: sangue, urobilinogenio, bilirrubinas, proteínas, nitritos, corpos cetônicos, glicose, ph, densidade e leucócitos, frasco com 100 unidades.	FRASCO		60	R\$43,00	R\$2.580,00
11	Teste para determinação qualitativa de anticorpos (igm e igg) antitreponema pallidum no soro, plasma ou sangue total, por método imuno cromatográfico.	CAIXA		5	R\$290,00	R\$1.450,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.20/2016

	Caixa com 20 testes.					
12	Tubo de plastico para coleta de sangue, com seringa, com gel separador e ativador de coágulos, 13x75mm.	UNIDADE		2.000	R\$0,70	R\$1.400,00
13	Tubo de plastico para coleta de sangue, com seringa, com gel separador e ativador de coágulos, 16x100mm.	UNIDADE		2.000	R\$0,95	R\$1.900,00
Total Lote:						R\$10.120,00
Total Fornecedor:						R\$10.120,00
Total Homologação:						R\$24.932,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.20/2016**

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 102/2016 - Edital de Pregão nº 6/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.20/2016**

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.20/2016**

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.20/2016**

j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 11 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL

Adriane Machado Ferrari
Secretária de Saúde

**STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE
LTDA - ME**

RODRIGO TRUFFA DA COSTA
Representante

**A.C.L. ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP**

PAMELA REGINA DE OLIVEIRA
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.21/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000105****Pregão Nº 31/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.21/2016**

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000105 - Pregão Nº 31/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 VPA COMERCIO DE PEDRAS E PAVIMENTACAO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.516.335/0001-06, estabelecida à RUA ESPANHA, nº 304 – Bairro IMIGRANTES, no município de Timbó – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Aquisição de tijolão de concreto prensado.
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

429937 - VPA COMERCIO DE PEDRAS E PAVIMENTACAO LTDA.**Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Tijolão de concreto prensado, medindo 25 x 15 x 8 cm, com resistência mínima de 35 MPA. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo V -	METRO QUADRADO		1.000	R\$31,00	R\$31.000,00

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.21/2016**

Orçamento do Objeto.					
				Total Lote:	R\$31.000,00
				Total Fornecedor:	R\$31.000,00
				Total Homologação:	R\$31.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.21/2016**

- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 105/2016 - Edital de Pregão nº 31/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.21/2016**

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.21/2016**

- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.21/2016**

Indaial/SC, em 11 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

**VPA COMERCIO DE PEDRAS E PAVIMENTACAO
LTDA.**

VIRGILIO ADRIANO FILHO
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3058/2016

DECRETO Nº 3.058, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre o horário de expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, incisos VII e IX da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, que a carga horária semanal normal dos servidores municipais de Irineópolis, ficou definida pelo seu Plano de Cargos e Salários (Lei Complementar nº 057/2012) como sendo de 44 (quarenta e quatro), 40 (quarenta), 30 (trinta) e 22 (vinte e duas) horas semanais conforme a necessidade do cargo;

Considerando, que a variação da carga horária poderá ocorrer a qualquer tempo, por ato do Chefe do Poder Executivo, devidamente fundamentado em razões de interesse público e premente necessidade;

Considerando que a constante busca pela complexão entre horário de trabalho e controle de gastos no serviço público constitui-se preocupação permanente no dia-a-dia do Gestor Público; e

Considerando por fim, que mesmo com carga horária reduzida, porém aliada ao esforço redobrado dos servidores, os serviços prestados administrativamente ao Município e a sua população como um todo, não sofrerão solução de continuidade,

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento do expediente nos órgãos e entidades da administração Pública Direta do Poder Executivo, a partir de 01 de setembro de 2016 e até disposição em contrário, será das 08h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m, de segunda a quinta-feira.

§ 1º Durante a jornada fixada no caput deverão ser desenvolvidas as atividades consideradas internas e de atendimento ao público.

§ 2º O horário de que trata este artigo aplicar-se-á a todos aqueles que, indistintamente, executem atividades laborais no âmbito das Secretarias Municipal da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Infraestrutura, Saúde, e expediente administrativo da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Somente mediante autorização expressa do Prefeito do Município, os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal poderão estabelecer outro horário de expediente e funcionamento.

Parágrafo único. O pedido de que trata o caput deverá ser assinado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade e estar acompanhado de:

- I - justificativa da impossibilidade de adequar a prestação do serviço da unidade ao horário estipulado neste Decreto;
- II - análise prévia da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 3º Serão mantidos às sextas-feiras todos os serviços prioritários e essenciais de atendimento à saúde e bem-estar social da população.

§ 1º A Secretaria Municipal da Saúde realizará escala de revezamento entre equipes da ESF, formada pelos profissionais de saúde vinculados ao órgão, com a finalidade de manter os atendimentos à população do Município, a serem realizados junto ao Hospital Municipal Bom Jesus.

§ 2º Deverá ser mantido atendimento de plantão junto ao CRAS, com a finalidade de dar andamento a questões de ordem emergencial, a ser realizado intercaladamente por servidor (a) da Secretaria

Municipal do Desenvolvimento Comunitário, através de escala prévia.

§ 3º Serão igualmente mantidos os serviços de coleta e transporte do lixo domiciliar e comercial, em conformidade com escala que ora venha sendo executada.

Art. 4º Os serviços mencionados no artigo anterior, serão realizados por servidores escalados pelas respectivas secretarias, sem o cômputo das horas como extraordinárias e sem direito a compensação com folgas anteriores ou posteriores a realização.

Art. 5º A modificação da jornada semanal de trabalho definida por este Decreto não implica em alteração da remuneração do servidor público ou do empregado público.

Art. 6º Eventuais horas extraordinárias realizadas até a presente data por servidores, em campanhas de interesse comunitário ou atividades excedentes, serão consideradas compensadas com as dispensas autorizadas por este Decreto, tornando-se nulas para requerimentos posteriores.

Art. 7º Fica suspensa a concessão de abono assiduidade aos servidores enquadrados nas disposições deste Decreto, excetuando-se, porém, os profissionais enquadrados no art. 11 deste ato que se mantiverem em atividades contínuas no período de sua vigência, e os profissionais vinculados à área da Educação, exceto o pessoal de expediente administrativo da Secretaria.

Art. 8º Ficam igualmente suspensas durante a vigência deste Decreto, a concessão de férias e licenças a título de Prêmio por Assiduidade, excetuando-se as hipóteses do artigo anterior.

Art. 9º Fica vedada, a mudança de carga horária prevista para os profissionais do Magistério Público Municipal e demais servidores vinculados a Secretaria Municipal da Educação, com exceção dos serviços administrativos internos da própria Secretaria.

Art. 10 A inobservância a este Decreto implicará ao servidor e a seu superior imediato as sanções previstas na Lei Complementar nº 01/97, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 11 O disposto neste Decreto não se aplica a servidor público ou empregado público que desempenha suas funções:

- I – em regime de plantão;
- II – em regime de escala;
- III – em unidade escolar;
- IV – em unidade socioeducativa;
- V – em unidades assistenciais à saúde com atendimento 24 horas;
- VI – no transporte escolar;
- VII – em serviços de coleta e transporte de lixo.

Art. 12 O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime integral de dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 13 O servidor público da Administração Direta, enquadrado nas disposições deste Decreto, sempre que a necessidade do serviço exigir e, desde que convocado pelo Prefeito Municipal ou por seu superior imediato, deverá cumprir a jornada de trabalho também às sextas-feiras, sem a percepção de remuneração extraordinária e sem o benefício de compensação do horário trabalhado por dias de folga.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 19 de Agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3059/2016

DECRETO Nº 3.059/2016, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

"ESTABELE NOVOS VALORES PARA A PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO III DO DECRETO Nº 2.598/2014, QUE REGULAMENTOU A CONCESSÃO DE CESTA BÁSICA PARA OS PARTICIPANTES DO PROGRAMA CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe a Lei n.º 1.770/2014 de 20/02/2014 e,

DECRETA:

Art. 1.º o Artigo 3º do Decreto nº 2.598/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Aos participantes no Programa "Cidade Limpa e Solidária" será concedida pelo Município de Irineópolis, uma retribuição mensal, através da entrega de uma cesta básica de gêneros alimentícios no valor de R\$ 258,20 (duzentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos) não podendo dito valor ser entregue aos participantes sob a forma de pecúnia, tendo em vista o caráter eminentemente social do programa".

"Parágrafo único. Para efeito da composição da cesta básica serão considerados os produtos alimentícios relacionados na Planilha do Anexo I, parte integrante deste Decreto".

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 23 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I – DECRETO Nº 3.059/2014.**CESTA BÁSICA - PROGRAMA CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA**

Quant.	Unidade	Descrição	Preço máx.unit. R\$	Valor total R\$
01	Pacote	Açúcar branco refinado especial – 05 kg	14,21	14,21
01	Caixa	Amido de milho – 500 gr.	3,20	3,20
02	Pacote	Arroz parboilizado longo, fino tipo 1 – 5kg	11,64	23,28
01	Quilo	Banha tipo suína – 01 kg	6,24	6,24
01	Pacote	Biscoito doce sortido – 800gr	7,78	7,78
01	Quilo	Carne de ave Coxa e sobrecoxa congelada sem tempero – pct. com 3kg	5,82	17,46
01	Quilo	Carne suína congelada sem tempero – pct. com 3 kg	9,56	28,68
01	Lata	Creme de leite – 300 gr.	2,02	2,02
01	Pote	Doce de frutas em pasta – 400 gr.	3,82	3,82
01	Pote	Doce de leite em pasta – 400 gr.	4,72	4,72
01	Pacote	Erva de chá mate tostado - 500gr	3,99	3,99
01	Lata	Ervilha em conserva - 200 gr.	1,51	1,51
01	Lata	Extrato de tomate – 870 gr.	5,68	5,68
01	Pacote	Farinha de milho tipo biju branca – 01 kg	3,68	3,68
02	Pacote	Farinha de trigo especial, tipo I enriquecido c/ ferro e acido fólico – 5kg	9,87	19,74
03	Pacote	Feijão tipo 1(safra 2012-2013) – 1kg	6,59	19,77
01	Unidade	Fermento biológico, seco instantâneo – 125gr	3,68	3,68
01	Lata	Fermento em pó químico – 100gr	2,12	2,12
01	Pacote	Fubá de milho pré-cozido enriquecido com ferro e ácido fólico – 500gr	2,33	2,33
02	Unidade	Gelatina em pó – 045gr	0,90	1,80
01	Lata	Leite condensado – 395gr	3,85	3,85
02	Pacote	Leite em pó – 400gr	9,79	19,58
01	Pacote	Macarrão tipo parafuso e ou espaguete – 1kg	4,98	4,98
01	Pote	Maionese – 500gr	3,02	3,02
01	Pote	Margarina vegetal, com sal – 1kg	4,87	4,87
01	Lata	Milho verde – 200gr	1,67	1,67
03	Lata'	Óleo refinado – 900ml	2,94	8,82
01	Caixa	Ovos brancos c/ 12 um.	6,69	6,69
01	Pacote	Pó para café torrado e moído – 500gr	7,39	7,39
01	Pacote	Quirera de 1kg	2,64	2,64
01	Pacote	Refresco em pó diversos sabores – 500gr	3,17	3,17
01	Pacote	Sabão em barra glicerinado – c/05 um tipo 1	5,61	5,61
01	Caixa	Sabão em pó – 1kg tipo 1	5,63	5,63
01	Pacote	Sagu de mandioca tipo 1 – 500gr	3,17	3,17
01	Pacote	Sal refinado iodado – 1kg	1,40	1,40

LEI Nº. 1.909/2016

LEI Nº 1.909/2016, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLEMENTAR NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica autorizada a implementação no Município de Irineópolis, do Programa Brasil Sorridente - Centro de Especialidades Odontológicas.

Art. 2º. O Programa visa atender, diagnosticar, tratar, acompanhar e encaminhar a demanda dos programas específicos desenvolvidos através de equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 3º. Para execução do Programa, pelas suas características diferenciadas, na conformidade com o que dispõe o art.37, inciso IX da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a admissão de pessoal em caráter temporário, nas categorias funcionais e nos quantitativos constantes do Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - Os servidores serão contratados através de Contrato Administrativo Temporário, dentro dos preceitos da Lei Complementar Municipal nº 064//2013 e serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. A contratação temporária dos cargos estabelecidos em anexo visa atender exclusivamente as necessidades estabelecidas para execução do Programa Brasil Sorridente - Centro de Especialidades Odontológicas, criado pelo Governo Federal, através do Ministério da Saúde, segundo critérios estabelecidos no Plano de Atuação elaborado pela Secretaria Municipal da Saúde, com os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º. O prazo de contratação está diretamente vinculado ao período de habilitação do Município ao Programa Brasil Sorridente - Centro de Especialidades Odontológicas, fixado inicialmente em dois anos, podendo ser prorrogado ou alterado, desde que as metas físico-financeiras sejam cumpridas.

Parágrafo Único - Cessado o programa, os servidores contratados temporariamente, terão seus contratos rescindidos.

Art. 6º. O valor da remuneração dos cargos constantes do anexo único desta Lei é fixado de acordo com a carga horária específica das respectivas funções, observado o limite dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde, bem como a contrapartida do Município.

§ 1º. O valor da remuneração constante no anexo único será atualizado conforme os reajustes dos servidores efetivos.

§ 2º Poderão ser cedidos ao programa servidores efetivos, visando atingir as metas físico-financeiras, sendo que a remuneração destes deverá, preferencialmente, ser custeada com recursos do programa.

Art. 7º. O Prefeito Municipal expedirá decretos e demais atos administrativos necessários à regulamentação, operacionalização e execução da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 19 de Agosto de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO – LEI Nº 1.909/2016.

CARGOS TEMPORÁRIOS

CARGO	PROVIMENTO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Cirurgião Dentista	Temporário	01	40	5.101,21

HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Cirurgião Dentista	01	Diploma de Cirurgião Dentista e Registro no CRO/SC.

PORTARIA N º 183/2016

PORTARIA Nº 183/2016.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido na data de 12/08/2016, o servidor SILVANO DE JESUS DA CRUZ do cargo de Motorista (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 256/2010 de 03/08/2010.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/08/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N º 184/2016

PORTARIA Nº 184/2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária, passando de 20 para 40 h/sem. o contrato de trabalho temporário da servidora ANALY MARQUES, nascida em 13/09/1975, portadora do CPF n º 983.515.919-04, RG. n º 2.811.823, SSP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 035/2016 de 11/02/2016 e Contrato de Trabalho Temporário nº 010/2016/SME, para no período de 01/08/2016 à 30/09/2016, atuar em substituição ao professor efetivo Leocrides Gomes dos Santos, em licença para atividade política.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 185/2016

PORTARIA Nº 185/2016.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REDUZIR a pedido, a carga horária do contrato de trabalho do professor efetivo BRUNO MUSSOLINI FERNANDES, nascido em 17/01/1989, portador do CPF n º 060.137.719-28, RG. nº 4.967.022, SESP/SC, diminuindo-se 20 h/sem, passando assim de 30 h/sem para 20 h/sem.

Parágrafo único. A redução a pedido prevista no caput se dá em caráter efetivo, permanente e irrevogável.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 187/2016

PORTARIA Nº 187/2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva CRISTIANE GREGÓRIO WAGNER, no período de 19/08/2016 a 16/12/2016.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de Agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 341/2016

DECRETO Nº 341/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, a área de terra abaixo discriminada:

I – Área de terra, nesta cidade, designado lote nº 24, localizado na Rua Guadalajara, Bairro Meia Praia, Zona 2, com área superficial de 248,00m², matrícula nº 36595 do Registro de Imóveis de Itapema, de propriedade de Koch Empreendimentos Imobiliários LTDA.

II - Área de terra, nesta cidade, designado lote nº 25, localizado no Bairro Castelo Branco, Zona 2, com área superficial de 248,00m², matrícula nº 03267 do Ofício de Registro de Imóveis de Itapema, de propriedade de Koch Empreendimentos Imobiliários LTDA.

III – Área de terra, nesta cidade, designado lote nº 26, localizado no Bairro Castelo Branco, Zona 2, com área superficial de 248,00m², matrícula nº 23.572 do Ofício de Registro de Imóveis de Itapema, de propriedade de Koch Empreendimentos Imobiliários LTDA.

IV – Área de terra, nesta cidade, designado lote nº 27, localizado na Rua Guadalajara, no Bairro Castelo Branco, Zona 2, com área superficial de 248,00m², matrícula nº 47.388 do 1º Registro de Imóveis de Balneário Camboriú, de propriedade de Koch Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Parágrafo Único – O laudo de avaliação dos imóveis descritos nos incisos I, II, III e IV deste artigo, consta no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - A área descrita no artigo anterior destina-se à permuta com o Estado de Santa Catarina para a construção do Colégio Estadual Anita Garibaldi.

Parágrafo Único – A permuta citada neste artigo será efetivada através de Lei específica.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta do Orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 66, de 11 de setembro de 2013.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, de 19 agosto de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

ATA DE PREGÃO 125/2016 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 125/2016

Às catorze horas do decimo nono dia do mês de agosto de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 002/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 125/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE PARABRISA PARA ONIBUS VW INDUSCAR FOZ, DESTINADO PARA ONIBUS PLACA MGR-3373, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete Frantz Baumann	Ademir Rohden	Diego Zampiva
Pregoeira	Membro	Membro

ATA DE PREGÃO 126/2016 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 71/2016

Às catorze horas do segundo dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 02/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 71/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE DETERGENTES E SHAMPOO PARA LAVAÇÃO DE VEICULOS E MAQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Adriano Karal	Thiago Rohden	Diego Zampiva
Pregoeiro Suplente	Membro	Membro

PORTARIA Nº 105/2016

Portaria nº 105 de 23 de agosto de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Restabelecer o pagamento de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento), aos servidores municipais abaixo relacionados, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO DO SERVIDOR
Moacir Royer	14968/01	Motorista
Elisandro de Souza	15031/01	Motorista

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 23 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 106/2016

Portaria nº 106 de 23 de agosto de 2016.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial ;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar para 725,75 (setecentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos) o valor da complementação de aposentadoria da Sra. Anita Ilga Fischer Dunke, em cumprimento a determinação judicial oriunda dos autos nº 0002028-10.2011.8.24.0034 (fls 111) e Mem nº 050/2016/Procuradoria Jurídica de 23/08/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 23 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 136/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias e Polícia Militar, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 05 de setembro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 23 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 135/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 135/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 135/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de Engenharia de Fundações/Geologia para execução de serviços de sondagem geológica, à percussão, utilizando amostrador padrão SPT, no terreno onde será construída uma quadra coberta em Linha Dourado, interior de Itapiranga/SC. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 08 de setembro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone: (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 23 de agosto de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1373/2016 - RH

PORTARIA Nº 1373/2016

De: 01 de agosto de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria por invalidez, o (a) servidor (a) CARLA REGINA ZADUSKI, matrícula 606618, ocupante do cargo de PROFESSOR II, lotado(a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1374/2016 - RH

PORTARIA Nº 1374/2016

De: 01 de agosto de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria por invalidez, o (a) servidor (a) CÉLIA REGINA DE LIMA, matrícula 605433, ocupante do cargo de PROFESSOR II, lotado(a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1375/2016 - RH

PORTARIA Nº 1375/2016

De: 01 de agosto de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) IRIO DOMINGOS ZAGONEL, matrícula 1007, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1376/2016 - RH

PORTARIA Nº 1376/2016

De: 01 de agosto de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) SOLANE GODETI ZAGONEL, matrícula 602396, ocupante do cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, lotado(a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1377/2016 - RH

PORTARIA Nº 1377/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014, e de acordo com a C.I. nº 108/2016 da Secretaria de Saúde,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DANIELE MASSUQUETO DE MORAES YOSHITOMI, matrícula 11651970, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1378/2016 - RH

PORTARIA Nº 1378/2016.
De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JUELIO LUIZ PEREIRA, matrícula nº 609749, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Silvana de Souza Speck
- 2º membro: Dionísio Tesluk
- 3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
- 4º membro: Keli Adriana de Souza Speck

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1379/2016 - RH

PORTARIA Nº 1379/2016.
De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) RENATO BARBOSA CAPELLA, matrícula nº 11668300, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Silvana de Souza Speck
- 2º membro: Dionísio Tesluk
- 3º membro: Ticiani Helma Kummrow
- 4º membro: Keli Adriana de Souza Speck

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1380/2016 - RH

PORTARIA Nº 1380/2016.
De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) RAFAEL HENRIQUE DE PAULA, matrícula nº 11668644, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira
- 2º membro: Nancy da Silva Araújo Vargas
- 3º membro: Lucymar Rodriguez de Faria
- 4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1381/2016 - RH

PORTARIA Nº 1381/2016.
De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANICE MARIZA RODRIGUES, matrícula nº 11668741, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cátia Eliane Nicolachik
- 2º membro: Janete Maria dos Reis
- 3º membro: Marciana Arbighaus Eckel
- 4º membro: Thays Nascimento Vieira

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1382/2016 - RH

PORTARIA Nº 1382/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) SIRLENE CALDEIRA SANTIN, matrícula nº 617539, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Silvana de Souza Speck
2º membro: Keli Adriana de Souza Speck
3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
4º membro: Sandra Devegili

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1383/2016 - RH

PORTARIA Nº 1383/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) EDNA RAFAELA DA SILVA VASCONCELOS, matrícula nº 1209418, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Catia Eliane Nicolachik
2º membro: Kiara Costa Velho
3º membro: Marciana Arbigauss Eckel
4º membro: Maria Fernanda Brisolla da Mota

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1384/2016 - RH

PORTARIA Nº 1384/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) EDINA SANTO DO NASCIMENTO, matrícula nº 1263200, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Catia Eliane Nicolachik
2º membro: Maria Fernanda Brisolla da Mota
3º membro: Marciana Arbigauss Eckel
4º membro: Dilma Moreira Nunes

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1385/2016 - RH

PORTARIA Nº 1385/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LUCIANE DE FATIMA CHINKIEVICZ DE SOUZA, matrícula nº 11670657, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: José Antônio Soares
2º membro: Iracema Marques Ferreira
3º membro: Rosana Maria de Lima Brauer
4º membro: Joelma Aparecida Rosa

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1386/2016 - RH

PORTARIA Nº 1386/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) NAIE HARA, matrícula nº 11657774, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira
- 2º membro: Elasio Frisanco
- 3º membro: Lucymar Rodriguez de Faria
- 4º membro: Nancy da Silva Araújo Vargas

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1387/2016 - RH

PORTARIA Nº 1387/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LETICIA TADRA DO CARMO, matrícula nº 11670690, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Ana Josélia Dallacourt Ribas
- 2º membro: Eliane Maria Valore de Siqueira
- 3º membro: Elisete Budal Arins
- 4º membro: Juliana Marasck Fagundes

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1388/2016 - RH

PORTARIA Nº 1388/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) NATÃ JEZIEL MACHADO PIVA, matrícula nº 11660171, no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, os seguintes Membros:

- 1º membro: Silvana de Souza Speck
- 2º membro: Keli Adriana de Souza Speck
- 3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
- 4º membro: Sandra Devegili

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1389/2016 - RH

PORTARIA Nº 1389/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CAMILA DE SOUZA VICENTE, matrícula nº 11674075, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cátia Eliane Nicolachik
- 2º membro: Kiara Costa Velho
- 3º membro: Marciana Arbigauss Eckel
- 4º membro: Catia Huebner Kerkoven

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1390/2016 - RH

PORTARIA Nº 1390/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, matrícula nº 11674423, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira
- 2º membro: Nancy da Silva Araújo Vargas
- 3º membro: Denise Batista
- 4º membro: Lucymar Rodriguez de Faria

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1391/2016 - RH

PORTARIA Nº 1391/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LIDIANE MENDONÇA BERTHOLO, matrícula nº 11674172, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Silvana de Souza Speck
- 2º membro: Keli Adriana de Souza Speck
- 3º membro: Ticiani Helma Kummrow
- 4º membro: Sandra Devegili

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1392/2016 - RH

PORTARIA Nº 1392/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) RENATA MICHELE DOS SANTOS, matrícula nº 11657740, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Cátia Eliane Nicolachik
- 2º membro: Thays Nascimento Vieira
- 3º membro: Marciana Arbigauss Eckel
- 4º membro: Janete Maria dos Reis

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1393/2016 - RH

PORTARIA Nº 1393/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DAIANNE FERREIRA DE SOUSA, matrícula nº 11657340, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: José Antônio Soares
- 2º membro: Rosana Maria de Lima Brauer
- 3º membro: Pâmela Todesco
- 4º membro: Gilmar Santin

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1394/2016 - RH

PORTARIA Nº 1394/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) WILLIAN KLEINSCHMIDT, matrícula nº 11677449, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira
- 2º membro: Nancy da Silva Araújo Vargas
- 3º membro: Cristiane da Silva
- 4º membro: Elasio Frisanco

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1395/2016 - RH

PORTARIA Nº 1395/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) GRACE KELLI SOKOLOSKI LIMA, matrícula nº 733326, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Silvana de Souza Speck
- 2º membro: Keli Adriana de Souza Speck
- 3º membro: Andréia Zimermann de Souza
- 4º membro: Sandra Devegili

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1396/2016 - RH

PORTARIA Nº 1396/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) GUILHERME MATHIAS NETTO GALVAN, matrícula nº 11676523, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Elenice Cordeiro de Oliveira
- 2º membro: Elasio Frisanco
- 3º membro: Janine Cristina Rodrigues
- 4º membro: Lucymar Rodriguez de Faria

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1397/2016 - RH

PORTARIA Nº 1397/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DAIANE JUNKES AYROSO, matrícula nº 624594, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Silvana de Souza Speck
- 2º membro: Keli Adriana de Souza Speck
- 3º membro: Andréia Zimermann de Souza
- 4º membro: Sandra Devegili

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1398/2016 - RH

PORTARIA Nº 1398/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CRISTIANE DO ROCIO VENSKI SCARPIM, matrícula nº 583448, no cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Marcia Aparecida Partala
- 3º membro: Vania Maria Lenzi
- 4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1399/2016 - RH

PORTARIA Nº 1399/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ELIZANGELA REGINA DA SILVA WROBEL, matrícula nº 11634847, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Ana Marilsa Reinert
- 3º membro: Aline Zanela
- 4º membro: Renato Spinelli Carmona

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1400/2016 - RH

PORTARIA Nº 1400/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JULIANA RODRIGUEZ VILLAR, matrícula nº 11657391, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Marcia Aparecida Partala
- 3º membro: Vania Maria Lenzi
- 4º membro: Carlos Alberto Osga Junior

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1401/2016 - RH

PORTARIA Nº 1401/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CAMILA MASCARELLO MACHADO, matrícula nº 11657707, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Michelle Rodrigues da Veiga
- 3º membro: Alair Maria Schneider Reolon
- 4º membro: Sonia Maria Zagonel

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1402/2016 - RH

PORTARIA Nº 1402/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) PAULINE RAFAELA SYNDERSKI, matrícula nº 11668504, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Ivanir Teresinha Lopes
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 1403/2016 - RH

PORTARIA Nº 1403/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ROMILDA DA CONCEIÇÃO MASSANEIRO, matrícula nº 11668555, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Ivanir Teresinha Lopes
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 1404/2016 - RH

PORTARIA Nº 1404/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANA CRISTINA SOARES ALMENDANA, matrícula nº 11668717, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Vania Maria Lenzi
- 3º membro: Alair Maria Schneider Reolon
- 4º membro: Aline Zanela

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 1405/2016 - RH

PORTARIA Nº 1405/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DAIANI JARECKI FERREIRA, matrícula nº 11668750, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Claudete Thomas Dias
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 1406/2016 - RH

PORTARIA Nº 1406/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) HANNFLEY DMYTERKO DALLAGNOL, matrícula nº 11670592, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Michelle Rodrigues da Veiga
- 3º membro: Carlos Alberto Osga Junior
- 4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1407/2016 - RH

PORTARIA Nº 1407/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) VERGINIA LAURINDA RISSI, matrícula nº 610690, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Marcia Aparecida Partala
- 3º membro: Aline Zanela
- 4º membro: Janine Cristina Rodrigues

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1408/2016 - RH

PORTARIA Nº 1408/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) VANDERLEI VIEIRA, matrícula nº 1174959, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Janine Cristina Rodrigues
- 3º membro: Andréa Batista Dias
- 4º membro: Michelle Rodrigues da Veiga

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1409/2016 - RH

PORTARIA Nº 1409/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) KATIA VEIGA, matrícula nº 1236776, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Alair Maria Schneider Reolon
- 3º membro: Andréa Batista Dias
- 4º membro: Sonia Regina Zagonel

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1410/2016 - RH

PORTARIA Nº 1410/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ALLAN RODRIGUES SANTANA, matrícula nº 11670851, no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Ana Marilsa Reinert
- 3º membro: Claudinei Ferreira Mendes
- 4º membro: Aline Zanela

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1411/2016 - RH

PORTARIA Nº 1411/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ADRIANA MARILZE MARTINS DA SILVA REZENDE, matrícula nº 11657278, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Ivanir Teresinha Lopes
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1412/2016 - RH

PORTARIA Nº 1412/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ELIONETE DO CARMO BUHRER, matrícula nº 1270940, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Ivanir Teresinha Lopes
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1413/2016 - RH

PORTARIA Nº 1413/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANAINA SANDRI DE VASCONCELOS, matrícula nº 1282077, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Michelle Rodrigues da Veiga
- 3º membro: Sonia Regina Zagonel
- 4º membro: Claudinei Ferreira Mendes

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1414/2016 - RH

PORTARIA Nº 1414/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARIA LAIDIA DE LAVOR, matrícula nº 11670576, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Sonia Regina Zagonel
- 3º membro: Alair Maria Schneider Reolon
- 4º membro: Andréa Batista Dias

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1415/2016 - RH

PORTARIA Nº 1415/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MIRIAN ROSE TEIXEIRA, matrícula nº 11629517, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Claudete Thomas Dias
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1416/2016 - RH

PORTARIA Nº 1416/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ROSANGELA APARECIDA GEPFRIE COELHO, matrícula nº 11677368, no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Andréa Batista Dias
- 3º membro: Ana Marilsa Reinert
- 4º membro: Vania Maria Lenzi

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1417/2016 - RH

PORTARIA Nº 1417/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DANIELA SOARES, matrícula nº 696439, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 2º membro: Noemi da Silveira M. Araújo
- 3º membro: Claudete Thomas Dias
- 4º membro: Maristela Franz Perrony Fontana

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1418/2016 - RH

PORTARIA Nº 1418/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) FABIANA CARLA GUARDA, matrícula nº 1276794, no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, os seguintes Membros:

1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
2º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
3º membro: Flavia Jordana Sanches
4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1419/2016 - RH

PORTARIA Nº 1419/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CRISTINE MEIRELLES, matrícula nº 11623284, no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, os seguintes Membros:

1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
2º membro: Maristela de Souza Speck
3º membro: Flavia Jordana Sanches
4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1420/2016 - RH

PORTARIA Nº 1420/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANAINA MAYARA BITTENCOURT CARVALHO, matrícula nº 1272543, no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, os seguintes Membros:

1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
2º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
3º membro: Flavia Jordana Sanches
4º membro: Maristela de Souza Speck

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1421/2016 - RH

PORTARIA Nº 1421/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARCOS RAKSA, matrícula nº 11646918, no cargo de ADMINISTRADOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
2º membro: Maristela de Souza Speck
3º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
4º membro: Roland Itner

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1422/2016 - RH

PORTARIA Nº 1422/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CAROLINE MICHELY DA SILVA, matrícula nº 11676531, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
- 2º membro: Ana Luiza Valente de Oliveira
- 3º membro: Margarida Aparecida Gonçalves Haas
- 4º membro: Alexandre Ribeiro da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1423/2016 - RH

PORTARIA Nº 1423/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LICELIA MARIA PEDROSO VIDA, matrícula nº 4880, no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, os seguintes Membros:

- 1º membro: Alessandra Silveira Oliveira
- 2º membro: Maristela de Souza Speck
- 3º membro: Flávia Jordana Sanches
- 4º membro: Alexandre Ribeiro da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1424/2016 - RH

PORTARIA Nº 1424/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) KEVERLINN MARIA ANTUNES DOS SANTOS, matrícula nº 11674210, no cargo de FONOAUDIÓLOGO I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Simoni Dias Fernandes de Souza
- 2º membro: Rafael Fernando Cezário
- 3º membro: Janice Maria Guimarães Morara
- 4º membro: Daniel Henrique Pastuchaki

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1425/2016 - RH

PORTARIA Nº 1425/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JEFERSON PEREIRA, matrícula nº 11676396, no cargo de MOTORISTA, os seguintes Membros:

- 1º membro: Margarida Aparecida da Silva Estevão
- 2º membro: Edson Proença Pereira
- 3º membro: Anderson Weber
- 4º membro: Luciane de Oliveira

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1426/2016 - RH

PORTARIA Nº 1426/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARLON RICARDO LOPES, matrícula nº 11676450, no cargo de FISIOTERAPEUTA I, os seguintes Membros:

1º membro: Simoni Dias Fernandes de Souza

2º membro: Rafael Fernando Cezário

3º membro: Daniel Henrique Pastuchaki

4º membro: Janice Maria Guimarães Morara

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1427/2016 - RH

PORTARIA Nº 1427/2016.

De: 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LUCIANA PIANTA DA CRUZ, matrícula nº 11679719, no cargo de ENFERMEIRO I, os seguintes Membros:

1º membro: Marciane Rech

2º membro: Hellen Tatiane dos Santos

3º membro: Aritana Kluck da Silva

4º membro: Daniel Amaral de Faria

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA - PROCESSO Nº52/2016

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 25 de agosto de 2016 – Horário de entrega de envelopes até: 09:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº.40/2016 – REGISTRO DE PREÇO Nº.25/2016 – PROCESSO Nº52/2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE CAMINHÕES, UTILITÁRIOS, MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação se faria realizar na data e horário acima citado, FICA PELO PRESENTE ATO SUSPENSO, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, motivo: GREVE DA PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO.

Itapoá, 23 de agosto de 2016

JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.987/2016

D E C R E T O Nº 10.987/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.246/2016, de 22 de agosto de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 55.900,00 (Cinquenta e cinco mil e novecentos reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08502.807 - Gestão de Benefícios Eventuais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.16 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 55.900,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08500.800 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades

da Rede de Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.900,00

16.01.08.122.08502.806 - Manutenção e Apoio aos Conselhos Vinculados

a Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.11 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

16.01.08.122.08502.819 - Manutenção Patrimonial - FMAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.12 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 55.900,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.988/2016

D E C R E T O Nº 10.988/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.247/2016, de 22 de agosto de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.677 - Procedimentos de Ações Judiciais - MAC - Média

e Alta Complexidade

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.88 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.673 - Manutenção dos Serviços de Atendimento

Especial - SATE - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.81 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.989/2016

D E C R E T O Nº 10.989/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.248/2016, de 22 de agosto de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 433.240,00 (Quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03500.100 - Transferência de recursos para as APPs de Escolas

de Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.376 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 336.170,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03510.101 - Transferência de recursos para as APPs

dos Centros
de Educação Infantil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
08.03.375 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins
Lucrativos R\$ 97.070,00
TOTAL R\$ 433.240,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto
correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do
programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento
vigente da Secretaria Municipal da Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL
08.02.12.361.03502.125 - Ampliação de Escolas de Ensino Funda-
mental
4.4.00 - INVESTIMENTOS
08.02.120 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 433.240,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.
DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.990/2016

D E C R E T O Nº 10.990/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Apro-
vado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Altera-
ções Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe
são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.249/2016, de 22
de agosto de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 169.821,41
(Cento e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e qua-
renta e um centavos), para reforço do programa e verba abaixo
discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Mu-
nicipal da Administração (Sema), a saber:
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
05.04.04.812.10001.053 - Implantação e Modernização da Pista
de Atletismo
4.4.00 - INVESTIMENTOS
05.04.299 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 169.821,41

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto
corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do
programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento
vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a
saber:

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
26.01.27.811.10024.007 - Auxílio Bolsa Atleta
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
26.01.23 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 169.821,41

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.991/2016

D E C R E T O Nº 10.991/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de
Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe
são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primei-
ro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho
de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência
Nº 034/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica
para prestação de serviços de engenharia para pavimentação as-
fáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Via Verde - Trecho 02
(Samae Ilha da Figueira até a Ponte do Centenário), com extensão
de 1.222,28m (Hum mil, duzentos e vinte e dois vírgula vinte e oito
metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 153/2016/Semob, de
17/08/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal IVAN ANDREIAS
WOLTER, Engenheiro, matrícula 8920, para fiscalização, acompa-
nhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução
do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 034/2016
com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato,
do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas in-
tegrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo
1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direi-
to adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos
comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei
Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obri-
gação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços
prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efe-
tiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompa-
nhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas
as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº
8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a ne-
cessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência
ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Admi-
nistração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de
prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena
de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento de-
talhado da execução do contrato e, quando constatar a irregula-
ridade, promover anotações em registro próprio e determinar o

necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016, revogado o Decreto Municipal Nº 10.848/2016, de 03/05/2016.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

LEI Nº 7.246/2016

LEI Nº 7.246/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 55.900,00 (Cinquenta e cinco mil e novecentos reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08502.807 - Gestão de Benefícios Eventuais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.16 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 55.900,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a saber:

16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

16.01.08.244.08500.800 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades

da Rede de Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.15 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.900,00

16.01.08.122.08502.806 - Manutenção e Apoio aos Conselhos Vinculados

a Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.11 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

16.01.08.122.08502.819 - Manutenção Patrimonial - FMAS

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

16.01.12 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 55.900,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.247/2016

LEI Nº 7.247/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.677 - Procedimentos de Ações Judiciais - MAC - Média

e Alta Complexidade

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.88 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.673 - Manutenção dos Serviços de Atendimento

Especial - SATE - PAB

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.81 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.248/2016

LEI Nº 7.248/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 433.240,00 (Quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Educação

(Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03500.100 - Transferência de recursos para as APPs de Escolas

de Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.376 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 336.170,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03510.101 - Transferência de recursos para as APPs dos Centros

de Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.375 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 97.070,00

TOTAL R\$ 433.240,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03502.125 - Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.02.120 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 433.240,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.249/2016

LEI Nº 7.249/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 169.821,41 (Cento e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.812.10001.053 - Implantação e Modernização da Pista de Atletismo

4.4.00 - INVESTIMENTOS

05.04.299 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 169.821,41

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME), a saber:

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01.27.811.10024.007 - Auxílio Bolsa Atleta

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.23 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 169.821,41

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 727/2016

PORTARIANº 727/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 350/2016/Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, MARIA CHRISTINA DA SILVEIRA MESCHESI QUINTAES, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 7123-4, Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, no período de 15 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 728/2016

PORTARIANº 728/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 349/2016/Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, ESTEFANIA MULLER TERRAZAS OLMOS RAMLOW, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 8493-0, Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, no período de 15 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 729/2016

PORTARIANº 729/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 178/2016/Sema-GAS, de 17/08/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 17/08/2016, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal MARLY REGINA BEHLING TOMAZ, matrícula 9346, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 730/2016

PORTARIANº 730/2016

Designa Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 006/2016/Comtur, de 19/08/2016, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 18/08/2016, DAIANA RAMOS, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), em substituição a Márcio Manoel da Silveira.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 1356/2015, de 17/11/2015, no que se refere a designação de Márcio Manoel da Silveira.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 018/2016/CA/ISSEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 018/2016/CA/Issem

Dispõe sobre a aprovação do Orçamento do ISSEM - FMPS e ISSEM – FMASA, referente ao ano de 2017.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 18 de agosto de 2016, e

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento, em reunião realizada em 11 de agosto de 2016, na sala de reuniões dos Conselhos, apreciou o Orçamento 2017 do Issem-FMPS e Issem-FMASA, encaminhado através do Ofício nº 1053/2016/Issem;

CONSIDERANDO a atribuição do Conselho de Administração no que tange à apreciação do Orçamento do Issem-FMPS e Issem-FMASA, conforme o art. 101 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003;

CONSIDERANDO a tempestividade da remessa e o prazo para o Conselho de Administração apreciar a matéria;

CONSIDERANDO que na análise realizada por esta Comissão não se constatou inconformidades legais ou administrativas nestes orçamentos;

CONSIDERANDO o Parecer Nº 07/2016 /CFO/ISSEM/JS.

RESOLVE:

Art 1º Aprovar o Orçamento do ISSEM/FMPS e ISSEM/FMASA de 2017;

Art 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2016.

Egon Lotário Jagnow

Presidente do Conselho de Administração do ISSEM

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 140/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 140/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICOS, APARELHOS TELEFÔNICOS COM E SEM FIO, EXAUSTOR AXIAL DE PAREDE E FITAS PARA ROTULADORES.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/08/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 08/09/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS LICITAÇÃO Nº: 142/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO Nº: 142/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS EM PVC, PLACAS EM CHAPA GALVANIZADA, PLACAS EM AÇO INOX E PLACAS EM ACRÍLICO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/08/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 09/09/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 143/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 143/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARAME TRANÇADO EM AÇO GALVANIZADO PARA LACRE E TUBO DE CONCRETO ARMADO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/08/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 08/09/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 651/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 651/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 219/2016, de 24.05.2016, que admitiu CRISTIANI COUTINHO PUCCINI, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 652/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 652/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 234/2016, de 24.05.2016, que admitiu ROSALBA HELENA CHAVES DIEHL, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 653/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 653/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 239/2016, de 02.06.2016, que admitiu LEONICE CISZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 654/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 654/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 241/2016, de 03.06.2016, que admitiu ISABEL CRISTINA DUTRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 655/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 655/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 237/2016, de 03.06.2016, que admitiu MARINA TROMM, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 656/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 656/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 240/2016, de 01.06.2016, que admitiu MARIA DE LOURDES GERALDO PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 657/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 657/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 235/2016, de 31.05.2016, que admitiu LIZANE REGINA DOS SANTOS VIEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 658/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 658/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 238/2016, de 31.05.2016, que admitiu ELIZANE TIBURSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 659/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 659/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 236/2016, de 31.05.2016, que admitiu ARLINDO GOMES SILVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de ENSINO RELIGIOSO, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 660/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 660/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 261/2016, de 07.06.2016, que admitiu MARCOS DE JESUS OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 21.07.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

56/2014 FMS TA 02

CONTRATO Nº 56/2014/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretaria, PAULA GIOVANA KLEBER, e a empresa FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.072.082/0001-54, estabelecida na AV. XV DE NOVEMBRO, 468 SL J, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 3.538.752 e CPF nº 09.072.082/0001-54, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 56/2014/FMS, firmado em 15/08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2014/FMS – Edital PP nº 14/2014/FMS, cujo objeto é a locação pela CONTRATADA de uma Solução para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 15 de agosto de 2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de agosto de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA
Felipe Ramos D'Agostini

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EXTRATO PL 71/2016/PMJ - TP 19/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em concreto armado da Rua Augusto Arbugeri, bairro Monte Belo, no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada Por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 09/09/2016, a partir das 14h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 13h30min, do dia 09/09/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 23 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 72/2016/PMJ - TP 20/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 20/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q, de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote. Tipo: Empreitada Por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 09/09/2016, a partir das 17h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 16h30min, do dia 09/09/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 23 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 11/2016 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação das Inscrições, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 11/2016 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado do cargo de Médico Generalista.

1. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: MÉDICO GENERALISTA	
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	Julio Ebrain Neris
002	Paula de Oliveira Pinto
003	Maria Fernanda Mandarino Coppi
004	Gabriela Kandler Signori
005	Mariane Secchi dos Santos
006	Junia Ruaro
007	Naylson Fellipeco Coelho Barreto

Joaçaba/SC, em 24 de Agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 11/2016 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação do Resultado, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 11/2016 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado do cargo de Médico Generalista.

1. DO RESULTADO

CARGO: MÉDICO GENERALISTA		CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
007	Naylson Fellipeco Coelho Barreto	1º	7,0
004	Gabriela Kandler Signori	2º	6,0
003	Maria Fernanda Mandarino Coppi	3º	6,0
001	Julio Ebrain Neris	4º	6,0
002	Paula de Oliveira Pinto	5º	5,9
006	Junia Ruaro	Desclassificado	-
005	Mariane Secchi dos Santos	Desclassificado	-

* Critério de desempate: Maior idade.

Joaçaba/SC, em 24 de Agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 11/2016 NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 11/2016
NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICA a nomeação da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado Nº 11/2016 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado do cargo de Médico Generalista.

1. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

1. Sulany de Fátima B. Welter;
2. Desiree A.Pino Gomes;
3. Mariana Zopeletto.

Joaçaba/SC, em 24 de Agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

EXTRATO DA PORTARIA JHL Nº 255/2016

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA PORTARIA JHL Nº 255/2016

PROTOCOLO Nº 1722/2016

Data: 23/08/2016

Objeto: Apurar através de Processo Administrativo Disciplinar os fatos narrados conforme Comunicado Interno protocolado sob nº 1722/2016 no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Comissão: A Comissão Sindicante, composta pelos servidores, Giane Maria Marquezze Lecher, Arlindo Marques da Silva e Jorge Enderle para atuarem sob a Presidência do primeiro, devendo promover as diligências necessárias, inquerir as pessoas envolvidas no caso, bem como o responsável, apresentando relatório circunstanciado do que for apurado.

Prazo: 45 (quarenta e cinco) dias.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

PORTARIA JHL 254/2016

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 254/2016 de 23/08/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação, para o período de um ano, de acordo com o Art. 51, § 4º da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, que a partir de 24/agosto/2016.

Presidente: João Carlos Ungericht

Vice-Presidente: Patricia Callegari Warken

Vogal: Graciela Pratto Bordin da Rosa

Vogal: Alessandra Marcon Zanchetta

Suplente: Carina Daiana Recalcatti

Suplente: Valdirene Aparecida Dorini

Art. 2º A Comissão designada é caracterizada por "múnus público".

Art. 3º No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os instrumentos convocatórios do convite e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

Joaçaba-SC, 23 de agosto de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0033/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2016 - PR Processo Administrativo: 42/2016 Processo de Licitação: 42/2016 Data do Processo: 01/08/2016
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 42/2016
b) Licitação Nr.: 33/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/08/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE E DE EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NA SEDE ADMINISTRATIVA E NO LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP (7870)

8 CAIXA DE LUVAS DE SEGURANÇA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICOS CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA NA COR AZUL, HIPOALERGÊNICA, INTERIOR LISO, AMBIDESTRA, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MTE COM LAUDO APROVADO PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES QUÍMICOS TAIS COMO CLASSE B - DETERGENTES, SABÕES, AMÔNIAO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 1: HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, TIPO 2: HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS. RESISTENCIA CONTRA ÁCIDO SULFÚRICO E THINER. CADA CAIXA CONTER 100 UNIDADES DE LUVAS. TAMANHOS: 10 CAIXAS P, 40 CAIXAS M, 60 CAIXAS G E 20 CAIXAS GG. - Marca: KALIPSO	CX	130,00	0,0000	25,30	3.289,00
--	----	--------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 3.289,00

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (8400)

4 REFIL DE TINTA T664230 PARA IMPRESSORA EPSON 1365 COR MAGENTA ORIGINAL 70 ML. - Marca: EPSON	UN	2,00	0,0000	78,50	157,00
5 REFIL DE TINTA T664420 PARA IMPRESSORA EPSON 1365 COR YELLOW ORIGINAL 70 ML - Marca: EPSON	UN	2,00	0,0000	78,50	157,00
6 REFIL DE TINTA T664220 PARA IMPRESSORA EPSON 1365 COR CIANO ORIGINAL 70 ML - Marca: EPSON	UN	2,00	0,0000	78,50	157,00
7 REFIL DE TINTA T664120 PARA IMPRESSORA EPSON L365 COR PRETA ORIGINAL 70ML. - Marca: EPSON	UN	2,00	0,0000	75,00	150,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2016 - PR Processo Administrativo: 42/2016 Processo de Licitação: 42/2016 Data do Processo: 01/08/2016
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (8400)

9 REFRIGERADOR FROST FREE, 1 PORTA, 220V, FREEZER/CONGELADOR INTERNO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 342 LITROS, COR BRANCO, DIMENSÕES EXTERNAS MÍNIMAS: ALTURA 170 CM, LARGURA 61,6 CM, PROFUNDIDADE 69,1 CM E LARGURA INTERNA MÍNIMA 49 CM. POSSUIR NO MÍNIMO TRÊS PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E COM ALTURA REGULÁVEIS (REGULAGEM ENTRE PRATELEIRAS MÍNIMA EM 20 CM) E GAVETA MULTIUSO TRANSPARENTE, CONTROLE DE TEMPERATURA, LÂMPADA INTERNA, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A, PÉS NIVELADORES, GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES MODELO DE REFERÊNCIA: REFRIGERADOR CONSUL MODELO CRB 39AB E BRASTEMP BRB 39 PARA ETA - Marca: CONSUL CRB 39AB	UN	1,00	0,0000	1.748,00	1.748,00
--	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 2.369,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)

1 AÇUCAR REFINADO ESPECIAL BRANCO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO COM 05 KILOS. MARCA REFERÊNCIA: UNIÃO. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARTIR DA ENTREGA. - Marca: ALTO ALEGRE	pct	100,00	0,0000	15,90	1.590,00
2 PANO DE LIMPEZA EM MICROFIBRA, ALTA ABSORÇÃO, 50CM X 70CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - Marca: NOBRE	UN	15,00	0,0000	9,30	139,50
3 LIMPA PISOS, LIMPEZA PESADA, FRASCOS COM 2 LITROS. PRINCÍPIO ATIVO NONIL FENOL ETOXILADO EM ALQUIL POLIGLICOSÍDEO - Marca: SUPERCLEAN	FR	10,00	0,0000	8,50	85,00
10 COOKTOP EM VIDRO TEMPERADO COR PRETA, 4 QUEIMADORES SENDO PREFERENCIALMENTE 1 QUEIMADOR TRIPLA CHAMA OU SUPER RÁPIDO, 1 QUEIMADOR RÁPIDO E 2 QUEIMADORES SEMIRRÁPIDOS OU 3 QUEIMADORES RÁPIDOS ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, A SER UTILIZADO COM GÁS GLP GRADES INDIVIDUAIS DISCOS DE APOIO DAS GRADES ESMALTADOS BOTÕES REMOVÍVEIS QUEIMADORES EM ALUMÍNIO OU ESMALTADO TENSÃO: 220 V POTÊNCIA MÍNIMA: 2,2 W CORRENTE: 127 V PESO LÍQUIDO MÁXIMO: 9 KG DIMENSÕES DO PRODUTO: LARGURA MÍNIMA 55 CM E MÁXIMA 56,5 CM, ALTURA MÍNIMA 4,5 E MÁXIMA 8,5 CM, PROFUNDIDADE 46 CM. FISCHER, BRASTEMP E MULLER. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO ACOMPANHAR MANUAL DE USUÁRIO - Marca: MULLER 4B	UN	1,00	0,0000	690,00	690,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2016 - PR Processo Administrativo: 42/2016 Processo de Licitação: 42/2016 Data do Processo: 01/08/2016
	Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)

11 BALCÃO EM MDF, COR BRANCO, COM 4 PÉS, COM TAMPO FABRICADO EM MDF COM PELÍCULA PARA PROTEÇÃO ANTI CHAMAS, PARA ALTA TEMPERATURA E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 CM, COM RECORTE PARA INSTALAÇÃO DE COOKTOP 4 BOCAS, CONTENDO NO MÍNIMO: DUAS GAVETAS PUXADOR: METÁLICO ALTURA MÍNIMA 78 CM E MÁXIMA 87 CM LARGURA MÍNIMA 70 CM E MÁXIMA 80 CM PROFUNDIDADE MÍNIMA 52 CM E MÁXIMA 53 CM ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA PÉS: PLÁSTICOS GARANTIA MÍNIMA: 6 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - Marca: MULTIMOVEIS	UN	1,00	0,0000	371,50	371,50
12 MICRO-ONDAS NA COR BRANCA PORTA COM VISOR TRANSPARENTE CONSUMO: 1350 W A 1400 W TENSÃO: 220 V POTÊNCIA MÍNIMA DE 820 W A 1000 W CAPACIDADE MÍNIMA: 30 LITROS DISPLAY EM LED POSSUIR LUZ INTERNA E PRATO GIRATÓRIO DIMENSÕES: ALTURA MÁXIMA 33 CM X LARGURA MÁXIMA 52 CM X PROFUNDIDADE MÁXIMA 42 CM PESO MÁXIMO: 15 KG GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES - Marca: PANASONIC STYLE 32	UN	2,00	0,0000	590,00	1.180,00
14 CHALEIRA EM AÇO INOX, CAPACIDADE MÍNIMA 2 LITROS, SEM APITO, COM TAMPA E CABO. - Marca: MOR	UN	2,00	0,0000	79,90	159,80
Total do Fornecedor: 4.215,80					
Total Geral: 9.873,80					

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (4), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (20), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (37)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 06-2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

O Município de Lages, pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, torna público que será realizada "Chamada Pública", destinada ao recebimento dos Projetos ambientais, análise, julgamento, seleção, para serem implantados no município de Lages (SC), novos ou em andamento, objetivando fomentar a preservação e a conservação do meio ambiente, da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável, implantar práticas que possam garantir sustentabilidade consciente e por fim aproximar o Poder Público destas estratégias e entidades.

O prazo máximo para apresentação dos projetos é até 29 de setembro de 2016, às 17:00 horas, à no Centro Ambiental Ilda Schmith, localizada na Praça Jonas Ramos (Tanque), Centro A retirada do Edital, obter-se-á através do site www.lages.sc.gov.br Maiores informações pelo telefone: (49) 3224-3142.

Lages, 23 de agosto de 2016.

Adilson Panek

Secretário de Meio Ambiente e Serviços Públicos

EXTRATO ARP 14-A/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

PROCESSO Nº 15/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Limpeza para Diversos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 900,00 (novecentos reais), sendo:

ALINE RAITZ – ME CNPJ 23.970.820/0001-01 RUA FERNANDO ALLEIN, Nº 402 CENTRO IMBITUBA/SC CEP 88.440-000.

Lages, 19 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 69 E 70-2016 PML, PP 15 E 16-2016 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 69-2016 PML

Objeto: Aquisição de Colchões e Eletrodomésticos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 13/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 138.646,00

Modalidade: PP 70-2016 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva de veículos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 14/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 55.364,62

Modalidade: PP 15-2016 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais Diversos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 15/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 33.788,89

Modalidade: PP 16-2016 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais Descartáveis

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 16/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 68.824,76

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de agosto de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO DE TERMO ADITIVO 15/2016

Extrato do Contrato de Termo Aditivo Nº15/2016

1º Termo aditivo ao contrato nº 06/2016

Vigência: 04/03/2016 Vencto: 03/03/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 01/2016

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço de reprodução xerográfica para uso da câmara de vereadores

Contratada: PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME

CNPJ (08.016.9430001-14)

Valor total: Fica aditado o contrato nº 06/2016 do processo licitatório nº 04/2016, realizada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2016 para reajustar o valor unitário da impressão monocromática (preto) para R\$ 0,065 e a impressão policromática (colorida) para R\$ 0,620.

LAGES SC 23 DE AGOSTO DE 2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA – Presidente.

**EXTRATO DO CONTRATO DE TERMO ADITIVO
16/2016**

Extrato do Contrato de Termo Aditivo Nº16/2016

1º Termo aditivo ao contrato nº 03/2016

Vigência: 22/02/2016 Vencto: 31/12/2016 CARTA CONVITE:
01/2016

Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, COPA COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL

Contratada: MERCEARIA REALEZA – JULIO C. R. DELFES CNPJ
(82.894.718/0001-33).

Valor total: Fica aditado o contrato nº 03/2016 do processo licitatório nº 02/2016 realizado na modalidade CARTA CONVITE nº 01/2016, o realinhamento do item "Leite Longa Vida UHT Integral" para R\$ 3,96 (litro) retroativo ao mês de Julho.

LAGES SC 23 DE AGOSTO DE 2016
THIAGO SILVA DE OLIVEIRA – Presidente.

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2016 DE 22/08/2016 NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

DECRETO Nº 032/2016

DE 22/08/2016

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra “c” da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de Servidores para compor o Conselho Municipal do Idoso, composto dos seguintes membros:

Representante da Secretaria de Administração e Planejamento

Titular: Nadia Foresti

Suplente: Eromildes Paulo F. Pereira

Representante da Secretaria da Saúde

Titular: Franciele Baggio

Suplente: Catiane Zmijvski

Representante Secretaria de Assistência Social e Habitação

Titular: Evandra Marquetti

Suplente: Tania Maria Flores

Representante da Secretaria de Educação e Cultura

Titular: Marivone Xavier

Suplente: Inelve M. Diering

Art.2º - O exercício da função de Conselheiro tem prazo de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, sendo considerado serviço público relevante ao município e não será remunerado.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Lajeado Grande, 22 de agosto de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO N° 092/2016

DECRETO N° 092/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo n° 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital n° 004/2016, citados abaixo, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Veterlli, n° 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

- Cargo: MOTORISTA
- Fabiano Dias Silveira
- Marcelo Beltrame

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE AGOSTO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO DE ABERTURA PREGÃO 13/2016

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016
REGISTRO DE PREÇOS 10/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2016

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Firmar ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e parcelada de gêneros alimentícios, frutas, verduras, materiais de limpeza, água mineral e gás de cozinha, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência social e Secretaria de Saúde, conforme descrição e características constantes no edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 05 de setembro de 2016. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 05 de setembro de 2016. Obtenção do Edital e maiores informações pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis 23 de agosto de 2016.

José Vanderlei de Campos - Pregoeiro

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 42/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de postes para alambrados, tela, postes de eucalipto, poste padrão celest, luminárias, redes de proteção e de futsal, bancos em tubo de aço, e equipamentos para prática de atividades físicas e brinquedos para parque infantil, as 08:30 horas do dia 06 de setembro de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de agosto de 2016.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 074.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 074/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 068/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PML Nº 044/2016

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2016 presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, ÓRGÃO GESTOR, representado neste ato por seu Prefeito, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, e a Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida São Pedro, nº 770D, sala A, Bairro Presidente Médici, no Município de Chapeco/SC CEP 89.801-301, inscrita no CNPJ sob o nº 07341479/0001-79, neste ato representado por seu sócio administrador AMAURI FERNANDO BEAL, brasileiro, maior e capaz, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.078.202/SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 465091199/00, doravante denominado FORNECEDOR 1; classificada(s) para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 068/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 044/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independentemente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. A presente Ata de REGISTRO DE PREÇOS destinado a eventual locação de banheiros químicos, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas no edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	80,00	UN	Locação de banheiros químicos convencionais, descritivo: Locação de banheiro químico individual, portáteis, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões mínimas de 1,10m de frente x 1,10m de fundo x 2,10m de altura, composto de caixa de dejetos, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, para uso do público em geral.	106,00	8.480,00
2	20,00	UN	Locação de banheiros químicos para portadores de necessidade especiais, descritivo: Locação de banheiro químico individual, portáteis, para usuários de cadeiras de rodas, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões padrões, que permitam a movimentação da cadeira de rodas do usuário no interior do banheiro, composto de todos os equipamentos e acessórios de segurança que atendam exigências previstas em normas técnicas aprovadas pelos órgãos oficiais competentes.	160,00	3.200,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. A situação física e a instalação das cabines deverão observar todas as normas de segurança aplicáveis à matéria;

1.4. O FORNECEDOR será, sempre, o único responsável pela higienização e manutenção diária (que começará antes do início dos eventos) das cabines sanitárias, incluindo a reposição de peças, produtos sanitários, como papel higiênico e outros produtos químicos de limpeza, bem como será a única responsável pelo descarte dos resíduos, durante todo o período de locação;

1.5. Os produtos químicos utilizados deverão ser biodegradáveis, formulados para total assepsia e em quantidade adequada com as normas técnicas por cabine, não contendo formol ou qualquer outra substância química de natureza agressiva e que não exalem maus odores;

1.6. Os banheiros químicos deverão atender às exigências da fiscalização sanitária e as normas de segurança;

1.7. No transporte, no descarte, no tratamento ou disposição final dos dejetos, deverão ser rigorosamente observadas as normas ambientais aplicáveis à matéria, respondendo o FORNECEDOR, perante a Municipalidade, por quaisquer irregularidades, danos ou prejuízos;

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos banheiros químicos necessários para a execução do objeto, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos;

1.9. Os banheiros químicos deverão permanecer devidamente instalados e em perfeitas condições de funcionamento, nos locais estabelecidos pelo Município, pelo prazo de realização dos eventos;

1.10. O FORNECEDOR deverá disponibilizar responsável técnico e prestar a assistência necessária para a operacionalização e execução dos serviços;

1.11. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.12. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.13. Por ocasião do recebimento dos banheiros químicos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.14. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos banheiros químicos enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.16. O aceite dos banheiros químicos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.17. Caso os banheiros químicos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.18. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.19. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

2. CLÁUSULA SEGUNDA:

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total da Ata o FORNECEDOR receberá R\$ 11.680,00 (onze mil seiscentos e oitenta reais);

2.2. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.4. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br.

2.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

2.6. Os preços não serão reajustados.

2.7. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA:

DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

08 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade- 08.01.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil

Atividade- 08.01.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental

Atividade- 08.02.13.392.0046.2038 – Apoio para Difusão Cultural

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade- 12.01.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade- 12.01.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS 4. CLÁUSULA QUARTA:

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.1.2. Manter, durante a vigência da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA:

DAS ALTERAÇÕES

5.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

6. CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto da Ata e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e nesta Ata, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total da Ata, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da Ata, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato/Ata;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato/Ata.

6.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

6.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

6.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser rescindida nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do FORNECEDOR, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte do FORNECEDOR, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao ÓRGÃO GESTOR o direito de rescindir a Ata a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado a PREFEITURA DE LUZERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA o direito de rescindir total ou parcialmente a presente Ata, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista ao FORNECEDOR, direito algum de reclamações ou indenização.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA, a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir eventuais dúvidas e qualquer eventual litígio oriundo da presente Ata. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de agosto de 2016

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE MAURI FERNANDO BEAL

BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS LTDA

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1- 1 -----

2- 2-----

LEI 1464

LEI Nº 1464 de 23 de agosto de 2016

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O Orçamento do Município de Luzerna, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. As metas fiscais;
- II. As prioridades e metas da administração municipal, extraídas do plano plurianual 2014/2017;
- III. A estrutura e organização dos orçamentos;
- IV. As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- V. As disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI. As disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII. As disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art.2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017 e outras disposições de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos e nos Demonstrativos que integram a presente Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art.3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos anexos e demonstrativos que fazem parte desta Lei.

Art.4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional do Município.

Art.6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I. Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a conscientização dos objetivos pretendidos;
- II. Ação - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III. Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV. Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V. Operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das

quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI. Unidade Orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII. Receita Ordinária - aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII. Execução Física - a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX. Execução Orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X. Execução Financeira - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/2008.

§2º- A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art.7º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código de destinação de recursos e a Despesa de cada Unidade Gestora, desdobradas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, com a identificação do código de destinação de recursos, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Conjunta STN/SOF nº 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Demonstrativos baseados na Lei 4.320/64:

I. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III. Natureza da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 5, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V. Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6, da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI. Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX. Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art.22, III da Lei 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000 – Consolidado), e

X. Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art.22, III da Lei 4.320/64 – Consolidado);

e, demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000:

I. Demonstrativo I - Metas Anuais (LRF, art. 4º, § I);

II. Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4º, § I);

III. Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art. 4º, § I);

IV. Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art. 4º, §2º, inciso III);

V. Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI. AMF - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a");

VII. Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita (LRF, art. 4º, §2º, inciso (LRF, art. 4º, §2º, inciso V);

VIII. Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, §2º, inciso V), e, os anexos:

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado);

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas – Total das Despesas (Consolidado);

Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (LRF, art.12, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000) e,

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências (LRF, art.4, §3º).

Art.8º - Acompanhará ainda, o Projeto de Lei Orçamentária:

I. Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2014 e 2015 e previsão para 2016, 2017 e 2018;

Art.9º- A Reserva de Contingência das Unidades Gestoras será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários da Fonte 00, limitado até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista do orçamento consolidado.

Art.10 - Os orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos (art.s 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art.11 - Os Orçamentos dos Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque suas Receitas as quais são vinculadas às despesas relacionadas aos seus objetivos, obedecendo às especificações definidas no art. 7º desta Lei.

Art.12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (art.12 da LRF)

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo final para o encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (art.12, § 3º da LRF)

Art.13 - Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as dotações a seguir: (art.9º da LRF).

I. Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II. Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

III. Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades dos orçamentos da administração direta centralizada e dos fundos municipais; e

IV. Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos.

Art.15 - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art.16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII, (desta Lei. (art.4º, § 3º da LRF).

§1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, e, também, se houver, do excesso de arrecadação do exercício de 2017 e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§2º- Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art.17 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (art.5º, III da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme Anexo VII, desta Lei.

Art.18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º, § 5º da LRF).

Art.19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (art.s 8º, 9º e 13 da LRF)

Art.20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (art.s 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF).

Parágrafo Único - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art.43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei 4.320/64, se ocorrer, será apurado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, por atos do poder executivo.

Art.21- A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art.s 4º, § 2º, V e art.14, I da LRF).

Art.22 - A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (arts. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas, no prazo fixado nas leis que as autorizarem e na forma estabelecida pelos serviços de contabilidade. (art.70, Parágrafo Único da CF).

Art.23 - Para efeito do disposto no art.16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art.24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (art.16, § 3º da LRF).

Art.24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art.45 da LRF)

Art.25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (art.62 da LRF)

Art.26 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, poderá ser feita por decretos do Poder Executivo até o limite total de despesas fixadas individualmente para cada Projeto, Atividade ou Operação Especial. (art. 167, VI da CF)

Parágrafo Único - Os valores transpostos, remanejados ou transferidos por Leis Municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício, poderão ser novamente transpostos, remanejados ou transferidos por decretos do Poder Executivo dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial.

Art.27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017, a preços correntes.

Art.28 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art.29 - No decorrer da execução orçamentária de 2017, o Poder Executivo Municipal poderá abrir por decretos, créditos adicionais suplementares nos termos do art. 89, § 2º, da Lei Orgânica do Município, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da despesa orçamentária fixada para cada uma das Unidades Gestoras, e criar novas classificações de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e respectivos valores, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

- I. Do excesso ou o provável excesso de arrecadação de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício; e
- II. Do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art.30 - Os recursos oriundos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por atos do Poder Executivo.

Art.31 - Os programas priorizados por esta lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art.s 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.32 - A Lei Orçamentária para 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito durante o exercício, observado a Lei Complementar nº 101/2000 e em conformidade com o que dispõe o Senado Federal, através de Resolução.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.33 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.169, §1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento.

Art.34- Nos casos de necessidade temporária, devidamente justificada pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art.20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art.35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART.19 e 20)

- I. Eliminação das despesas com horas extras;
- II. Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- III. Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV. Eliminação de Vantagens concedidas aos servidores.

Art.36 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art.18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Luzerna, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.37 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (art.14 da LRF)

Parágrafo Único - A previsão de receitas e despesas que compõe esta Lei já contempla os benefícios fiscais e econômicos previstos pela Lei Municipal 615/2005 e alterações.

Art.38 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário,

poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.14, § 3º da LRF).

Art.39 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VIII - DO SISTEMA DE CUSTOS

Art.40 - A Lei Orçamentária Anual será executada de forma que permita o controle dos dispêndios financeiros, classificando as despesas por função, sub função, programa, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento, detalhamento de elemento e fonte de recursos.

Art.41 - O setor de Contabilidade do Município, dentro do possível e condições estruturais e de recursos humanos tomará medidas que permitam a criação de normas a fim de estabelecer os custos dos serviços públicos para:

I - mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

II - mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

III - identificar o custo por atividade governamental e órgãos; e

IV - a tomada de decisões gerenciais.

Parágrafo Único - A estrutura a ser criada deverá obedecer todas as Normas de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público produzidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Federal de Contabilidade.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até 30 de outubro de 2016, conforme estabelecido no art.nº 91, inciso III, da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2016.

§1º- A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§2º- Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art.43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.44- Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por decretos do Chefe do Poder Executivo.

Art.45- O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art.46 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 23 de agosto de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1465

LEI Nº 1465 de 23 de agosto de 2016.

"ALTERA O art. 6º "caput" e alíneas da LEI Nº 041 de 08 de maio de 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o art. 6º "caput" e alíneas da Lei nº 041 de 08 de maio de 1997 que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º- O CONSELHO MUNICIPAL DA AGRICULTURA é constituído por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, distribuídos e indicados, entre os seguintes órgãos públicos e civis da área rural:

a)Secretário da Agricultura e Meio Ambiente;

b) Representante da Associação de Desenvolvimento Rural;

c) Representante da Associação das Mulheres Agricultoras;

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

e) Representante da EPAGRI;

f) Representantes das Localidades de:

- Linha Barra do Estreito;
- Linha Leãozinho/Linha São Bento;
- Linha Roça Grande/Linha Passo da Invernada;
- Linha Grafunda Alta/Baixa e Linha Alto Rochedo;
- Vila Kennedy/ Linha Dois Irmãos;
- Linha Germano/Nogueira;
- Linha do Salto/Limeira.”

...

Art.2º- As demais disposições da Lei nº 041 de 08 de maio de 2013 permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de agosto de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 074/2016 - PP 049/2016 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PASTORAL) - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 074/2016 - FMS

Pregão Presencial nº 049/2016 – FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, GABRIELA MAZZARINO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme o Edital e suas especificações em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 06 de setembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 06 de setembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 21.592.908/0001-01

MUNHOZ COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI ME

Nota Fiscal nº. 239 R\$ 53.580,00

VALOR TOTAL: R\$ 53.580,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, conforme ofício nº 167/2016 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de óleos lubrificantes e fluído para freios, destinados a manutenção dos veículos e máquinas pesadas das Secretarias de Obras e Serviços Públicos não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 24 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

EDOLAR SANTOS CARLINS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 81.815.219/0001-40

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

Nota Fiscal nº. 19706 R\$ 162,00

Nota Fiscal nº. 19330 R\$ 1.111,50

Nota Fiscal nº. 19174 R\$ 1.352,64

Nota Fiscal nº. 19175 R\$ 3.522,19

VALOR TOTAL: R\$ 6.148,33

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 24 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 22.621.552/0001-50

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

Nota Fiscal nº. 267 R\$ 192,00

Nota Fiscal nº. 188 R\$ 4.104,55

Nota Fiscal nº. 320 R\$ 4.238,34

Nota Fiscal nº. 259 R\$ 3.904,29

Nota Fiscal nº. 219 R\$ 5.492,87

Nota Fiscal nº. 216 R\$ 5.016,12

Nota Fiscal nº. 217 R\$ 845,25

VALOR TOTAL: R\$ 23.793,42

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 24 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04.741.337/0001-00

SELETIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - EPP

Nota Fiscal nº. 4.858 R\$ 3.143,00

Nota Fiscal nº. 5.425 R\$ 1.568,00

Nota Fiscal nº. 5.746 R\$ 539,00

Nota Fiscal nº. 5.745 R\$ 2.489,52

Nota Fiscal nº. 5.744 R\$ 5.335,77

VALOR TOTAL: R\$ 13.075,29

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 24 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais e equipamentos de combate a incêndio, equipamentos de mergulho e materiais para uso da força tarefa, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar, com recursos do FUNREBOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/09/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 23 de agosto de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ALPEÇAS COM. DE PEÇAS P/ TRATORES LTDA CNPJ Nº 00.320.955/0001-26 Valor Registrado: R\$ 72.488,70 (Setenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).

Objeto: aquisição de filtros, elementos filtrantes, correia, utensílios e matérias para lubrificação, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Agricultura e Interior.

Origem: Processo nº 342/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 091

/2016.

Data de Assinatura: 12 de agosto de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de agosto de 2017.

Foro: Comarca de Mafra .

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Júlio Silvestri Filho ME CNPJ Nº 15.608.150/0001-50 Valor Registrado: R\$ 67.648,32 (Sessenta e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e dois mil reais). Objeto: aquisição de filtros, elementos filtrantes, correia, utensílios e matérias para lubrificação, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Agricultura e Interior.

Origem: Processo nº 342/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 091 /2016.

Data de Assinatura: 12 de agosto de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de agosto de 2017.

Foro: Comarca de Mafra .

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Auto Peças Margoti LTDA ME CNPJ Nº 10.173.480/0001-46 Valor Registrado: R\$ 100.031,28 (Cem mil e trinta e um real e vinte e oito reais).

Objeto: aquisição de filtros, elementos filtrantes, correia, utensílios e matérias para lubrificação, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Agricultura e Interior.

Origem: Processo nº 342/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 091 /2016.

Data de Assinatura: 12 de agosto de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de agosto de 2017.

Foro: Comarca de Mafra .

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: JRC-COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ Nº 01.560.884/0001-00

Valor Registrado: R\$ 1.650,00 (Um mil seiscentos e cinquenta reais).

Objeto: aquisição de filtros, elementos filtrantes, correia, utensílios e matérias para lubrificação, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Agricultura e Interior.

Origem: Processo nº 342/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 091 /2016.

Data de Assinatura: 12 de agosto de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de agosto de 2017.

Foro: Comarca de Mafra .

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 46/2016 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 46/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 46/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, aquisição parcelada de pneus, câmaras e protetores para os veículos e equipamentos pertencentes a frota municipal de Maracajá, para o ano de 2016, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 10; 11; 12, adjudicado para a empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda, valor adjudicado: R\$ 6.142,86 (seis mil cento e quarenta e dois e oitenta e seis centavos); Itens – 08; 09, adjudicado para a empresa Cantu Comercio de Pneumáticos Ltda, valor adjudicado: R\$ 10.350,00 (dez mil trezentos e cinquenta reais); Valor Total Adjudicado R\$ 16.492,86 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos).

Maracajá/SC, 23 de agosto de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 670/2016

DECRETO Nº 670, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 311/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 23 de agosto a 15 de novembro de 2016, da servidora NADIA LISIANE BECKERT DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 842.501.949-49, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 671/2016

DECRETO Nº 671, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 321/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 23 de agosto a 21 de dezembro de 2016, JANICE TIMM ALBA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 059.527.189.81, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Complementar nº 90/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Institui contribuição de melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q), drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aqueles diretamente localizados nos seguintes logradouros: Rua Eduardo Gruber (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e a Rua Armindo Grelmann) com área total de 1.941,72 m², Rua Pedro Muller (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e a Rua Ângelo Pizzato) com área total de 3.503,69 m², Rua B (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e a Rua F) com área total de 2.410,18 m², Rua C (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e a Rua F) com área total de 2.615,69 m², Rua General Eurico (trecho compreendido entre a Rua do Imigrante e a Rua Monteiro Lobato) com área total de 3.942,57 m², Rua Monteiro Lobato (trecho compreendido entre a Rua Duque de Caxias e a Rua Abyr Diehl) com área total de 4.843,52 m², Rua Pastor Armando Claas (trecho compreendido entre a Rua 15 de Novembro e a Rua Santa Catarina) com área total de 1.463,53 m², Rua José Madalozzo (trecho compreendido entre a Avenida Maravilha e a Rua Menegassi) com área total de 1.303,88 m², Rua Presidente Juscelino (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Maravilha) com área total de 1.535,02 m², Rua Mauá (trecho compreendido entre a Avenida Euclides da Cunha e a Avenida 27 de Julho) com área total de 912,64 m² e Travessa Rio Branco (trecho compreendido entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida 27 de Julho) com área total de 1.127,25 m².

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 1.645.393,23 (Um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e vinte e três centavos), tendo como fonte recursos os valores obtidos pelo Contrato de Repasse nº 821265/2015, Processo nº 2623.1023316-30/2015 celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério das

Cidades representado pela Caixa Econômica Federal e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Maravilha no valor de R\$ 42.520,51 (quarenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e um centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado o seguinte:

I - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento de planejamento, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constarão os imóveis atingidos diretamente pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.

II - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, conforme cadastro imobiliário municipal, bem como fixará seu valor venal territorial, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - após a conclusão da obra o Município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e o atual.

IV - os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V - o órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações dos imóveis balizará proporcionalmente cada valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

Art. 6º As avaliações dos imóveis de que trata esta Lei serão efetivadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 7º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, após a execução das

obras, publicará o Edital contendo os seguintes requisitos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores;

VII - valorização de cada imóvel e o valor da respectiva contribuição de melhoria.

VIII - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso III, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

§ 3º Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) - com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR) no caso de contribuinte Pessoa Jurídica -, via notificação extrajudicial ou via edital em jornal de circulação local.

Art. 8º Dentro do prazo que lhe for concedido, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá impugnar quaisquer elementos do edital, cabendo-lhe o ônus da prova.

§ 1º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação através de parecer jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada:

I - da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte Pessoa Física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de circulação local.

Art. 9º A contribuição de melhoria de que trata esta Lei será cobrada, exclusivamente, sobre o percentual que excede a quantia do repasse do Convênio de que trata o parágrafo único do artigo 1º, da presente Lei, ou seja, sobre o valor da contrapartida do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal arcará com o custo de 5% (cinco por cento) do valor da contrapartida por si

disponibilizada para as referidas obras.

Art. 10. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei os imóveis pertencentes aos loteamentos realizados diretamente pelo Município e que sejam declarados em lei como loteamentos de interesse social para a residência de pessoas com baixa renda familiar e os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 11. Considera-se regularmente notificado o sujeito passivo na data da publicação do Edital de Contribuição de Melhoria no órgão oficial do Município ou no jornal de circulação local.

Art. 12. As reclamações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga:

I - à vista, com desconto de 5% (cinco por cento);
II - em até 36 (trinta e seis) parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.

Parágrafo único. No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 14. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% ao mês, conforme disposto no art. 34, da Lei nº 1.942/93 (Código Tributário Municipal), e multa moratória de 2%, nos termos da Lei Municipal nº 2.544/2001.

Art. 15. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº 1.942/93, e suas alterações posteriores (Código Tributário Municipal).

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.979/2016

LEI Nº 3.979, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre baixa de bens do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a dar baixa do Patrimônio Público Municipal dos seguintes bens:

I - Patrimônio 654 - Pia com cuba em MDP com duas portas e 4

gavetas na cor branca;

II - Patrimônio 38 - Mesa tipo escolar na cor branca;

III - Patrimônio 60 - Mesa com três gavetas, branca, com suporte para CPU conjugado;

IV - Patrimônio 66 - Cadeira estofada na cor preta sem apoio de braço;

V - Patrimônio 15229 - Mesa em madeira compensado;

VI - Patrimônio 1190 - Pia com cuba em madeira, com duas portas e quatro gavetas cor bege;

VII - Patrimônio 126 - Armário de lata na cor verde, com quatro gavetas;

VIII - Patrimônio 125 - Armário de lata na cor branca, com quatro gavetas;

IX - Patrimônio 2 - Mesa para computador em MDP, na cor branca;

X - Patrimônio 4448 - Mesa escolar pequena colorida;

XI - Patrimônio 4474 - Cadeira pequena escolar colorida;

XII - Patrimônio 8193 - Mesa quadrada em madeira formica;

XIII - Patrimônio 10438 - Teclado.

Parágrafo único. A baixa dos bens de que trata este artigo, dá-se em razão dos mesmos terem sido considerados inservíveis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 090/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 090/2016 – Modalidade de Concorrência Pública n. 004/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na Modalidade de Concorrência Pública n. 004/2016, para concessão de direito real de uso, em caráter precário, com cláusula de reversão, de lote urbano localizado no Município de Maravilha – SC, tipo melhor oferta, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006, Lei Complementar Municipal n. 034/2010 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 11 de outubro de 2016, às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13h às 19 horas. Maravilha - SC, 22 de agosto de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2016

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 029/2016 - Pregão Presencial n. 020/2016 para aquisição de combustível tipo óleo diesel S-10, com entrega parcelado, mediante requisição. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 12/09/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 12/09/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 22 de agosto de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3330 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3330 DE 09 DE AGOSTO DE 2016
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0301.004.122.0030.2013 – Administração de Serviços Gerais
0301 – 44900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10100 – Receita de Impostos - Educação
..... R\$ 7.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.00093.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos - Educação
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerá da anulação no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0301.004.122.0030.2013 – Administração de Serviços Gerais
0301 – 33900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10100 – Receita de Impostos - Educação
..... R\$ 7.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.00093.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos - Educação
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3331 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3331 DE 09 DE AGOSTO DE 2016
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.600,00 (Vinte Mil e Seiscentos Reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0501 – GERÊNCIA DE CULTURA
0501 – GERÊNCIA DE CULTURA
0501.0013.392.01120.2061 – Incentivo a Cultura
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 30000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 20.600,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3332 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3332 DE 09 DE AGOSTO DE 2016
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 1.005.500,00 (Um Milhão Cinco Mil e Quinhentos Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminado:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde
..... R\$ 32.500,00
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde
..... R\$ 23.000,00
0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde
..... R\$ 82.000,00

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 38.000,00
 0602.010.301.0190.2100 – Manutenção da Farmácia Básica
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 50.000,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00
 0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 100.000,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 450.000,00
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00
 0602.010.302.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos Para Hospital
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receita de Impostos - Saúde R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3333 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3333 DE 09 DE AGOSTO DE 2016
 Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 1.206.539,39 (Um Milhão Duzentos e Seis Mil Quinhentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRA E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 16401 – Transf. Convênios – Estado/Outros R\$ 129.700,00
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 13401 – Transf. Convênios – União R\$ 727.000,00
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 18300 – Operações de Crédito Interna/Outros Programas

..... R\$ 300.000,00
 0401.026.782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais
 0401 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 16401 – Transf. Convênios – Estado/Outros R\$ 49.839,39

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Excesso de arrecadação apurado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3334 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3334 DE 09 DE AGOSTO DE 2016
 Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.302.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos para o Hospital
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 16401 – Transf. Convênios – Estado/Outros R\$ 50.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Excesso de arrecadação apurado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3335 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3335 DE 09 DE AGOSTO DE 2016
 Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 35.991,56 (Trinta e Cinco Mil Novecentos e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Seis Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do Cras
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 33502 – Outras Transferências do Fundo de Assist. Social
 R\$ 295.210,37

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3336 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3336 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 295.210,37 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Duzentos e Dez Reais e Trinta e Sete Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.1038 – Reforma de Escolas
 0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 33601 – Transferência Salário Educação
 R\$ 295.210,37

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 100.2016 PP 63.2016 (PMM) - LUMINÁRIAS E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC). CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 09/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 09/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 24 de agosto de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 99.2016 PP 62.2016 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: ADESIVAMENTO DA FROTA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE APLICAÇÃO E MATERIAIS VISANDO O ADESIVAMENTO DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC). CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 08/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 08/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 24 de agosto de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 098/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-
Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº098/2016.

23/08/2016

Autoriza o Licenciamento ao vereador Vanderlei Sasse pelo prazo de quinze (15) dias para tratar de assunto de interesse particular

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente em exercício da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao vereador Vanderlei Sasse, para tratar de assuntos de interesse particular pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 22 de agosto ao dia 05 de setembro de 2016.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, parágrafo 1º do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 23 DE AGOSTO DE 2016.

Valdir Zapellini

Presidente em exercício

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo.

artigo 24, parágrafo 1º do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 23 DE AGOSTO DE 2016.

Valdir Zapellini

Presidente em exercício

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº 099/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-
Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº099/2016.

23/08/2016

Autoriza o Licenciamento ao vereador Geraldo Michelluzzi pelo prazo de quinze (15) dias para tratar de assunto de interesse particular

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente em exercício da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao vereador Geraldo Michelluzzi, para tratar de assuntos de interesse particular pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 22 de agosto ao dia 05 de setembro de 2016.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no

Mondaí

PREFEITURA

AVISO REABERTURA PRAZO PR Nº. 67/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO para apresentação dos envelopes proposta e documentação do Edital de Licitação nº 095/2016, em virtude do não comparecimento de interessados na data prevista para a Sessão do dia 23/08/2016.

PARTICIPAÇÃO: Exclusiva ME, EPP e MEI.

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 067/2016 – Registro de Preços (SRP).

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais e contratação de mão-de-obra destinada para manutenção de redes de abastecimento de água no Município de Mondaí – SC.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 05 de setembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 05 de setembro de 2016.

MONDAÍ (SC), 23 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 38/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: O presente Aditivo ao Contrato tem por objeto a supressão de valor, conforme Laudo Técnico do Engenheiro Civil do Município, apensado ao presente, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Quinta.

Da supressão: Fica suprimido o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) o equivalente a 23,95% (vinte e três vírgula noventa e cinco por cento), em virtude da não execução de meio-fio, previsto no projeto original.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 011/2016.

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Mondaí – SC, 23 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 68/2016 - PR Processo Administrativo: 96/2016 Processo de Licitação: 96/2016 Data do Processo: 09/08/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 96/2016
b) Licitação Nr.: 68/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/08/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Aquisição de material esportivo destinado para manutenção Atividades Secretaria Municipal de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA (8558)

1 BOLA FUTSAL OFICIAL, TERMOTEC, COM 8 GOMOS, DIAMETRO 61-64 CM, PESO 410-440G, ACABAMENTO EM PU, ULTRA 100%, POSSUI CAMADA NEOGEL, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO. - Marca: PENALTY	UN	30,00	0,0000	129,00	3.870,00
Total do Fornecedor:					3.870,00
Total Geral:					3.870,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (127)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇO Nº07/2016 FMV - COMPLEMENTAR

ATA TOMADA DE PREÇO Nº07/2016 FMV

Aberto o certame no dia 15 de agosto de 2016, com a participação das empresas: Cidade Viva, Tranzum, BK2 Engenharia, LePadron, Procidades (presentes) e IMTRAFF, DRZ Geotecnologia e Matricial (ausentes).

Após as considerações iniciais, a Comissão procedeu a abertura dos envelopes de habilitação. São consideradas ME/EPP as empresas BK2, Lepadron e Imtraff (todas apresentaram declaração e certidão simplificada). Já a empresa Matricial apresentou declaração, mas não a certidão simplificada.

Em seguida, os licitantes presentes iniciaram vistas dos documentos.

A empresa Procidades apresentou capital social divergente do que consta na certidão de pessoa jurídica (CAU/CREA). A empresa Matricial apresentou capital social divergente do que consta na certidão de pessoa jurídica (CAU/CREA).

Houve questionamentos quanto aos atestados de capacidade técnica (Mobilidade e transporte) das empresas LEPADRON e DRZ. Porém, segundo a Lepadron, o item 5.4.3 menciona que o objeto deve ser similar ao edital. Desta forma, a Comissão passará os atestados para análise da Fundação Municipal de Vigilância (responsável/solicitante).

A empresa BK2 não apresentou os balanços, apenas o recibo de entrega e termos de abertura e encerramento.

Em razão do tempo, a sessão foi suspensa para análise dos atestados e dos índices contábeis (contador). A ata será publicada no DOM e Site do Município.

Momento em que encerra a sessão.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

ATA TOMADA DE PREÇO Nº07/2016 FMV – complementar.

Os índices contábeis foram analisados pelo Contador, assim como os atestados foram vistos pelo representante da Fundação Municipal de Vigilância. São consideradas inabilitadas as empresas: PROCIDADES (capital social divergente), MATRICIAL (capital social divergente), BK2 (não apresentou os balanços).

Abre-se prazo para recurso.

Comissão de Licitação.

DECRETO Nº 127 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 127 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 01.0200 – Receitas e Transferência de Impostos - Saúde, a importância de 1.000.000,00 (Hum milhão de reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 01.0200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

11 - 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

T O T A L

..... R\$ 1.000.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 128 DE 23 AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 128 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminadas até a importância de R\$ 1.213.000,00 (Hum Milhão, Duzentos e Treze Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

26 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas-Op. Intra R\$ 38.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de RH

31 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais- Apl. Diretas R\$

40.000,00

32 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas-Op.
Intra R\$ 110.000,00

02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 40.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.243.0032 – 2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho
Tutelar52 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas-Op.
Intra R\$ 13.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0021 – 2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Mu-
nicipal192 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 222.000,00Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transf. Resul-
tantes de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria
Pedagógica - EI108 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais- Apl. Diretas
R\$ 750.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Agosto de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 129 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 129 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE
ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a
proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da
fonte de recursos com a especificação: 01.0000 – Recurso Ordi-
nário, a importância de 142.000,00 (Centro e Quarenta e dois mil
reais) para a seguinte dotação:ÓRGÃO: 22 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO
UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMV

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 183 – Informação e Inteligência

Programa: 25 – Trânsito Legal

2.076 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa
- FMV

Fonte de Recursos – 01.0000 – Recurso Ordinário

11 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 142.000,00

T O T A L
..... R\$ 142.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 169/2016.

EXTRATO – CONTRATO FMS Nº 169/2016.

CONCORRÊNCIA Nº 18/2016 FMS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / Fundo Municipal de
Saúde de Navegantes.OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRES-
TAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE EQUI-
PAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO (COM FORNECI-
MENTO DE MATERIAIS) DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
- UPA 24 HORAS LOCALIZADO NO BAIRRO GRAVATÁ NO MUNICÍ-
PIO DE NAVEGANTES/SC, RECURSOS ORIUNDO DE PROGRAMA
DO GOVERNO FEDERAL - SALDO REMANESCENTE DA CONCOR-
RÊNCIA 03/2013, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 18/2016.

Empresa: RJ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

CNPJ: 14.780.667/0001-69.

VALOR: R\$ 267.882,72.

VIGÊNCIA: 11/08/2016 – 11/03/2017.

RECURSOS: 10200 4.4.90.00.00.00

Navegantes, 11 de agosto de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº159/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 159/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MULTIPLUS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

CNPJ sob o nº 10.788.391/0001-04

Vigência : Início: 02/08/2016 Término: 31/08/2016.

Licitação : Tomada de Preços nº 165/2015..

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo Aditivo visando a prorrogação do
prazo de vigência do Contrato nº 034/2016, referente à AQUISIÇÃO
DE GALERIAS CELULARES DE CONCRETO ARMADO PRÉ- FABRI-
CADAS, PARA SEREM UTILIZADAS NO SERVIÇO DE MACRODRE-
NAGEM DA BACIA "A" DA REGIÃO CENTRAL, CORRESPONDENTE
À AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, AVENIDA CONSE-
LHEIRO JOÃO GAYA, RUA MANOEL MOREIRA MAIA E TRECHO DA
AVENIDA JOÃO SCAVEM, COM RECURSOS ORIUNDOS DO GO-
VERNO ESTADUAL ATRAVÉS DO BADESC CIDADES, CONTRATO Nº
2015014201, conforme Concorrência nº 165/2015.
Navegantes, 22 de julho de 2016.

RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO 50 2016 PMN

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Navegantes
Secretaria de Educação

Navegantes, 16 de Agosto de 2016.

ANÁLISE DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 50/2016

Vimos através deste apresentar a análise final das amostras dos itens do Pregão nº50/2016, referente à aquisição de materiais de higiene e produtos de limpeza, a serem utilizados no Paço Municipal e Centros Educacionais do município de Navegantes.

****ITENS QUE HAVIAM SIDO REPROVADOS NA PRIMEIRA ANÁLISE**

Segue dados abaixo:

Empresa: KELLY A. D. S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS ME
CNPJ: 21.782.356/0001-02
Pregão nº 50/2016
ITENS ANALISADOS:
29 – PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO – APROVADO

Empresa: SEBOLD COMERCIAL ATAC. DE PROD. E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 09.196.745/0001-42
Pregão nº 50/2016
ITENS ANALISADOS:
25 – PÁ PARA LIXO – APROVADO

Empresa: KELLY A. D. S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS ME
CNPJ: 21.782.356/0001-02
Pregão nº 50/2016
ITENS ANALISADOS:
37 – SACO PARA LIXO 30 LT. – APROVADO
06 – ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% - APROVADO

Empresa: L & E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA - EPP
CNPJ: 06.915.456/0001-68
Pregão nº 50/2016
ITENS ANALISADOS:
05 – ALCOOL EM GEL 70% PARA MAOS – APROVADO

Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ: 14.990.312/0001-02
Pregão nº 50/2016
ITENS ANALISADOS:
40- SANITIZANTE DE FRUTAS – APROVADO.

Atenciosamente,

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária de Educação

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 098/2016

CONTRATO Nº 098/2016

Origem: Processo Nº 080/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 006/2016. CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Nereu Ramos, 164, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 08.858.200/0001-91. CREDENCIADA: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CONSUL CARLOS RENAUX, estabelecido(a) na Rua Azambuja, 1089, bairro de Azambuja - na cidade de Brusque/SC, CEP 88.389-321, inscrita no CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30. Objeto do Contrato: O objeto da presente é o credenciamento de empresa especializada na realização de exames de média e alta complexidade com diagnóstico por imagem, pelo preço da TABELA SUS.

Vigência: 16/08/2016 até 31/12/2016.

Nova Trento, 16 de agosto de 2016.

VILSON DALBOSCO

Gestor do Fundo de Saúde

PORTARIA Nº 557/2016

PORTARIA Nº 557/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 365/2016, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal MARIA JURACI BOSO TILL, matrícula nº 2083, atuante no cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária do Pitanga, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público, Município de Nova Trento, pelo período de 83 (oitenta e três) dias, a contar de 15 de junho de 2016 a 05 de setembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 20/07/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 570/2016 "B"

PORTARIA Nº 570/ 2016 "B"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo

com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 418/2016 "B", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 241/2015, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6975, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de agosto de 2016 a 14 de setembro de 2016, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767.115.369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma

data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 07 de agosto de 2016 a 14 de setembro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Paulo Sergio Rodrigues
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário Municipal de Saúde e D. Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 575/2016

PORTARIA Nº 575/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 782/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI, matrícula nº 6869, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, s/nº, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 449.248.109-59, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini Juraci Jurema Vicentini Demonti
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 576/2016

PORTARIA Nº 576/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 783/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SALETE ELLER, matrícula nº 6870, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SALETE ELLER, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Ayres Lourenço Penk, nº 115, Bairro Guarani, Município de Brusque, portadora do CPF nº 475.533.839-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Salete Eller
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 577/2016

PORTARIA Nº 577/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 788/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, KARINA TOMASI, matrícula nº 6875, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora KARINA TOMASI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.308.059-17, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil e quatrocentos e

trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Karina Tomasi
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 578/2016

PORTARIA Nº 578/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 790/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, RITA CADORIN TOMASONI, matrícula nº 6877, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora RITA CADORIN TOMASONI, brasileira, casada, residente e domiciliada na TV Salvador Cadorin, nº 156, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 580.117.909-78, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Rita Cadorin Tomasoni

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 579/2016

PORTARIA Nº 579/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 795/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, HÉLIO SANDOVAL BARBOSA FILHO, matrícula nº 6882, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HÉLIO SANDOVAL BARBOSA FILHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Frei Caneca, nº 160, Bairro Agrônômica, Município de Florianópolis, portador do CPF nº 043.551.166-11, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini Hélio S. Barbosa Filho
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 580/2016

PORTARIA Nº 580/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 796/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, MÁRCIA ROSS, matrícula nº 6883, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARCIA ROOS, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Estrela Dalva, nº 72, Bairro Perequê, Município de Porto Belo, portadora do CPF nº 487.509.480-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marcia Roos
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 584/2016

PORTARIA Nº 584/ 2016

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 797/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, LARISSA TACHINI, matrícula nº 6884, para exercer o cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 16 de agosto de 2016 a 15 de agosto de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de agosto de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora LARISSA TACHINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Paulo Ozimoski, Bairro Centro, Município de Botuverá, portadora do CPF nº 082.857.619-08, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.647,68 (dois mil seiscentos e

quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 16 de agosto de 2016 a 15 de agosto de 2017, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de agosto de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Larissa Tachini
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de agosto de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

TERMO DE JULGAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2016

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº 001/2016

Trata-se de análise do Relatório de Instrução de fls. 27-28, emitido pela Comissão Permanente de Processo Disciplinar do Município de Nova Trento, que concluiu a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2016, envolvendo a conduta atribuída à CRISTIANE SILVA NUNES.

Feito o breve relato, passo a decidir.

Mediante apuração constatou-se que a servidora CRISTIANE SILVA NUNES abandonou o emprego. Apesar de notificações e publicações de edital de convocação, a servidora em momento algum manifestou desejo de se defender.

Não havendo causas de nulidade e tendo o processo transcorrido regularmente, nos moldes do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, acolho integralmente o Relatório de Instrução da Comissão Disciplinar, adotando-o como fundamento da decisão para EXONERAÇÃO sumária da servidora CRISTIANE SILVA NUNES.

Junte-se este termo de julgamento aos autos do referido processo disciplinar para o encerramento.

Publique-se a presente decisão no Diário Oficial dos Municípios. Cientifique-se o Setor de Recursos Humanos para as providências de estilo. Cumpra-se.

Nova Trento/SC, 30 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito do Município de Nova Trento

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 05 de setembro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2016, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para mecânica em geral, elétrica, lataria e pintura de veículos leves e médios e fornecimento de peças e mão de obra para mecânica em geral e elétrica para motocicletas da frota do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, com fornecimento de peças paralelas de 1ª linha e acessórios, contendo desconto sobre a tabela de preços AUDATEX, através de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de setembro de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2016, que tem por objeto a aquisição de móveis e outros materiais para as Unidades Educacionais, de acordo com os padrões do programa Proinfância. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 071/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de setembro de 2016, às 09:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2016, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de aquisição de Caminhão 8X4 Tracionado, zero quilômetro e Equipamento tipo Plataforma para Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE – Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de agosto de 2016. A PREGOEIRA.

TOMADA DE PREÇOS 105/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 105/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 105/2016, no dia 20 de setembro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa especializada para Execução de Sistema de Drenagem das ruas: Florianópolis e Najla Carone Guedert no bairro Passa Vinte (LOTE 01); Execução de tubulação de vala pluvial – Avenida Progresso – Jardim Eldorado (LOTE 02) neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 23 de agosto de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Palmitos

PREFEITURA

COMUNICADO 6/2016

COMUNICADO

O ORTPAL, (Órgão Executivo de Trânsito e Transportes de Palmitos), através do seu Diretor de Trânsito, amparado na Lei 3.416/2010, Art. 7º, inciso II, comunica a toda população de Palmitos em geral e aos usuários das vias do município em razão da SUPER ENDURO BORILLI, que se realizará no dia 27 e 28 de agosto de 2016, haverá alterações no trânsito do Balneário Ilha Redonda nas seguintes ruas:

Estarão interditadas em razão do evento das 09:00hrs do dia 26 às 23:00hs do dia 28 de agosto de 2016, as seguintes vias Av: Frederico Jorge Logemann, Rua Faustino Piccini e Av: Dom Pedro II.

Os moradores das referidas vias deverão retirar autorização de livre acesso junto a comissão organizadora.

Pedimos aos usuários que procurem rotas alternativas durante o período da interdição da via e muita atenção nos locais, respeitando sempre as regras de circulação de veículos contidas no CTB (Código Nacional de Trânsito Brasileiro).

Palmitos 23 de agosto de 2016.

AIRTON COSTA

Diretor de Trânsito de Palmitos

Passos Maia**PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO N. 0060/2016 DESERTA**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA**

Relação das Anulações/Revogações de Processos

(Período de 01/08/2016 a 23/08/2016)

Número	Tipo	Nr. Processo	Data	Situação	Motivo da Anulação
4/2016	Deserta	60/2016	23/08/2016	Deserta	NÃO HOUVE PARTICIPANTES

Penha

PREFEITURA

2795/2016

DECRETO N.º 2795/2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PENHA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 43.655,13 (Quarenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos) conforme preconiza o art. 43, II e III, da Lei nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº 2795, de 18 de dezembro de 2015 (LOA), destinado a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-programática: 08.244.0008

Atividade: 2.070 – Proteção Social Básica

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0541 – Bolsa-Família - IGD

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/28
..... R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0582 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/41
..... R\$ 23.655,13

Art. 2º - Os recursos necessários para cobertura do crédito aberto conforme artigo anterior, correrão a conta:

I – da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-programática: 08.244.0008

Atividade: 2.070 – Proteção Social Básica

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0541 – Bolsa-Família - IGD

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/27
..... R\$ 20.000,00

II - do provável excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964:

a) Governo de Santa Catarina – Fundo Estadual de Assistência Social

Serviços de Proteção Social Básica - Investimento

Valor – R\$ 23.655,13

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 23 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária Municipal de Administração

ATA 1º CONFERÊNCIA CONCIDADE 2016

ATA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2016-

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Câmara de vereadores de Penha S.C., situada à Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº101, bairro Centro, na cidade de Penha/SC, reuniu-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, juntamente com autoridades, imprensa, membros de entidades e associações e população em geral, para discutirem e apresentarem assuntos sobre a 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA-2016, com o objetivo de deliberação da proposta de Alteração dos artigos 177 e 178 da lei Complementar nº002/2007 (Plano Diretor Municipal), onde inicialmente o presidente, deste Conselho, senhor Reginaldo agradeceu a presença de todos fazendo a primeira chamada, e subsequente a segunda chamada às 19:30 horas, iniciando a conferência lendo um texto explicativo referente aos artigos do Plano diretor Municipal em questão. Em seguida passou a palavra ao Senhor Valdemir, membro deste Conselho, que observou alguns aspectos relacionados aos referidos artigos e apresentou uma proposta para ser analisadas pelos presentes, passando às situações que este conselho pode passar no futuro, caso se encerre o período de mandato dos membros atuais e não haja outros cidadãos, assim como associações e entidades para reconduzirem o mesmo. Pois a legislação, atual não permite que estes membros atuais possam continuar o mandato, sendo reconduzidos. O Senhor Valdemir, consultou o Ministério Público que achou a conduta de alteração da lei correta. Por este motivo, apresentou proposta de alteração na lei, na composição dos membros, ficando assim: 8 (oito) representantes institucionais, sendo, Prefeito Municipal ou representante legal, 5 (cinco) representantes do Poder público municipal, 1(um) representante da Câmara de Vereadores, 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militares e 10 (dez) representantes da sociedade civil e entidades ou associações de moradores, sendo, 6 (seis) representantes da Sociedade Civil (um representante da ACIPEN, CDL e AHOREPE, um representante de entidades ambientalistas, um representante do seguimento imobiliário, um representante da atividade pesqueira, um representante dos profissionais liberais do seguimento de engenharia e arquitetura e um representante da OAB) e 4 (quatro) representantes das Associações de Moradores de Bairro. O senhor Gilberto, questionou sobre a colocação de atividades pesqueiras que deveria constar a atividade de maricultores juntamente, pois acha que as atividades são diferentes. O senhor Valdemir falou sobre a situação de algum seguimento ter dupla representatividade no Conselho, por exemplo, um advogado entrando para representar a OAB e outro para representar uma associação. O Senhor Marcio Piccoli, corretor com atividade no Município de Penha, questionou sobre ter a impressão dos atuais membros, deste Conselho, quererem se perpetuar com a mudança da Lei. Onde diz que se está diminuindo a sociedade civil e aumentando a representatividade do Poder Público. O Senhor Lierete, explicou que a eleição é feita com a indicação de cada órgão que queira participar, deste Conselho, mas que se um membro que já esteve em dois mandatos e a instituição queira mantê-lo, porque não. O Senhor Davi, reclamou sobre o fato de retirarem à associação dos maricultores e colocarem apenas atividade pesqueira, pois não concorda que são atividades idênticas. Pede então, que este Conselho, avalie e que conste atividades pesqueiras e maricultores. O Senhor Everaldo disse que o correto seria que os membros atuais nem participassem da nova eleição, mas o problema é a falta de interesse de outros membros, sejam elas públicas ou civis e

entidades ou associações. O Senhor Henrique, falou que o que o senhor Everaldo colocou é certo mais o problema é que ninguém se prontifica em fazer o que fazemos, de participar e trabalhar com comprometimento. O Senhor Reginaldo disse que para terem noção foram convidadas diversas entidades, associações, à população em geral, onde convidamos pelas rádios Cultura, Pérola, e outras, imprensa escrita, e que esta eleição acontecerá daqui a aproximadamente 30 dias, que estas discussões serão revistas e discutidas pelo Conselho que verá o que decidirá posteriormente. O Senhor Ciddo M. Francisco, perguntou: Como é a representatividade e participação da juventude no CONCIDADE, e se é obrigatória ou não a classe estudantil fazer parte deste Conselho. O senhor Everaldo disse primeiramente sobre o desinteresse da juventude quando se trata destes tipos de reuniões ou temas, disse ainda que no Projeto Orla de que faz parte possuem alguns jovens como parte de seus membros. Falou ainda que o CONCIDADE já é especificado em lei, e que a classe estudantil não é seguimento social, como o comércio e associação de moradores. O Senhor Reginaldo propõe que sejam feitas eleições onde cada grupo de classes apresentará seus representantes e o conselho deliberará em seguida. O Senhor Márcio acha mais interessante para estimular a participação e representatividade nas reuniões que sejam eleitos membros que realmente queiram participar e que seja colocada a palavra "se possível" para que possam participar membros que já estão neste conselho assim como, membros de um mesmo seguimento, sendo assim caso não tenha em alguma entidade outro membro novo para participar da eleição que fique o que já está no Conselho. O Senhor Cleber, pede que sejam formadas às vagas para a sociedade civil onde separem às entidades ACIPEN e CDLda AHOREPE, pois a mesma já era participante anteriormente e que esta associação está crescendo muito no Município de Penha. O Senhor Claudinei falou que futuramente às entidades participantes deste Conselho, tenham interesse em participar e que caso falem três vezes sejam retiradas do mesmo, sejam quem forem. O Senhor Everaldo fez uma proposta de se colocar no artigo a palavra "se possível" ou "preferencialmente" e voltar para 3 (três) associações de bairros e manter a AHOREPE, como representante da sociedade civil, separadamente da ACIPEN e CDL. Falou ainda que concorda com o Senhor Claudinei e para o próximo mandato fazer valer tabela de presença e o regimento interno. O Senhor Reginaldo, iniciou a deliberação onde todos os membros presentes concordaram e aprovaram em unanimidade em colocarem a palavra "se possível" modificando o artigo para que os membros que já participam deste Conselho possam continuarem com o mandato, caso não tenham outros interessados ao cargo apresentado na eleição. Também continua a representatividade de três associações de moradores e teremos duas vagas para ACIPEN e CDL, e AHOREPE. O Senhor Everaldo pediu a palavra, antes de finalizarmos a conferencia para apresentar aos participantes o recebimento de correspondência referente à 6ª Conferencia Nacional das Cidades, etapa municipal, onde os municípios apresentam suas propostas ao Plano Nacional. O texto será debatido em todos os município do Brasil, onde em Penha deverá ser realizada até a data de 05/07/2016. Finalizando o Sr. Reginaldo, Presidente deste Conselho, apresentou proposta de reunião extraordinária para o dia 25/04/2016, nas dependências da Secretaria de Educação para eleição dos delegados indicados para a etapa estadual da conferencia e posteriormente conferencia Pública em 23/05/2016, nas dependências da Câmara de vereadores de Penha, para eleição dos novos conselheiros. Por fim, agradeceu a presença de todos e finalizou a conferencia. Vencida a pauta da noite e não havendo mais nada a tratar e a relatar, eu, Maurílio Pedro Leite, secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Reginaldo Walt Rick
Presidente
Maurílio Pedro Leite
Secretário

ATA 1º REUNIÃO CONCIDADE 2016

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA

-2016-

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Secretaria da Educação do Município de Penha situada na Avenida João José Batista, número cento e quinze, centro, na cidade de Penha/SC, reuniu-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, para participarem da 1ª reunião ordinária, deste Conselho, onde inicialmente o Senhor Presidente, deu início à mesma, cumprimentando todos os presentes, passando para este Secretário para apresentar a todos a correção da tabela do calendário anual das reuniões ordinárias que ficarão assim, após esta primeira: dias 13 de abril, 15 de junho, 17 de agosto, 19 de outubro e 07 de dezembro, sendo aprovada por todos os presentes. Em seguida o Senhor Presidente, falou sobre as situações que teremos neste ano, que teremos que ter muita responsabilidade nas mudanças no Plano Diretor Municipal por ser um ano eleitoral, acha muito prudente à questão do regimento Interno, deste Conselho, e suas definições. Acha ainda que os assuntos em relação ao Plano Diretor Municipal e suas modificações, se houverem, deverão ser vistos apenas após as eleições municipais. O Senhor Everaldo, falou que devemos ver se Há possibilidade de reconduzir os membros deste Conselho, para termos respaldo legal, ficando descrito no Regimento Interno como eleição com quatro anos e mais uma reeleição, caso não tenha membros novos disponíveis na entidade, associação ou poder público. Falou ainda que concorda sobre as mudanças no Plano Diretor, como Falou o presidente, que revisão geral do Plano Diretor neste momento, seria polêmico, por causa de interesses políticos nestes períodos eleitorais. O Sr. Valdemir, não concorda em deixarmos a revisão do Plano Diretor para após às eleições, pois se aparecer algum assunto de interesse de algum empreendedor, que o assunto seja visto. Falou ainda que todos os requerimentos que entrarem para este Conselho devem ser respondidos, em tempo hábil, seja qual for o assunto. O Sr. Sebastião, falou que tem preocupação e concorda com o senhor Valdemir, que requerimentos e assuntos como, por exemplo, que viessem de pousadas e hotéis que caberia um olhar com mais carinho, pois estes ramos estão sendo muito prejudicados em relação à legislação (Plano Diretor), que poderíamos pelo menos discutir estes assuntos. O Sr. Gilberto, falou ainda que mudanças significativas no Plano Diretor que deveríamos levar à comunidade, antes de qualquer definição. O Sr. Henrique falou que devemos ter responsabilidade no momento da revisão do Plano Diretor, que os membros não falem para termos quórum e darmos continuidade nos assuntos. Após o Senhor Presidente, falou sobre marcarmos uma conferencia pública para alterações dos artigos 177 e 178 da Lei Complementar nº002/2007 – Plano Diretor, ficando concordado por todos que será no dia 18/04/2016, nas dependências da Câmara de Vereadores de Penha. Pediu que este Secretário enviasse ofício para entidades, associações e o Poder público para às mudanças dos membros deste Conselho, já que em breve após a 1ª Conferencia, teremos uma nova Conferencia para as mudanças de membros e outros assuntos relativos ao CONCIDADE. Vencida a pauta da noite e não havendo mais nada a tratar e a relatar, eu, Maurílio Pedro Leite, secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Reginaldo Waltrick
Presidente
Maurílio Pedro Leite
Secretário

ATA 2º CONFERÊNCIA CONCIDADE 2016**ATA DA 2ª CONFERÊNCIAMUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2016-**

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Câmara de vereadores de Penha S.C., situada à Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº101, bairro Centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, juntamente com autoridades, imprensa, membros de entidades e associações e população em geral, para discutirem e apresentarem assuntos sobre a 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA-2016, com o objetivo:- A Eleição para indicação dos novos conselheiros do CONCIDADE.

Iniciando a conferência o Senhor Reginaldo, presidente do CONCIDADE, abriu a conferência relatando alguns fatos do CONCIDADE, referente à criação, e seu regimento interno, em especial ao artigo 5º, sobre a constituição e formação dos membros respeitando a paridade entre as representatividades do poder público e sociedade civil. Em seguida foi acordado com os presentes em apresentarem ofícios de suas respectivas representatividades e seus membros escolhidos para serem os representantes destas, em reunião que ocorrerá dia 30 de maio de 2016, nas dependências da Secretaria de Educação do município de Penha, às 19h00min horas, reunião esta que fará parte e será incluída nesta mesma conferência. Sendo assim esta conferência ficará aberta para futuro encerramento, quando estiverem concluídas, em consenso, às indicações de representatividade do CONCIDADE. O Senhor Valdemir, falou que é muito importante que os ofícios sejam apresentados na próxima reunião para ter autenticidade e aval das entidades e associações participantes. O Senhor Reginaldo, falou que no passado algumas entidades do CONCIDADE não compareciam nas reuniões e em momentos importantes não tínhamos quórum para dar continuidade nos assuntos. Por fim o presidente, lembrou a todos da reunião para darem continuidade a esta conferência, agradeceu a todos pela presença, deixando-a por aberta. Sendo assim, em 30 de maio de 2016, nas dependências da Secretaria de Educação do Município de Penha, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, para dar continuidade à 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA-2016, onde primeiramente o Presidente Senhor Reginaldo, agradeceu a presença de todos e passou para os representantes das entidades, associações e poder público apresentarem seus referidos ofícios referentes às representatividades dos mesmos, ficando assim estabelecidos:

Poder público: Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes ou seu representante Legal, sendo nomeado o Senhor Dorval Vieira de Oliveira, mais cinco representantes do Poder Executivo Municipal com seus respectivos suplentes, ficando assim, titulares, senhores Lierte José Laurentino, Everaldo Moraes dos Santos, Valdemir Bortolato Germano, Maurílio Pedro Leite e Evaldo Eredes dos Navegantes, e como suplentes, Gabriel Alves Bastos, Ricardo Francisco das Neves, Misael Cordeiro, George Wanderlei da Silva Alves e Reginaldo Waltrick, respectivamente, tendo ainda um representante do Poder Legislativo Municipal, titular, senhor Jefferson Ademir Custódio, e como suplente, senhor Jesuel Francisco Capela, ainda um representante do Corpo de Bombeiros Militar, titular, Senhor Sub Tenente BM Wancarlos, tendo como suplente, o senhor 2º Tenente BM Machado,

Sociedade Civil: Um representante da ACIPEN ou CDL, titular, senhor André Roberto Pereira, e suplente, senhor Cionei Luiz Zanotti, um representante da AHOREPE, titular, senhor Marcos Caldeira, suplente, senhor Cleber M. Neumann, um representante de entidades ambientalistas, titular, senhor Sérgio Augusto Machado, suplente, senhor Gilberto Caetano Manzoni, um representante de seguimento imobiliário, titular, senhor Oldivar José Chilante, suplente, senhor Fabiano José da Silva, um representante da OAB, Senhora Cristina Boccassius Siqueira, suplente, senhor Ricardo Matiello, um representante dos profissionais liberais do seguimento de engenharia e arquitetura, titular, senhor Sebastião Fermينو, Suplente,

Arthur Henrique dos Santos Zimmermann, um representante da atividadepesqueira e maricultura, titular, senhor David Stolfa, suplente, senhor Giovane F. Dias, e por fim três representantes das associações de moradores de bairro, titulares, senhores, Ângelo Piazeria Júnior, Costabile A. Silva Di Gregório e Moacir Livinalli, sendo seus respectivos suplentes, senhores Henrique Elias Bruch, Ana Lúcia Cypriano de Souza e Waldemiro Meister Neto. Finalizando, o Senhor presidente, marcou reunião ordinária para o próximo dia 13 de junho e agradeceu a presença de todos. Vencida a pauta da noite e não havendo mais nada a tratar e a relatar, eu, Maurílio Pedro Leite, secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Reginaldo Walt Rick
Presidente
Maurílio Pedro Leite
Secretário

ATA 2º REUNIÃO CONCIDADE 2016**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2015-**

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Secretaria da Educação do Município de Penha situada na Avenida João José Batista, número cento e quinze, centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, para participarem da 2ª reunião ordinária, deste Conselho, onde inicialmente o Senhor Presidente, deu início à mesma, cumprimentando todos os presentes, e falou sobre estar deixando o cargo de presidente deste Conselho, por estar assumindo o cargo de secretário municipal de saúde, mas que continuará no conselho como membro suplente do Poder Público. Em seguida passou ao novo presidente Senhor Dorval, que cumprimentou a todos, e falou sobre conduzir os trabalhos deste conselho, como o Senhor Reginaldo o fez anteriormente, pediu apenas que o grupo seja mais ativo e que tenha mais frequência. Após, passou a este Secretário para a leitura da ata anterior, referente à 2ª Conferência Municipal da Cidade de Penha, sendo aprovada por unanimidade. Voltando ao Presidente, deu prosseguimento, passando ao assunto da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Penha, onde passou para o Secretário que leu brevemente alguns relacionados à mesma. O Senhor Dorval achou importante fazermos uma reunião com a senhora Nelza, funcionária da AMFRI que está disponível a esclarecer alguns fatos da conferência ao CONCIDADE, então sendo assim, ficou decidido que para esta reunião a ser marcada posteriormente estarão disponíveis para participarem da mesma os senhores Dorval, Everaldo, Maurílio, Costabile, David e Moacir. Após o encerramento deste assunto, o Senhor Gilberto falou que é necessário entrarmos no assunto do FUNDURB, pois até o momento às empresas que já tiveram suas compensações definidas ainda não receberam os boletos para pagamento das compensações, gostaria de saber o porquê do atraso na impressão do boleto. O Senhor Reginaldo falou que a uma falha no Sistema Beta que é o sistema financeiro da Secretaria da Fazenda, que não estão conseguindo fazer a impressão dos boletos, mas que iremos atrás de respostas da Secretaria. Falou ainda que brevemente deverão serem nomeados os novos gestores do FUNDURB, pois como foram nomeados novos representantes do CONCIDADE, o FUNDURB também deverá ter seus novos representantes. O Senhor Gilberto falou que seria importante enviar o regimento do FUNDURB para todos os membros do CONCIDADE via Watts ou e-mail, sendo observado pelo secretário que fará o envio deste. Em seguida o Senhor Dorval em concordância com todos os presentes apresentou as novas datas das reuniões ordinárias deste

ano, que serão em 11 de julho, 12 de setembro, 07 de novembro e 12 de dezembro. O senhor Lierde indagou para que seja concedido o direito dos suplentes do poder executivo e associações de moradores a assumirem o direito de votos e decisões quando faltarem os titulares, mesmo que sejam titular e suplente da mesma representatividade. O senhor Valdemir questionou que o assunto deverá ser colocado na futura revisão do Regimento Interno do CONCIDADE. O Senhor Reginaldo acha importante que os membros do FUNDURB sejam definidos nesta reunião já que temos quórum no momento, sendo aceito por todos os presentes, desta forma foram escolhidos para o Poder Público, os senhores Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, George Wanderlei da Silva Alves, Secretário Municipal da Fazenda e Dorval Vieira de Oliveira, Secretário Municipal de Planejamento, e para a Sociedade Civil, os senhores Gilberto Caetano Manzoni, representante de Entidades Ambientais, Ricardo Matielo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Waldemiro Meister Neto e Costabile A. Silva Di Gregório, representantes das Associações de Moradores de Bairros, O senhor André, perguntou quem eram os membros mais faltosos anteriormente, nas gestões passadas neste Conselho, Sociedade Civil ou Poder Público? O senhor Lierde respondeu que faltavam ambos, mas que em assuntos de Audiência Pública ou Conferência tentávamos definir e termos os assuntos concluídos nas reuniões ordinárias ou extraordinárias e levamos para as mesmas prontos e definidos. O senhor Dorval acha interessante levarmos o tema da revisão do regimento Interno para a reunião de julho, pedindo que os senhores Valdemir, Everaldo e os representantes da OAB, senhora Cristina e senhor Ricardo, que encabeçassem uma comissão para apresentarem nesta reunião de julho alguma proposta referente ao assunto. O senhor Gilberto pediu também que seja enviado via e-mail o Regimento Interno do CONCIDADE para todos os membros do Conselho. O Senhor Marcos, perguntou: - Qual o critério para a colocação dos assuntos em pauta? Ainda perguntou: - O que traz ou fez de benefício para o Município estas Conferências do CONCIDADE? Sendo respondido pelo senhor Valdemir que 90% dos assuntos que envolvem o Plano Diretor Municipal e chegam à Secretaria de Planejamento necessariamente passarão pelo Conselho, onde os problemas que prejudicam a população, são colocados em primeiro plano, assim devemos consultá-las em audiência pública para a definição, sendo sempre atentos ao que a população deseja, assim como no Bairro Nossa Senhora de Fátima, uma empresa requereu junto ao CONCIDADE o direito de se instalar, fizemos uma audiência pública com os moradores que foram contra a instalação da empresa e este Conselho unanimemente indeferiu o pedido da empresa. O Senhor Valdemir questionou sobre a possibilidade da revisão do Plano Diretor Municipal este ano, já que o Plano Diretor Municipal deverá ser revisto no início do ano que vem período que completa 10 anos, e deverá ser alterado, sendo assim porque não deixa-lo para revisar neste período. Também falou que para alterações e propostas para revisão do Plano Diretor que sejam feitos pareceres estaduais e federais. O senhor, Costabile, falou que além destas competências citadas, seria importante este Conselho participar do Orçamento do Município. O senhor Marcos falou sobre acreditar na vocação turística do Município de Penha, e que o mesmo possa ter um crescimento de forma organizada, que temos uma fonte de riqueza: o turismo, falou sobre a deslealdade que às pousadas e hotéis estão passando, como este assunto pode ser tratado pelo Conselho. O senhor Lierde, respondeu que todos os tipos de assuntos passam pelo Conselho, onde no passado uma comunidade foi contra a instalação de uma empresa e fomos a favor desta comunidade e não permitimos a instalação da mesma. Chegamos a fazer uma audiência pública no local. O senhor Reginaldo falou que o Conselho ainda possui alguns assuntos que ficaram para serem vistos e salientou que a AHOREPE, faça requerimento, oficializando o assunto, falou ainda em relação ao FUNDURB que todos os empreendimentos causadores de impacto passam pelo mesmo. O senhor Valdemir falou que na Conferência será debatido e trazido temas prontos e próprios com a realidade do Município, nossos delegados levarão nossas propostas a diante

até chegarem ao Ministério das Cidades. O senhor Dorval convidou os membros do CONCIDADE a participarem da Audiência Pública que acontecerá dia 22 de junho de 2016, às 19h00min horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Penha, apresentando o Plano de Mobilidade Urbana, pede que todos os membros estejam presentes. O senhor Wancarlos pediu ao Presidente deste Conselho, que a partir da próxima reunião que possamos ter um local mais adequado para nos reunirmos. O senhor Dorval respondeu que irá enviar pedido para que possamos usar à Câmara de Vereadores para nossas reuniões, sendo concordado por todos os presentes. Finalizando o presidente, agradeceu a presença de todos, e, eu, Maurílio Pedro Leite, secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Dorval Vieira de Oliveira
Presidente
Maurílio Pedro Leite
Secretário

ATA 3º REUNIÃO CONCIDADE 2016

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA

-2016-

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, nas dependências da Secretaria da Educação do Município de Penha situada na Avenida João José Batista, número cento e quinze, centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha, para participarem da 3ª reunião ordinária, deste Conselho, onde inicialmente o Senhor Presidente, cumprimentou todos os presentes, passando a este Secretário para a leitura da ata anterior, referente à 2ª reunião ordinária Municipal da Cidade de Penha, sendo aprovada por unanimidade. Após foi lida a pauta desta reunião. O Senhor Angelo, perguntou sobre o envio do Regimento interno e outros documentos que ficou concordado em ser trazidos nesta reunião. Sendo respondido por este Secretário, que pelo motivo de estarmos com a impressora com defeito e como o volume de impressão é muito grande não conseguimos imprimir em outro local. Então foi novamente concordado que iríamos enviar via email ou whatsapp, os números das leis e decretos para que cada membro possa encontrar no site da Prefeitura de Penha. Iniciando com a pauta, passamos ao segundo assunto: Revisão do regimento Interno do CONCIDADE, onde o Senhor Valdemir pediu desculpas por ter tido dificuldades em adiantar o tema, que deverá apresentar o mesmo na próxima reunião ordinária. Próximo tema: Decreto do FUNDURB. O Senhor Dorval, falou que o mesmo não foi enviado aos membros, pois com a renovação dos membros do Concidade o decreto também deverá ser renovado e trazido na próxima reunião. Também falou que será gerado boleto e encaminhado a empresa ROGGA, que o responsável da Secretaria da Fazenda, Senhor Marcelo está de férias e quando retornar iremos regularizar esta questão da empresa Rogga. O Senhor Lierde, falou que sobre a Empresa Baltt, que o terreno não está em nome da empresa Rogga, que por isso estão tendo dificuldades na Secretaria da Fazenda para fazer o lançamento das guias de compensação. Próximo tema: Discussão do Plano Diretor, acerca de aprovações de projetos. O Senhor Wancarlos argumentou que algumas questões referente às construções deverão ser totalmente de responsabilidade do responsável técnico da mesma, que deverá apresentar soluções para os problemas apresentados. O Senhor Lierde, aproveitando disse que o proprietário do imóvel e o responsável técnico terão responsabilidade pela parte interna da construção, já a parte externa será de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal e seu responsável técnico. Já o Senhor Everaldo, falou que existe

uma tendência hoje até pela FATMA de passar esta responsabilidade para o responsável técnico, que responderá criminalmente pela omissão dos fatos apresentados. Devemos fazer um detalhamento no Plano Diretor e Código de Obras fazendo um enxugamento e apresentando proposta posteriormente para vermos à legalidade e que cumpra-se à legislação. O Senhor Dorval falou que é a favor da proposta e que podemos trazer para discussão na próxima reunião ordinária, para isto devemos formar uma comissão que apresentará a proposta para discussão. Os membros concordarão com a sugestão do Presidente, sendo formada a comissão com os Senhores: Sebastião, Valdemir, Lierete, Everaldo, Ricardo e a senhora Cristina. Neste momento o Senhor Dorval, acrescentou à pauta o assunto de criarmos uma legislação que coíba a ligação de energia elétrica e água sem que à construção tenha o devido alvará de construção da prefeitura municipal. Falou ainda que o município de Barra Velha já possui esta legislação. O Senhor Valdemir falou ainda que esta questão foi muito tratada na 6ª Conferência Pública, onde os participantes relataram muito sobre regularização fundiária, onde os moradores não possuem documentos da propriedade. O senhor Everaldo, falou que à Câmara de Vereadores não concordam com o assunto, de possuímos no Município esta legislação, e por isso à clandestinidade leva à desordem. O Plano Diretor atualmente proíbe à construção apenas com contratos, devendo o proprietário ter o título de propriedade. À regularização fundiária e à própria legislação federal criou diversos mecanismos para regularizar este assunto como o Lar Legal. O Senhor Valdemir falou sobre a questão de diversas ruas no município de Penha que foram aprovadas irregularmente. O Senhor Moacir falou sobre a prática de pessoas de baixa renda que comprem casas já prontas de madeira para colocar nos terrenos. O Senhor Ricardo acha que se o município cadastrou o terreno para pagamentos de impostos pode, já para construir com documentos de posse, contratos ou até sem documentos não pode. O Senhor Dorval falou que trará propostas na próxima reunião ordinária sobre o assunto. Quer levará a minuta da lei adequada à Penha para discussão. O Senhor Wancarlos vê com preocupação à criação desta lei no Município de Penha, pois como exemplo, no bairro Santa Lídia não vai ter como regularizar a maioria dos projetos de construções apresentados, que os bombeiros estão intensificando a fiscalização em construções mas que infelizmente à parte administrativa de interditar, multar lacrar é muito difícil. O Senhor Sérgio falou sobre que Penha possui 60 e poucos por cento de construções irregulares, que este índice é absurdo, que deveria ser estudado caso à caso, sem usar política e achar uma solução. A Senhora Cristina, falou que tudo isto passa a ser uma questão educacional, que à população deveria ser mais informada, orientada. A mesma tenta fazer uma informação do direiro e do dever do cidadão, mas não é o suficiente. O Senhor Moacir falou que quanto mais se discute, mais problemas aparecem, que o problema maior realmente é a educação.

Finalizando o presidente, agradeceu a presença de todos, e, eu, Maurílio Pedro Leite, secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Dorval Vieira de Oliveira
Presidente
Maurílio Pedro Leite
Secretário

PORTARIA Nº 302/2016

PORTARIA Nº 302/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNA SEM EFEITO: a Portaria nº 295/2016, que concede afastamento para concorrer a cargo eletivo, com base no requerimento

nº 0037.0002196-2016, que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) EVERALDO LOURIVAL FRANCISCO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 08/08/2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 22 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PP35/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 352016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA AREA MECANICA EM GERAL, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSORIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS.

Entrega dos Envelopes: 05/09/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

8Abertura do Processo: 06/09/2016 às 10h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba. O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m. Penha/SC, 23 de agosto de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

PP36/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 05/09/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

8Abertura do Processo: 06/09/2016 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba. O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha,

SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.
Penha/SC, 23 de agosto de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 18/2016 – CREDENCIAMENTO 01/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação 18/2016 - FMS e Credenciamento 01/2016 - FMS.

Objeto: Credenciamento de Empresa especializada para fornecimento de passagens, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Peritiba.

As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 24 de Agosto de 2016, com data prevista para encerramento em 31 de dezembro de 2016.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

ELIANI MORTARI

Secretário Municipal de Saúde

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.901, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.901, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais):

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 1.4 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 252/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contrato n.º 252/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO

DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Rua Marechal Arthur Costa e Silva, nº 111, na cidade de Pinheiro Preto, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Euzébio Calisto Vieceli, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto, SC., doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, SC., neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 1.750/2014.

1.2. O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8.666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O contrato presente tem por objeto a elaboração de Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano do município, visando nortear as políticas urbanas a partir da identificação de áreas urbanas consolidadas, áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco. O referido estudo vai apresentar os principais elementos da área de interesse, de modo a subsidiar as ações para o desenvolvimento urbano e regional, em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).

3.2 – O valor está em conformidade com a “Tabela de valores para realização dos serviços de Diagnóstico Socioambiental em áreas urbanas consolidadas dos municípios participantes do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA” aprovada em assembleia geral ordinária em 04 de maio de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O CONTRATADO emitirá os respectivos Recibos, através de Boleto Bancário ou depósito em conta. O pagamento deverá ser realizado em 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª (primeira) parcela no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) em até 10 dias após a

assinatura do contrato e a 2ª (segunda) parcela no valor de R\$ R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) em até 10 dias após a entrega do diagnóstico socioambiental.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - O Diagnóstico Socioambiental será elaborado por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica do CIMCATARINA aliada a equipe técnica do próprio Município.

5.2 - A equipe técnica envolvida na elaboração do Diagnóstico Socioambiental terá caráter multidisciplinar.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos estudos;
- d) Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- e) Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2 - São deveres do CONTRATANTE:

- a) Participar da elaboração do Diagnóstico Socioambiental com equipe técnica do próprio Município;
- b) Participar da elaboração do Diagnóstico Socioambiental com servidores do próprio Município, de áreas ambientais e correlatas que detenham informações e ou conhecimentos sobre os itens abordados nos estudos;
- c) Fornecer informações necessárias para a elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- d) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- e) Emitir aprovação do Diagnóstico Socioambiental após conclusão dos trabalhos da equipe multidisciplinar;
- f) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados;
- g) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função : ADMINISTRAÇÃO

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até a conclusão e entrega da elaboração do Diagnóstico Socioambiental, que ocorrerá em até 12 meses, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Pinheiro Preto (SC), 18 de Agosto de 2016

Município de Pinheiro Preto EUZÉBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal	CIMCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

DECRETO Nº 4.438, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 4.438, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 3.368,14 (Três mil, trezentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 302 - Recursos de Impostos e Transf.de Impostos Saúde - ex. anterior

Total suplementado
..... R\$ 3.368,14

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 19 DE AGOSTO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 052/2016

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 052/2016

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, torna público a alteração efetuada no Edital de Licitação 052/2016, em razão de equívoco, acresce a cláusula seguinte ao Edital:

5.7. No caso de tratar-se de microempresas ou empresas de pequeno porte, será observado o que dispõe os arts. 42 e ss. da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Demais itens do Edital de Licitação permanecem inalterados.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 22 de agosto de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 622/2016

DECRETO Nº 622/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

“EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO aposentadoria por tempo de contribuição.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 31 de Agosto de 2016, o Sr. ALTAIR FAZOLO, matrícula 898, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 623/2016

DECRETO Nº 623/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MELANIA TEREZINHA DE OLIVEIRA FONTANA, matrícula 5716, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 10 dias, a contar do dia 15 de agosto de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 624/2016

DECRETO Nº 624/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. JOSE NERI WRUBEL, ocupante do cargo de MECANICO, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 13 dias, a contar do dia 12 de Agosto de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 625/2016

DECRETO Nº 625/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARCIA MARA WAES, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 dias, a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 182/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 182/2016
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 192/2015
Partes: Município de Porto União e Derpa Usina de Asfalto Ltda - EPP.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 36.298,76 (trinta e seis mil duzentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de agosto de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2016

PORTARIA Nº 026, de 19 de agosto de 2016.

Dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Porto União no dia 06 de setembro do ano corrente, excluídos desta previsão o expediente no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde e demais repartições cujos serviços não admitem paralisação.

§1º Torna-se obrigatória a compensação de horas àquelas repartições alcançadas pelo disposto no caput deste artigo, que deverá ser efetuada com o acréscimo de 30 (trinta) minutos no final da jornada de trabalho dos servidores municipais, de acordo com as respectivas cargas horárias.

§ 2º A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos fará a compensação da totalidade de horas no dia 09 de setembro de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 081/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 153/2016

Retificação do Edital de Pregão Presencial 081/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alteração no Edital do Processo Licitatório anteriormente citado, onde exclui-se o item 01 (um) e dá-se nova redação ao item 02 (dois). As datas anteriormente publicadas permanecem inalteradas. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de agosto de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:00 (nove horas), do dia 05 (cinco) de setembro de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I, O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 22 DE AGOSTO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 70/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1501

Ano lei : 2016

Data Lei: 18/08/2016

DECRETO Nº 70, de 18 de agosto de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 19.441,05 (dezenove mil e quatrocentos e quarenta e hum reais e cinco centavos), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2024.31900000000000.01000000 5.000,00

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2024.33900000000000.01000000 13.441,05

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2024.44900000000000.01000000 1.000,00

Art. 2º

Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$19.441,05 (dezenove mil e quatrocentos e quarenta e hum reais e cinco centavos)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2005.31900000000000.01000000 5.000,00

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2005.33900000000000.01000000 13.441,05

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E 09.001.0008.0243.1603.2005.44900000000000.01000000 1.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 71/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1502

Ano lei : 2016

Data Lei: 22/08/2016

DECRETO Nº 71, de 22 de agosto de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0123.1301.0006.33900 000000000.01000000 540,97

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0024.0722.1303.2004.33900 000000000.01000000 9.459,03

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$10.000,00 (dez mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0022.0661.1301.1012.44900 000000000.01000000 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 22 de agosto de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 72/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE

NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 72, de 23 de agosto de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2003.33900
000000000.01120000 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :
R\$2.000,00 (dois mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.000000000
00000.01120000 2.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 23 de agosto de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 152, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº. 152, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	3.1.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas (211)	R\$	65.000,00
MODALIDADE:	3.3.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas (225)	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001.0000 – Recurso Próprios Educação				
TOTAL			R\$	70.000,00
TOTAL GERAL			R\$	70.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 23 de agosto de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 57/2016

Edital de Licitação nº 82/2016-PM,

Pregão Presencial nº 57/2016 PM.

Para participação exclusiva de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte

PREÂMBULO

O Município de Princesa/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 01.612.836/0001-00 torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por ITEM, sob o regime de entrega PARCELADA com base na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, demais legislação aplicável e condições deste Edital, a realizar-se na sala do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC.

O Credenciamento dos proponentes, o envelope da Proposta de Preços e o envelope de Habilitação deverão ser entregues até às 08h30min do dia 08 de setembro de 2016, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, e então será iniciada a Sessão Pública de Pregão.

1 – DO OBJETO

1.1 - Este procedimento tem como objeto: "AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DOS EDUCANDÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, COM RECURSOS ORIUNDOS PRÓPRIOS E VIA FNDE" conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 Esclarece-se que alguns itens do certame ficam condicionados à entrada de recursos via FNDE, e que só serão solicitados os alimentos assim que adentrar o mesmo, não gerando dessa forma, obrigação do Município em adquiri-los.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – A participação nesta licitação é exclusiva às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital.

2.1.1 – Consideram-se Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptos à participação neste certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

2.2 - Não poderão participar deste processo os interessados que:

- a) encontre-se em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- b) estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação;

- c) estejam impedidos de contratar com o Município de Princesa/SC;
- d) tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgão público municipal, estadual e/ou federal.
- e) não se enquadrem na condição de ME/EPP, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

2.3. A participação em licitação expressamente reservada a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Princesa, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e demais cominações legais (Acórdão TCU 298/2011).

3 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar este ato convocatório, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no local discriminado no item 18.11 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Para o CREDENCIAMENTO, é indispensável a apresentação da seguinte documentação (entregue FORA DOS ENVELOPES):

4.1.1 – Documentos da empresa/proponente:

- a) Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto, devidamente registrado e atualizado com todas as suas alterações e/ou consolidações; no caso de Sociedades por Ações, também deverá ser apresentado documento de eleição de seus administradores;
- b) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo no Anexo VI deste Edital);
- c) Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Comprovante de Inscrição no Simples Nacional;
- d) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (modelo constante no Anexo V deste Edital).

4.1.2 - Documentos do representante da empresa/proponente:

- a) Cópia de documento oficial de identificação em que conste foto;
- b.1) No caso de proprietário/administrador, deverá apresentar documento que comprove tal condição;
- b.2) No caso de representante/procurador, deverá apresentar documento de Procuração ou Termo de Credenciamento (modelo no Anexo II deste Edital), com assinatura reconhecida em Cartório;

4.2 – Considerações sobre a documentação:

- 4.2.1 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;
- 4.2.2 - Somente participará da fase de lances verbais e demais atos relativos à Sessão Pública o representante legal devidamente credenciado;
- 4.2.3 - Dentre os objetivos sociais da empresa deverá estar contemplado, ainda que parcialmente, o objeto deste Edital;
- 4.2.4 – No caso de Sociedade Civil, deverá apresentar documento que comprove a Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente;
- 4.2.5 - A apresentação da Certidão/Comprovante (item 4.1.1.'c') é condição indispensável para comprovar a condição de ME/EPP e para que estas possam usufruir dos benefícios da Lei 123/2006.
- 4.2.6 – A Certidão/Comprovante (item 4.1.1.'c') não poderá ter data de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias;

5 – DOS ENVELOPES E SUA ENTREGA

5.1 – Os documentos referentes à PROPOSTA DE PREÇOS e à HABILITAÇÃO deverão ser entregues antes do início da Sessão Pública, observados data, horário e local descrito neste Edital.

5.2 – Os documentos deverão estar acondicionados em 2 (dois) envelopes distintos, lacrados, contendo no anverso de cada um deles os seguinte dizeres:

5.2.1) ENVELOPE nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO COMPLETO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/ ____

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/ ____

5.2.2) ENVELOPE nº 2 – HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO COMPLETO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/ ____

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/ ____

5.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia.

5.3.1 – No caso de cópia, deverá ser autenticada por Cartório competente ou por servidor público do Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de Princesa/SC, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

5.3.2 - Visando à racionalização dos trabalhos, é conveniente que a autenticação de documentos pelos servidores do Departamento de Compras seja solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da Sessão Pública.

5.3.3 – Não serão aceitos documentos apresentados em desacordo com a legislação ou determinações deste Edital; admitir-se-ão fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.3.4 – Nenhum dos documentos, ainda que apresentado em original será devolvido ao proponente, salvo no caso de documentos de habilitação não utilizados nos autos do processo licitatório.

5.3.5 – Os Servidores lotados no Departamento de Compras, Licitações e Contratos não realizarão a prévia conferência de documentos de possíveis licitantes; também não assumirão qualquer responsabilidade em razão de falta ou entrega incorreta de documentos de possíveis licitantes.

5.3.6 – Toda e qualquer consequência advinda de fato envolvendo quaisquer documentos exigidos no Edital, até o momento da entrega ao Pregoeiro, é de única e inteira responsabilidade do licitante.

6 – DA PROPOSTA

6.1 – No Envelope nº 1 – PROPOSTA, deverá estar acondicionado:

a) o “Formulário Padronizado de Proposta” (vide Observação abaixo) contendo a proposta de preços, emitida em uma via impressa, datada e assinada, contendo as seguintes informações:

- Razão Social, endereço e CNPJ do proponente;
- Descrição detalhada do objeto a ser fornecido (de acordo com as especificações constantes neste Edital);
- Marca;
- Valor unitário do item/lote;
- Valor total do item/lote; e
- Total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos (duas casas decimais após a vírgula) e, preferencialmente, também por extenso;
- Prazo de validade da proposta (mínimo de 60 dias contados da entrega do envelope)

Observações:

I - O “Formulário Padronizado de Proposta” será disponibilizado na página eletrônica do Município de Princesa/SC (www.princesa.sc.gov.br), link “licitações”, em duas versões:

a) “Versão PDF”: formulário a ser impresso, que permite preenchimento dos dados do proponente e de itens do processo, como valor unitário, marca, valor total etc.

b) “Versão Betha Auto-Cotação”: formulário digital, em versão compatível com o sistema “Betha Auto-Cotação”, para cotação eletrônica. Poderá ser utilizado para elaborar as propostas, cujas informações deverão, então, ser salvas em mídia de armazenamento (CD, pen drive etc) e entregues juntamente com a versão impressa, ambas alocadas no envelope lacrado “Envelope nº 1 – PROPOSTA”. A utilização desta versão proporcionará maior agilidade no processamento do certame;

II - Nos preços apresentados pela licitante deverão estar inclusas todas as despesas inerentes à entrega do objeto/execução do serviço;

III – Propostas de preços superiores ao máximo delimitado pelo Município serão causa de desclassificação automática da proposta do licitante relativamente àquele item/lote;

IV - Propostas contendo pequenas falhas ou defeitos poderão ser sanadas por decisão do Pregoeiro, salvo se comprometerem a legalidade do certame.

V – A versão impressa da “Proposta de Preços” é indispensável, e sua ausência acarretará ao proponente a imediata exclusão do certame.

VI – A versão digitalizada da “Proposta de Preços” é de apresentação facultativa, pois visa apenas dar maior agilidade ao processamento do certame.

7 – DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

7.1 - Para TODOS os proponentes:

7.1.1 – Regularidade Fiscal:

- a) Certidão Negativa Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

7.1.2 – Qualificação Econômico-financeira

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

7.1.3 – Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88

a) Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (modelo no Anexo IV deste Edital);

8 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1- No dia 08 de setembro de 2016, às 08h30min, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme já designado neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente lacrados, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

8.2 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

8.3 - Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

8.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

9.1 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do objeto da licitação e os respectivos valores ofertados.

9.2 - Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002:

“Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.”

9.3.1 - Caso não haja, no mínimo, 3 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 3 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei 10.520/02.

9.4 - Às licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 9.3 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.5 - O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.

9.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando feita a convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances, excetuando o disposto no item 9.12.

9.7 - Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.8 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.9 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.9.1 - Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

9.9.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.9.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei 123/2006, art. 43, § 1º).

9.10 - Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

9.11 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

9.12 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 9.8 e 9.11.

9.13 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 – Realizar a entrega dos materiais/execução dos serviços nas condições, preços e prazos constantes deste Edital;

10.2 – Entregar os materiais/executar os serviços de forma PARCELADA e em total conformidade com a solicitação da Secretaria ou Setor Requisitante no tocante a forma, local, prazo e outras particularidades.

10.2.1 – O objeto deverá ser entregue no Município de Princesa, em local específico indicado pela Secretaria/Setor Requisitante.

10.3 - Cumprir as exigências descritas nas requisições que deram origem a este processo licitatório ou que constarem no contrato ou outro instrumento que o substitua.

10.4 – Entregar os materiais/executar os serviços de modo a atender as necessidades e peculiaridades apontadas no Edital.

10.5 – Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes neste Edital, em seu contrato (caso emitido), ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.

10.6 – Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao objeto desta licitação, ao Município ou a terceiro.

10.7 – Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada entrega do material/execução do serviço.

10.7.1 – Dentre os custos compreendidos no item 10.7 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):

- transporte e traslado, caso necessário, de bens/materiais/objetos necessários à execução do objeto deste edital;
- transporte e traslado de peças e equipamentos;
- deslocamento e diárias de profissionais;
- contratação de equipamentos ou profissionais;
- entre outros.

10.8- Os alimentos deverão ser entregues conforme cronograma que será estabelecido pela nutricionista responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos, em dia que mais convier para a Administração e previamente agendado.

10.9- Todos alimentos deverão conter em sua embalagem data de fabricação e validade. A data de validade não poderá ser inferior a no mínimo 12 meses para os alimentos não perecíveis.

10.10- Os itens que comportam pães deverão ser fabricados no máximo 24 horas anteriores à entrega.

10.11- Os itens que comportam alimentos perecíveis - frutas, legumes, deverão ser entregues saudáveis, sem lesões, não deverão estar ressequidos-acelga, alface, cenoura, couve flor, repolho etc. - deverão apresentar-se de maneira agradável para consumo.

11 – DO PAGAMENTO

11.1 – O pagamento à empresa será efetuado por intermédio de crédito em conta bancária, efetuado proporcionalmente ou conforme o recebimento dos materiais/execução dos serviços, até o 10º dia do mês subsequente à entrega dos produtos/execução do serviço.

11.1.1 - O pagamento fica condicionado ao atestado de recebimento emitido pela Secretaria ou Setor Requisitante a que estiver vinculado o objeto deste Edital;

11.1.2 – O pagamento fica condicionado à apresentação, por parte do fornecedor, da nota fiscal referente aos serviços prestados.

11.2 - Nenhum pagamento será efetuado a empresas enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

12 - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 – A entrega dos produtos pela empresa vencedora será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela servidora pública Manuela Mayer- Nutricionista.

12.1.1 – O Município, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a entrega dos produtos.

12.2 – Caso haja elaboração de contrato vinculado a este edital, nele constará expressamente o nome do representante do município que

atuará como Fiscal do Contrato.

12.3- A empresa vencedora deverá entregar os produtos em locais estabelecidos pelos secretários supracitados.

13 - DO PRAZO, REGIME E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

13.1 – A entrega dos produtos/execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, podendo ser entregues em até 30 dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e/ou outro documento que a substitua, de acordo com o estabelecido neste Edital, sem qualquer ônus adicional ao Município.

13.2 - O vencedor do certame ficará responsável pela entrega dos materiais/execução dos serviços conforme as condições e a necessidade da Secretaria responsável pela solicitação.

13.3 – O vencedor do certame é responsável por manter contato com o(a) servidor(a) mencionado no item 12.1 e/ou o responsável pelo setor requisitante para confirmar data, local, prazo e forma de entrega dos produtos/execução dos serviços.

14 – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE QUANTIDADE

14.1 – No interesse da Administração, o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% do valor inicial do objeto, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ENTREGA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO

15.1 – Após a homologação da licitação, ao licitante vencedor será entregue a Autorização de Fornecimento e/ou a Nota de Empenho;

15.1.1 – A entrega dos documentos supra citados poderá ocorrer pessoalmente, via correios, via endereço eletrônico (e-mail) ou outro meio válido.

15.2 – Até a entrega da AF/Nota de Empenho, a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada se a Administração tiver conhecimento de fato desabonador da sua habilitação, conhecido após o julgamento.

15.3 – Ocorrendo a desclassificação da proposta do licitante vencedor por fatores referidos no subitem anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observando a ordem final de classificação das propostas.

16 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1 – Para custeio das despesas originadas por esta licitação, serão utilizados recursos próprios, provenientes das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Educação oriundos do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2016.

17 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - Para custear as despesas oriundas da presente licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 5– Município de Princesa

Órgão: 05-Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2040 – Manutenção Prog.Alimentação Escolar Fundamental

Elemento Despesa: 68– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000– Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 69– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0021.000000– Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 183– 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0021.000000– Aplicações Diretas

Projeto/Atividade: 2059– Manutenção Prog.Alimentação Escolar Creche

Elemento Despesa: 70– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000– Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 71– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0023.000000– Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 184– 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0023.000000– Aplicações Diretas

Projeto/Atividade: 2060– Manutenção Prog.Alimentação Escolar Pré-Escola

Elemento Despesa: 72– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.000000– Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 73– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0022.000000– Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 182– 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0022.000000– Aplicações Diretas

18 - DAS PENALIDADES

18.1 - No caso da licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a cumprir o objeto do Edital, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.2 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com esta Administração e, se for o caso, será descredenciado no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

18.3. - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

18.3.1 Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

18.3.2 Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

18.3.3 Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

18.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.5 – A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

18.5.1 - advertência;

18.5.2- multa(s):

18.5.2.1- de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

18.5.2.2- de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

18.6 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

18.7 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

18.8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

18.9 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

18.10 - Da aplicação das penalidades previstas neste Edital, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

19 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1 – Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

19.2 – Os recursos serão recebidos pelo Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

19.3 – O acolhimento dos recursos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

20.2 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

20.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Princesa/SC.

20.4 – Esta licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulada por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.5 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como interromper as etapas de lances ou de análise e verificação da habilitação quando ultrapassado o horário de expediente da Prefeitura Municipal, tendo os trabalhos continuados no próximo turno em que houver expediente, em horário previamente marcado pelo Pregoeiro.

20.6 - As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

20.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

20.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Fórum da Comarca de São José do Cedro.

20.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

20.11 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto neste Edital deverão ser objeto de consulta ao Pregoeiro:

a) No Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de Princesa, situado na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC

b) Via endereço eletrônico: compras@princesa.sc.gov.br

c) Via contato telefônico: (49) 3641.0059.

20.12 - Cópias do Edital e seus anexos poderão ser obtidas, em horário de expediente, junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos, ou por intermédio do endereço eletrônico do Município: www.princesa.sc.gov.br – link “licitações”.

Princesa/SC, 23 de agosto de 2016.

Oli do Nascimento Prefeito Municipal	Andrey Luiz Geller OAB/SC – 16.670 Assessor Jurídico
---	--

ANEXO I

Pregão nº ____/____

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO**ANEXO II**

Processo Licitatório nº ____/ ____

CREDENCIAMENTO
(modelo)

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa (razão social) _____, para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/RG/CPF) _____, na qualidade de Representante Legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

(Local/Data)

(Carimbo e Assinatura)

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- (1) em caso de firma individual, o registro comercial;
- (2) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
- (3) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.

ANEXO III

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(fora dos envelopes)

(Nome da empresa) _____, (qualificação) _____, (endereço) _____, inscrita no CNPJ _____, neste ato representada por (nome do representante) _____, portador de Cédula de Identidade _____, inscrito no CPF sob o nº _____,

DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

(Local/Data)

(Nome e assinatura do Representante Legal)

ANEXO IV

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO
(atende o Inc. V do art. 27 da Lei 8.666/93)

(razão social) _____, com sede na (endereço da empresa) _____, CNPJ _____, por seu representante legal infra assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)
(carimbo da empresa)**ANEXO V**

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO

(razão social) _____, CNPJ _____, com sede na (endereço da empresa) _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VI

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (fora dos envelopes)

(razão social) _____, CNPJ _____, com sede na (endereço da empresa) _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº10.520/2002 e para os fins do Pregão nº ____/ ____ , declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VII

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL

(razão social) _____, CNPJ _____, com sede na (endereço da empresa) _____, licitante no certame acima destacado, declara, por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

EDITAL Nº003/2016 DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA

EDITAL Nº 003/2016

DATA: 23 de agosto de 2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA

A Secretária da Fazenda do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com artigo 43-A § 5º II da lei complementar nº 018, de 17 de dezembro de 2013 inserido pela lei complementar nº 027, de 29 de outubro de 2015, NOTIFICA os contribuintes relacionados no Anexo I, da inscrição em dívida ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos no período de 2011 à 2015, referente aos seguintes receitas IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana), Taxa de Licença, Localização e Funcionamento (TLLF), Taxa de Alvará Sanitário (SANIT), Taxa de Licença, Localização, Permanência e Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas e HM (Horas Máquina).

Os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa foram acrescidos de multa de 2% calculada sobre o tributo devido e atualizado monetariamente, até 30 dias após o vencimento, multa de 4%, acima de 30 dias após o vencimento, multa de 6%, acima de 60 dias após o vencimento (art. 94, II, da Lei complementar 018/2013); juros de mora de 1% ao mês sobre o valor do tributo (art. 99 da Lei Complementar 018/2013).

Após transcorridos 30 dias contados da publicação deste edital, as Certidões de Dívida Ativa que não forem quitadas serão enviadas para protesto em cartório ou cobrança judicial.

PUBLIQUE-SE O EDITAL NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

AFIXE-SE NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E DISPONIBILIZE-SE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.PRINCESA.SC.GOV.BR, JUNTAMENTE COM O ANEXO I.

Secretaria de Fazenda do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, em 23 de agosto de 2016.

Ângela Fantinel

Secretária Municipal da Fazenda

ANEXO I

Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Herci Jose Franck CPF 526.451.779-72	HM/2011	3069/2217	720,82	302,39	665,08	61,39	1749,68
	IPTU/2011	3008/2383	85,80	36,00	77,93	7,29	207,02
	IPTU/2012	3208/2554	82,54	27,91	57,40	6,61	174,46
	IPTU/2014	4470/3350	31,99	5,76	10,54	2,25	50,54
	IPTU/2014	4475/3355	31,88	5,74	10,51	2,23	50,36
	IPTU/2014	4472/3352	31,88	5,74	10,51	2,23	50,36
	IPTU/2014	4473/3353	31,88	5,74	10,51	2,23	50,36
	IPTU/2014	4471/3351	31,88	5,74	10,51	2,23	50,36
	IPTU/2014	4474/3354	31,88	5,74	10,51	2,23	50,36
	IPTU 2015	5168/4174	33,92	3,73	6,01	2,24	45,90
	IPTU 2015	5169/4175	33,79	3,70	5,60	2,23	45,32
	IPTU 2015	5170/4176	33,79	3,70	5,22	2,23	44,94
	IPTU 2015	5171/4177	33,79	3,70	4,84	2,23	44,56
	IPTU 2015	5172/4178	33,79	3,70	4,48	2,23	44,20
	IPTU 2015	5173/4179	33,79	3,70	4,11	2,23	43,83
TOTAL			1283,42	422,99	893,76	102,08	2702,25
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Vit�lio Ruvi�rio CPF 477.029.829.34	HM/2012	3309/2429	15,87	5,37	9,77	1,27	32,28
TOTAL			15,87	5,37	9,77	1,27	32,28
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Ademilson Stuani CPF 020.247.889-04	HM/2015	5657/4426	91,20	10,00	16,19	6,07	123,46
TOTAL			91,20	10,00	16,19	6,07	123,46
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total

Otto Francisco Rockembach CPF 065.382.829-20	IPTU/2011	3006/2381	39,21	16,47	35,62	3,32	94,62
	IPTU/2011	3030/2242	39,84	16,73	36,19	3,37	96,13
	IPTU/2012	3210/2556	38,28	12,94	26,60	3,06	80,88
	IPTU/2012	3236/2639	39,03	13,19	27,12	3,12	82,46
	IPTU/2014	4449/3405	17,53	3,16	5,77	1,21	27,67
	IPTU/2014	4453/3409	17,53	3,16	5,77	1,21	27,67
	IPTU/2014	4451/3407	17,53	3,16	5,77	1,21	27,67
	IPTU/2014	4452/3408	17,53	3,16	5,77	1,21	27,67
	IPTU/2014	4450/3406	17,53	3,16	5,77	1,21	27,67
	IPTU/2014	4448/3404	17,63	3,18	5,80	1,23	27,84
	IPTU/2014	4124/3411	17,97	3,24	5,91	1,24	28,36
	IPTU/2014	4123/3410	18,04	3,25	5,93	1,26	28,48
	IPTU/2014	4125/3412	17,97	3,24	5,91	1,24	28,36
	IPTU/2014	4128/3415	17,97	3,24	5,91	1,24	28,36
	IPTU/2014	4127/3414	17,97	3,24	5,91	1,24	28,36
	IPTU/2014	4126/3413	17,97	3,24	5,91	1,24	28,36
	IPTU/2015	5174/4262	18,66	2,05	3,29	1,22	25,22
	IPTU/2015	5175/4264	18,53	2,03	3,06	1,21	24,83
	IPTU/2015	5176/4266	18,53	2,03	2,85	1,21	24,62
	IPTU/2015	5177/4268	18,53	2,03	2,64	1,21	24,41
	IPTU/2015	5178/4270	18,53	2,03	2,45	1,21	24,22
	IPTU/2015	5179/4272	18,53	2,03	2,24	1,21	24,01
	IPTU/2015	5302/4261	19,09	2,10	3,37	1,26	25,82
	IPTU/2015	5303/4263	19,00	2,08	3,14	1,24	25,46
	IPTU/2015	5304/4265	19,00	2,08	2,93	1,24	25,25
	IPTU/2015	5305/4267	19,00	2,08	2,70	1,24	25,02
	IPTU/2015	5306/4269	19,00	2,08	2,50	1,24	24,82
	IPTU/2015	5307/4271	19,00	2,08	2,30	1,24	24,62
TOTAL			594,93	122,46	229,13	42,34	988,86
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Madeireira Klein Ltda CNPJ 83.605.063/0001-07	TLLF/2015	5640/4403	106,33	11,66	20,05	7,07	145,11
	SANIT/2015	5723/4488	10,63	1,17	2,00	0,70	14,50
TOTAL			116,96	12,83	22,05	7,77	159,61
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Roque Bernar- do Frank CPF 655.853.649-87	HM/2015	5709/4422	163,38	17,92	32,63	10,87	224,8
	HM/2015	5688/4472	34,05	3,74	4,15	2,26	44,20
TOTAL			197,43	21,66	36,78	13,13	269,00
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Renato Antonio Schneider CPF 017.830.799-83	HM/2015	5703/4471	34,05	3,74	3,02	2,26	43,07
TOTAL			34,05	3,74	3,02	2,26	43,07
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total

Valdir Gralow CPF 385.308.139-87	HM/2011	3134/2268	37,93	15,91	32,84	3,23	89,91
	HM/2012	3328/2448	202,32	68,41	132,65	16,24	419,62
	HM/2014	4556/3814	181,14	32,60	61,98	12,82	288,54
	HM/2014	4607/3815	362,28	65,21	106,87	25,64	560,00
TOTAL			543,42	97,81	168,85	38,46	1358,07
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Nelson Land CPF 400.366.009-97	IPTU/2015	5226/4279	26,49	2,91	4,69	1,75	35,84
	IPTU/2015	5227/4280	26,39	2,89	4,37	1,74	35,39
	IPTU/2015	5228/4281	26,39	2,89	4,07	1,74	35,09
	IPTU/2015	5229/4282	26,39	2,89	3,78	1,74	34,80
	IPTU/2015	5230/4283	26,39	2,89	3,49	1,74	34,51
	IPTU/2015	5231/4284	26,39	2,89	3,20	1,74	34,22
TOTAL			158,44	17,36	23,60	10,45	209,85
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Ari Antonio Nos CPF 637.641.649-72	HM/2015	5684/4409	61,26	6,72	12,23	4,07	84,28
TOTAL			61,26	6,72	12,23	4,07	84,28
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Eloi antonio Klaus CPF 655.859.689-04	HM/2014	4540/3823	16,65	3,00	3,93	1,17	24,75
	HM/2014	4570/3824	32,02	5,76	7,55	2,26	47,59
TOTAL			48,67	8,76	11,48	3,43	72,34
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Ari Rodrigues dos Santos CPF 818.658.569-91	HM/2012	3360/2506	157,12	53,13	111,43	12,61	334,29
TOTAL			157,12	53,13	111,43	12,61	334,29
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Jaime Genero- so Teixeira CPF 712.720.209-59	HM/2015	5716/4412	20,42	2,24	4,07	1,35	28,08
	HM/2015	5675/4413	122,53	13,44	23,11	8,15	167,23
TOTAL			142,95	15,68	27,18	9,50	195,31
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Gelson Luiz Kerber CPF 018.320.839-00	HM/2015	5680/4452	127,38	13,97	14,13	8,48	163,96
TOTAL			127,38	13,97	14,13	8,48	163,96
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Gisilfredo Wartha CPF 526.474.129-87	HM/2015	4568/3825	52,83	9,51	13,09	3,74	79,17
TOTAL			52,83	9,51	13,09	3,74	79,17
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total

Cedenir Schneider CPF 022.804.869-97	HM/2015	5702/4439	260,59	28,59	26,02	17,35	332,55
TOTAL			260,59	28,59	26,02	17,35	332,55
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Eldor Alfredo Barth CPF 892.102.639-87	HM/2014	4592/3827	61,26	11,03	18,07	4,33	94,69
TOTAL			61,26	11,03	18,07	4,33	94,69
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Carmo Rogério Gossenheimer CPF 043.766.909-29	IPTU/2015	5533/4069	50,62	5,55	8,97	3,35	68,49
	IPTU/2015	5534/4070	50,57	5,54	8,39	3,34	67,84
	IPTU/2015	5535/4071	50,57	5,54	7,83	3,34	67,28
	IPTU/2015	5536/4072	50,57	5,54	7,27	3,34	66,72
	IPTU/2015	5537/4073	50,57	5,54	6,71	3,34	66,16
	IPTU/2015	5538/4074	50,57	5,54	6,15	3,34	65,60
TOTAL			303,47	33,25	45,32	20,05	402,09
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Arante Jose Rockembach CPF 817.397.889-15	HM/2013	3970/3214	166,53	43,32	81,84	12,59	304,28
	HM/2013	3933/3215	116,06	30,19	51,18	8,77	206,20
TOTAL			282,59	73,51	133,02	21,36	510,48
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Valentim da Silva CPF 526.104.209-78	HM/2015	5708/4480	34,05	3,74	6,04	2,26	46,09
TOTAL			34,05	3,74	6,04	2,26	46,09
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Dario Aloisio Hoss CPF 715.670.549-00	HM/2015	5659/4447	48,15	5,28	6,41	3,20	63,04
	HM/2015	5683/4444	96,30	10,56	13,89	6,41	127,16
	HM/2015	5689/4445	34,05	3,74	4,15	2,26	44,20
TOTAL			178,50	19,58	24,45	11,87	234,40
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Ademir Markus CPF 614.650.549-87	HM/2014	4562/3834	101,24	18,22	27,47	7,16	154,09
TOTAL			101,24	18,22	27,47	7,16	154,09
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Paulo Noll CPF 042.845.659-66	HM/2015	5712/4468	130,29	14,29	20,24	8,67	173,49
TOTAL			130,29	14,29	20,24	8,67	173,49
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total

Marcio Inacio Sewald CPF 710.526.589-20	IPTU/2015	5205/4251	25,24	2,77	3,88	1,66	33,55
	IPTU/2015	5206/4252	39,45	4,33	5,67	2,60	52,05
	IPTU/2015	5207/4253	39,45	4,33	5,23	2,60	51,61
	IPTU/2015	5208/4254	39,45	4,33	4,79	2,60	51,17
TOTAL			143,59	15,76	19,57	9,46	188,38
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Marcio Markus CPF 033.102.749-69	HM/2013	3957/3220	638,35	166,07	257,41	48,26	1110,09
	HM/2014	4572/3791	232,12	41,78	82,17	16,43	372,50
TOTAL			870,47	207,85	339,58	64,69	1482,59
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Agropecuária Agro Pitthy Ltda - ME CNPJ 09.688.357/0001-89	TLLF/2014	4508/3770	144,00	25,92	49,27	10,19	229,38
	SANIT/2014	4637/3894	40,00	7,20	13,68	2,83	63,71
	TLLF/2015	5641/4398	153,12	16,80	28,88	10,19	208,99
	SANIT/2015	5724/4485	42,53	4,67	8,02	2,83	58,05
TOTAL			379,65	54,59	99,85	26,04	560,13
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Deomir Marcos Christani CPF 974.364.709-06	IPTU/2015	5429	28,07	3,08	4,98	1,85	37,98
	IPTU/2015	5430	28,05	3,08	4,65	1,85	37,63
	IPTU/2015	5431	28,05	3,08	4,34	1,85	37,32
	IPTU/2015	5432	28,05	3,08	4,03	1,85	37,01
	IPTU/2015	5433	28,05	3,08	3,72	1,85	36,70
	IPTU/2015	5434	28,05	3,08	3,41	1,85	36,39
TOTAL			168,32	18,48	25,13	11,10	223,03
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Arlete Maria Deicke Klein - ME	TLLF/2012	3264	35,27	11,93	25,01	2,83	75,04
	SANIT/2012	3372	35,27	11,93	25,48	2,83	75,51
	TLLF/2013	3906	37,46	9,75	19,35	2,83	69,39
	TLLF/2014	4517	120,00	21,60	39,64	8,49	189,73
	SANIT/2014	4635	10,00	1,80	3,30	0,70	15,80
	TLLF/2015	5637	127,60	14,00	24,07	8,49	174,16
	SANIT/2015	5727	10,63	1,17	2,00	0,70	14,50
TOTAL			376,23	72,18	138,85	26,87	614,13
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total
Wilson Ferreira Gomes CPF 026.762.329-16	IPTU/2014	4206	28,35	5,11	9,02	1,99	44,47
	IPTU/2015	5369	30,12	3,30	5,34	1,99	40,75
	IPTU/2015	5370	30,09	3,30	4,99	1,99	40,37
	IPTU/2015	5371	30,09	3,30	4,66	1,99	40,04
	IPTU/2015	5372	30,09	3,30	4,32	1,99	39,70
	IPTU/2015	5373	30,09	3,30	3,99	1,99	39,37
	IPTU/2015	5374	30,09	3,30	3,66	1,99	39,04
TOTAL			208,92	24,91	35,98	13,93	283,74
Contribuinte	Receita/Ano	Dívida/Inscrição	Valor	Correção	Juros	Multa	Valor Total

Arlindo Bueno Ochoa CPF 946.835.149-15	HM/2015	5671	34,05	3,74	6,04	2,26	46,09
TOTAL			34,05	3,74	6,04	2,26	46,09

PORTARIA Nº 114, 23.08.2016

PORTARIA Nº. 114, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, na data conforme segue:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Edinéia Inês Wille	Agente Administrativo	03/10/2014 a 02/10/2015	12/09/2016 a 26/09/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12.09.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 23 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115, 23.08.2016

PORTARIA Nº. 115, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, na data conforme segue:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Cleomar José Zimmer	Operador de Equipamentos	07/05/2015 a 06/05/2016	12/09/2016 a 11/10/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12.09.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 23 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116, 23.08.2016

PORTARIA Nº. 116, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, na data conforme segue:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Claudemir N. Wohlmuth	Operador de Equipamentos	01/11/2014 a	08/09/2016 a
		31/10/2015	07/10/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08.09.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 23 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5473, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5473, de 12 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2016 DE 22.07.16".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01.12.15 o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 063/2016, de 22.07.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME;
TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 5473/2016

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 063/2016, de 22.07.16.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CAFÉ, AGUA MINERAL, AÇÚCAR, LEITE E CARGAS DE GÁS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS.

Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME;
TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME;
TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

DECRETO Nº 5479, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5479, de 18 de agosto de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 45.140,67 (quarenta e cinco mil, cento e quarenta reais e sessenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.200,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	28.940,67
	TOTAL	R\$	45.140,67

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 45.140,67 (quarenta e cinco mil, cento e quarenta reais e sessenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.099	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.200,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	28.940,67
	TOTAL	R\$	45.140,67

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5480, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5480, de 22 de agosto de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 410.649,66 (Quatrocentos e dez mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	410.649,66
	Total	R\$	410.649,66

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 410.649,66 (Quatrocentos e dez mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL			
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL			
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes			
3.0.00.00	Despesas Correntes			
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos			
01000000	Recursos Ordinários	R\$	410.649,66	
	Total	R\$	410.649,66	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5481, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5481, de 22 de agosto de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 529.350,34 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	529.350,34
	TOTAL	R\$	529.350,34

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2016, firmado em 03/02/2016, com término previsto para 17/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 247.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2016, iniciando-se a prorrogação em 18/08/2016 e encerrando-se em 11/11/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 915**

PORTARIA No 915. DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº 1/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar nº 1/2016, referente ao servidor Giovani Nascimento, matrícula nº 280-1, ocupante do cargo de Procurador Legislativo Especial.

Art. 2º O presente Processo Administrativo Disciplinar tem por objetivo apurar possível infração ao art. 171, XI e XII da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos de Rio do Sul, com penalidade prevista no art. 186 do mesmo diploma legal.

Art. 3º Designar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 755, de 7 de janeiro de 2014, para apurar a irregularidade.

Art. 4º Integrar a presente Portaria, como anexo, cópia da denúncia efetuada pela Rádio Difusora Alto Vale Ltda EPP, protocolada junto ao Poder Legislativo em 20.06.2016, com o relatório descritivo dos fatos a serem apurados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Câmara

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROCESSO ADMINISTRATIVO, REQUERENTE: CLOVIS MULLER, PROTOCOLO 1395/2016, ADVOGADO: MARCELO CORRÊA, OAB/SC 20.157: DECISÃO.

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROCESSO ADMINISTRATIVO, REQUERENTE: CLOVIS MULLER, PROTOCOLO 1395/2016, ADVOGADO: MARCELO CORRÊA, OAB/SC 20.157: DECISÃO. Trata-se de requerimento formulado por CLOVIS MULLER, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 379.460.649-34, residente na Rua Pomeranos, nº 1616, bairro Santo Antônio, em Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, através de seu procurador cujo instrumento de mandato encontra-se encartado aos autos. Sustenta o requerente que foi alvo de fiscalização realizada pelo Departamento de Vigilância Sanitária desta municipalidade que, no ato fiscalizatório, impôs determinadas condutas ao solicitante, sem conduto, oportunizar o direito de defesa, tampouco descrevendo com clareza as ilegalidades que estariam sendo cometidas e a respectiva tipificação, razão pela qual pugnou pela anulação do ato. O Departamento de Vigilância Sanitária fez acostar aos autos cópia do comunicado guerreado. É o relatório. Convalido os motivos elencados no parecer jurídico encartado aos autos, os quais utilizo como fundamento para esta decisão e, por estes motivos: 1 - ACOLHO o requerimento efetuado DETERMINANDO a anulação do comunicado; 2 – RESSALVO que esta decisão não é impeditiva à que o Departamento de Fiscalização Sanitária realize nova fiscalização observando os princípios constitucionais acima deduzidos, efetuando o correto enquadramento legal, adotando as medidas pertinentes e aplicando as sanções cabíveis. P.R.I.A.C.-se. Rio dos Cedros, 23 de agosto de 2016. FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 268/2016

PORTARIA Nº 268/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. ILDACIR FALCHETTI HARTCOPH, pelo período de 15/08/2016 a 22/10/2016, totalizando 69 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 269/2016

PORTARIA Nº. 269/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. EVANDRO MARCELO SONDA, pelo período de 23/08/2016 a 22/02/2017, correspondente a 184 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 270/2016

PORTARIA Nº. 270/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de agosto de 2016 a 20 de setembro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JAIME JOSÉ DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/08/2016 a 20/09/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 22 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 - EDITAL CP Nº 001 DE 15 DE AGOSTO 2016.

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

RETIFICAÇÃO Nº 01/2016

EDITAL CP Nº 001 DE 15 DE AGOSTO 2016.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR o Edital do Concurso Público Nº 01/2016, conforme segue abaixo:

ONDE SE LÊ: ANEXO I – pág. 11

CARGOS	Nº VAGAS	(.....)
Auxiliar de Limpeza	01	(.....)
Auxiliar de Limpeza Urbana	01	(.....)

LEIA-SE: ANEXO I – pág.11

CARGOS	Nº VAGAS	(.....)
Auxiliar de Limpeza	05	(.....)
Auxiliar de Limpeza Urbana	02	(.....)

Os demais dispositivos permanecem inalterados e em vigor.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Salto Veloso/SC em 23 de Agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2016

EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada: DE MARCO LTDA

Objeto: Aquisição de 01 veículo (Ambulância) 0KM, tipo Furgão, fabricação nacional com capacidade mínima para 02 passageiros, mais motorista, ano mínimo de fabricação 2016, motor Diesel, com potência mínima de 127CV, conforme anexos do edital.

Vigência: 05/07/2016 à 31/12/2016

Modalidade: Pregão Presencial 7/2016

Valor R\$: 129.900,00

Santa Cecília - SC, 23/08/2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL 45

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 045/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO Nº 044/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no dia 13 de Setembro de 2016 às 14h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Aquisição de pedra brita tipo 1 para manutenção das vias públicas e estradas vicinais do município, conforme anexos.

Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br

Santa Cecília, 23 de agosto de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 178/2016 FERIAS

PORTARIA Nº 178/2016

CONCEDE FÉRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido 30 dias de férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Adelmir Krause, matr.1600/01, lotado na secretaria municipal de Infraestrutura .Período aquisitivo de 15/03/2012 a 14/03/2013, período de gozo de férias de 22/08/2016 a 20/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Agosto 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 62/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 73/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 62/2016.
Objeto: Aquisição de óleo lubrificante para substituição nos veículos e máquinas utilizados nos serviços desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 05 de setembro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24 de setembro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 22 de agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECISÃO FINAL PROCESSO 036/2016

São Bento do Sul 16 de Agosto de 2016

Decisão Final
Processo 036/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Francelly Lourenço Gomes
CPF 056.731.249-61

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

DECRETO Nº 1426/2016

DECRETO Nº 1426, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

ALTERA O DECRETO Nº 760/2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA.

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3416, de 08 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art 1º do Decreto nº 760, de 25 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

Representantes das Entidades não Governamentais:

IV – Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

a) Elaine Cristina Bastos – Titular;

(...)”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº1424/2016

DECRETO Nº 1424, DE 23 DE AGOSTO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 222.940,00 (duzentos e vinte e dois mil e novecentos e quarenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(191) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 15.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental

(154) 3.3.90.30.00.00.00 001 - Material de Consumo R\$ 23.000,00

(163) 3.3.90.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 15.000,00

Unidade: 02 – FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(218) 3.1.90.13.00.00.00 019 - Obrigações Patronais R\$ 150.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(81) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(300) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(327) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 2.400,00

Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(342) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 540,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(187) 3.3.90.33.00.00.00 001 - Passagens e Desp com Locomoção R\$ 5.000,00

(196) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental

(152) 3.3.90.14.00.00.00 001 - Diárias - Civil R\$ 15.000,00

(168) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00
(169) 4.4.90.52.00.00.00 001 - Equip. Material Permanente R\$ 13.000,00

Unidade: 02 – FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(220) 3.1.90.16.00.00.00 019 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 95.000,00

(217) 3.1.90.13.00.00.00 018 - Obrigações Patronais R\$ 55.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(79) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00

(82) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Despesas com Locom R\$ 500,00

(83) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 500,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(303) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 15.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(325) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 400,00

(328) 3.3.90.32.00.00.00 100 - Material Distrib. Gratuita R\$ 1.000,00

(331) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 300,00

(335) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 700,00

Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(341) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 300,00

(347) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. a Pes. Físicas R\$ 240,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº1425/2016

DECRETO Nº 1425, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

ALTERA DECRETO Nº 1018/2015 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1018, de 16 de julho de 2015 que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I - CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Miriam Maria Biaobock Sadowsky – Titular

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº1427/2016

DECRETO Nº 1427, DE 23 DE AGOSTO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEIRO

Unidade: 03 – Polícia Militar

Atividade: 2.005 – Serviços Especiais – Polícia Militar

(47) 3.3.90.30.00.00.00 106 - Material de Consumo R\$ 54.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEIRO

Unidade: 03 – Polícia Militar

Atividade: 2.005 – Serviços Especiais – Polícia Militar

(50) 4.4.90.51.00.00.00 106 - Obras e Instalações R\$ 54.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº3706/2016

LEI Nº 3706, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO (FMI) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal do Idoso (FMI), vinculado, administrado e gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pelo Plano de Aplicação dos recursos do FMI, sob orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso (CMI).

Parágrafo único. Sua execução e controle contábil subordinar-se-á a Secretaria Municipal de Finanças, e cuja administração fica

vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social que será o gestor e/ou ordenador da despesa.

Art. 2º O Fundo Municipal do Idoso (FMI) tem por finalidade apoiar financeiramente os programas, projetos, serviços e as ações das entidades e instituições juridicamente organizadas e inscritas no Conselho Municipal do Idoso (CMI), voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como o estudo, a pesquisa e garantia dos direitos prescritos na legislação própria.

Parágrafo único. A gestão executiva do Fundo Municipal do Idoso (FMI) é operacionalizada, controlada e contabilizada com nomenclatura de contas próprias, obedecidas as normas da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, e as orientações municipais sobre pagamentos e movimentações de contas.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI) somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal do Idoso (CMI), de acordo com o Plano Integrado Municipal do Idoso, conforme a Lei Municipal nº 1847 de 2007, art. 2º, inciso V.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal do Idoso analisar, fiscalizar e aprovar a utilização e aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 4º Os saldos financeiros do Fundo Municipal do Idoso (FMI), constantes do balanço geral anual, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º Constituem recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI):

I – dotação consignada anualmente no orçamento do Município e verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II – doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

III – incentivos governamentais que venham a ser fixados em Lei;

IV – produto das aplicações dos recursos disponíveis e das vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

V – valores oriundos da aplicação das multas previstas na Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, fixadas pelo Poder Judiciário, em conformidade com o disposto na legislação federal;

VI – valores oriundos da aplicação de incentivos concedidos pela legislação federal, por parte de pessoas jurídicas nacionais, inclusive empresas públicas e de economia mista, estaduais e federais;

VII – transferências do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social (FMAS) e/ou do Fundo Nacional e Estadual do Idoso, na forma da lei; e

VIII – recursos oriundos de heranças jacentes.

IX – doações de pessoas físicas e jurídicas em conformidade com a Legislação vigente.

Art. 6º Os recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI) destinam-se a:

I – despesas com projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa do idoso, especialmente aqueles em que o Estado constitucionalmente se obriga à cooperação com organizações não-governamentais;

II – despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com o idoso;

III – despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV – subvenção social para entidades ou instituições inscritas no Conselho Municipal do Idoso (CMI);

V – pagamento e/ou ressarcimento de despesas, diárias e/ou passagens a representantes do CMI em eventos e atividades mediante aprovação do Conselho;

VI – pagamento de serviços técnicos de assessoria, de comunicação e de divulgação de interesse do Conselho Municipal do Idoso (CMI);

VII – apoio na realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos do idoso;

VIII – manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e

não-governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos ao idoso; e

IX – aquisição de material de consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas referidos no item I e/ou para o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso (CMI).

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI) somente serão utilizados ou aplicados em programas, projetos, serviços e ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como, ao estudo, à pesquisa e garantia dos direitos.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual o Conselho Municipal do Idoso (CMI) encontra-se vinculado:

I – realizar os repasses financeiros do Fundo, observando o disposto no art. 2º desta Lei, seu controle e contabilização, segundo programas de distribuição e consignações previamente aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso (CMI);

II – captar recursos para o Fundo Municipal do Idoso (FMI);

III – assessorar o Conselho Municipal do Idoso (CMI) na elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte e encaminhar para apreciação e aprovação pelo referido Conselho;

IV – movimentar os recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI), obedecidas as normas dos demais órgãos municipais;

V – prestar contas da movimentação financeira do Fundo Municipal do Idoso (FMI) ao Conselho Municipal do Idoso (CMI), anualmente ou quando solicitado;

VI – submeter à apreciação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso (CMI) os atos normativos que se refiram à aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI);

VII – diligenciar junto às entidades conveniadas e/ou subvencionadas pelo Fundo Municipal do Idoso (FMI), objetivando a coleta de dados para elaboração de relatórios;

VIII – proporcionar suporte de pessoal técnico para execução do Fundo Municipal do Idoso (FMI) e a contabilização necessária; e

IX – comunicar ao Conselho Municipal do Idoso (CMI) toda e qualquer irregularidade detectada na utilização dos recursos repassados às entidades ou programas conveniados e/ou subvencionados pelo Fundo Municipal do Idoso (FMI).

Art. 8º As deliberações do Conselho Municipal do Idoso (CMI) sobre as aplicações de recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI) e a sua destinação às entidades públicas e privadas serão adotadas mediante Resoluções publicadas no Diário Oficial dos Municípios, objetivando:

I – fixar os critérios de distribuição e aplicação do Fundo Municipal do Idoso (FMI);

II – autorizar os repasses previstos no plano de aplicação do Fundo Municipal do Idoso (FMI), de acordo com a proposta orçamentária anual e plano plurianual;

III – estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações previstas no plano de aplicação, em conformidade com a política de atendimento ao idoso;

IV – examinar e aprovar as contas do Fundo;

V – designar membros do Conselho Municipal do Idoso (CMI) para acompanhar e fiscalizar a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo; e

VI – liberar recursos para Entidades/Programas comprovadamente inscritas no Conselho Municipal do Idoso (CMI).

Art. 9º Os recursos financeiros para cobertura dos convênios, contratos e subvenções, aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso (CMI) serão liberados após assinatura e publicação de extrato.

Parágrafo único. As dívidas das entidades para com órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos não são limitantes para recebimento de recursos destinados aos idosos em situação de vulnerabilidade pessoal.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal do Idoso (CMI), em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS 08/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 12488, de 22 de agosto de 2016. Exonera Diretor Técnico, a partir de 18 de agosto de 2016. Valério Nazário. FMD.

Portaria nº 12489, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 08 de agosto de 2016, Matilde Eufrásio Partoski, Professor Anos Iniciais, SEMED.

Portaria nº 12490, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 04 de agosto de 2016, Lucia Drygla Mendes, Professor Educação Especial, SEMED.

Portaria nº 12491, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 10 de agosto de 2016, Elenice de Souza, Atendente Educativo, SEMED.

Portaria nº 12492, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 15 de agosto de 2016, Luzia Aparecida Iargas Tschoke, Atendente Educativo, SEMED.

Portaria nº 12493, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 16 de agosto de 2016, Luis Carlos Ferreira, Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 12494, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a partir de 15 de agosto de 2016, Sueli Cardozo, Professor Anos Finais – Artes, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 12495, de 22 de agosto de 2016. Demite Servidor Temporário, a partir de 12 de agosto de 2016, Chirlei Carla Cristofolletti, Auxiliar de Biblioteca, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 12496, de 22 de agosto de 2016. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 15 de agosto de 2016, Rosangela Martins de Oliveira, Auxiliar de Serviços, SEMED.

Portaria nº 12497, de 22 de agosto de 2016. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 16 de agosto de 2016, Janete Alves Pereira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 12498, de 22 de agosto de 2016. Nomeia Chefe de Setor de Desportos Individuais, a partir de 18 de agosto de 2016, Valério Nazário. FMD.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 12502/2016

PORTARIA Nº 12502, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 1686/2016, em desfavor do servidor M.R.G., instaurado por meio da Portaria nº 12080, de 21 de junho de 2016.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12499/2016

PORTARIA Nº 12499, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal IVO ANDREIV, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenhista, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100076/16-1, de 14 anos, 03 meses e 27 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6120, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12500/2016

PORTARIA Nº 12500, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LUZIA GORETE CORDEIRO DA CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Saúde, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100110/15-7, de 08 anos, 10 meses e 07 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6141, de 18 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12501/2016

PORTARIA Nº 12501, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 19 de janeiro de 2016, Abono de Permanência à servidora MARIA APARECIDA SCHARMACH, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme consta no Processo nº 5206, de 07 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12503/2016

PORTARIA Nº 12503, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 015/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 015/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

SANDRA PETERS - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

EDRIANGELA MARTINS WIGGERS GALKOWSKI – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12504/2016

PORTARIA Nº 12504, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga prazo para posse

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de PATRICIA DE SOUZA DUTRA, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 003/2015, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6124/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12505/2016

PORTARIA Nº 12505, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga prazo para posse

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ANDERSON RODRIGUES RIBEIRO, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 003/2015, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6125/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 16, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.**

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

“AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE BENS MÓVEIS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, VISTO QUE SÃO INSERVÍVEIS À CÂMARA MUNICIPAL, COM BAIXA NO PATRIMÔNIO”.

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

Art.1º. Fica autorizada a Câmara Municipal de São Bento do Sul, a transferir ao Poder Executivo Municipal de São Bento do Sul, 4.800 (quatro mil e oitocentas) telhas modelo “francesa” usadas.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Agosto de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 2406 DE 22 DE AGOSTO DE 2016. DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2406, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento de 2016 da unidade Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

08.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
46900000	Aplicações Diretas	83	01.0000	40.000,00

Para Programação de Despesa:

08.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
32900000	Aplicações Diretas	82	01.0000	40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 22 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

TERMO ADITIVO: FMS N. 007 DE 22/08/2016

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2016

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 007 DE 22/08/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/08/2016

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 044/2015 Modalidade: Dispensa de Licitação n. 031/2015

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES do Contrato FMS n. 001 de 04/01/2016

VALOR DO ADITIVO: R\$ 50.000,00

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

CNPJ sob n. 01.336.261/0001-40

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Sermedical ARP Equipamentos Hospitalares LTDA- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 19.195,00

PRAZO: 23.08.2016 até 30.09.2016

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Eletro Refrigeração Royer Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.098,00

PRAZO: 23.08.2016 até 30.09.2016

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Gustavo Groth Royer

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.700,00

PRAZO: 23.08.2016 até 30.09.2016

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Dental Oeste- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 991,50

PRAZO: 23.08.2016 até 30.09.2016

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Equipamentos e Materiais Médicos- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.963,40

PRAZO: 23.08.2016 até 30.09.2016

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016

Partes: Município de São João do Oeste e LMV- Informática- LTDA-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 65/2016

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.784,00

PRAZO: 23.08.2016 até 30.09.2016

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

TP 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 11/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação em regime de empreitada global, para reforma da quadra esportiva do Ginásio Municipal Valmei Ertel, localizado na cidade de São João do Oeste, com recursos do Município de São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço por global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 09:00 horas do dia 09 de setembro de 2016, e abertura e julgamento no dia 09 de setembro de 2016 as 09:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 24 de agosto de 2016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 21/2016 PREGÃO PRESENCIAL 13/2016 REGISTRO DE PREÇO - CONTRATAÇÃO DE ARTESÃO PARA ATUAR NA OFICINA DE ARTESANATO PARA USUÁRIOS DO CAPS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO 21/2016
PREGÃO PRESENCIAL 13/2016 – Registro de Preço

Objeto: Contratação de Artesão para atuar na oficina de artesanato para usuários do CAPS

Abertura: 09/09/2016
Horário: 14:00 horas

Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411. Ramal 6459.

São Joaquim, 26 de agosto de 2016
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6836/2016

DECRETO Nº 6836/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ALBENEIR JOSÉ FRANCISCO KONS do cargo de COORDENADOR – DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PARA O PROCESSO ELETIVO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PARA O PROCESSO ELETIVO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, BIÊNIO 2016-2018.

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CANDIDATAS E VOTANTES:

1- AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS

REPRESENTANTE: ALINE DA SILVEIRA BITTENCOURT.

2- APABB - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE.

REPRESENTANTE: BRUNA RAMOS DE CÓRDOVA.

3- AMORJA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM AMODELAR

REPRESENTANTE: ELIANE MAGALHÃES ROSA.

4- AVJAS – ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL

REPRESENTANTE: ZÉLIA GUIMARÃES FERREIRA LAURENTINO.

5- ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL BOA SEMENTE

REPRESENTANTE: VILSON SIMAS

6- APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ.

REPRESENTANTE: IRIS KOERICH VIEIRA

7- ASSO BENSA – ASSOCIAÇÃO BENEFICIÊNTE NOSSA SENHORA DE AZAMBUJA.

REPRESENTANTE: MARIA CLOTILDES DANIEL JOAQUIM

8- CVM - CRECHE E ORFANATO VONDE A MIM AS CRIANÇINHAS

REPRESENTANTE: ARTUR FEIJÓ NETTO

9- CETE – CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA

REPRESENTANTE: ANTONIO EDISON DA SILVA

10- FGA – ONG FUR GOTT ARBEIT

REPRESENTANTE: MARIA OLINDA DANIEL

11- FEAP - FUNDAÇÃO ESCOLA ACELINO PEREIRA

REPRESENTANTE: MARIA MADALENA STELMAK

12- INSTITUTO BEM VIVER

REPRESENTANTE: EDINÉIA ESPÍNDOLA DE OLIVEIRA

13- NURREVI – NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS

REPRESENTANTE: JOSÉ VITOR DA SILVA

14- ORIONÓPOLIS CATARINENSE

REPRESENTANTE: PE. JOSÉ MANUEL DO SANTOS

15- REDE SOCIAL COMUNITÁRIA PRÓ-ENVELHECIMENTO SADIO DE SÃO JOSÉ

REPRESENTANTE: MARIA EDITE BRIDON DA SILVA

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VOTANTES:

1- CASA DE APOIO LIBERDADE

REPRESENTANTE: OZAIR DOS SANTOS

2- INSTITUTO CIDADANIA EM AÇÃO

REPRESENTANTE: SUZANE NIENKOTTER

COMISSÃO ELEITORAL

Artur Feijó Maria Clotildes Daniel Joaquim
Creche Orfanato CVM ASSO BENZA

Ozair dos Santos Antonio Edison da Silva
Casa de Apoio Liberdade CETE

Olga Maria Reis Adriana Fidelix Ludwig
FEAP APAE

Anizilda Marques Filippi

Ação Social de Barreiros

São José (SC), 22 de agosto de 2016.

PORTARIA - SA - N.º 764/2016

P O R T A R I A- SMA - N.º 764/2016

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica Municipal, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor PAULO ROBERTO DE MELLO, de retorno às atividades laborais, tendo em vista a não homologação de seu nome como candidato a vereador no pleito municipal de 2016;

RESOLVE:

I – Cessar os efeitos da Portaria nº 545/2016 que concedeu o afastamento remunerado para concorrer ao pleito eleitoral ao servidor PAULO ROBERTO DE MELLO do período de 01 de julho a 02 de

outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José, 22 de agosto de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA CONJUNTA Nº 002, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA CONJUNTA Nº 001, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Cria Grupo de Trabalho com a finalidade que menciona.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos I e IV da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a Constituição da República assevera em seu Art. 194, que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;

CONSIDERANDO que a Constituição da República determina em seu Art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República determina em seu art. 203 que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, em seu art. 2º, prevê que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.742, de 07/12/1993, prevê, em seu art. 1º, que a assistência social é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de dar amplo cumprimento as ações concernentes à Saúde e Assistência Social, previstas na Lei Orgânica do Município de São José.

RESOLVEM:

Art. 1º Fica criado Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a legislação pertinente, elaborando proposta para revisão, sistematização, definição e padronização das normas e dos demais procedimentos de competência municipal, concernentes às ações das áreas de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será integrado pelos seguintes Servidores das Secretarias de Assistência Social e de Saúde:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Juliana Rocha Pires – matrícula 425724-3; e
- b) Walter Corrêa de Fáveri – matrícula 425724-3;

II – Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Yara Silvia Lechat Miola – matrícula 306240;
- b) João Arthur Lange Lins Neves – matrícula 344869;

Art. 3º Caberá ao Grupo de Trabalho eleger, por maioria absoluta de votos de seus membros, um Coordenador, devendo o referido ato constar em ata.

Art. 4º As reuniões do Grupo de Trabalho serão iniciadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo exigida para a elaboração das propostas referidas no art. 1º, a maioria simples de membros presentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05, de agosto de 2016.

RITA DE CÁSSIA FAVERSANI FURTADO
Secretária Municipal de Assistência Social

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 01 de 22 de Agosto de 2016.

Dispõe sobre a delimitação de área de fiscalização e distribuição dos Fiscais de Obras e Agentes de fiscalização Edifícios lotados no âmbito da Secretaria de Serviços Públicos para atuação e providências.

Matson Luis Cé, Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o sistema de distribuição de Fiscais de Obras e Agentes de fiscalização Edifícios, por áreas de atuação específica, e visa aperfeiçoar os trabalhos realizados pelo Setor de Fiscalização.

Parágrafo Único - O Município, para os efeitos dessa Portaria, fica subdividido da seguinte forma e nos limites que seguem:

Área 1: Inicia-se no encontro da orla marítima e o limite da divisa com o Município de Palhoça na foz do Rio Maruim seguindo até o eixo da BR-101 no sentido sul-norte até o encontro com a Rua Gerônimo Thives onde segue por ela até o limite com o Município de Florianópolis;

Área 2: Inicia-se no encontro da Rua Gerônimo Thives e o limite com o Município de Florianópolis seguindo pelo seu eixo até o encontro com eixo da BR-101 no sentido sul-norte até o encontro com o Rio Três Henrique margeando seu curso na direção noroeste até o encontro com a Rua Álvaro Medeiros Santiago seguindo por seu eixo até encontrar a Rua Hamilton Ferreira seguindo até o final pelo seu eixo abrangendo todas as áreas situadas ao norte deste ponto até a divisa com Município de Biguaçu;

Área 3: Inicia-se no encontro do limite da divisa com o Município de Palhoça com o eixo da BR-101, seguindo o eixo no sentido sul-norte

até o encontro com a Rua Egídio Luiz Gonzaga seguindo esta até o encontro com a Av. Osvaldo José do Amaral seguindo seu eixo até o encontro do limite dos bairros Bela Vista e Jardim Cidade de Florianópolis após a Rua Sebastião N. de Carvalho seguindo uma linha imaginária até o encontro com a Rua Kiliano Hammes em frente a Av. Centro L. R. Martins seguindo seu eixo até encontrar a Rua Antônio J. Duarte e o Rio Forquilhaes seguindo sua margem até o limite com Município de Palhoça;

Área 4: Inicia-se no encontro da Rua Egídio Luiz Gonzaga com o eixo da BR-101, seguindo o eixo no sentido sul-norte até o encontro com o Rio Três Henrique seguindo a sua margem até encontrar a Rua Álvaro Medeiros Santiago passando a seguir seu eixo até encontrar a Rua Hamilton Ferreira seguindo o seu eixo até encontrar Av. Osvaldo José do Amaral e deste ponto segue uma linha imaginária até encontrar o final da Rua Francisco T. da Rosa seguindo seu eixo e o eixo da Rua Kiliano Hammes até encontrar o ponto frente a Av. Centro L. R. Martins passando aí a seguir uma linha imaginária retornando a um ponto da Av. Osvaldo José do Amaral situado no limite dos bairros Bela Vista e Jardim Cidade de Florianópolis, segue pelo eixo da Av. das Torres até encontrar a Rua Egídio Luis Gonzaga e a BR-101;

Área 5: Toda área situada a oeste da linha que inicia-se no ponto do encontro do Rio Forquilhaes e do Rio Imaruim até encontrar a Rua Antônio J. Duarte onde segue seu eixo até encontrar a Rua Kiliano Hammes seguindo seu eixo e da Rua Francisco T. da Rosa até o seu final.

Art. 2º - Será realizado o rodízio dos Fiscais de Obras e dos Agentes de fiscalização Edilícias, nas suas atribuições, por discricionariedade da administração e indicação do Secretário da Pasta através de Portaria específica.

Parágrafo Único: Fica definido o rodízio dos Fiscais de Obras e Agentes de fiscalização Edilícias a cada 04 (quatro) meses, a partir da data da publicação dessa Portaria.

Art. 3º - Os Fiscais de Obras e Agentes de fiscalização Edilícias estarão subordinados diretamente ao Secretário da Pasta, e devem emitir relatório mensal, conforme Decreto nº 4540/2015 para fins de pagamento da Gratificação de Produtividade.

Parágrafo Único - Poderá o Secretário, mediante justificativa apresentada por escrito pelo Fiscal de Obras ou pelo Agente de fiscalização Edilícia, permitir a entrega do relatório, após o prazo estipulado no Decreto nº 4540/2015.

Art. 4º - Os procedimentos de fiscalização deverão, na medida do possível, obedecerem a ordem cronológica dos processos, devendo ser priorizados aqueles que estejam tramitando há mais tempo.

§ 1º - A ordem cronológica poderá sofrer alteração, nos seguintes casos, quando houver requerimento:

I - do Ministério Público Estadual ou Federal;

II - da Procuradoria-Geral do Município para fins de instrução processual;

III - por prazo determinado pelo Poder Judiciário;

IV - por determinação expressa do Secretário de Serviços Públicos.

§ 2º - O Secretário poderá determinar que uma área seja fiscalizada por um ou mais fiscais e esses poderão atuar isolada ou conjuntamente;

§ 3º - O Fiscal e/ou Agente que for indicado para a realização de

serviços fora de sua Área, obrigatoriamente, fará relatório, por escrito e com fotos, além de anexar cópia dos documentos emitidos, se houver, ao Secretário da Pasta.

§ 4º - O Secretário poderá designar "Comissão de Fiscalização" que será composta por 2 (dois) ou mais fiscais, para realização de vistorias de empreendimentos que possuam 1.000 m² (mil metros quadrados) ou mais de área construída.

Art. 5º - Fica anexada a esta Portaria os mapas das referidas áreas de fiscalização (Anexos de I a V).

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e se torna revogada a Portaria Nº 03 de 10 de agosto de 2015.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e se publique.

São José/SC, 22 de agosto de 2016.

MATSON LUIS CÉ

Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIA Nº 02 de 22 de Agosto de 2016.

Dispõe sobre a área de atuação dos Fiscais de Obras e Agentes de fiscalização Edilícias da Secretaria de Serviços Públicos.

Matson Luis Cé, Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidos, indicados e distribuídos os Fiscais de Obras e os Agentes de fiscalização Edilícias para executarem suas funções no âmbito da administração pública e para o cargo nomeado, na forma e nos setores indicados na Portaria nº 01/2016, que visam aperfeiçoar os trabalhos de Fiscalização.

Parágrafo Único - O Município de atuação, subdividido em cinco setores, conforme a Portaria nº 01/2016 e, para assumir os serviços de fiscalização, prioritariamente, dos setores determino que as duplas de profissionais abaixo fiquem responsáveis, como seguem:

Área 1 – Fiscal Carlos César dos Santos e Newton Soares e Silva;

Área 2 - Fiscal Tiago Stephani e Jairo Aldo Rosa;

Área 3 - Fiscal Marcelo Santos e Odílio Rodolfo Vieira Filho;

Área 4 - Fiscal José Carlos Hoffmann e Felipe Schmitt Richartz;

Área 5 - Fiscal Renato José Horstmann e Cláudio Dáros.

Art. 2º - As Agentes de Fiscalização Edilícias, Thaini de Almeida, Daniella M. B. Scheithauer e Maria Fernanda Sandrini Spornau ficam responsáveis, prioritariamente, pelos atendimentos e monitoramentos das solicitações originadas da Ouvidoria PMSJ, Ministério Público, Procuradoria Geral, Defesa Civil, outras ações e/ou solicitações do Secretário da Pasta, a atuar em situações específicas.

Parágrafo Único: As atividades acima descritas terão reflexo nas ações, conforme previsto no item 26 do Anexo III do Decreto nº 4540/2015 para fins de recebimento de gratificação de produtividade.

Art. 3º - Os servidores em serviço nessa Secretaria são fiscais de todo o município, os quais devem respeitar os atos funcionais dos

outros servidores, as diretrizes e as determinações do Secretário da Pasta.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e se publique.
São José/SC, 22 de agosto de 2016.

MATSON LUIS CÉ
Secretário de Serviços Públicos

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.101/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº101/2016.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 101/2016, Edital de Tomada de Preço Nº 101/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. COM SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL, em trechos da Rua Presidente Tancredo Neves, Salete Uliana e Herminio Conte, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO Ministério das Cidades, Contrato nº1029926-31/2016, e próprios. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 14/09/2016. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 14/09/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail– compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.451, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5.451, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034	100	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034	95	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 107/2016 – Pregão Presencial Nº 079/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E PAINÉIS PARA SEREM INSTALADOS NA NOVA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

FORNECEDOR: TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 04.956.052/0001-97.

VALOR: R\$ 11.903,00 (onze mil, novecentos e três reais).

TOTAL: R\$ 11.903,00 (onze mil, novecentos e três reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/08/2016.

VIGÊNCIA: 19/08/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.704 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 07 (SETE) ÁRVORES, DA ESPÉCIE CHORÃO AMERICANO, LOCALIZADA NA RUA PADRE MELO, 100, BAIRRO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

DECRETO Nº 8.704/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 07 (sete) árvores, da espécie Chorão Americano, localizada na Rua Padre Melo, 100, Bairro Sagrado Coração de Jesus, (Condomínio Dana Maria), em função de obras de tubulação de esgoto e posteriormente adequação do passeio público, obedecendo a padronização da Municipalidade.

Verificou-se que devido ao fato da impossibilidade de plantio nesse passeio, pela localização da tubulação e espaço para tráfego de pedestres, sendo assim deferiu-se que estas árvores poderão ser supridas.

Art. 2º Como medida compensatória, pediremos a doação de sete (07) mudas de árvores nativas diversas, sem ônus à municipalidade, para fins de compensação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 22 de agosto de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.700/2016 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 07 (SETE) ÁRVORE, LOCALIZADA NAS ESQUINAS DAS RUAS ALMIRANTE BARROSO E MARQUÊS DO HERVAL, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE- SC

DECRETO Nº 8.700/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 07 (sete) árvore, localizada nas esquinas das Ruas Almirante Barroso e Marquês do Herval, Centro, verificou-se que são sete Legustros, sendo que, devido ao fato de estarem causando transtorno para readequação do novo passeio público, pelo desenvolvimento exagerado das raízes e por ter sido observado deteriorações na base de parte das árvores.

Art. 2º Como medida compensatória, no local devera ser plantado

outros sete (07) exemplares, sem ônus a municipalidade, a espécie a ser plantada deverá ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima da muda de 1 (hum) metro, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Ingás, Pitangas, Pata-de-vaca ornamental ou outras árvores nativas. A atual árvore somente deverão ser substituída, devendo o solicitante saber que estará comprometido em plantar a nova espécie, sob pena de ser enquadrado no Código de Postura do Município e Leis de Crimes Ambientais vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 18 de agosto de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.701/2016 - REVOGA DECRETO 8.680/2016 E APROVA O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA N. 47, COM ÁREA DE 20.970,16M² MATRICULADA NO ORISMO SOB N. 40.436, DE PROPRIEDADE DE ANDRÉ LUIZ DE AZEVEDO CASADO COM IONARA ALBUQUERQUE DE AZEVEDO, CYNTIA DE AZEVEDO, ANTONIO CARLOS BENICÁ JÚNIOR ...

DECRETO Nº 8.701/2016

Aprova o desmembramento de Parte da Chácara n. 47, com área de 20.970,16m² Matriculada no ORISMO sob n. 40.436, de propriedade de André Luiz de Azevedo casado com Ionara Albuquerque de Azevedo, Cyntia de Azevedo, Antonio Carlos Benicá Júnior, Hermes Luis Benicá, Carlos Eduardo de Azevedo Amaral e Júlia de Azevedo Amaral e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2º e art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado Parte da Chácara n. 47, com área de 20.970,16m² Matriculada no ORISMO sob n. 40.436, de propriedade de André Luiz de Azevedo casado com Ionara Albuquerque de Azevedo, Cyntia de Azevedo, Antonio Carlos Benicá Júnior, Hermes Luis Benicá, Carlos Eduardo de Azevedo Amaral e Júlia de Azevedo Amaral, perímetro urbano, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – Parte da chácara urbana nº 47 com área de 5.000,00m², sendo 4.162,40m², edificável e 837,60m², não edificável, (APP), confronta-se: ao norte: com parte da chácara nº 46 em 120,50m.l, por linha seca; ao oeste: com uma Rua Projetada em 40,00m; ao sul: com parte da mesma chácara nº 47 em 106,00m, por linha seca. ao sudeste: com o Lageado Guamerim; ao leste: com o antigo leito do Lageado Guamerim.

II – Parte da chácara urbana nº 47 com área de 5.000,00m², sendo 3.883,20m², edificável e 1.116,80m², não edificável, (APP), confronta-se: ao norte: com parte da mesma chácara nº 47 em 106,00m, por linha seca; ao oeste: com uma Rua Projetada em 49,98m; ao sul: com parte da mesma chácara nº 47 em 62,00, por linha seca; ao sudeste: com o Lageado Guamerim.

III – Parte da chácara nº 47 com área de 10.970,16m², sendo 7.790,00m², edificável e 3.180,16m², não edificável, (APP), confronta-se: ao norte: com parte da mesma chácara nº 47, em 69,00m, por linha seca; ao sudeste: com o Lageado Guamerim; ao oeste: com o Bloco VII do primeiro perímetro Guamerim, por travessão.

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º O imóvel ora desmembrado, encontra-se no perímetro urbano na forma da Lei Complementar Municipal n. 007/2011, que estabeleceu o perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, com inscrição imobiliária municipal n. 01.01.001.0541.001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto nº 8.680/2016, de 08 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,
Em 19 de agosto de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Julio Antonio Bagetti
Advogado/OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.702/2016 - REVOGA O INCISO II DO ART. 1º, DO DECRETO 8.633/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.702/2016

REVOGA O INCISO II do art. 1º, DO DECRETO 8.633/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, V e VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO que o imóvel descrito no inciso II, do art. 1º do Decreto n. 8.633/2016, tinha como finalidade o prolongamento da Rua 21 de abril, em levantamento técnico se constatou que não há necessidade de ocupar o referido imóvel para o prolongamento da referida rua.

CONSIDERANDO que não se encontra mais presente o interesse público e a utilidade pública no imóvel em questão.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o inciso II do art. 1º do Decreto n. 8.633/2016.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,
Em 19 de agosto de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.703/2016-APROVA O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 59, COM ÁREA DE 45.676,00M² MATRICULADA NO CRISMO SOB N. 44.928, DE PROPRIEDADE DE RODRIGO MARTINOTTO E DAIANE LUCELIA MABONI MARTINOTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.703/2016

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 59, COM ÁREA DE 45.676,00m² MATRICULADA NO CRISMO SOB N. 44.928, DE PROPRIEDADE DE RODRIGO MARTINOTTO E DAIANE LUCELIA MABONI MARTINOTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2ª e art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de Parte do Lote rural n.59, com área de 45.676,00m² matriculada no CRISMO sob n. 44.928, de propriedade de Rodrigo Martinotto e Daiane Lucelia Maboni Martinotto, perímetro urbano, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – Gleba urbana nº 59-A, com área de 5.125,39 m² (sendo, 4.067,13 m² edificável e 1.058,26 m² não edificável), sito no 2º perímetro, secção Veado, Linha Jacutinga, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando: ao NORTE: com parte do lote rural nº 61, de Valdir Bender, por linha seca medindo 83,35 metros; ao LESTE: com parte do lote rural nº 59 de Rogério Martinotto, por linha seca medindo 64,00 metros; ao SUL: com parte do lote rural nº 59 de Pedro Martinotto e Augustinho Lucion, por linha seca medindo 80,60 metros; ao OESTE: com a gleba urbana nº 59-B, por linha seca medindo 65,35 metros;

II – Gleba urbana nº 59-B, com área de 5.295,23 m², (sendo, 4.309,43 m² edificável e 985,80 m² não edificável) sito no 2º perímetro, secção Veado, Linha Jacutinga, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando: ao NORTE: com parte do lote rural nº 61, de Valdir Bender, por linha seca medindo 83,35 metros; ao LESTE: com a gleba urbana nº 59-A, por linha seca medindo 65,35 metros; ao SUL: com parte do lote rural nº 59, de Pedro Martinotto e Augustinho Lucion, por linha seca medindo 80,60 metros; ao OESTE: com parte da gleba urbana nº 59-D e com a gleba urbana nº 59-C, por linha seca medindo 66,80 metros;

III – Gleba urbana nº 59-C, com área de 6.040,51 m² (sendo, 5.126,63 m² edificável e 913,88 m² não edificável), sito no 2º perímetro, secção Veado, Linha Jacutinga, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando: ao NORTE: com parte do lote rural nº 61, de Valdir Bender, por linha seca medindo 125,74 metros; ao LESTE: com parte da gleba urbana nº 59-B, por linha seca medindo 66,80 metros; ao SUL e SUDOESTE: pelo eixo da estrada municipal, por linha curva medindo 130,77 metros; ao OESTE: com parte do lote rural nº 60, de Antonio Zanatta, por linha seca medindo 19,60 metros;

IV – Gleba urbana nº 59-D, com área de 9.221,25 m² (sendo, 4.899,29 m² edificável, 297,26 m² não edificável e 4.024,70 m² com declividade igual ou superior a 30%), sito no 2º perímetro, secção Veado, Linha Jacutinga, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando: ao NORTE: pelo eixo da estrada municipal, por linha curva medindo 42,37 metros; ao LESTE: com parte da gleba urbana nº 59-B com parte do lote rural nº 59 de Pedro Martinotto e Augustinho Lucion, por linha seca medindo 205,70 metros; ao SUL: com parte do bloco 85 de Helena Furlan, Severino Rodrigues da Silva, Carlos Alberto Rodrigues da Silva e outro, Jose Rodrigues da Silva, Antonio Costa e Orestes Bernardi, por linha seca medindo 48,15 metros; ao OESTE: com a gleba urbana nº 59-E, por linha seca medindo 206,90 metros;

V – Gleba urbana nº 59-E, com área de 9.493,00 m² (sendo, 4.677,13 m² edificável, 303,35 m² não edificável e 4.512,52 m² com declividade igual ou superior a 30%), sito no 2º perímetro, secção Veado, Linha Jacutinga, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando: ao NORTE: pelo eixo da estrada municipal, por linha curva medindo 43,38 metros; ao LESTE: com a gleba urbana nº 59-D, por linha seca medindo 206,90 metros; ao SUL: com parte do bloco 85 de Helena Furlan, Severino Rodrigues da Silva, Carlos Alberto Rodrigues da Silva e outro, Jose Rodrigues da Silva, Antonio Costa e Orestes Bernardi, por linha seca medindo 48,15 metros; ao OESTE: com a gleba urbana nº 59-F, por linha seca medindo 221,73 metros;

VI – Gleba urbana nº 59-F, com área de 10.500,62 m² (sendo, 6.085,38 m² edificável, 316,19 m² não edificável e 4.099,05 m² com declividade igual ou superior a 30%), sito no 2º perímetro, secção Veado, Linha Jacutinga, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando: ao NORDESTE: pelo eixo da estrada municipal, por linha curva medindo 45,02 metros; ao LESTE: com a gleba urbana nº 59-E, por linha seca medindo 221,73 metros; ao SUL: com parte do bloco 85 de Helena Furlan, Severino Rodrigues da Silva, Carlos Alberto Rodrigues da Silva e outro, Jose Rodrigues da Silva, Antonio Costa e Orestes Bernardi, por linha seca medindo 48,15 metros; ao OESTE: com parte do lote rural nº 60, de Antonio Zanatta, por linha seca medindo 247,10 metros.

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,
Em 19 de agosto de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Julio Antonio Bagetti
Advogado/OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.705/2016- FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, LOTE URBANO Nº 04, DA QUADRA Nº 08, COM ÁREA DE 680,00M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO EM LOTEAMENTO SÃO JORGE, EM SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE DIANA HELENA SARZI

DECRETO Nº 8.705/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2º e art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, Lote Urbano nº 04, da quadra nº 08, com área de 680,00m², sem construções, sito em Loteamento São Jorge, em São Miguel do Oeste – SC, matrícula nº 27.988, de propriedade de DIANA HELENA SARZI, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTO:

Parte do Lote Urbano nº 04, da quadra nº 08, com área de 315,00m², confrontando: Ao Norte: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 04, por linha seca de 22,50m; Ao Leste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 04, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: Com parte do Lote Urbano nº 05, por linha seca de 22,50m; Ao Oeste: Com a Rua Duque de Caxias, numa extensão de 14,00m.

Remanescente:

Parte do Lote Urbano nº 04, da quadra nº 08, com área de 365,00m², sendo 67,50m² não edificáveis e 297,50m² edificáveis, confrontando em conjunto: Ao Norte: Com o Lote Urbano nº 03, por linha seca de 40,00m; Ao Leste: Com parte do Lote Urbano nº 14, por linha seca de 17,00m; Ao Sul: Com parte do Lote Urbano nº 05, por linha seca de 17,50m; Ao Oeste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 04, por linha seca de 14,00m; Novamente ao Sul: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 04, por linha seca de 22,50m; Novamente ao Oeste: Com a Rua Duque de Caxias, numa extensão de 3,00m.

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.
Em, 22 de agosto de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.706/2016-FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 14-A, COM ÁREA DE 368,38M2, DA QUADRA Nº 03 E DO LOTE URBANO Nº 14-B COM ÁREA DE 373,75M2, DA QUADRA Nº 03, DO LOTEAMENTO BELVEDERE, NUM TOTAL DE ÁREA DE 742,13M2, DE PROPRIEDADE DE JOAREZ CÉ.

DECRETO Nº 8.706/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, do lote urbano nº 14-A, com área de 368,38m2, da Quadra nº 03 e do lote urbano nº 14-B com área de 373,75m2, da Quadra nº 03, do Loteamento Belvedere, num total de área de 742,13m2, sito na Rua Dona Celeste, esquina com a Rua Rosa Luxemburgo, Bairro Salete em São Miguel do Oeste, SC, matrícula nº 43.071, de propriedade de Joarez Cé, sendo que do lote urbano nº 14-B, será desdobrada será desdobrado uma área de 72,93m2, que será lembrada ao lote urbano nº 14-A, com área de 368,38m2, perfazendo um total área de 441,31m2, remanescendo do referido lote urbano nº 14-B uma área de 300,82m2, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DESMEMBRAMENTO:

PARTE DO LOTE URBANO Nº 14-B DA QUADRA 03, COM ÁREA DE 72,93m2, CONFRONTA-SE: AO NORTE: Com parte do mesmo lote urbano nº 14-B, em 5,61m, por linha seca. AO LESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº 14-B em 13,00m, por linha seca. AO SUL: Com a Rua Dona Celeste em 5,61m. AO OESTE: Com parte do lote urbano nº 14-A em 13,00m, por linha seca.

REMEMBRAMENTO:

LOTE URBANO Nº 14-A COM ÁREA DE 368,38m2, e PARTE DO LOTE URBANO 14-B COM ÁREA DE 72,93m2, DA QUADRA 03 PERFAZENDO UM TOTAL DE 441,31m2, CONFRONTA-SE: AO NORTE: Com parte do lote urbano nº 15, em 16,25m, por linha seca. AO LESTE: Com parte do lote urbano nº 14-B em 10,00m, por linha seca. NOVAMENTE AO NORTE: Com parte do lote urbano nº 14-B em 5,61m, por linha seca. NOVAMENTE AO LESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº 14-B em 13,00m, por linha seca. AO SUL: Com a Rua Dona Celeste em 16,86m. AO SUDOESTE: Com a Rua Dona Celeste e Rua Rosa Luxemburgo, com uma linha curva, com um raio de 5,00m, AO OESTE: Com a Rua Rosa Luxemburgo, em 18,00m.

REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE URBANO Nº 14-B COM ÁREA DE 300,82m2, CONFRONTA-SE: AO NORTE; Com parte do lote urbano nº 15 em 16,25m, por linha seca. AO LESTE; Com o lote urbano nº 13 em 23,00m, por linha seca. AO SUL; Com a Rua Dona Celeste, em 10,64m. AO OESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº 14-B em 13,00m, por linha seca. NOVAMENTE AO SUL: Com parte do mesmo lote urbano nº 14-B em 5,61m, por linha seca. NOVAMENTE AO OESTE; Com parte do lote urbano nº 14-A em 10,00m, por linha seca.

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.
Em, 22 de agosto de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.306/2016 -INSTITUI A "SEMANA DAS ETNIAS" NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.306/2016

INSTITUI A "SEMANA DAS ETNIAS" NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica instituída a "Semana das Etnias", no Município de São Miguel do Oeste, SC, a ser celebrada todos os anos na 4ª semana do mês de outubro, a partir de 2017.

Art. 2º - A criação da Semana das Etnias tem por objetivo proporcionar um momento de reflexão sobre a situação das diversas etnias em São Miguel do Oeste, qual a sua origem e as suas contribuições para o Município.

Art. 3º - Fica a FUNCULTURA (Fundação Municipal de Cultura) encarregada de promover ações públicas que envolvam todas as etnias estabelecidas no Município, oportunizando sua participação cultural, hábitos, costumes, culinária, musicalidade e desporto, demonstrando para a comunidade a importância de cada etnia quanto a sua organização, trabalho, festividades, danças, para fins de manutenção e identificação de cada uma delas.

Art. 4º - A partir da aprovação e publicação desta Lei, as escolas obrigatoriamente deverão desenvolver conteúdos e ações que contemplem e valorizem as etnias, visando melhorar a concepção e aprimorar os conhecimentos a respeito.

Art. 5º - Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 18 de agosto de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI Nº 1.057, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 1.057, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

“Anula e suplementa verbas no orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.083 – Construção de Pontes R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular R\$ 3.000,00 (três mil reais) na dotação abaixo identificada:

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.038 – Manutenção de Creches R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de agosto de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

LEI Nº 1.058, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 1.058, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

“Anula e suplementa verbas no orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manut. da Coord. da Saúde R\$ 38.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

11.01.10.301.0009.2.058 – Func. e Manut. da Farmácia Básica R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.1.050 – Aquisição de Veículo R\$ 68.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de agosto de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2016-PMS
PROCESSO Nº. 148/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada em pintura e manutenção de espaços em ambientes escolares para atender das necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de setembro de 2016 às 08h45min
Abertura do Processo: 06 de setembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.851/2016 DE 22 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 3.851/2016, de 22 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a aplicação da Lei Complementar Municipal nº 004/1998, de 19/05/1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, da servidora, Sra. Alana Chiapetti Kalinke, conforme prevê a Lei Municipal nº 004/1998, Art. 10, § 1º, totalizando 6 (seis) meses de tempo de serviço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 22 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.852/2016 DE 22 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.852/2016 de 22 de agosto de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 27.210,99 (vinte e sete mil duzentos e dez reais e noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 11.100,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 211,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.599,99

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.300,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Diárias - Civil R\$ 11.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 100,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
 05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 211,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
 05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 600,00
 3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 199,99
 3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Diárias - Civil R\$ 200,00
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 600,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 06.01 - UNIDADES DE OBRAS
 06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 14.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
 Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.853/2016 DE 23 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.853/2016, de 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício 023/2016 – SECEL da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 17 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Andreia Welter	A-4-I	A-4-II
Edaisse Sasse	C-7-IV	C-7-V
Ketlin Dislaine Konell	C-2	C-2-I
Marciana Jacobi Lourenzetti	C-5-II	C-5-III
Marlei Fatima Munbach Karsten	C-1	C-1-I

Raimunda Pereira de Souza A-2 A-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.854/2016 DE 22 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.854/2016 de 22 de agosto de 2016
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
 02.01 - CHEFIA DE GABINETE
 02.01.04.243.3012.2.433 - Manutenção do Conselhor Tutelar
 3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
 02.01 - CHEFIA DE GABINETE
 02.01.04.243.3012.2.433 - Manutenção do Conselhor Tutelar
 4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
 Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor Jurídico

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 020/2016

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 020/2016

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcílio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 051/2015, tendo como Consumidor Jair Mendonça, inscrito no CPF sob nº 162.224.829-53 e Fornecedor Sandro Antonio Rossetto, inscrito (a) no CPF sob o nº 592.230.739-87, que apurou e condenou o reclamado, acima qualificado, por desrespeito ao disposto no(s) artigo(s) 6, IV e 14 do Código de Defesa do Consumidor. Por este Edital fica INTIMADO o reclamado Sandro Antonio Rossetto para: tomar ciência da decisão proferida nos autos de reclamação nº 051/2015 do PROCON/SCHROEDER; recolher o valor da multa arbitrada em R\$ 319,23 (trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos) ou, querendo, apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, na forma dos artigos 46, §2º e 49, caput, ambos do decreto 2.181/97 e art. 37, §2º do Decreto Municipal 2.139/2010. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 19 de agosto de 2016.

Nadiete Albino Marcílio
PROCON – Schroeder/SC**LEI Nº 2.222/2016**

LEI Nº2.222/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA ANTÔNIO ZOZ - EST. O-21+10 (metros) totalizando 430 metros na localidade centro norte.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA ANTÔNIO ZOZ - EST.O-21+10 metros totalizando 430 metros, (quatrocentos e trinta metros), localidade de Centro Norte – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal; correspondendo à quantia de R\$527.163,99 (quinhentos e vinte e sete mil cento e sessenta e três reais e noventa e nove centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto; (ANEXO III)

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;

c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo

necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
1365	Esquerdo	3195	Adriano Osnir Milbratz
4172	Esquerdo	4121	Cladenir Huf
4173	Esquerdo	12455	Gilmar dos Santos
4900	Esquerdo	5880	Antonio Carlos da Silva
1362	Esquerdo	3288	Marcos Pacheco
1363	Esquerdo	314	Vilmar Klemann
1364	Esquerdo	3124	Valdecir Adams
1361	Esquerdo	3349	Valdete Dornbusch Pellens
1360	Esquerdo	4178	Marlei Elert
1359	Esquerdo	319	Invaldo Bruch
1358	Esquerdo	309	Rainer Fritzke
1357	Esquerdo	3020	Irlad Representações Ltda
1356	Esquerdo	3020	Irlad Representações Ltda
1355	Esquerdo	9870	Alex Wodtke
1354	Esquerdo	4791	Fabiana Linhares Narciso
1353	Esquerdo	219	Clécio Roberto Kanzler
1352	Esquerdo	4038	Flavio Naoke Watanabe
1351	Esquerdo	11465	Marta Alice Nardelli
1350	Esquerdo	3374	Luciane Ruckert
1349	Esquerdo	7792	Rosemir Wischral
4174	Esquerdo	7261	Loni Boshamer Zoz
6160	Direito	7226	Carlos Alberto Kinelt Mascke
6161	Direito	7226	Carlos Alberto Kinelt Mascke
1228	Direito	296	Reli Strelow Gaedtke
8542	Direito	7233	Joceane Cristina Kinelt Mascke Schmidt

10915	Direito	7817	Ivo Rosá
10916	Direito	7817	Ivo Rosá
10917	Direito	7227	Cheila Adriana Kinelt Mascke
6164	Direito	3949	Kreice Kerli Kinelt Mascke Stein
6165	Direito	15976	Lonita Kinelt

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SCHROEDER							
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos							
Orçamento				Empreendimento			
				ANTÔNIO ZOZ EST 0 - 21 + 10,00M			
Modalidade							
INFRA-ESTRUTURA URBANA				Data:	09/06/2016		
Agente Financeiro				Tipo de Serviço			
GOVERNO DE SANTA CATARINA				SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
Localização				Início da Obra			
Rua:	ANTÔNIO ZOZ EST 0 - 21 + 10,00M			ALR			
Valor do Repasse	Contrapartida Financeira		Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²) :	Calçada (m²) :	Área total (m²) :
			430,00	10,00	-	1.720,00	4.300,00
Total do Investimento	R\$ 527.163,99						
	Referência: Sinapi 03/2016 c/ desoneração. Sicro 2 março/2016 c/ desoneração						
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado ou lona (3,00x1,00 m)	m²	3,00	222,48	281,07	R\$ 843,21
		SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 843,21
2		DRENAGEM					
2.1	74154/001 + (2X) 72886	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 1,0 km	m³	847,08	6,75	8,52	7.217,12
2.2	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	724,00	6,21	7,84	5.676,16
2.3	7796+92808	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 30 cm (medição direta projeto) Para ligação de boca de lobo	unid	-	44,30	55,96	-
2.4	7781 + 92809	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40 cm (medição direta projeto)	m	-	54,45	68,79	-
2.5	7791 +92811	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60 cm(medição direta projeto)	m	724,00	86,81	109,68	79.408,32

2.6	73881/2	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	950,85	7,90	9,98	9.489,48
2.7	74154/001 + (2X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apoiado, DMT até 8,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	551,51	8,23	10,40	5.735,74
2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto) Tipo C3	unid	30,00	584,39	738,31	22.149,30
2.9	74206/001	Caixa Ligação/Visita para tubulação CL1	unid	8,00	861,78	1.088,76	8.710,08
2.10	74104	Caixa de Ligação em alvenaria de tijolo maciço, revestida INTERNAMENTO COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPa- Boca de Lobo x Rede de drenagem	unid	30,00	108,81	137,47	4.124,10
		SUBTOTAL DRENAGEM					142.510,30
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	(2X)72881	TRANSPORTE LOCAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA ARA DISTANCIAS SUPERIORES A 4 KM	m³	2.150,00	1,15	1,45	3.117,50
3.2	72911	Fornecimento, extração, carga, e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 8,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m²	1.075,00	7,30	9,22	9.911,50
		SUBTOTAL TERRAPLENAGEM					13.029,00
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	430,00	90,27	114,04	49.037,20
4.2	72945	Imprimação com CM 30	m²	4.300,00	3,53	4,46	19.178,00
4.3	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	4.300,00	1,11	1,39	5.977,00
4.4		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.4.1	72965 x2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm compactado	m³	215,00	493,52	623,51	134.054,65
4.4.3	72887(x10)	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 10Km (volume x 10)	m³/km	2.150,00	0,81	1,02	2.193,00
		SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO					210.439,85
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
		PASSEIOS					
5.1	73789/002 x 0,35	Meio fio moldado in loco com extrusora (12cmx15cmx9cm)	m	860,00	25,01	31,60	27.176,00
5.2		Guia de concreto para contenção lateral					
5.2.1	6045	Concreto Fck≥15MPa, inclusive preparo	m3	20,64	282,12	356,43	7.356,71
5.2.2	74157/004	Lançamento e aplicação manual de concreto	m3	20,64	16,95	21,41	441,90
5.2.3	92270	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM AF_12/2015 (aproveitamento 5x)Montagem/Desmontagem	m²	516,00	10,03	12,66	6.532,56
5.2.4	92778	Armação em aço CA 50/60 (fornec., corte, dobra e colocação)	kg	264,88	7,61	9,61	2.545,49
5.3	73710	Base de brita graduada - fornec., espalhamento, nivelamento e compac. Mat., e=10 cm	m³	154,80	66,15	83,57	12.936,63
5.4	92396	Pavimentação em blocos intertravados de concreto fck≥35 Mpa (tipo paver), e=6 cm - inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e/ou assentamento (e=3 cm) e de areia para rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	1.306,40	52,33	66,11	86.366,10

5.5	Composição	Fornec. e assentamento de piso podotátil (alerta/direcional) de concreto fck ≥ 35 Mpa., cor vermelha, e=6 cm, inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e ou assentamento (e=3 cm) e de areia p/ rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	164,80	54,13	68,38	11.269,02
		SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES					154.624,41
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	149,41	17,55	22,17	3.312,41
6.1.2	4 S 06 121 01	Fornecimento/Instalação de tacha refletiva bidirecional	unid	50,00	16,60	20,97	1.048,50
6.1.3	4 S 06 120 01	Fornecimento/Instalação de tachão refletiva bidirecional	unid	6,00	39,49	49,89	299,34
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73972/1 + 74157/4 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,180	449,27	567,60	102,16
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	5,00	90,90	114,83	574,15
6.2.3	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte)	m²	1,12	269,02	339,88	380,66
		SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA					5.717,22
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	527.163,99
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%			R\$/m²	122,60
		SEGURO E GARANTIA	0,63%			BDI ADOTADO	26,34%

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
RUA ANTÔNIO ZOZ

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA ANTÔNIO ZOZ, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

2.1. GENERALIDADES

2.1.1.1. ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

2.1.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.
- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

2.1.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser

considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final. A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

o Cones refletivos de plástico

o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

2.1.1.5. MANEJO AMBIENTAL

– Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

– Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

– Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

– O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

– O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

2.1.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

3.1.0.1. PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

- Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
- Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

- Tinta a óleo, ou;
- Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m x 1,25m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

OBSERVAÇÃO

O custo da placa de obra está embutido no BDI da obra, ficando a responsabilidade pela mesma a encargo da CONTRATADA.

3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

3.2.0.2. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

- Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

– Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

– Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

– Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

– Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

– Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

– O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

– Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

– Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

– As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

– Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

– Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

– Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

– As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

– Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.2.0.3. REFORÇO DO SUBLEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o

subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

– Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3. PAVIMENTAÇÃO

3.3.0.4. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação às cotas de projeto; e ± 5 cm quanto à largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.5. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

- Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.
- O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$, quanto à espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.6. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS		FAIXA			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

– a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- ± 10 cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.7. IMPRIMAÇÃO**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

- aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva,

ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.8. PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

– emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes:

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.9. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso, espalhada e comprimida a quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

– desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

– índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

– durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós-calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito à granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

—

- as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;
- as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C) deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada, além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 \square 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 \pm 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 \pm 5, para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte

de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de forma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência à Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

3.4.1. PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE

3.4.1.10. MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Conforme o DNIT, meios-fios são "limitadores físicos da plataforma rodoviária, com diversas finalidades, entre as quais, destaca-se a função de proteger o bordo da pista dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas sobre a plataforma que, decorrentes da declividade transversal, tendem a verter sobre os taludes dos aterros. Desta forma, os meios-fios têm a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para os pontos previamente escolhidos para lançamento".

EXECUÇÃO

Para a execução dos meios-fios poderá ser adotado o procedimento executivo com dispositivos pré-moldados de concreto, ou então, moldados "in loco" com extrusora.

· Meios-fios pré-moldados de concreto:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto;
- b) execução de base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado;
- d) juntamento com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa;
- e) os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração. As peças deverão ter no máximo 1,0m, devendo esta dimensão ser reduzida para segmentos em curva.

· Meios-fios moldados "in loco" com formas deslizantes:

Esta alternativa refere-se ao emprego de fôrmas metálicas deslizantes, acopladas a máquinas automotrizes, adequadas à execução de concreto por extrusão, compreendendo as etapas de construção relacionadas a seguir:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicados no projeto;
- b) execução da base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) lançamento do concreto e moldagem, por extrusão;
- d) interrupção da concretagem dos dispositivos; e execução de juntas de dilatação a intervalos de 12,0m, preenchidas com asfalto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os meios-fios serão medidos pelo comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas, incluindo fornecimento e colocação de materiais, mão-de-obra e encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à execução.

– Os serviços serão medidos em m executados.

3.4.1.11. GUIAS DE CONCRETO

OBJETIVO

Conforme o DNIT, as guias são "dispositivos com a função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais, principalmente em segmentos onde se torna necessária a orientação do tráfego como: canteiro central, interseções, obras-de-arte e outros pontos singulares, cumprindo desta forma importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial".

EXECUÇÃO

A execução da guia compreende a montagem das formas e a colocação de armadura de aço para em seguida lançar e adensar o concreto. Deverá ser utilizado concreto com $f_{ck} \geq 15$ Mpa, o qual deverá ser preparado conforme a NBR 6118/80 quanto ao traço, lançamento e cura, além de atender as dimensões em projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os itens serão medidos da seguinte forma: fornecimento e aplicação de concreto por metro cúbico; aço por quilograma de material utilizado e formas por metro quadrado aplicado para confinar o concreto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.12. ESCAVAÇÃO DE MATERIAL PARA NIVELAMENTO DE PASSEIOS

O material utilizado para aterro deverá ser extraído de caixa de empréstimo e/ou jazidas autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Deverá estar previsto nos preços ofertados os seguintes itens: desmatamento, destocamento e limpeza da área a ser explorada; execuções

de fogo para desmonte da frente de exploração; serviços de carga e transporte do material à pista. Utilizar para execução deste serviço tratores de lâmina, motoniveladora, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico correspondente ao aterro efetuado obtido pelas seções transversais.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.13. ATERRO UTILIZANDO RETRO-ESCOVADEIRA E COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA

O aterro dos passeios será com material reaproveitado proveniente dos cortes e rebaixos. O material reaproveitado deverá ser selecionado, não podendo apresentar-se saturado ou estar misturado com material orgânico ou vegetação, tipo raízes, galhos, etc.

Efetuar o espalhamento com equipamento mecânico complementando com regularização manual utilizando pás e enxadas. Compactar utilizando placas vibratórias atingindo as cotas do meio-fio implantado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico de material aplicado na obra.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.14. BASE DE BRITA GRADUADA

A aplicação de camada granular executada sobre a área regularizada devidamente espalhada e compactada.

A execução da base compreende operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais realizados na pista ou na central de usinagem, bem como espalhamento, compactação e acabamento junto aos passeios.

Os materiais utilizados na composição e execução do item devem atender a normativa do DNER-ES-303, como também apresentar Índice de Suporte Califórnia (DNER-ME 049/94) superior a 60% e expansão máxima de 0,5%, com energia de compactação $\geq 100\%$.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros cúbicos de material espalhado e compactado no passeio, conforme seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.15. CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL GRANULAR

Compreende os serviços de carga, descarga e transporte do material granular para o revestimento dos passeios.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A carga e descarga de material será efetivamente medida pelo volume geométrico de material aplicado multiplicado pela sua densidade, expresso em toneladas.

O transporte do material das jazidas ou pedreiras até a obra será medido pelo volume geométrico de material efetivamente aplicado multiplicado pela sua respectiva densidade e distância de transporte, correspondente a unidade de tonelada quilômetro.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.16. PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO

Compreende o assentamento dos blocos intertravados de concreto com $f_{ck} \geq 35$ Mpa (tipo paver) de espessura de 6 cm sobre a camada de nivelamento de pó de pedra/areia (espessura de 3 cm) aplicada sobre a camada de brita graduada devidamente compactada e regularizada.

O paver utilizado deve ter resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área revestida dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

· Cor conforme projeto padrão.

· Dimensão da peça: 10 cm x 20 cm x 6 cm.

· Aplicação:

o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

o Os blocos pré-moldados de concreto deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Recomenda-se inicialmente a colocação dos travamentos (meios-fios). Estes espaços devem ser construídos antes do lançamento da camada de pó de brita de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar o pó e os blocos dentro de uma "caixa", cujo fundo é a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado

nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.4.1.17. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO PODOTÁTIL (ALERTA/DIRECIONAL)

Compreende a implantação do piso podotátil direcional ao longo dos passeios e de alerta para indicar mudanças de direção com ângulo maior que 165º, acessos de veículos, desvio de obstáculos e rebaixos para travessia de pedestres (conforme projeto) oferecendo uma circulação mais segura para os transeuntes, sendo que a mesma será executada em paver, mesmo material de revestimento da calçada na cor vermelha.

Durante a execução deverá ser observado e atendido a normativa NBR9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais normas de acessibilidade.

Utilizar piso tátil direcional de concreto e=6 cm para sinalização, o qual deverá ser assentado sobre pó de pedra/areia, como também apresentar resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

Nota:

A NBR 9050/2004 e demais normas de acessibilidade prevê piso de alerta nas faixas de pedestres e rebaixamentos necessários para circulação segura dos usuários e o piso tátil direcional ao longo de todas as calçadas. Todos os pisos táteis serão na cor vermelha.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área pavimentada dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

Material: em concreto composto de cimento e areia; altura dos cones entre 3 mm e 5 mm (conforme a NBR 9050/2004); resistente à abrasão: atenda as características mínimas exigidas pela NBR 9050/2004.

· Cor conforme projeto padrão.

· Dimensão da peça: 20 cm x 20 cm x 6 cm ou 20 x 10 x 6 cm, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO.

· Sistema assentado com pó de pedra, obedecendo as especificações do fabricante e normas pertinentes.

· Aplicação:

o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

o Os pisos táteis direcionais deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.5. DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

– Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

– Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

– Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

– Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

– Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m); (f 0,8, 2,80m); (f 1,0m, 3,45m); (f 1,20m, 4,0m); (f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm; 20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus

interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm).As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto. A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada.

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

– No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18 MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical - É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

- tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica. A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;

- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2º	-4º	70	14
0,2º	+30º	30	6
0,5º	-4º	30	7,5
0,5º	+30º	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar,

texto centralizado

Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO**Controle da Execução**

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

- a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.
- O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:
 - consumo dos materiais;
 - espessura do material aplicado;
 - tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
 - dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

- - linearidade das faixas;
- - temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- - sinalização para o serviço de obras;
- - atendimento ao projeto de sinalização;
- - retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- - placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

5. ANEXOS (Orçamento, Cronograma, Cálculo de BDI, Composições, QCI, Memorial de Cálculo, Projetos, Documentos)

Schroeder, 1º de agosto de 2016.

Otoniel da Silva

Arq.º Urbanista – CAU – A60922-6

Oswaldo Jurck

Município de Schroeder

LEI Nº 2.223/2016

LEI Nº2.223/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA BERNADO ZOZ – 208 metros – localidade Centro sul.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA BERNADO ZOZ – 208 metros, (duzentos e oito metros), localidade de Centro Sul – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal; correspondendo à quantia de R\$313.954,30 (trezentos e treze mil novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Município (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto; (ANEXO III)
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

- I – a situação do terreno na Zona de Influência;
- II – sua área;
- III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis

beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
468	Esquerdo	1805	Marcelo Tietz
467	Esquerdo	14821	Marlene Zapelini Bervig
466	Esquerdo	9277	Lenice Jurk Toti
3347	Esquerdo	4342	Jânio Wisnieski
465	Esquerdo	2618	Fredolino Jordan
464	Esquerdo	4296	Ivo Wolf
4393	Esquerdo	1802	Elias Tietz
4394	Esquerdo	15855	Franciele Fernandes de Oliveira
4395	Esquerdo	1802	Elias Tietz
4396	Esquerdo	6249	Edenilcio Kohler
4397	Esquerdo	1802	Elias Tietz
4398	Esquerdo	6210	Jaime Welter
284	Direito	4138	Claudio Milton Welke
6270	Direito	7305	Iolivio Aldrovandi
9065	Direito	811	Hilmar Rubens Hertel
11049	Direito	14576	Carlos Zen
11050	Direito	7864	Adecol Ltda EPP
11051	Direito	13705	Ricardo Senhorinha
11052	Direito	14576	Carlos Zen
11053	Direito	13504	Nilson Silva de Quevedo

11054	Direito	14576	Carlos Zen
11055	Direito	13638	Dionata dos Santos Ramos
11056	Direito	13947	Marli Ostrovski
11057	Direito	15641	Alfredo Hermann Marques Junior
11058	Direito	7864	Adecol Ltda EPP
11059	Direito	4174	Daniel Hertel
11060	Direito	13342	Anderson Miguel Cardoso
11061	Direito	7864	Adecol Ltda EPP
11062	Direito	13396	Ilson Krueger
11063	Direito	3807	Claudenir Schutzer
11064	Direito	13972	Henrique João Kuster Neto
3324	Direito	2478	Irineu Bolduan (Espólio)
3325	Direito	4558	Lili Sacani
3326	Direito	13230	Edson Irineu Erhardt
6227	Direito	1712	Ademar Hochstein

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina							
MUNICÍPIO DE SCHROEDER							
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos							
Orçamento				Empreendimento			
			Bernardo Zoz				
Modalidade							
INFRA-ESTRUTURA URBANA				Data:	0108/2016		
Agente Financeiro				Tipo de Serviço			
MINISTÉRIO DAS CIDADES				SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
Localização				Início da Obra			
Rua:	Bernardo Zoz			ALR			
Valor do Repasse	Contrapartida Financeira			Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²):	Área total (m²) :
	R\$ 313.954,30			208,00	10,00	-	2.080,00
Total do Investimento	R\$ 313.954,30						
Referência:							
Sinapi 04/2014 c/ desoneração. Sicro 2 Março/2014 c/ desoneração							
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1		DRENAGEM					
1.1	72824 + (4X) 72874	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	210,00	15,35	19,06	4.002,60

1.2	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	300,00	5,83	7,24	2.172,00
1.3	73724 + 7781	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (medição direta projeto)	m	300,00	38,60	47,95	14.385,00
1.4	73722 + 7791	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(- medição direta projeto)	m	-	70,27	87,29	-
1.5	73720 + 7750	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm(- medição direta projeto)	m	-	203,32	252,58	-
1.6	73721+7765	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm(- medição direta projeto)	m	-	343,12	426,25	-
1.7	Composição	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	234,00	8,78	10,90	2.550,60
1.8	4746 + 72836 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	151,13	51,12	63,50	9.596,43
1.9	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto)	unid	8,00	571,01	709,36	5.674,88
1.10	74206/001	Caixa Ligação para tubulação	unid	4,00	997,28	1.238,92	4.955,68
		SUBTOTAL DRENAGEM					43.337,19
2		TERRAPLENAGEM					
2.1	72824 + (4X) 72874	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	520,00	15,35	19,06	9.911,20
2.2	4746 + 72836 + (9X) 72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	520,00	51,12	63,50	33.020,00
2.3	74005/002	Compactação de seixo à 95% do P.N. -	m³	520,00	3,43	4,26	2.215,20
2.4	4746 + 72836 + (9X) 72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	520,00	51,12	63,50	33.020,00
		SUBTOTAL TERRAPLENAGEM					78.166,40
3		PAVIMENTAÇÃO					
3.1	(74034/001 + 74005/002) / 4	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.080,00	1,43	1,77	3.681,60
3.2	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	208,00	127,92	158,91	33.053,28
3.3	72945	Imprimação com CM 30	m²	2.080,00	3,91	4,85	10.088,00
3.4	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.080,00	1,23	1,52	3.161,60
3.5		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
3.5.1	72965 *2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	72,80	458,21	569,23	41.439,94
3.5.2	72965 *2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm -	m³	15,60	458,21	569,23	8.879,98
		SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO					100.304,40
4		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
		PASSEIOS					
4.1	74223/001	Meio fio pré-moldado ou moldado in loco com extrusora	m	416,00	28,59	35,51	14.772,16
4.2		Guia de concreto para contenção lateral					
4.2.1	1523	Concreto Fck≥15MPa, inclusive preparo	m³	9,98	238,14	295,84	2.953,66
4.2.2	74157/004	Lançamento e aplicação manual de concreto	m³	9,98	59,22	73,56	734,42
4.2.3	84216	Forma em chapa compensada resinada espessura 12mm, reaprov. 5x, inclusive fornecimento de material, fabricação, montagem e desmontagem	m²	249,60	22,12	27,47	6.856,51
4.2.4	73942/002	Armação em aço CA 50/60 (fornec., corte, dobra e colocação)	kg	128,13	6,58	8,17	1.046,80
4.3	74155/001	Escavação de material de 1ª categoria para nivelamento de passeios	m³	166,40	1,48	1,83	304,51
4.4	73964/005	Aterro utilizando retro-escavadeira e compac. Vibrat.	m³	166,40	7,04	8,74	1.454,33
4.5	73710	Base de brita graduada - fornec., espalhamento, nivelamento e compac. Mat., e=10 cm	m³	83,20	127,92	158,91	13.221,31
4.6	72844	Carga e descarga mecanizada de material	t	505,86	0,54	0,67	338,92
4.7	1 A 00 002 91	Transporte material com caminhão basculante	t x km	4.605,95	0,34	0,42	1.934,49

4.8	73764/004	Pavimentação em blocos intertravados de concreto fck≥35 Mpa (tipo paver), e=6 cm - inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e/ou assentamento (e=3 cm) e de areia para rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	728,00	43,53	54,07	39.362,96
4.9	Composição	Fornec. e assentamento de piso podotátil (alerta/direcional) de concreto fck ≥ 35 Mpa., cor vermelha, e=6 cm, inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e ou assentamento (e=3 cm) e de areia p/ rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	104,00	53,79	66,82	6.949,28
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES							89.929,35
5		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
5.1		Sinalização horizontal					
5.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	80,80	16,55	20,56	1.661,24
5.2		Sinalização vertical					
5.2.1	73406 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm x 2 placas) + escavação	m³	0,072	419,15	520,71	37,49
5.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	2,00	131,40	163,24	326,48
5.2.3	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte)	m²	0,52	296,83	368,75	191,75
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA							2.216,96
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	313.954,30
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,60%			R\$/m²	150,94
		SEGURO E GARANTIA	0,68%			BDI ADOTADO	24,23%
		RISCO	0,95%				
		DESPESAS FINANCEIRAS	1,20%				
		LUCRO	8,10%				
		TRIBUTOS	6,45%				
		TOTAL	24,23%				

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
RUA BERNARDO ZOZ
SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA BERNARDO ZOZ, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

2.1. GENERALIDADES

2.1.1.1. ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

2.1.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

2.1.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

o Cones refletivos de plástico

o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

2.1.1.5. MANEJO AMBIENTAL

– Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

- Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.
 - Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.
 - O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.
 - O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.
- É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

2.1.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

3.1.0.1. PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUORTE

- Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
- Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

- Tinta a óleo, ou;
- Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m x 1,25m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

OBSERVAÇÃO

O custo da placa de obra está embutido no BDI da obra, ficando a responsabilidade pela mesma a encargo da CONTRATADA.

3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

3.2.0.2. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

- Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.
- Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.
- Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.
- Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.
- Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.
- O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.
- Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.
- Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.
- As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.
- Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.
- Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.
- Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.
- As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.
- Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.2.0.3. REFORÇO DO SUBLEITO**GENERALIDADES**

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;

- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;
- Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3. PAVIMENTAÇÃO**3.3.0.4. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; e ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.5. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

- Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.
- O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.6. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS		FAIXA			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

– a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado ± 2 %.

CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- ± 10 cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.7. IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

- aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser

aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.8. PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

– emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes:

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.9. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso, espalhada e comprimida a quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

- desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;
- índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);
- durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós-calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72

Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

– as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

– as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C) deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada, além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 \square 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de anzinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60°C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m^3 (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência à Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

3.4.1. PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE

3.4.1.10. MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Conforme o DNIT, meios-fios são "limitadores físicos da plataforma rodoviária, com diversas finalidades, entre as quais, destaca-se a função de proteger o bordo da pista dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas sobre a plataforma que, decorrentes da declividade transversal, tendem a verter sobre os taludes dos aterros. Desta forma, os meios-fios têm a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para os pontos previamente escolhidos para lançamento".

EXECUÇÃO

Para a execução dos meios-fios poderá ser adotado o procedimento executivo com dispositivos pré-moldados de concreto, ou então, moldados "in loco" com extrusora.

· Meios-fios pré-moldados de concreto:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto;
- b) execução de base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado;
- d) juntamento com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa;
- e) os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração. As peças deverão ter no máximo 1,0m, devendo esta dimensão ser reduzida para segmentos em curva.

· Meios-fios moldados "in loco" com formas deslizantes:

Esta alternativa refere-se ao emprego de fôrmas metálicas deslizantes, acopladas a máquinas automotrizes, adequadas à execução de concreto por extrusão, compreendendo as etapas de construção relacionadas a seguir:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicados no projeto;
- b) execução da base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) lançamento do concreto e moldagem, por extrusão;
- d) interrupção da concretagem dos dispositivos; e execução de juntas de dilatação a intervalos de 12,0m, preenchidas com asfalto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os meios-fios serão medidos pelo comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas, incluindo fornecimento e colocação de materiais, mão-de-obra e encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à execução.

– Os serviços serão medidos em m executados.

3.4.1.11. GUIAS DE CONCRETO

OBJETIVO

Conforme o DNIT, as guias são "dispositivos com a função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais, principalmente em segmentos onde se torna necessária a orientação do tráfego como: canteiro central, interseções, obras-de-arte e outros pontos singulares, cumprindo desta forma importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial".

EXECUÇÃO

A execução da guia compreende a montagem das formas e a colocação de armadura de aço para em seguida lançar e adensar o concreto. Deverá ser utilizado concreto com $f_{ck} \geq 15$ Mpa, o qual deverá ser preparado conforme a NBR 6118/80 quanto ao traço, lançamento e cura, além de atender as dimensões em projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os itens serão medidos da seguinte forma: fornecimento e aplicação de concreto por metro cúbico; aço por quilograma de material utilizado e formas por metro quadrado aplicado para confinar o concreto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.12. ESCAVAÇÃO DE MATERIAL PARA NIVELAMENTO DE PASSEIOS

O material utilizado para aterro deverá ser extraído de caixa de empréstimo e/ou jazidas autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Deverá estar previsto nos preços ofertados os seguintes itens: desmatamento, destocamento e limpeza da área a ser explorada; execuções de fogo para desmonte da frente de exploração; serviços de carga e transporte do material à pista. Utilizar para execução deste serviço tratores de lâmina, motoniveladora, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico correspondente ao aterro efetuado obtido pelas seções transversais.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.13. ATERRO UTILIZANDO RETRO-ESCOVADEIRA E COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA

O aterro dos passeios será com material reaproveitado proveniente dos cortes e rebaixos. O material reaproveitado deverá ser selecionado, não podendo apresentar-se saturado ou estar misturado com material orgânico ou vegetação, tipo raízes, galhos, etc.

Efetuar o espalhamento com equipamento mecânico complementando com regularização manual utilizando pás e enxadas. Compactar utilizando placas vibratórias atingindo as cotas do meio-fio implantado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico de material aplicado na obra.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.14. BASE DE BRITA GRADUADA

A aplicação de camada granular executada sobre a área regularizada devidamente espalhada e compactada.

A execução da base compreende operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais realizados na pista ou na central de usinagem, bem como espalhamento, compactação e acabamento junto aos passeios.

Os materiais utilizados na composição e execução do item devem atender a normativa do DNER-ES-303, como também apresentar Índice de Suporte Califórnia (DNER-ME 049/94) superior a 60% e expansão máxima de 0,5%, com energia de compactação $\geq 100\%$.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros cúbicos de material espalhado e compactado no passeio, conforme seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.15. CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL GRANULAR

Compreende os serviços de carga, descarga e transporte do material granular para o revestimento dos passeios.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A carga e descarga de material será efetivamente medida pelo volume geométrico de material aplicado multiplicado pela sua densidade, expresso em toneladas.

O transporte do material das jazidas ou pedreiras até a obra será medido pelo volume geométrico de material efetivamente aplicado multiplicado pela sua respectiva densidade e distância de transporte, correspondente a unidade de tonelada quilômetro.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.16. PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO

Compreende o assentamento dos blocos intertravados de concreto com $f_{ck} \geq 35$ Mpa (tipo paver) de espessura de 6 cm sobre a camada de nivelamento de pó de pedra/areia (espessura de 3 cm) aplicada sobre a camada de brita graduada devidamente compactada e regularizada. O paver utilizado deve ter resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área revestida dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

- Cor conforme projeto padrão.

- Dimensão da peça: 10 cm x 20 cm x 6 cm.

- Aplicação:

- o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

- o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

- o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

- o Os blocos pré-moldados de concreto deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Recomenda-se inicialmente a colocação dos travamentos (meios-fios). Estes espaços devem ser construídos antes do lançamento da camada de pó de brita de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar o pó e os blocos dentro de uma "caixa", cujo fundo é

a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.4.1.17. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO PODOTÁTIL (ALERTA/DIRECIONAL)

Compreende a implantação do piso podotátil direcional ao longo dos passeios e de alerta para indicar mudanças de direção com ângulo maior que 165º, acessos de veículos, desvio de obstáculos e rebaixos para travessia de pedestres (conforme projeto) oferecendo uma circulação mais segura para os transeuntes, sendo que a mesma será executada em paver, mesmo material de revestimento da calçada na cor vermelha.

Durante a execução deverá ser observado e atendido a normativa NBR9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais normas de acessibilidade.

Utilizar piso tátil direcional de concreto e=6 cm para sinalização, o qual deverá ser assentado sobre pó de pedra/areia, como também apresentar resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

Nota:

A NBR 9050/2004 e demais normas de acessibilidade prevê piso de alerta nas faixas de pedestres e rebaixamentos necessários para circulação segura dos usuários e o piso tátil direcional ao longo de todas as calçadas. Todos os pisos táteis serão na cor vermelha.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área pavimentada dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima especificações técnicas

Material: em concreto composto de cimento e areia; altura dos cones entre 3 mm e 5 mm (conforme a NBR 9050/2004); resistente à abrasão: atenda as características mínimas exigidas pela NBR 9050/2004.

- Cor conforme projeto padrão.

- Dimensão da peça: 20 cm x 20 cm x 6 cm ou 20 x 10 x 6 cm, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO.

- Sistema assentado com pó de pedra, obedecendo as especificações do fabricante e normas pertinentes.

- Aplicação:

o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

o Os pisos táteis direcionais deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.5. DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

- Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

- Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

- Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

- Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

- Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar

os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m);(f 0,8, 2,80m);(f 1,0m, 3,45m); (f 1,20m, 4,0m);(f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm; 20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço cozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher. A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm). As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5,0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto. A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada.

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução. As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.
- No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18 MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

- tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica. A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas. A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitação são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A – NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar,

texto centralizado

Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

- a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.
- O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados

os parâmetros listados a seguir:

- - consumo dos materiais;
- - espessura do material aplicado;
- - tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
- - dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
- - linearidade das faixas;
- - temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- - sinalização para o serviço de obras;
- - atendimento ao projeto de sinalização;
- - retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- - placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

5. ANEXOS (Orçamento, Cronograma, Cálculo de BDI, Composições, QCI, Memorial de Cálculo, Projetos, Documentos)

Schroeder, 1º de agosto de 2016.

Otoniel da Silva

Arq.º Urbanista – CAU – A60922-6

Osvaldo Jurck

Município de Schroeder

LEI Nº 2.224/2016

LEI Nº2.224/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA gustavo streit/ESTRADA RANCHO BOM - EST. O - 52 totalizando 1.040 metros na localidade rancho bom.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA gustavo streit/ESTRADA RANCHO BOM - EST. O - 52 totalizando 1.040 metros, (um mil e quarenta metros), localidade Rancho Bom – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal; correspondendo à quantia de R\$576.908,68 (Quinhentos e setenta e seis mil novecentos e oito reais e sessenta e oito centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto; (ANEXO III)
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

RUA GUSTAVO STREIT/ESTRADA RANCHO BOM

Matrícula	Lado	Código	Proprietário
25.834	Esquerdo	6420	Robinson Jurck
23.353	Esquerdo	452	Osvaldo Jurck
-	Esquerdo	2150	Cláudio Mathias
-	Esquerdo	4896	Osmar Vogel
-	Esquerdo	2426	Ronaldo Volles
-	Esquerdo	1694	Rolando Schulz
-	Esquerdo	14382	Comunidade Evangélica Luterana Cristo Para Todos
-	Direito	4896	Osmar Vogel
-	Direito	91	Osvin Jurck
23.353	Direito	452	Osvaldo Jurck
-	Direito	2150	Cláudio Mathias
-	Direito	4896	Osmar Vogel
-	Direito	10652	Romeu Volles
-	Direito	361	Rolando Schulz

11.510	Direito	2005	Leopoldo Jurck Filho
--------	---------	------	----------------------

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina							
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER							
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos							
Orçamento				Empreendimento			
				GUSTAVO STREIT/ESTRADA RANCHO BOM EST 0 - 52			
Modalidade							
INFRA-ESTRUTURA URBANA				Data:	01/08/2016		
Agente Financeiro				Tipo de Serviço			
				SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
Localização				Início da Obra			
Rua:	GUSTAVO STREIT EST 0 - 52			ALR			
Valor do Repasse	Contrapartida Financeira		Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²) :	Calçada (m²) :	Área total (m²) :
			1.040,00	10,00	-	-	10.400,00
Total do Investimento	R\$ 576.908,68						
	Referência: Sinapi 03/2016 c/ desoneração. Sicro 2 março/2016 c/ desoneração						
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado ou lona (3,00x1,00 m)	m²	3,00	222,48	281,07	R\$ 843,21
		SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 843,21
2		DRENAGEM					
2.1	74154/001 + (2X) 72886	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 1,0 km	m³	37,40	6,94	8,77	327,99
2.2	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	60,00	6,21	7,84	470,40
2.3	7796+92808	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 30cm (medição direta projeto) Para ligação de boca de lobo	unid		44,30	55,96	-
2.5	7791 +92811	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(medição direta projeto) travessia	m	20,00	89,27	112,78	2.255,60
2.6	92813+7750	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm(medição direta projeto) travessia	m	20,00	172,68	218,16	4.363,20
2.6	73881/2	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	81,48	7,90	9,98	813,17

2.7	74154/001 + (2X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 8,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	50,14	8,23	10,40	521,46
2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto) Tipo C3	unid	6,00	584,39	738,31	4.429,86
2.9	74206/001	Caixa Ligação/Visita para tubulação CL1	unid	-	861,78	1.088,76	-
		SUBTOTAL DRENAGEM					14.557,48
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	(2,5X)72881	TRANSPORTE LOCAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA ARA DISTANCIAS SUPERIORES A 4 KM	m³	5.200,00	1,21	1,52	7.904,00
3.2	72911	Fornecimento, extração, carga, e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 8,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m²	2.600,00	9,20	11,62	30.212,00
		SUBTOTAL TERRAPLENAGEM					38.116,00
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	1.040,00	90,68	114,56	119.142,40
4.2	72945	Imprimação com CM 30	m²	10.400,00	3,70	4,67	48.568,00
4.3	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	10.400,00	1,13	1,42	14.768,00
4.4		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.4.1	72965 x2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm compactado	m³	520,00	493,52	623,51	324.225,20
4.4.2	72887(x14)	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 14Km (volume x 14)	m³/km	7.280,00	0,86	1,08	7.862,40
		SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO					514.566,00
		SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES					-
5		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
5.1		Sinalização horizontal					
5.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebraos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	312,00	19,31	24,38	7.606,56
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73972/1 + 74157/4 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,22	449,27	567,60	122,60
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	6,00	90,90	114,83	688,98
6.2.3	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte)	m²	1,20	269,02	339,88	407,85
		SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA					8.825,99
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	576.908,68
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%			R\$/m²	55,47
		SEGURO E GARANTIA	0,63%			BDI ADOTADO	26,34%

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
RUA GUSTAVO STREIT/ESTRADA RANCHO BOM
SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA GUSTAVO STREIT, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

2.1. GENERALIDADES

2.1.1.1. ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

2.1.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.
- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

2.1.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

- o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.
- o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;
- o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

o Cones refletivos de plástico

o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

2.1.1.5. MANEJO AMBIENTAL

– Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

– Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

– Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

– O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

– O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

2.1.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

3.1.0.1. PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

– Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,

– Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

– Tinta a óleo, ou;

– Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m x 1,25m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

OBSERVAÇÃO

O custo da placa de obra está embutido no BDI da obra, ficando a responsabilidade pela mesma a encargo da CONTRATADA.

3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

3.2.0.2. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

- Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.
- Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.
- Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.
- Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.
- Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.
- O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.
- Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.
- Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.
- As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.
- Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.
- Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.
- Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.
- As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.
- Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.2.0.3. REFORÇO DO SUBLEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;
- Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3. PAVIMENTAÇÃO

3.3.0.4. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; e ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDICÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.5. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte ($ISC < 20\%$) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

- Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.
- O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

CONTROLE**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- ± 10 cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.6. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

P E N E I R A S	F A I X A
-----------------	-----------

	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;
– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- ± 10 cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.7. IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

- aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.8. PINTURA DE LIGAÇÃO**OBJETIVO**

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

– emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de

viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes:

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.9. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso, espalhada e comprimida a quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

– desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

– índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

– durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós-calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%

Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

– as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

– as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C) deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada, além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade.

A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 □ 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros

métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em m^3 através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para

foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência à Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

3.4.1. PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE

3.4.1.10. MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Conforme o DNIT, meios-fios são "limitadores físicos da plataforma rodoviária, com diversas finalidades, entre as quais, destaca-se a função de proteger o bordo da pista dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas sobre a plataforma que, decorrentes da declividade transversal, tendem a verter sobre os taludes dos aterros. Desta forma, os meios-fios têm a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para os pontos previamente escolhidos para lançamento".

EXECUÇÃO

Para a execução dos meios-fios poderá ser adotado o procedimento executivo com dispositivos pré-moldados de concreto, ou então, moldados "in loco" com extrusora.

· Meios-fios pré-moldados de concreto:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto;
- b) execução de base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado;
- d) juntamento com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa;
- e) os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração. As peças deverão ter no máximo 1,0m, devendo esta dimensão ser reduzida para segmentos em curva.

· Meios-fios moldados "in loco" com formas deslizantes:

Esta alternativa refere-se ao emprego de fôrmas metálicas deslizantes, acopladas a máquinas automotrizes, adequadas à execução de concreto por extrusão, compreendendo as etapas de construção relacionadas a seguir:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicados no projeto;

- b) execução da base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) lançamento do concreto e moldagem, por extrusão;
- d) interrupção da concretagem dos dispositivos; e execução de juntas de dilatação a intervalos de 12,0m, preenchidas com asfalto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os meios-fios serão medidos pelo comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas, incluindo fornecimento e colocação de materiais, mão-de-obra e encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à execução.

– Os serviços serão medidos em m executados.

3.4.1.11. GUIAS DE CONCRETO**OBJETIVO**

Conforme o DNIT, as guias são “dispositivos com a função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais, principalmente em segmentos onde se torna necessária a orientação do tráfego como: canteiro central, interseções, obras-de-arte e outros pontos singulares, cumprindo desta forma importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial”.

EXECUÇÃO

A execução da guia compreende a montagem das formas e a colocação de armadura de aço para em seguida lançar e adensar o concreto. Deverá ser utilizado concreto com $F_{ck} \geq 15$ Mpa, o qual deverá ser preparado conforme a NBR 6118/80 quanto ao traço, lançamento e cura, além de atender as dimensões em projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os itens serão medidos da seguinte forma: fornecimento e aplicação de concreto por metro cúbico; aço por quilograma de material utilizado e formas por metro quadrado aplicado para confinar o concreto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.12. ESCAVAÇÃO DE MATERIAL PARA NIVELAMENTO DE PASSEIOS

O material utilizado para aterro deverá ser extraído de caixa de empréstimo e/ou jazidas autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Deverá estar previsto nos preços ofertados os seguintes itens: desmatamento, destocamento e limpeza da área a ser explorada; execuções de fogo para desmonte da frente de exploração; serviços de carga e transporte do material à pista. Utilizar para execução deste serviço tratores de lâmina, motoniveladora, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico correspondente ao aterro efetuado obtido pelas seções transversais.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.13. ATERRO UTILIZANDO RETRO-ESCOVADEIRA E COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA

O aterro dos passeios será com material reaproveitado proveniente dos cortes e rebaixos. O material reaproveitado deverá ser selecionado, não podendo apresentar-se saturado ou estar misturado com material orgânico ou vegetação, tipo raízes, galhos, etc.

Efetuar o espalhamento com equipamento mecânico complementando com regularização manual utilizando pás e enxadas. Compactar utilizando placas vibratórias atingindo as cotas do meio-fio implantado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico de material aplicado na obra.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.14. BASE DE BRITA GRADUADA

A aplicação de camada granular executada sobre a área regularizada devidamente espalhada e compactada.

A execução da base compreende operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais realizados na pista ou na central de usinagem, bem como espalhamento, compactação e acabamento junto aos passeios.

Os materiais utilizados na composição e execução do item devem atender a normativa do DNER-ES-303, como também apresentar Índice de Suporte Califórnia (DNER-ME 049/94) superior a 60% e expansão máxima de 0,5%, com energia de compactação $\geq 100\%$.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros cúbicos de material espalhado e compactado no passeio, conforme seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.15. CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL GRANULAR

Compreende os serviços de carga, descarga e transporte do material granular para o revestimento dos passeios.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A carga e descarga de material será efetivamente medida pelo volume geométrico de material aplicado multiplicado pela sua densidade, expresso em toneladas.

O transporte do material das jazidas ou pedreiras até a obra será medido pelo volume geométrico de material efetivamente aplicado multiplicado pela sua respectiva densidade e distância de transporte, correspondente a unidade de tonelada quilômetro.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.16. PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO

Compreende o assentamento dos blocos intertravados de concreto com $f_{ck} \geq 35$ Mpa (tipo paver) de espessura de 6 cm sobre a camada de nivelamento de pó de pedra/areia (espessura de 3 cm) aplicada sobre a camada de brita graduada devidamente compactada e regularizada.

O paver utilizado deve ter resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área revestida dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

- Cor conforme projeto padrão.

- Dimensão da peça: 10 cm x 20 cm x 6 cm.

- Aplicação:

- o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

- o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

- o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

- o Os blocos pré-moldados de concreto deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Recomenda-se inicialmente a colocação dos travamentos (meios-fios). Estes espaços devem ser construídos antes do lançamento da camada de pó de brita de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar o pó e os blocos dentro de uma "caixa", cujo fundo é a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.4.1.17. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO PODOTÁTIL (ALERTA/DIRECIONAL)

Compreende a implantação do piso podotátil direcional ao longo dos passeios e de alerta para indicar mudanças de direção com ângulo maior que 165º, acessos de veículos, desvio de obstáculos e rebaixos para travessia de pedestres (conforme projeto) oferecendo uma circulação mais segura para os transeuntes, sendo que a mesma será executada em paver, mesmo material de revestimento da calçada na cor vermelha.

Durante a execução deverá ser observado e atendido a normativa NBR9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais normas de acessibilidade.

Utilizar piso tátil direcional de concreto e=6 cm para sinalização, o qual deverá ser assentado sobre pó de pedra/areia, como também apresentar resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

Nota:

A NBR 9050/2004 e demais normas de acessibilidade prevê piso de alerta nas faixas de pedestres e rebaixamentos necessários para circulação segura dos usuários e o piso tátil direcional ao longo de todas as calçadas. Todos os pisos táteis serão na cor vermelha.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área pavimentada dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

Material: em concreto composto de cimento e areia; altura dos cones entre 3 mm e 5 mm (conforme a NBR 9050/2004); resistente à abrasão: atenda as características mínimas exigidas pela NBR 9050/2004.

- Cor conforme projeto padrão.

- Dimensão da peça: 20 cm x 20 cm x 6 cm ou 20 x 10 x 6 cm, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO.

- Sistema assentado com pó de pedra, obedecendo as especificações do fabricante e normas pertinentes.

- Aplicação:

- o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

- o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

- o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

- o Os pisos táteis direcionais deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.5. DRENAGEM PLUVIAL**OBJETIVO**

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

– Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

– Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

– Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

– Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

– Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m); (f 0,8, 2,80m); (f 1,0m, 3,45m); (f 1,20m, 4,0m); (f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm; 20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher. A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm).As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto. A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada.

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de

modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

– No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18 MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre

a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

– tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

– 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

– 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da

máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – “Pare” e R19 – “Velocidade Permitida” – “40 Km/h”. Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2º	-4º	70	14
0,2º	+30º	30	6
0,5º	-4º	30	7,5
0,5º	+30º	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

“R-1 – PARE”

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar, texto centralizado

Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

- a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.
- O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:
 - - consumo dos materiais;
 - - espessura do material aplicado;
 - - tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
 - - dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
 - - linearidade das faixas;
 - - temperatura de aquecimento do material termoplástico;
 - - sinalização para o serviço de obras;
 - - atendimento ao projeto de sinalização;
 - - retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
 - - placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

5. ANEXOS (Orçamento, Cronograma, Cálculo de BDI, Composições, QCI, Memorial de Cálculo, Projetos, Documentos)

Schroeder, 1º de agosto de 2016.

Otoniel da Silva

Arq.º Urbanista – CAU – A60922-6

Oswaldo Jurck

Município de Schroeder

LEI Nº 2.225/2016

LEI Nº.2.225/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$462.211,71 (QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E ONZE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$402.511,71 (quatrocentos e dois mil, quinhentos e onze reais e setenta e um centavos), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

01 – UNIDADE DE ESPORTE E LAZER

27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	93.000,00
05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.321 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.1.90.11.00.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	309.511,71

Art. 2º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$59.700,00 (cinquenta e nove mil, setecentos reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
03 – UNIDADE DE CULTURA			
13.392.3011.2.332 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA			
3.3.90.32.00.00	00.01.0000	Material de Distribuição Gratuita	59.700,00

Art. 3º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 – CHEFIA DE GABINETE			
04.122.3001.2.302 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	95.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	45.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0000	Auxílio-Alimentação	12.700,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.1.317 – REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES			
4.4.90.51.00.00	00.01.0001	Obras e Instalações	44.286,81
4.4.90.52.00.00	00.01.0001	Equipamentos e Material Permanente	210.224,91
05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.1.318 – REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE CEIM			
4.4.90.51.00.00	00.01.0001	Obras e Instalações	54.999,99

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2.148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.226/2016

LEI Nº2.226/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA EMILIO RECK – EST – OPP – EST 16+6,6M -TOTALIZANDO 326,60 metros – localidade BRAÇO DO sul.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA EMILIO RECK – EST – OPP – EST 16+6,6M -TOTALIZANDO 326,60 metros, na localidade de Braço do Sul – ANEXO I – Área de

Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal; correspondendo à quantia de R\$ 202.754,71 (duzentos e dois mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto; (ANEXO III)
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar

nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizadas aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar Nº001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

RUA EMILIO RECK

4364	Esquerdo	16135	Ildomar Trapp		
-	Esquerdo	-	Embocadura de Rua		
4365	Esquerdo	10680	Valdir Koser		
4366	Esquerdo	12364	Allyson Silva Alves	10904	José Aparecido da Silva
4367	Esquerdo	7587	Milton Cezar da Silva		
4368	Esquerdo	12592	Alvina Neumann	7494	Dionara Broges de Campos
4369	Esquerdo	6059	Alitor HefTer		
4372	Direito	3401	Maria Hingel Cardoso		
4373	Direito	8106	Zilda da Silva		
4374	Direito	8519	Maria Dolores de Oliveira		
4376	Direito	6160	Noraci Gellert (espólio)	1104	Eno Vogel
4377	Direito	8863	José Augusto da Cruz		
4378	Direito	10266	Alessandro Darolt		
8503	Direito	11194	Diego Santos Ferrão		
4379	Direito	9483	César Radtke		
4380	Direito	1099	Valdir Lange	2771	Ivanor Dellagiustina
4381	Direito	3404	Ivo Krehnke		
4383	Direito	16013	Patricia Ristow Eichstadt		
4384	Direito	5587	Abílio Romualdo Schulz	8496	Matilde Grumicker
4385	Direito	10140	Agrid Gerke Ribeiro		
4386	Direito	3408	Ingomar Trapp		
4387	Direito	3408	Ingomar Trapp		
-	Direito	-	Embocadura de Rua		
4388	Direito	9358	Rivanildo de Oliveira Souza		
4389	Direito	13482	João Bento Riffel		
4390	Direito	8697	Alírio Pires		
4391	Direito	7983	Márcio Reck		
4392	Direito	11067	Ademir José Padilha		

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina						
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER						
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos						
Orçamento				Empreendimento		
			EMILIO RECK, Est. OPP - Est. 16+6,60m			
Modalidade						
INFRA-ESTRUTURA URBANA				Data:	25/01/2016	
Agente Financeiro				Tipo de Serviço		
				SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
Localização				Início da Obra		
Rua:	EMILIO RECK, Est. OPP - Est. 16+6,60m			ALR		
Valor do Repasse	Contrapartida Financeira			Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²) :
						Área total (m²) :

		R\$ 202.754,71	326,60	10,00	60,75	3.326,75	
Total do Investimento		R\$ 202.754,71					
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/BDI (R\$)	CUSTO TO-TAL (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	74209/001	Placa de obra em chapa de aço galvanizado (3,00m x 1,00m)	m²	3,00	307,96	381,87	1.145,61
				SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES			1.145,61
2		DRENAGEM					
2.1	74154/001+ (4X) 72874	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	-	18,67	23,15	-
2.2	6193	Tábua para assentamento de tubulação com largura de 20,0cm e espessura de 2,5cm	m	-	6,66	8,25	-
2.3	92210	Tubulação drenagem urbana s/ berço Ø 40cm(medição direta projeto)Fornec. e Assent.	m	-	73,48	91,11	-
2.4	92212	Tubulação drenagem urbana s/ berço Ø 60cm(medição direta projeto)Fornec. e Assent.	m	-	118,76	147,26	-
2.4	92214	Tubulação drenagem urbana s/ berço para Ø 80cm(medição direta projeto)Fornec. e Assent.	m	-	177,41	219,98	-
2.5	92215	Tubulação drenagem urbana s/ berço para Ø 100cm(-medição direta projeto)Fornec. e Assent.	m	-	239,41	296,86	-
2.5	92816	Tubulação drenagem urbana s/ berço para Ø 120cm(-medição direta projeto)Fornec. e Assent.	m	-	325,77	403,95	-
2.6	73881/002	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	(3,75)	7,44	9,22	
2.7	74151/001+ 72881 + 74034/001	Carga, transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado , DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRA-PARTIDA DO MUNICÍPIO)	m³	-	8,17	10,13	-
2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto)	unid	-	573,23	710,80	-
2.9	74206/001	Caixa Ligação para tubulação DN40-100cm (CL1-CL2;-medição direta do projeto)	unid	-	1.065,46	1.321,16	-
SUBTOTAL DRENAGEM							-
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	74155/002 + (4X) 72874	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	408,02	14,83	18,39	7.503,39
3.2	74151/001 + 72881 + 74034/001	Carga, transporte e espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO)	m³	408,02	8,17	10,13	4.133,19
3.3	74005/002	Compactação de seixo à 95% do P.N. -	m³	408,02	4,37	5,41	2.207,36
3.4	74151/001 + 72881 + 74034/001	Carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRA-PARTIDA DO MUNICÍPIO)	m³	831,69	8,17	10,13	8.424,99
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM							22.268,93
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	74034/001 + 74005/002	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m³	831,69	6,50	8,05	6.695,08
4.2	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	332,68	85,82	106,42	35.403,27
4.3	72945	Imprimação com CM 30	m²	3.326,75	4,06	5,03	16.733,55
4.4	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	3.326,75	1,18	1,46	4.857,05
4.5		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.5.1	72965 * 2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	117,49	446,62	553,81	65.069,07
4.5.2	72965 * 2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm -	m³	24,42	446,62	553,81	13.525,14

SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO							142.283,16
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
		PASSEIOS					
5.1	74223/001	Meio fio pré-moldado ou moldado in loco com extrusora	m	648,90	30,69	38,05	24.690,64
5.2	83686	Sarjeta Triangular de Concreto	m	-	25,39	31,48	-
5.3	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio (Extensão do meio-fio x 0,20m x 2,00m do passeio)	m³	259,56	22,30	27,65	7.176,83
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES							31.867,47
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	181,74	19,44	24,10	4.379,95
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73983 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm x 13 placas) + escavação	m³	0,108	409,87	508,23	54,88
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte e travessa para placa de sinalização	unid	3,00	131,40	162,94	488,82
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de placa de sinalização totalmente refletiva (4 placas tipo R1 + 1 placa tipo R19 + 8 placas de advertência)	m²	0,72	297,83	369,30	265,89
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA							5.189,54
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	202.754,71
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,90%			R\$/m²	60,95
		SEGURO E GARANTIA	0,75%			BDI ADO-TADO	24,00%
		RISCO	0,85%				
		DESPESAS FINANCEIRAS	1,20%				
		LUCRO	9,20%				
		TRIBUTOS	7,10%				
		TOTAL	24,00%				

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

RUA EMILIO RECK
SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA EMILIO RECK, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

2.1. GENERALIDADES

2.1.1.1. ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

2.1.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.
- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

– FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

2.1.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

o Cones refletivos de plástico

o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

2.1.1.5. MANEJO AMBIENTAL

– Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

– Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado,

causando assoreamentos.

– Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

– O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

– O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

2.1.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

3.1.0.1. PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUPORTE

- Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
- Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

- Tinta a óleo, ou;
- Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m x 1,25m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

OBSERVAÇÃO

O custo da placa de obra está embutido no BDI da obra, ficando a responsabilidade pela mesma a encargo da CONTRATADA.

3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

3.2.0.2. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

- Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.
- Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.
- Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.
- Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.
- Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.
- O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.
- Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.
- Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.
- As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.
- Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.
- Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.
- Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.
- As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.
- Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.2.0.3. REFORÇO DO SUBLEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;
- carro-tanque distribuidor de água;

- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;
- Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3. PAVIMENTAÇÃO**3.3.0.4. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; e ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.5. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

- Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.
- O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.6. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS		FAIXA			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

– a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- ± 10 cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.7. IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

- aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.8. PINTURA DE LIGAÇÃO**OBJETIVO**

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

– emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes:

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.0.9. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”**OBJETIVO**

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso, espalhada e comprimida a quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

– desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

– índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

– durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós-calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)

Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

- as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;
 – as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C) deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada, além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 \square 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME

004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60°C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m^3 (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de $3,00\text{m}$ e outra de $1,20\text{m}$, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a $0,5\text{cm}$, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado

(DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência à Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

3.4.1. PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE

3.4.1.10. MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Conforme o DNIT, meios-fios são “limitadores físicos da plataforma rodoviária, com diversas finalidades, entre as quais, destaca-se a função de proteger o bordo da pista dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas sobre a plataforma que, decorrentes da declividade transversal, tendem a verter sobre os taludes dos aterros. Desta forma, os meios-fios têm a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para os pontos previamente escolhidos para lançamento”.

EXECUÇÃO

Para a execução dos meios-fios poderá ser adotado o procedimento executivo com dispositivos pré-moldados de concreto, ou então, moldados “in loco” com extrusora.

· Meios-fios pré-moldados de concreto:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto;
- b) execução de base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado;
- d) juntamento com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa;
- e) os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração. As peças deverão ter no máximo 1,0m, devendo esta dimensão ser reduzida para segmentos em curva.

· Meios-fios moldados “in loco” com formas deslizantes:

Esta alternativa refere-se ao emprego de fôrmas metálicas deslizantes, acopladas a máquinas automotrizes, adequadas à execução de concreto por extrusão, compreendendo as etapas de construção relacionadas a seguir:

- a) escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicados no projeto;
- b) execução da base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;
- c) lançamento do concreto e moldagem, por extrusão;
- d) interrupção da concretagem dos dispositivos; e execução de juntas de dilatação a intervalos de 12,0m, preenchidas com asfalto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os meios-fios serão medidos pelo comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas, incluindo fornecimento e colocação de materiais, mão-de-obra e encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à execução.

– Os serviços serão medidos em m executados.

3.4.1.11. GUIAS DE CONCRETO

OBJETIVO

Conforme o DNIT, as guias são “dispositivos com a função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais, principalmente em segmentos onde se torna necessária a orientação do tráfego como: canteiro central, interseções, obras-de-arte e outros pontos singulares, cumprindo desta forma importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial”.

EXECUÇÃO

A execução da guia compreende a montagem das formas e a colocação de armadura de aço para em seguida lançar e adensar o concreto. Deverá ser utilizado concreto com $f_{ck} \geq 15$ Mpa, o qual deverá ser preparado conforme a NBR 6118/80 quanto ao traço, lançamento e cura, além de atender as dimensões em projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os itens serão medidos da seguinte forma: fornecimento e aplicação de concreto por metro cúbico; aço por quilograma de material utilizado e formas por metro quadrado aplicado para confinar o concreto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.12. ESCAVAÇÃO DE MATERIAL PARA NIVELAMENTO DE PASSEIOS

O material utilizado para aterro deverá ser extraído de caixa de empréstimo e/ou jazidas autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Deverá estar previsto nos preços ofertados os seguintes itens: desmatamento, destocamento e limpeza da área a ser explorada; execuções de fogo para desmonte da frente de exploração; serviços de carga e transporte do material à pista. Utilizar para execução deste serviço tratores de lâmina, motoniveladora, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico correspondente ao aterro efetuado obtido pelas seções transversais.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.13. ATERRO UTILIZANDO RETRO-ESCOVADEIRA E COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA

O aterro dos passeios será com material reaproveitado proveniente dos cortes e rebaixos. O material reaproveitado deverá ser selecionado, não podendo apresentar-se saturado ou estar misturado com material orgânico ou vegetação, tipo raízes, galhos, etc.

Efetuar o espalhamento com equipamento mecânico complementando com regularização manual utilizando pás e enxadas. Compactar utilizando placas vibratórias atingindo as cotas do meio-fio implantado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico de material aplicado na obra.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.14. BASE DE BRITA GRADUADA

A aplicação de camada granular executada sobre a área regularizada devidamente espalhada e compactada.

A execução da base compreende operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais realizados na pista ou na central de usinagem, bem como espalhamento, compactação e acabamento junto aos passeios.

Os materiais utilizados na composição e execução do item devem atender a normativa do DNER-ES-303, como também apresentar Índice de Suporte Califórnia (DNER-ME 049/94) superior a 60% e expansão máxima de 0,5%, com energia de compactação $\geq 100\%$.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros cúbicos de material espalhado e compactado no passeio, conforme seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.15. CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL GRANULAR

Compreende os serviços de carga, descarga e transporte do material granular para o revestimento dos passeios.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A carga e descarga de material será efetivamente medida pelo volume geométrico de material aplicado multiplicado pela sua densidade, expresso em toneladas.

O transporte do material das jazidas ou pedreiras até a obra será medido pelo volume geométrico de material efetivamente aplicado multiplicado pela sua respectiva densidade e distância de transporte, correspondente a unidade de tonelada quilômetro.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4.1.16. PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO

Compreende o assentamento dos blocos intertravados de concreto com $f_{ck} \geq 35$ Mpa (tipo paver) de espessura de 6 cm sobre a camada de nivelamento de pó de pedra/areia (espessura de 3 cm) aplicada sobre a camada de brita graduada devidamente compactada e regularizada.

O paver utilizado deve ter resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área revestida dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

- Cor conforme projeto padrão.

- Dimensão da peça: 10 cm x 20 cm x 6 cm.

- Aplicação:

- o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

- o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

- o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

- o Os blocos pré-moldados de concreto deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Recomenda-se inicialmente a colocação dos travamentos (meios-fios). Estes espaços devem ser construídos antes do lançamento da camada de pó de brita de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar o pó e os blocos dentro de uma "caixa", cujo fundo é a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.4.1.17. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO PODOTÁTIL (ALERTA/DIRECIONAL)

Compreende a implantação do piso podotátil direcional ao longo dos passeios e de alerta para indicar mudanças de direção com ângulo maior que 165º, acessos de veículos, desvio de obstáculos e rebaixos para travessia de pedestres (conforme projeto) oferecendo uma circulação mais segura para os transeuntes, sendo que a mesma será executada em paver, mesmo material de revestimento da calçada na cor vermelha.

Durante a execução deverá ser observado e atendido a normativa NBR9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais normas de acessibilidade.

Utilizar piso tátil direcional de concreto e=6 cm para sinalização, o qual deverá ser assentado sobre pó de pedra/areia, como também apresentar resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

Nota:

A NBR 9050/2004 e demais normas de acessibilidade prevê piso de alerta nas faixas de pedestres e rebaixamentos necessários para circulação segura dos usuários e o piso tátil direcional ao longo de todas as calçadas. Todos os pisos táteis serão na cor vermelha.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área pavimentada dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

Especificações técnicas

Material: em concreto composto de cimento e areia; altura dos cones entre 3 mm e 5 mm (conforme a NBR 9050/2004); resistente à abrasão: atenda as características mínimas exigidas pela NBR 9050/2004.

· Cor conforme projeto padrão.

· Dimensão da peça: 20 cm x 20 cm x 6 cm ou 20 x 10 x 6 cm, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO.

· Sistema assentado com pó de pedra, obedecendo as especificações do fabricante e normas pertinentes.

· Aplicação:

o O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

o Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

o O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

o Os pisos táteis direcionais deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

3.5. DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

– Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

– Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

– Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

– Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

– Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m);(f 0,8,

2,80m);(f 1,0m, 3,45m); (f 1,20m, 4,0m);(f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm; 20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem) Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm). As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço cozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto. A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada.

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

CONTROLE**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução. As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

– No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18 MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

- tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto à natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas. A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2º	-4º	70	14
0,2º	+30º	30	6
0,5º	-4º	30	7,5
0,5º	+30º	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete) anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar,

texto centralizado

Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

– a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

– a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

– a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

– O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

- - consumo dos materiais;
- - espessura do material aplicado;
- - tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
- - dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
- - linearidade das faixas;
- - temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- - sinalização para o serviço de obras;
- - atendimento ao projeto de sinalização;
- - retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- - placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

5. ANEXOS (Orçamento, Cronograma, Cálculo de BDI, Composições, QCI, Memorial de Cálculo, Projetos, Documentos)

Schroeder, 5 de agosto de 2016.

Otoniel da Silva

Arq.º Urbanista – CAU – A60922-6

Oswaldo Jurck

Município de Schroeder

PORTARIA Nº 6.649/2016, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.649/2016, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ivone Fátima Taffarel dos Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 75/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 137/2016 Data do Processo: 04/08/2016
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 126/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas COMERCIAL ONIX LTDA. - EPP, M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA - ME, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME, MARCELO JACOB - ME, M MOBILE EIRELI - EPP, COMERCIAL VITÓRIA LTDA. - ME, PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA. - ME e PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas COMERCIAL ONIX LTDA. - EPP, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME, COMERCIAL VITÓRIA LTDA. - ME, PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA. - ME e PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital, sendo esta de 04 de julho de 2016, este documento é exigido no edital no item 4.1.3, sendo assim o representante da empresa M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Constatou-se que a empresa MARCELO JACOB - ME apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital, sendo esta de 22 de julho de 2016, este documento é exigido no edital no item 4.1.3, sendo assim o representante da empresa MARCELO JACOB - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Constatou-se que a empresa M MOBILE EIRELI - EPP não apresentou a última alteração contratual sendo que a apresentada foi registrada na JUCESC em 09/09/2013 sob o nº.20132238306 e na certidão simplificada emitida pela JUCESC consta uma nova alteração registrada em 19/07/2016 sob o nº.20169336972, documentos exigidos no edital nos itens 4.1.2 e 4.1.3, sendo assim o representante da empresa M MOBILE EIRELI - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas COMERCIAL ONIX LTDA. - EPP, M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA - ME, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME, MARCELO JACOB - ME, M MOBILE EIRELI - EPP, COMERCIAL VITÓRIA LTDA. - ME, PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA. - ME e PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP. O representante da empresa BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME retirou-se da sessão. Será paralisada a sessão, dando continuidade ao certame em 25 de agosto de 2016 às 8h com a etapa de lances conforme consta no edital no item 1.2 "e". Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata e quadro comparativo aos participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 75/2016 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 137/2016
Data do Processo: 04/08/2016

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 126/2016 (Sequência: 1)**

Schroeder, 23 de Agosto de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DEVT DHONT DOS REIS FERNANDO	- - Representante
HILTON DELGADO DOS SANTOS	- - Representante
JAIR APARECIDO PAIAO JUNIOR	- - Representante
ALTAIR SCHEER	- - Representante
FABRÍCIO HACKBARTH	- - Representante
EDVALDO VILHA DO LAGO	- - Representante
EDEMILSON KRAUSS	- - Representante
ERALDO SALVADOR	- - Representante
WILLIAN PATRICK HEINECKE	- - Representante
DORIVAL DUWE	- - Representante

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2016

Processo Licitatório nº. 082/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 054/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 06/09/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção da iluminação pública no município de Seara - SC, através de mão de obra especializada e fornecimento de material. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 23 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Sombrio

PREFEITURA

PORT. 002/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 002 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO – SC, Senhor José Paulo Custódio, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2013 e Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e sua alterações, combinado com a Lei 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de Sombrio – SC, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Elias Junior Raupp Farias	37	01/09/14 à 31/08/15	01/08/16 à 30/08/16
Fabricio Gomes da Silva	10	12/02/14 à 11/02/15	01/08/16 à 30/08/16
Maria da Gloria B. Silva	28	27/04/15 à 26/04/16	01/08/16 à 30/08/16
Sebastião Ferreira Borges	36	01/09/13 à 31/08/14	01/08/16 à 30/08/16

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio - SC, 01 de agosto de 2016.

José Paulo Custódio

Diretor Presidente

PORT. 207/2016

PORTARIA Nº 207 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
5609	Cleia A. Pereira Silveira	25/07/2016	à	19/07/2016	25/07/2016	à	24/08/2016
3206	Gilberto Farias da Silva	14/06/2015	à	16/06/2016	01/08/2016	à	30/08/2016
3614	Jair da Rosa Albino	08/02/2014	à	07/02/2015	17/08/2016	à	16/09/2016
6541	Juliana Bristot Possamai	01/07/2015	à	30/06/2016	01/08/2016	à	30/08/2016
2568	Pedro Rabelo Barbosa	01/03/2015	à	29/02/2016	09/08/2016	à	08/09/2016
3562	Silvio Maciel Silveira	17/01/2015	à	16/01/2016	05/08/2016	à	05/09/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de agosto de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 169/2016;DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO

DECRETO Nº. 169, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a lei 467 de 16 de dezembro de 1988;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo da Servidora Joanacir Cenne Stecanella, Matrícula nº 835, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Timbé do Sul, em decorrência de Aposentadoria por Tempo de Contribuição através do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 22 de agosto de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 170/2016; ADMITE SERVIDOR POR PERÍODO DETERMINADO

DECRETO Nº 170, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

ADMITE SERVIDOR POR PERÍODO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

Considerando a Resolução nº 23.457 de 15 de dezembro de 2015, em seu Art. 62, item V, letra d, que trata da nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do poder executivo.

Considerando o decreto nº 167 de 18 de agosto de 2016, que admite a pedido a servidora Eduarda Zilli Pazini ocupante do cargo de professor com 40 horas semanais.

Considerando o requerimento da Secretária de Educação do Município, em que solicita a contratação de outra professora, uma vez que, o município não dispõe de professor substituto em seu quadro permanente, e que tal situação poderá ocasionar a perda do ano letivo.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Daniele de Campos Anelli, CPF nº 097.152.999-03 e RG nº 5.919.309 no Cargo de Professor supletivo 40 Hs.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 22 de agosto de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL AUD. PUBLICA LDO 2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a quem possa interessar que o Município de Timbé do Sul realizará Audiência Pública para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 – LDO, no seguinte local, data e horário:

Local – Auditório da Prefeitura: Rua Prefeito Aristides José Bom, nº 215 – Centro - Timbé do Sul-SC.

Data – 31 de Agosto de 2016.

Horário – 09:00 horas

Timbé do Sul, 23 de Agosto de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2016 FUMDEC - AQUISIÇÃO DE GRUPO GERADOR ELÉTRICO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 FUMDEC

OBJETO: fornecimento, instalação, garantia e assistência técnica de Grupo Gerador Elétrico, com potência mínima de 75 KVA, para a nova sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Timbó e da Defesa Civil Municipal de Timbó, em atendimento a necessidade de energia elétrica de forma ininterrupta aos serviços da Central 193 e dos demais sistemas operantes, permitindo a continuidade do serviço no caso de interrupção de energia. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 6 de setembro de 2016. ABERTURA: dia 6 de setembro de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 23/08/2016
FABIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 69 2016 PMT - AQUISIÇÃO MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 69/2016 PMT

OBJETO: registro de preço para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias e Fundações) do Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 08 de setembro de 2016. ABERTURA: dia 08 de setembro de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 23/08/2016
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretaria de Fazenda e Administração

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 97 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 97 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "GERMANO KARSTEN", situado no lado ímpar da Rua Osvaldo Cruz, distante pelo lado direito do imóvel, 78,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua Carlos Gomes, com a área de 8.708,57m² (Oito mil, setecentos e oito metros e cinquenta e sete décimos

quadrados), processo D-012/2016 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente GERMANO KARSTEN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 4.176, datado de 01 de julho de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Thiago Gustavo Butzke, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 113.113-9, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 26.243, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.032.1407.001, constituído de 02 (duas) áreas a desmembrar e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 12 de agosto de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

BÁRBARA LUÍZA POFFO DE AZEVEDO

Arquiteta e Urbanista
CAU A95129-3

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 99 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 99 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "DORVALINO CARLINI", situado no lado ímpar da Rua São Bento, distante pelo lado direito do imóvel, 34,02 metros da esquina formada com o lado par da Rua Orleães, com a área de 2.239,29m² (Dois mil, duzentos e trinta e nove metros e vinte e nove décimos quadrados), processo D-015/2016 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente DORVALINO CARLINI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.209, datado de 15 de agosto de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 26.558, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.020.0208.001, constituído de 02 (dois) lotes e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 16 de agosto de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

Vivian Luciane Maas Barbosa

Arquiteta e Urbanista

CAU/SC A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 16 2016 FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016 – FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante, ARILDO DE JESUS 49807765900, CNPJ Nº 20.303.267/0001-65 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 31/08/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 23 de agosto de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 55 2016 PMT - SERVIÇOS DE ASSENTAMENTO E REPAROS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento, reparos e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, praças, logradouros, calçadas e áreas internas de prédios em diversos locais do município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Blocopav Pavimentação e Serviços Ltda. Me e Sovrana Engenharia e Construcoes Ltda – Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 243.500,00 (duzentos e quarenta e três mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/08/2017

Timbó, 23/08/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.612 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.612 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE IVANA JULIA DOS SANTOS PRESTES, VALDECI PRESTES, VANDA ELVIRA FUCK BUEGER E MARCOS ANTONIO BUEGER, SITUADO NO LOTEAMENTO ZILDA PACHECO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Ivana Julia dos Santos Prestes, Valdecir Prestes, Vanda Elvira Fuck Buerger e Marcos Antonio Buerger, localizado na Esquina das Ruas Antônio Simões da Matta e Rua Umeichi Shimoguiiri, Loteamento Zilda Pacheco, Quadra 10, Lote nº 28, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 5.245 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote Nº 28 - A, com a seguinte descrição: Fazendo frente para a Rua Antônio Simões da Matta, na extensão de 15,00 metros lineares; dividindo pelo lado direito para quem olha o imóvel com a Rua Umeichi Shimoguiiri, na extensão de 20,00 metros lineares; pelo lado esquerdo na mesma posição, com o lote nº 27, na extensão de 20,00 metros lineares e pelos fundos com o lote nº 28-B na extensão de 15,00 metros lineares, encerrando uma área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados).

II – Lote Nº 28 - B, com a seguinte descrição: Fazendo frente para a Rua Umeichi Shimoguiiri, na extensão de 20,00 metros lineares; dividindo pelo lado direito para quem olha de frente o imóvel com o lote nº 14, na extensão de 15,00 metros lineares; pelo lado esquerdo na mesma posição, com o lote nº 28-A, na extensão de 15,00 metros lineares e pelos fundos com o lote nº 14 na extensão de 20,00 metros lineares, encerrando uma área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de agosto de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

DECRETO Nº 4.613 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.613 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE LAURA MARIA MORO E ANGELO JUNIOR NISONKA, SITUADO NO LOTEAMENTO DONA LEOPOLDINA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Laura Maria Moro e Ângelo Junior Nisonka, localizado no Loteamento Dona Leopoldina, Lote nº 160, Quadra nº 18, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 13.075 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote Nº 160 – A, com a seguinte descrição: Para quem olha da Rua Osvaldo Segundo Oliveira; fazendo frente para a Rua Osvaldo Segundo Oliveira, na extensão de 26,00 metros; pelos fundos com o lote nº 159, na extensão de 26,00 metros; pelo lado direito com o lote nº 160-B, na extensão de 20,00 metros e pelo lado esquerdo com a Rua Amandus Mulmann, na extensão de 20,00 metros lineares, encerrando uma área de 520,00 m² (quinhentos e vinte metros quadrados).

II – Lote Nº 160 - B, com a seguinte descrição: Para quem olha da Rua Osvaldo Segundo Oliveira; fazendo frente para a Rua Osvaldo Segundo Oliveira, na extensão de 14,00 metros; pelos fundos com o lote nº 159, na extensão de 14,00 metros; pelo lado direito com o lote nº 146, na extensão de 20,00 metros e pelo lado esquerdo com o lote nº 160 – A, na extensão de 20,00 metros, encerrando uma área de 280,00 m² (duzentos e oitenta metros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de agosto de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

DECRETO Nº 4.614 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.614 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DIRCE ADRIANO, JOSIANE DIRLEA ADRIANO DE SOUZA, ANTONIO CARLOS SILVA DE SOUZA, CLAUDIA RAQUEL ADRIANO, JEAN ANDRE MACHADO, FABIO LUIZ ADRIANO E GISLAINE THAISE DA SILVA, SITUADO NA RUA XV DE NOVEMBRO, CENTRO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Dirce Adriano, Josiane Dirlea Adriano de Souza, Antônio Carlos Silva de Souza, Claudia Raquel Adriano, Jean André Machado, Fabio Luiz Adriano e Gislaine Thaise da Silva, localizado na Rua XV de Novembro, Centro, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 5.779 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 1.200,00 m² (um mil e duzentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote Nº 01, com a seguinte descrição: Para quem olha da Rua XV de Novembro; fazendo frente para a Rua XV de Novembro, na extensão de 17,00 metros; pelos fundos com um beco, na extensão de 17,00 metros; pelo lado direito com Jamili Uba, na extensão de 40,00 metros e pelo lado esquerdo com o Lote nº 02, na extensão de 40,00 metros, encerrando uma área de 680,00 m² (seiscentos e oitenta metros quadrados).

II – Lote Nº 02, com a seguinte descrição: Para quem olha da Rua XV de Novembro; fazendo frente para a Rua XV de Novembro, na extensão de 13,00 metros; pelos fundos com um beco, na extensão de 13,00 metros; pelo lado direito com o lote nº 01, na extensão de 40,00 metros e pelo lado esquerdo com Juci Abuda, na extensão de 40,00 metros, encerrando uma área de 520,00 m² (quinhentos e vinte metros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de agosto de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

DECRETO Nº 4.615 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.615 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE FRANCISCO DE ASSIS BIAR E VITALINA MARKOS BIAR, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Francisco de Assis Biar e Vitalina Markos Biar, localizado na Rua Vereador Medouro Neves de Menezes, Bairro Vila Nova, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 39.373 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 1.196,78 m² (um mil e cento e noventa e seis metros e setenta e oito centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 1, com a seguinte descrição: Fazendo frente para a Rua Medouro Neves de Menezes, na extensão de 11,20 metros; aos fundos com o lote de Francisco Swidzinski, na extensão de 11,22 metros, matrícula nº 45.166; pelo lado direito para quem olha de frente o imóvel, com o lote 2, na extensão de 37,97 metros; pelo lado esquerdo da mesma posição, confrontando com dois lotes, sendo ao lado esquerdo com o lote de Maria Doraci Branco Pacheco, na extensão de 18,00 metros, matrícula nº 1.535, confrontando com o lote de Eliseu Bredritchuk, na extensão de 20,00 metros, matrícula nº 16.990, encerrando uma área de 426,28 m² (quatrocentos e vinte e seis metros e vinte e oito centímetros quadrados). Contendo uma construção residencial de alvenaria com área de 70,00 m² (setenta metros quadrados).

II – Lote 2, com a seguinte descrição: Fazendo frente com a Rua Vereador Medouro Neves de Menezes, na extensão de 11,00 metros; aos fundos confrontando com três lotes, sendo, 3,03 metros com o lote de Francisco Swidzinski, matrícula nº 45.166; 15,30 metros com o lote de Jucelma Romaniuk Pichibilski, matrícula nº 780 e 11,30 metros confrontando com o lote de Antenor Procheira, matrícula nº 8.414; pelo lado direito com o lote de Juliano Rubens Abuda, na extensão de 43,00 metros e pelo lado esquerdo com o lote 1, na extensão de 37,97 metros, encerrando uma área de 770,50 m² (setecentos e setenta metros e cinquenta centímetros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de agosto de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

DECRETO Nº 4.616 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.616 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DAIANE SOBCZAK DA SILVA SIMAS E FRANCISCO RODRIGO SIMAS, SITUADO NA RUA PROFESSORA VICTORIA OSSAIFF, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Daiane Sobczak da Silva e Francisco Rodrigo Simas, localizado na Rua Professora Victoria Ossaiff, Centro, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 39.355 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 1.012,21 m² (um mil e doze metros e vinte e um centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote A, com a seguinte descrição: Fazendo frente para a Rua Professora Victoria Ossaiff, na extensão de 13,45 metros; aos fundos com o lote de Vanderlei Pedro de Sampaio, na extensão de 11,55 metros; pelo lado direito confrontando com o lote B, na extensão de 40,55 metros e pelo lado esquerdo com o lote de Júlio Kovalski, na extensão de 40,30 metros, encerrando uma área de 503,56 m² (quinhentos e três metros e cinquenta e seis centímetros quadrados).

II – Lote B, com a seguinte descrição: Fazendo frente com a Rua Professora Victoria Ossaiff, na extensão de 13,45 metros; aos fundos com o lote de Vanderlei Pedro de Sampaio, na extensão de 11,55 metros; pelo lado direito com o lote de Marcelo Follador, na extensão de 40,90 metros e pelo lado esquerdo com o lote A, na extensão de 40,55 metros, encerrando uma área de 508,65 m² (quinhentos e oito metros e sessenta e cinco centímetros quadrados). Contem uma casa de madeira em mau estado de conservação.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

DECRETO Nº 4607, DE 12 DE JULHO DE 2016

Número da Lei:	3210
Ano da Lei:	2015
Data da Lei:	30/12/2015
DECRETO Nº 4607, de 12 de julho de 2016	
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$1.010.130,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.	
ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras –SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 3210 de 30 de dezembro de 2015.	
DECRETA:	

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 86.000,00(oitenta e seis mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3449000000000000.01381300	21.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339000000000000.01000000	65.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417223300020000 - 01381300	21.000,00
Excesso		417220101000000 - 01000000	65.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 16.100,00(dezesseis mil e cem reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3449000000000000.01380500	16.100,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3319000000000000.01380500	16.100,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 27.000,00(vinte e sete mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3449000000000000.01020000	27.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01020000	27.000,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7,50(sete reais e cinquenta centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01330200	7,50

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01330200	7,50

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7,50(sete reais e cinquenta centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01330700	7,50

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01330700	7,50

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7,50(sete reais e cinquenta centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01330900	7,50

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01330900	7,50

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7,50(sete reais e cinquenta centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01331000	7,50

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01331000	7,50

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.3339000000000000.01000000	10.000,00

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	10.000,00

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3339000000000000.01190000	50.000,00

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3319000000000000.01190000	50.000,00

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 40.000,00(quarenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01800100	40.000,00

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417219900010000 - 01800100	40.000,00

Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.3339000000000000.01190000	50.000,00

Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.3319000000000000.01180000	50.000,00

Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 45.000,00(quarenta e cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01070000	45.000,00

Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210113000000 - 01070000	45.000,00

Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 170.000,00(cento e setenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01000000	170.000,00

Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	170.000,00

Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 130.000,00(cento e trinta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0015.0451.0021.1015.3449000000000000.01000000	130.000,00

Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	130.000,00

Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 200.000,00(duzentos mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Intendencia Distrital	10.001.0004.0122.0022.2036.3339000000000000.01000000	100.000,00
Suplementar	Secretaria de Agricultrua	06.001.0004.0122.0007.2012.3339000000000000.01000000	100.000,00

Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	200.000,00

Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.000,00(quatro mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0006.0181.0034.2075.3449000000000000.01110000	4.000,00

Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
------------	----------------------	--------------	-------

Anulação Dotação	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0006.0181.0034.2075.3339000000000000.01110000	4.000,00
Art. 33 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2062.3339000000000000.01010000	100.000,00
Art. 34 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 33 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01010000	100.000,00
Art. 35 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 80.000,00(oitenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3339000000000000.01010000	80.000,00
Art. 36 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 35 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01010000	80.000,00
Art. 37 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.000,00(dois mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo	07.001.0023.0695.0008.1007.3449000000000000.01000000	2.000,00
Art. 38 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 37 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Desenv. Ec. e Turismo	07.001.0023.0695.0008.1007.3335000000000000.01000000	2.000,00
Art. 39 Este Decreto entra em vigor a partir data de sua publicação.			

Três Barras - Santa Catarina, 12 de julho de 2016
 ELOI JOSÉ QUEGE
 Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretária de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
 Diretor

LEI Nº 3.250 DE 22 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 3.250 DE 22 DE AGOSTO DE 2016

cria a cota de contribuição facultativa – Pessoa Jurídica de melhoria da Polícia Militar de Três Barras e dá outras providências.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica instituída a Cota de Contribuição Facultativa – Pessoa Jurídica de Melhoria da Organização Policial Militar – 1º Grupo do 2º Pelotão da 2ª Companhia do 3º Batalhão de Polícia Militar (1º/2º/2ª/3º BPM) – Três Barras, que tem por objeto maximizar a prevenção e combate ao crime em geral, por meio da manutenção das atividades administrativas e operacionais, dar suporte à manutenção das atividades de Polícia Ostensiva e manutenção da ordem pública realizados pela Polícia Militar, tendo como contribuintes, de forma facultativa, os proprietários de empresas.

Art. 2º. - O Fundo de Melhoria do 1º/2º/2ª/3º BPM de Três Barras fica instituído por esta lei. A arrecadação terá como principal fonte a contribuição, mediante pagamento de documento de arrecadação, confeccionado pelo 1º/2º/2ª/3º BPM de Três Barras, que será entregue, por empresa contratada ou pela própria Organização Polícia Militar, obedecendo aos preceitos legais, junto aos estabelecimentos bancários, comerciais e industriais do Município de Três Barras, de forma que seja possível a sua identificação no boleto e que contenha a opção de não realizar o seu recolhimento, devendo ainda constar uma orientação de que o boleto é uma contribuição, portanto a mesma é facultativa;

Art. 3º. Os recursos do Fundo de Melhoria serão empregados exclusivamente no Município de Três Barras, para reequipamento, aquisição de material permanente, de consumo, combustível, alimentação, armamento, cursos militares e civis, serviços específicos de ordem geral e demais despesas necessárias à manutenção da atividade policial militar.

Art. 4º. Poderão agregar à conta bancária do Fundo de Melhoria as seguintes fontes e recursos:

- a. Auxílios, subvenções, doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas, destinados ao 1º/2º/2ª/3º BPM de Três Barras;
- b. Recursos decorrentes de alienação de material e/ou bens e equipamentos;
- c. Juros bancários e renda de capital provenientes de imobilizações ou aplicações financeiras do Fundo de Melhoria;
- d. Recursos oriundos de convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres ou de qualquer natureza, destinados ao Fundo de Melhoria;
- e. Multas oriundas do Poder de Polícia e do Direito Tributário;

Art. 5º. Os recursos financeiros arrecadados serão depositados na Agência do Banco do Brasil S.A. do Município, em conta corrente intitulada "Fumpom – Organização Policial de Três Barras", sendo movimentada conforme necessidade da OPM, ou com previsão no plano de aplicação;

Art. 6º. - O Fumpom será administrado pelo Comandante da Organização Policial Militar, supervisionado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. - O Fumpom fica vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a qual compete todos os atos necessários à administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros;

Art. 8º. - Na aplicação dos recursos do Fumpom, será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente;

Art. 9º. - Os bens adquiridos com esses recursos serão incorporados ao patrimônio do Município de Três Barras e destinados ao uso da OPM de três Barras por CESSÃO DE USO, podendo, a critério da municipalidade, ser doados para o patrimônio da Polícia Militar.

Art. 10. - Para a realização das receitas do FUMPOM, previstas no artigo 2º, fica instituída a emissão de boleto, este de caráter de pagamento não obrigatório, ficando o valor a ser definido pelo estabelecimento que realizará o pagamento.

Art. 11. - Os valores arrecadados serão utilizados após a apresentação pelo Comandante da Organização Policial Militar, do Plano de Aplicação Anual ao Conselho Gestor do Convênio, composto pelos seguintes membros:

- a. Prefeito Municipal;
- b. Sargento Comandante da Organização Policial Militar sediada em Três Barras;
- c. Secretário Municipal de Administração;

Art. 12. - Da aplicação dos recursos será feita a prestação de contas conforme a legislação vigente.

Art. 13. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, em 22 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 22 de agosto de 2016.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 532 DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 532 DE 27 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a Senhora ROSEMARI CASTRO, matrícula 190551.01, de suas funções no cargo de ASSESSOR, PC 08 quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de julho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 536 DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 536 DE 27 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido], LUIZ GUSTAVO PEREIRA, matrícula 661821.01, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, nomeado em 23 de novembro de 2015, através da portaria 457/2015, cargo de CUIDADOR, carga horária 200:00 horas mês, lotado na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de julho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 537 DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 537 DE 27 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] a senhora ELIANE MARIA SCREPEC, matrícula 9997.06, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, nomeada em 26 de fevereiro de 2004, através da portaria 042/2004, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de julho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 538 DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 538 DE 27 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido], GABRIELLI PEREIRA CASTILHO, matrícula 656704.02, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, nomeada em 23 de novembro de 2015, através da portaria 453/2015, cargo de CUIDADOR, carga horária 200:00 horas mês, lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de julho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 539 DE 27 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 539 DE 27 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor ODAIR JOSÉ KRYSZYK, matrícula 667790.01, para exercer suas funções no cargo de ASSESSOR, PC 08, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de julho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 541 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 541 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] a senhora IRENE FRANCISCA KANZLER BUENO, matrícula 616915.01, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, concursada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, nomeada em 22 de fevereiro de 2016, cargo de PROFESSOR carga horária 100:00 horas mês, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 542 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 542 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o Senhor CARLOS EDUARDO VIEIRA, matrícula 168440.01, de suas funções no cargo de COORDENADOR DA DEFESA CIVIL – PC 03. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 543 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 543 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor DANIEL DA CRUZ JUNIOR, matrícula 168769.03, para exercer suas funções no cargo de COORDENADOR DA DEFESA CIVIL – PC 03. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 544 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 544 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora DEISY DA CRUZ, matrícula 667820.01, para exercer suas funções no cargo de CUIDADOR, 200:00 horas mensais, aprovada através do Concurso Público Edital 001/2015, decreto 4.547 de 03 de novembro de 2015, cumprindo-as nas dependências do Lar São Francisco. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 545 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 545 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido], a Senhora JOELMA PAZDA, matrícula 113255.06, de suas funções no cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 546 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 546 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias do servidor MAURICIO DE PAULA, matrícula 158771.01, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de pessoal temporários desta prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias que se trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 23/02/2015 a 22/02/2016, cujo gozo teve início 27/07/2016.

O saldo de férias devido ao servidor totaliza em 25 (vinte e cinco) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da Lei Complementar nº 138/2010

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 551 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 551 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a Senhora VANESSA MARTINI VIESTEL TCHAICKA, matrícula 666890.01, de suas funções no cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 552 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 552 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor LUIZ SERGIO BECKER DOS SANTOS JUNIOR, matrícula 667994.01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, para exercer suas funções no cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 558 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 558 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o Senhor JOÃO LUCIANO FERRAZ, matrícula 152498.02, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, de suas funções no cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 559 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 559 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor LEONEL MACEDO, matrícula 107778.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 560 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 560 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora MARIZETE DO CARMO WALTER, matrícula 83208.15, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 561 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 561 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora ELENICE APARECIDA SCHIMOSKI ALVES MACIEL, matrícula 176931.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE ESCOLA – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 562 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 562 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora MARIZETE DO CARMO WALTER, matrícula 83208.16, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 563 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 563 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora VANESSA MARTINI VIESTEL TCHAICKA, matrícula 666890.02, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, para exercer suas funções no cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 564 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 564 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor LEONEL MACEDO, matrícula 107778.02, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, para exercer suas funções no cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 565 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 565 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias da servidora SILVIA DOS SANTOS, matrícula 85685.02, cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal efetivos desta prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias que se trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 11/03/2014 a 10/03/2015, cujo gozo teve início 08/08/2016.

O saldo de férias devido ao servidor totaliza em 29 (vinte e nove) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da Lei Complementar nº 138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 568 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 568 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o senhor DANIEL DA CRUZ, matrícula 8966-4, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer as funções no cargo de Secretario – PC 01. Lotado na Secretaria de Administração deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 569 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 569 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a senhora SANDRA HELENA PEREIRA MACHADO, matrícula 141917-3, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer as funções no cargo de Assessor – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar de 08 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 570 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 570 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a senhora CLARICE APARECIDA MACIEL NUNES CAVALHEIRO, matrícula 3646-24, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer as funções no cargo de Assessor – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 571 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 571 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a senhora JOELMA PAZDA, matrícula 113255-7, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer as funções no cargo de Secretário Adjunto – PC 05. Lotada na Secretaria de Assistência Social Emprego e Renda deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 572 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº. 572 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

TRANSFERIR o Servidor GERSON LUIS LESCOVITZ, matrícula 4820-11, cargo de SECRETÁRIO – PC 01, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para prestar seus serviços na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de Agosto de 2016

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 573 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 573 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora GEGLIOLA APARECIDA TRISNOSKI MARTINS, matrícula 662100-1, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário Adjunto – PC 05. Lotada na Secretaria de Administração deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 574 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 574 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a senhora GEGLIOLA APARECIDA TRISNOSKI MARTINS, matrícula 662100-2, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO – PC 01. Lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 541/2016**

PORTARIA N. 541 DE 22 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

EXONERAR o senhor JOÃO RUBENS DOBROCHINSKI, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete da Presidência, Padrão PC-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 23 de Agosto de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 22 de Agosto de 2016.

JOEL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 23 de Agosto de 2016.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 57-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 5/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Constitui objeto do presente Pregão Presencial a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de assistência à saúde através de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial, com acomodação coletiva (enfermaria), e cobertura em todo território nacional de urgência e emergência, compreendendo atendimento ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, estabelecidos nos incisos do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, a ser efetuado em rede própria ou credenciada da CONTRATADA, para os servidores ativos, inativos do Município de Treze Tílias/SC, seus dependentes, na forma e condições descritas no Anexo I deste Edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h15 min do dia 05/09/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO TP 56/2016 TP

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 58/2016 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para revitalização asfáltica em C.A.U.Q na Rua Videira, e recapeamento asfáltico em C.A.U.Q na Rua Tirol, no município de Treze Tílias - SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 09/09/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1812/2016

DECRETO Nº1812/2016, DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

ESTABELECE NOVO CRONOGRAMA DE ACOES PARA IMPLEMENTACAO DO PLANO DE IMPLANTACAO DOS PROCEDIMENTOS CONTABEIS PATRIMONIAIS, EM ATENDIMENTO AS DETERMINACOES DA PORTATRIA – STN Nº 548 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis, e com o objetivo de orientar e dar apoio a gestão patrimonial na forma estabelecida no art. 51, Lei Complementar n 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO o atendimento das determinações do inciso II, do art. 1º da Portaria – STN nº 184/2008, para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação;

CONSIDERANDO a observância obrigatória por todos os entes da Federação dos prazos finais de implantação dos procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, conforme disposto no art. 13 da Portaria-STN nº 634/2013.

CONSIDERANDO as determinações da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que dispõe sobre os prazos limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas a consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual;

CONSIDERANDO proporcionar maior transparência sobre as contas públicas;

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabelecer o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, conforme anexo I.

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto, serão adotados com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: este decreto abrangerá os procedimentos contábeis de ambos os poderes deste município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 24 de agosto de 2016.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado
e publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ADEQUAÇÕES AOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Procedimento	Ações	Situação	Prazo
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			01/01/2022
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	O Município não possui Regime Próprio de Previdência.	Não se aplica	-
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	Já estão sendo devidamente contabilizados, exceto os ajustes para perdas.	Em andamento	01/01/2019
4 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas	Já estão sendo devidamente contabilizados, exceto os ajustes para perdas.	Em andamento	Imediato

5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Já estão sendo devidamente contabilizados	Executado	01/01/2021
6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	Parcialmente iniciado, sendo contabilizados débitos de decisões judiciais transitadas em julgado	Em andamento	01/01/2021
7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação a redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Já estão sendo devidamente contabilizados	Executado	01/01/2021
8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação a redução ao valor recuperável		Não iniciado	01/01/2024
9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação a redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP E MCASP)		Não iniciado	01/01/2024
10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Já estão sendo devidamente contabilizados	Em andamento	01/01/2021
11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex 13 salário, férias, ECT.)	Já estão sendo devidamente contabilizados	Em andamento	01/01/2019
12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Não se aplica	-	-
13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Já estão sendo devidamente contabilizados	Em andamento	01/01/2016
15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.		Não iniciado	01/01/2022
16 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.		Não iniciado	01/01/2021
17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques		Não iniciado	01/01/2023

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 127/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 98/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016

Processo de Compra Nº.: 127/2016

Pregão Presencial nº: 98/2016

Registro de Preços nº: 20/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de Peças e materiais destinadas na manutenção dos veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 8h do dia 06 de setembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC., 23 de Agosto de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3204/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.204, De 22 de agosto de 2016.

“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 44/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando o Processo Licitatório n. 44/2016 ter restado fracassado,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 44/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de agosto de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3205/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.205, de 23 de agosto de 2016.

Concede prorrogação de Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 163., da Lei Complementar Municipal n.º 093, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou seja, até dia 21 de outubro de 2016, à Licença Gestante da servidora pública Municipal FERNANDA SIMONATO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de agosto de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 190/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 190/2016

Data de assinatura: 16/08/2016

Processo de Licitação: 59/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: SABRINA CISCON MAGAGNIN CAMBRUZZI

CNPJ/CPF: 049.273.219-16

Objeto fornecimento parcelado de serviços de arbitragem e mesário para torneios e campeonatos

Valor Global: R\$ 4.800,00

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.222/16

DECRETO Nº 13.222/16, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Cede Servidor Municipal à Secretaria de Estado da Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 227, da Lei Complementar nº 129/12, bem como, nos Processos Administrativos nº 9774/2015, 6561/2015 e no Memorando nº 675/SAU,

RESOLVE

Ceder, com ônus para a origem, em caráter precário, a contar de 26 de abril de 2016 até 26 de abril de 2018, a servidora ANDREA APARECIDA BERTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, à Secretaria do Estado de Saúde, para exercício junto a 9ª Gerência Regional de Saúde do Município de Videira.

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de abril de 2016.

Videira, 19 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.223/16

DECRETO Nº 13.223/16, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando que o Secretário de Turismo e Cultura estará em gozo de férias no período de 18 de agosto à 07 de outubro de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, no período de 18 de agosto de 2016 até 07 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 18 de agosto de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0298/16

Extrato do Contrato n. 0298/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA SCHULTZ
CPF: 007.019.019-42
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DAISY NICE UGOLINI RIGO AFASTADA PARA ATUAR COMO ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR II
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 06 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0314/16

Extrato do Contrato n. 0314/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLEIVANIA PELIM
CPF: 004.742.479-61
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 31 de janeiro de 2017
FUNÇÃO: ENFERMEIRA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.572,06 (três mil, quinhentos e setenta e dois reais e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0317/16

Extrato do Contrato n. 0317/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA DE SOUZA
CPF: 022.131.839-96
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO QUE INDUZ A AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 06 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0318/16

Extrato do Contrato n. 0318/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CAROLINE COSTA LOPES

CPF: 076.816.109-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDIMENTO A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.360,10 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0085/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0085/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0201/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE RIGO TOMAZI

CPF: 053.717.109-65

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 08 de agosto de 2016.

PORTARIA Nº 0663/16

PORTARIA Nº 0663/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00002/14-5, nos assentos funcionais da servidora ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL, detentora da matrícula funcional nº 903, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 14.767/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL, detentora da matrícula funcional nº 903 e do cargo de provimento efetivo de Professora, pelo período de 10 (dez) anos, 06 (seis) meses e 0 (zero) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00002/14-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0664/16

PORTARIA nº 0664/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 9787/2016, nomeada pela Portaria nº 0457/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 06 de setembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 9787/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de setembro de 2016.

Videira, 22 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0665/16

PORTARIA nº 0665/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11153/2016, nomeada pela Portaria nº 0492/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 30 de agosto de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11153/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de agosto de 2016.

Videira, 22 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0666/16

PORTARIA Nº 0666/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00051/16-2, nos assentos funcionais da servidora ZENAIDE MEISTERLIN, detentora da matrícula funcional nº 3108, e do cargo de provimento efetivo de Zelador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 14.841/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, ZENAIDE MEISTERLIN, detentora da matrícula funcional nº 3108 e do cargo de provimento efetivo de Zelador, pelo período de 11 (onze) anos, 11 (onze) meses e 23 (vinte e três) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00051/16-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 14/2016-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2016 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do

julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, restando vencedora a empresa LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI - EPP por apresentar o menor preço de R\$ 13.725,00 (treze mil setecentos e vinte e cinco reais). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 23 de Agosto de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2016 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica INCLUÍDO o Fundo Municipal de Assistência Social como órgão participante e ALTERADO o quantitativo dos itens 08, 09, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 44, 45, 46, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76 e 77 do edital referente ao Pregão Presencial nº 92/2016 - PMV, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE JOGOS EDUCATIVOS E MATERIAIS ESPECIALIZADOS (PSICOLÓGICOS, FONOAUDIÓLOGOS E PSICOPEDAGÓGICOS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). A referida alteração implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário proposta, entretanto, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 15 de setembro de 2016 às 09:00:00h, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 016/2016**

PORTARIA Nº 017/2016

Concede Adicional de Titulação a Servidora JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTU.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Conceder adicional de titulação a servidora JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTU, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assessora Jurídica, Nível V, nos termos do Processos Administrativo nº 001/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, produzindo seus efeitos a partir do mês de agosto de 2016.

Videira (SC), 23 de agosto de 2016.

RAFAEL BALESTRIN

Presidente

MARCELO KUMM

Vice-Presidente

CHRISTIANE ZIMMER
1ª Secretária

PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016

Concede Adicional de Titulação a Servidora JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTU.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Conceder adicional de titulação a servidora JULIANA APARECIDA MUNARETTO CANTU, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assessora Jurídica, Nível V, nos termos do Processos Administrativo nº 001/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, produzindo seus efeitos a partir do mês de agosto de 2016.

Videira (SC), 23 de agosto de 2016.

RAFAEL BALESTRIN	MARCELO KUMM
Presidente	Vice-Presidente

CHRISTIANE ZIMMER
1ª Secretária

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 038/2016

Processo de Licitação 038/2016

Modalidade: Pregão 022/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 05 de setembro de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 24 de agosto de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0077/2016, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Conserto do Veículo Micro-ônibus placa MKJ 6655, incluindo peças e mão de obra. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 08/09/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 19/08/2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO ADITIVOS AO PROCESSO Nº 0013/2016

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0013/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Casa de Carnes Alemão Ltda EPP

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar.

Fica prorrogado o prazo de vigência do processo para até 30/09/2016, contados a partir de 31/08/2016.

Fica aditado o valor de R\$ 13.850,00, que corresponde em 25% dos itens vencidos pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 2º Aditivo ao Processo nº 0013/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: N.N Comercio de Produtos Ltda

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar.

Fica prorrogado o prazo de vigência do processo para até 30/09/2016, contados a partir de 31/08/2016.

Fica aditado o valor de R\$ 2.892,50, que corresponde em 25% do item 77 vencido pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 3º Aditivo ao Processo nº 0013/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Dental Xan Com. De Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar.

Fica prorrogado o prazo de vigência do processo para até 30/09/2016, contados a partir de 31/08/2016.

Fica aditado o valor de R\$ 14.952,43 que corresponde em 25% dos itens vencidos pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 4º Aditivo ao Processo nº 0013/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Marcelo Canello ME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar.

Fica prorrogado o prazo de vigência do processo para até 30/09/2016, contados a partir de 31/08/2016.

Fica aditado o valor de R\$ 19.127,54 que corresponde em 25% dos itens vencidos pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 5º Aditivo ao Processo nº 0013/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Mercado Ka & Ka Ltda

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar.

Fica prorrogado o prazo de vigência do processo para até 30/09/2016, contados a partir de 31/08/2016.

Fica aditado o valor de R\$ 28.331,26 que corresponde em 25% dos itens vencidos pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de Agosto de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0064/2016

Extrato de Contrato nº 0064/2016

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Locador: Ademir Luiz Possamai

Objeto: Locação de 01 apartamento mobiliado para acomodar uma médica do Programa Mais Médico do Governo Federal.

Valor mensal do aluguel R\$ 1.299,00 e R\$ 120,00 de condomínio.

Prazo: 12 meses

Xanxerê-SC, 22 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH -AJG 285/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº RH - AJG 285/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E TRANSPORTE ESCOLAR.

ADEMIR JOSÉ GAPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/06.

RESOLVE

DESIGNAR a partir de 23.08.2016 a Funcionária Pública Municipal, a Sra. MICHELLE GARBOZZA ZUCCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município de Xanxerê – SC., portador (a) da CI nº 4.739.595 e CPF nº 008.803.759-22, para desempenhar

atividades de Fiscalização do Transporte Coletivo e Transporte Escolar, junto a Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços, com quarenta (40) horas semanais.

Para fazer frente às despesas desta designação, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 23 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 287/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 287/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº HW 047/2000.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei HW 1.775/91

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº HW 047/2000 da Servidora Pública Municipal a Sra. NEIDE MARY RECH, brasileira, divorciada, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 2.422.139, e CPF nº 251.165.099-15, nomeada conforme Decreto nº JB 399/94, com quarenta (40) horas semanais, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 23 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG Nº 286/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG Nº 286/2016

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC,

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei nº HW 1.775/91 Art. 77.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, 30 (trinta) dias de férias a partir de 22.08.2016 a 20.09.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. GILVANIA DA SILVA GAVENDA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 4.164.606 e CPF nº 006.125.929-28 nomeada conforme Decreto nº BLB 130/11 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais.

O deferimento atende ao requerimento datado de 22.08.2016

Esta Portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar as férias a partir de 22.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 23 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029/2016

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0129/2016 – Dispensa de Licitação nº 0029/2016

O Município de Xanxerê-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Locação de 01 apartamento mobiliado para acomodar uma médica do Programa Mais Médicos do Governo Federal, no valor mensal de R\$ 1.299,00 de aluguel e R\$ 120,00 de condomínio, de propriedade do Sr. Ademir Luiz Possamai, pelo prazo de 12 meses. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X. Xanxerê/SC, 22 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 043/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 043/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E ENGENHARIA Nº 003/2016

ERRATA.

Na publicação do dia 11/08/2016, referente à Tomada de Preços Nº 003/2016, para Contratação de uma Obra de Engenharia para Construção do Centro de Eventos, Edificação com Estrutura e Cobertura de 2.235,76 m², localizada na Rua Alceu Bortoli, Parque Municipal do Município de Zortéa, onde se lê na data da abertura do Certame: "31 de Outubro de 2016". Leia-se: "31 de Agosto de 2016".

Zortéa, SC, 22 de Agosto de 2016.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL.

Associações

AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO N. 08 DE 2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08 de 2016.

CONTRATADA: NORDT SOLUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.914.355/0001-54.

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de engenharia, arquitetura e/ou topografia em municípios filiados à CONTRATANTE, abrangendo:

1. O desenvolvimento de serviços topográficos para levantamento planialtimétrico de vias (logradouros) municipais urbanas e/ou rurais, incluindo cadastro de interferências, com finalidade de elaboração de projetos de urbanização, incluindo drenagem, pavimentação, calçadas e sinalização, bem como para As Built de execuções para apoio e controle de fiscalizações;
2. Desenvolvimento de serviços topográficos para levantamento planialtimétrico cadastral de terrenos, glebas e/ou quadras municipais urbanas e/ou rurais, para fins de regularizações fundiárias, projetos de equipamentos urbanos, fins sociais e outros afins de interesse da comunidade;
3. Fornecimento de equipe de topografia para serviços diversos em agrimensura, como locações, verificações, demarcações e outros afins;
4. Implantação de marcos georreferenciados em vias e áreas públicas urbanas e/ou rurais.

VALOR E CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS: Pelos serviços descritos, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, no máximo, a quantia global de R\$ 110.920,00 (cento e dez mil e novecentos e vinte reais). A estimativa da discriminação do valor referente a cada objeto deste Contrato encontra-se na tabela abaixo:

Discriminação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário (R\$/unidade)	Preço Total (R\$)
OBJETO 01	20.000m	Metros lineares de vias (logradouros)	2,50/m	50.000,00
OBJETO 02	8 unid.	Área até 0,3 Ha	1.360,00/unid.	10.880,00
	25.000m²	Área de 0,3 Ha a 1 Ha	0,44/m²	11.000,00
	60.000m²	Área superior a 1 Ha	0,32/m²	19.200,00
OBJETO 03	10 diárias	Diária de equipe de topografia	1.360,00/diária	13.600,00
OBJETO 04	12 pontos	Pontos adicionais acima de 2 (dois) pontos	520,00/ponto	6.240,00
Total				110.920,00

Os pagamentos deverão ser efetuados mensalmente, conforme as medições aferidas dos serviços prestados naquele mês, após a devida aprovação pela CONTRATANTE e mediante a apresentação de Nota Fiscal, bem como de relatório de quantificação dos serviços executados e aprovados pela fiscalização.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência pelo prazo determinado de 08 (oito) meses, iniciando seus efeitos na data de assinatura do presente Termo e encerrando na data de 17/02/2017, podendo ser renovado por necessidade através de Termo Aditivo, mediante a vontade expressa das partes.

ALTERAÇÕES: Este contrato poderá ser alterado, sempre através de Termo Aditivo.

Itajaí /SC, 17 de junho de 2016.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO N. 09 DE 2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09 de 2016.

CONTRATADA: ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.347.435/0001-20.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a realização de Projetos Executivos de Engenharia Viária, no Município de Navegantes, necessários à reprogramação com ampliação de meta para a utilização do saldo residual do contrato CT 0400737-78 – Pró-Transporte – FGTS – Navegantes/SC, tendo em vista a Lei Municipal de Navegantes nº 3.115, de 25 de julho de 2016, e atendendo aos objetivos estatutários da CONTRATANTE, conforme a listagem de ruas abaixo e a respectiva extensão:

Nome da rua	Extensão
Rua Aristides da Silva - Trecho 2	282m
Rua Augustinho Anacleto	168m
Serv. Honorato J. Nunes	141m
Beco SD 01	29m

Rua Maria Anacleto	64m
Rua Leonilda Cidral Couto	100m
Trav. Rosane Cardoso Corrêa	79m
Rua Salvio José Mateus	96m
Rua Nilsa Vieira Francisco	49m
Beco Geni Dias	30m
Rua Carlos Mayer	228m
Rua Valdecir Sacavem	158m
Rua Pref. Domingos Angelino Regis	157m
Rua Pref. João José Fagundes	152m
Rua João Denir Benassi e Rua Orlando Ferreira	319m
Travessa Bornhausen	628m
Rua Irineu Torquato e Serv. Manoel dos Santos	91m
Beco s/ Denominação 90070	62m
Rua Adolfo Cabral Júnior	766m
Rua Gervásio de Souza	904m
Rua Antônio Vicente dos Passos Filho	351m
Rua Ver. Thimóteo Goes Rebello	324m
Rua Prof. Francisco José Barón	672m
Total	5.850 m

VALOR E CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS: Para a execução dos serviços inerentes ao objeto deste Contrato, será paga à CONTRATADA a importância de R\$ 71.575,00 (setenta e um mil e quinhentos e setenta e cinco reais). Os pagamentos deverão obedecer ao cronograma físico-financeiro disposto no quadro abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO (R\$)	%	VALOR A SER PAGO AO FIM DO MÊS 01 (R\$)	VALOR A SER PAGO AO FIM DO MÊS 02 (R\$)	VALOR A SER PAGO AO FIM DO MÊS 03 (R\$)
1	Levantamento topográfico	9.100,00	12,71%			
1.1	Levantamento topográfico cadastral	9.100,00	12,71%	3.033,00	3.033,00	3.033,00
2	Projetos Executivos de Engenharia	62.475,00	87,29%			
2.1	Microdrenagem Urbana	23.400,00	32,69%	7.800,00	7.800,00	7.800,00
2.2	Pavimentação Viária Urbana	19.600,00	27,38%	6.533,33	6.533,33	6.533,33
2.3	Passeios com Acessibilidade	2.800,00	3,91%	933,33	933,33	933,33
2.4	Sinalização Viária Urbana	8.775,00	12,26%	2.925,00	2.925,00	2.925,00
2.5	Orçamentos, cronogramas, composições de custo e caderno de especificações técnicas padrão para aprovação na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	7.900,00	11,04%	2.633,33	2.633,33	2.633,33
		71.575,00	100%	23.858,33	23.858,33	23.858,33

FONTE DE RECURSOS: Termo de convênio - PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/AMFRI - NO 001/2016, em consonância com a Lei Municipal de Navegantes nº 3.115, de 25 de julho de 2016.

PRAZO: O prazo para a execução dos serviços é de 03 (três) meses, a contar da data da Ordem de Serviços. O Contrato poderá ser prorrogado mediante vontade expressa das partes, através de Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 15 de agosto de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI

EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO N. 02 DE 2015 - PROJETO INOVAMFRI

DISTRATO AO CONTRATO INOVAMFRI/PS nº 002/2015

Partes: Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI e a empresa AD CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 12.706.820/0001-82.

Objeto: As partes, amigavelmente, concordam entre si, pelo DISTRATO do contrato em questão, a partir de 31 de julho de 2016, sem qualquer ônus para quaisquer das partes. As partes também declaram ter recebido, a tempo, tudo quanto lhes era devido e, portanto, se dá reciprocamente plena, geral e irrevogável quitação, com a extinção do contrato INOVAMFRI/PS nº 002/2015.

Itajaí/SC, 31 de julho de 2016.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 03 DE 2016 - PROJETO INOVAMFRI

Contrato PS/INOVAMFRI/CONVÊNIO SDR nº 03/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO EM LIDERANÇAS PÚBLICAS E OUTRAS AVENÇAS

Contratada: ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DE LIDERANÇAS PÚBLICAS ("CLP"), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 09.512.143/0001-57.

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a adição de 10 (dez) novos alunos ao Curso de Formação de Líderes Públicos, a ser ministrado pela CONTRATADA no âmbito do Projeto INOVAMFRI, pelo qual a CONTRATANTE é responsável.

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato PS/INOVAMFRI/CONVÊNIO SDR nº 03/2016 será prorrogado em 05 (cinco) meses, em razão da extensão do prazo para inscrições, bem como da readequação das etapas do projeto. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/05/2017.

Valor: O valor complementar total para que seja realizada a adição de 10 (dez) alunos ao Curso de Formação de Líderes Públicos é de R\$ 80.853,70 (oitenta mil e oitocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos). Assim, o valor complementar por aluno será de R\$ 8.085,37 (oito mil e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

Pagamento: O pagamento do valor adicional supracitado deverá seguir proporcionalmente o cronograma de pagamentos já firmado no Contrato PS/INOVAMFRI/CONVÊNIO SDR nº 03/2016, vinculando-se à aprovação das entregas às quais se referem, segundo demonstra o quadro abaixo:

Frente e Entrega	Parcela	Valor
2 - Seleção dos Participantes do Curso de Formação de Lideranças Públicas		R\$ 10.106,71 (parcelas 1-4)
2.1.1 - Documento "Critérios de Seleção"	1	R\$ 3.032,01
2.2.1 - Fichas de inscrição	2	R\$ 2.021,34
2.3.1 - Fichas de avaliação por ordem de classificação	3	R\$ 3.032,01
2.4.1 - Relação dos aprovados	4	R\$ 2.021,34
3 - Desenvolvimento do Curso de Formação de Lideranças Públicas		R\$ 70.746,99 (parcelas 5-13)
3.1.1 - Plano de formação do curso	5	R\$ 5.053,36
3.2.1 - Distribuição do material didático	6	R\$ 5.053,36
3.2.2 - Relatório de aplicação do Módulo I	7	R\$ 10.106,71
3.2.3 - Relatório de aplicação do Módulo II	8	R\$ 10.106,71
3.2.4 - Relatório de aplicação do Módulo III	9	R\$ 10.106,71
3.2.5 - Relatório de aplicação do Módulo IV	10	R\$ 10.106,71
3.3.1 - Cerimônia de encerramento	11	R\$ 5.053,36
3.3.2 - Emissão dos certificados de conclusão	12	R\$ 5.053,36
3.3.3 - Relatório de aplicação final	13	R\$ 10.106,71

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 18 de julho de 2016.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 05 DE 2016 - PROJETO INOVAMFRI

Contrato PS/INOVAMFRI/CONVÊNIO SDR nº 05/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MOBILIDADE URBANA E OUTRAS AVENÇAS

Contratada: IDP BRASIL ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.388.055/0001-86.

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a adição de 24 (vinte e quatro) novos alunos ao Curso de Estudo de Caso de Mobilidade Regional ("Caso Barcelona"), a ser ministrado pela CONTRATADA no âmbito do Projeto INOVAMFRI - pelo qual a CONTRATANTE é responsável,

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato PS/INOVAMFRI/CONVÊNIO SDR nº 03/2016 será prorrogado em 05 (cinco) meses, em razão da extensão do prazo para inscrições, bem como da readequação das etapas do projeto. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/05/2017.

Valor: O valor complementar total para a adição de 24 (vinte e quatro) alunos ao Curso de Estudo de Caso de Mobilidade Regional ("Caso Barcelona"), em consonância com o disposto na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, é de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais). Assim, o valor complementar por aluno será de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Pagamento: O pagamento do valor adicional supracitado será realizado em uma única parcela, em até 10 (dez) dias após a assinatura deste Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de agosto de 2016.

AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí Representada por Roberto Carlos de Souza, Presidente

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27 DE 2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 027/2014.

CONTRATADA: LEPADRON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TECNICA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.120.833/0001-50.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Fica a vigência do presente contrato prorrogada até a data de 31/12/2016, podendo ser novamente prorrogada, mediante necessidade e vontade das partes, através de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas não modificadas pelo presente Segundo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 01 de julho de 2016.

Roberto Carlos de Souza
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI

Consórcios

ARIS

ATA DA SESSÃO DO PREGÃO Nº 011/2016

ATA DO PREGÃO N. 11/2016

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de 2016 compareceram na sede da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no endereço constante do rodapé, os membros da equipe de apoio abaixo signatários. Às 14h30minh iniciou-se a Sessão Pública e em seguida abriu-se, sucessivamente, os envelopes nº 01 – Credenciamento, 02 – Proposta de Preços e 03 - Habilitação, os quais foram recebidos na sede da ARIS em Florianópolis pelo funcionário da ARIS, Sr. Luiz Aurélio de Oliveira, conforme recebimento inscrito nos envelopes. Nos envelopes continha: documentação de identificação do representante da empresa Dias Distribuidora de Livros Ltda, o qual foi recebido e rubricado pelo Pregoeiro, restando credenciado para participar da sessão pública do pregão o Sr. Fábio Henrique Gomes de Oliveira, representante da empresa Dias Distribuidora de Livros Ltda CNPJ: 07.341.940/0001/93. Todavia, o mesmo não compareceu a sessão pública aqui tratada. Encerrada a etapa de credenciamento, abriu-se envelope de proposta de preço, o qual foi rubricado pelo pregoeiro. Aberto o envelope, tendo sido apresentada proposta para os itens conforme demonstrativo a seguir:

							Em R\$ 1,00
ITENS	Descrição (TÍTULO,AUTOR,ANO,EDITORIA)				QUANT	VALOR MÁXIMO ESTIMADO TOTAL (R\$)	DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - (valor total R\$)
1	Curso de Direito Administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	2015	Malheiros	1	150	126
2	Contratações Públicas e seu controle	Carlos Ari Sundfeld (Org)	2013		1	54	38,8
3	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	2014	Revista dos Tribunais	1	209	125,1
4	Pregão: (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico)	Marçal Justen Filho	2013	Dialética	1	90	Não Cotado
5	Agências Reguladoras – O Estado de Direito Democrático no Brasil e sua atividade normativa	Marcelo Figueiredo	2005	Malheiros	1	58	41,7
6	Direito Administrativo Brasileiro	Hely Lopes Meirelles	2016	Malheiros	1	160	115
7	Direito Administrativo Moderno	Odete Medauar	2015	RT	1	140	89,2

8	Direito dos Serviços Públicos	Alexandre Santos de Aragão	2013	Forense	1	253	Não Cotado
9	Discrecionariade ad- ministrativa e conceitos legais indeterminados	Andreas J Krell	2013	Livraria do Advogado	1	50	28,9
10	Dos crimes contra a Administração Pública	Antônio Pagliaro	2009	Atlas	1	84	58,1
11	O Estatuto da Cidade – Anotações à Lei nº 10.257 de 10.7.2001	Toshio Mukai	2013	Saraiva	1	95	65,6
12	Improbidade Admi- nistrativa Aspectos Processuais da Lei Nº 8.429/92	Eduardo Arruda Alvim	2013	Atlas	1	89	Não Cotado
13	Manual de Direito Administrativo	Jose dos Santos Carvalho Filho	2015	Atlas	1	132	118,8
14	A Nova Administração Pública e o direito Administrativo – Teoria Geral da Responsabili- dade Civil	Bruno Miragem	2013	Revista dos Tribunais	1	70	46,1
15	Parcerias na Admi- nistração Pública – Concessão – Permissão, franquia, terceirização, ppp e outras formas	Maria Silvy Zanella Di Pietro	2015	Atlas	1	125	86

16	Termo de referência: o impacto da especificação do objeto e o termo de referência na eficácia das licitações e contratos	Jair Eduardo Santana, Tatiana Camarão e Ana Carla Duarte Chrispim	2014	Forum	1	56	33,5
17	Tratado de Direito Constitucional – Vol I	Ives Gandra da Silva Martins, Gilmar Ferreira Mendes e Carlos Vander do Nascimento	2012	Saraiva	1	190	210,6
18	Tratado de Direito Administrativo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais– Vol II	Ives Gandra da Silva Martins, Gilmar Ferreira Mendes e Carlos Vander do Nascimento	2012	Saraiva	1	300	128,7
19	Código Civil e Legislação Civil em vigor	Theotônio Negão e Outros	2016	Saraiva	1	270	200
20	Código de Processo Civil e legislação processual em vigor	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	Ed+ Atual	Revista dos Tribunais	1	400	268,7
21	Curso de Direito Processual Civil – vol I	Humberto Theodoro Júnior	2016	Forense	1	130	100,6
22	Curso de Direito Processual Civil – vol II	Humberto Theodoro Júnior	2016	Forense	1	130	95,2
23	Curso de Direito Processual Civil – vol III	Humberto Theodoro Júnior	2016	Forense	1	130	100,6
24	Direito Civil – vol I	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	73,6
25	Direito Civil – vol II	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	73,6
26	Direito Civil – vol III	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	73,6

27	Direito Civil – vol IV	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	73,6
28	Direito Civil – vol V	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	73,6
29	Direito Civil – vol VIII	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	73,6
30	Constituição Federal Anotada	Uadi Lamego Bulos	2015	Saraiva	1	420	293,7
31	Curso de Direito Constitucional positivo	José Afonso da Silva	2016	Malheiros	1	150	118,6
32	Políticas Públicas e direitos fundamentais	Felipe de Melo Fonte	2015	Saraiva	1	105	70,6
33	Direito Municipal Brasileiro	Hely Lopes Meirelles	2014	Malheiros	1	145	104,2
34	Processo Legislativo Municipal: Teoria, Prática e sistematização de leis e atos normativos	Jair Eduardo Santana e Valério Rodrigues Silva	2015	Jam Jurídica	1	50	Não Cotado
35	Comentários à CLT	Sérgio Pinto Martins	2016	Atlas	1		114,5
36	Ação Popular	Ana Flávia Messa, José Carlos Francisco	2013	Saraiva	1	136	85
37	Agências Reguladoras e a Proteção do Consumidor Brasileiro	Antônio Carlos Efig		jurua	1	50	30,8
38	Comentários à Nova Lei de Mandado de Segurança	Fernando da Fonseca Gajardoni, Márcio Henrique Mendes da Silva, Olavo A. Vianna Alves Ferreira	2009	Metodo	1	76	45,5
39	Concessão de Serviço Público	Fernando Vernalha Guimarães	2014	Saraiva	1	132	82,5
40	Mandado de Segurança – Comentários à Lei 12.016/2009	Bruno Garcia Redondo, Guilherme Peres de Oliveira, Ronaldo Cramer	2009	Método	1	82	49,1

41	Manual Completo de Direito Administrativo	Wander Garcia	2014	Foco Jurídico	1	129	122,5
42	Manual do Mandado de Segurança	Alexandre Freitas Câmara	2014	Atlas	1	99	61,2
43	Regulação do Saneamento Básico	Alceu Castro Galvão Júnior e outros	2013	Manole	1	72,9	53,3
44	O Novo Direito Constitucional Brasileiro: Contribuições para a Construção Teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil	Luiz Roberto Barroso	2012	Forum	1	89	51,5
45	A revisão da concessão do saneamento básico na Lei n. 11.445/07	José Roberto Pimenta Oliveira Augusto Neves Dal Pozzo	2011	Forum	1	75	Não Cotado
46	Obras Públicas: Licitação, contratação, fiscalização e utilização	Cláudio Saurian Altonian	2016	forum	1	156	90,3
47	Controle de Preços nos Contratos Administrativos	Guilherme Ferreira Gomes Luna	2013	forum	1	45	Não Cotado
48	Pareceres de Direito Administrativo	Celso Antonio Bandeira de Mello	2015	Malheiros	1	90	64,7
49	O Direito do Saneamento	Vinicius Marques de Carvalho	2010	Quartier Latin	1	110	88
50	Água e Saneamento Básico - Regimes Jurídicos e Marcos Regulatórios no Ordenamento Brasileiro	Karine Silva Demoliner	2008	Livraria do Advogado	1	59	34,1

51	Regulação Jurídica, Racionalidade Econômica e Saneamento Básico -.	Carlos Emmanuel Joppert	Ed. + Atual	Ed. Renovar	1	75	67,7
52	Dicionário de Saneamento Ambiental	Ariovaldo Nuvolari	2013	Oficina de textos	1	94	62,8
53	Esgoto Sanitário - Coleta, transporte, tratamento e Reúso Agrícola -.	Ariovaldo Nuvolari	2011	Edgard Blucher	1	176	100,1
54	Tarifa nas Concessões	Jacintho de Arruda Camara	2009	Malheiros	1	43	30,9
55	As tarifas e as demais formas de remuneração dos serviços públicos	Aline Paola Camara de Almeida	2009	Lumen Juris	1	65	37,6
56	Usuários de serviços públicos - Usuários, consumidores e aspectos econômicos	Cesar A Guimaraes Pereira	2ª edição	Saraiva	1	239	149,3
57	Direito das Concessões de Serviços Públicos - Inteligência da Lei 8.987/95	Egon Bockmann Moreira	2010	Malheiros	1	85	61,1
58	O poder normativo das agencias reguladoras	Alexandre Santos de Aragão (coord)	2011	Forense	1	167	100
59	Solução de controvérsias pelas agencias reguladoras	Luiz Ricardo Trindade Bacellar	2009	Lumen Juris	1	59	Não Cotado
60	Controle das agências reguladoras	Lucas de Souza Lehfeld	2008	Atlas	1	139	Não Cotado

61	Função normativa e agencias reguladoras	Rodrigo Santos Neves	2009	Lumen Juris	1	55	31,8
62	Manual das licitações e contratos administrativos - inclui a lei 8.666/93 anotada	Luciano Dalvi	2012	Contemplar	1	269	179,9
63	Dispensa e inexigibilidade de licitação publica	Joel de Menezes Niebhur -	2015	Forum	1	115	66,5
64	Licitação pública e contrato administrativo	Col. Joel de Menezes Niebhur	2015	Forum	1	100	132
65	Convênios e Consórcios Públicos - gestão teoria e prática	Pedro Durão	4ª edição	Jurua	1	90	54,2
66	Licitação e Contrato Administrativo, estudos, pareceres e comentários	Antonio Carlos Cintra Amaral	2010	Forum	1	65	Não Cotado
67	Controle da Atividade administrativa pelo tribunal de contas na constituição de 1988	Julio Cesar Magalhães de Araujo	2010	Jurua	1	160	98,9
68	Manual prático de controle interno na administração publica municipal - Apresentando modelos de procedimentos, rotinas, instruções normativas, decretos, portarias	Milton Mendes Botelho -	2014	Jurua	1	90	55,6

69	Direito Ambiental Brasileiro	Paulo Affonso Lemes Machado	2016	Malheiros	1	220	158,1
70	Consórcios Públicos	Gustavo Justino de Oliveira e Odete Medauar	Ed. + atual	RT	1	43	Não Cotado
71	Improbidade administrativa	Emerson Garcia e Rogerio Pacheco Alves	2014	Lumen Juris	1	246	142,4
72	Comentários a Lei de Responsabilidade fiscal	Carlos Vander do Nascimento e Ives Gandra da Silva	2014	Saraiva	1	307	191,8
73	Licitações e Contratos Administrativos - uma visão atual à luz dos tribunais de contas	Eduardo Arruda Alvim e outros	2006	Jurua	1	100	61,7
74	Comentários a Leis das PPPs, dos Consórcios públicos e das organizações sociais	Ivan Barbosa Rigolin	2008	Saraiva	1	123	76,1
75	Direito do saneamento - Introdução À Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico	Luiz Henrique Antunes Alochio	2ª edição	Milennium	1	70	45,4
76	Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras: Coleção Direito Regulatório	Coordenador Marcos Jurue-na Vilela Souto	2ª edição	Lumen juris	1	50	Não Cotado
77	Contratos Públicos e Direito Administrativo	Carlos Ari Sundfeld e outros	2015	Malheiros	1	98	70,4
78	Consórcios públicos	José dos Santos Carvalho Filho	2013	Atlas	1	70	46,1
79	Agências Reguladoras	Paulo Roberto Ferreira Motta	2003	Manole	1	74	Não Cotado

80	Parcerias Público-Privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004	Coord. Marçal Justen Filho	2015	RT	1	130	77,8
81	Dicionário Prático de Regência Nominal – Nova Ortografia	Celso Pedro Luft	Ed. + atual	Ática	1	77,5	64,7
82	Dicionário Prático de Regência Nominal – Nova Ortografia	Celso Pedro Luft	Ed. + atual	Ática	1	75,3	64,7
83	Processo administrativo	Sérgio Ferraz e Adilson Abreu Dallari	Ed. + atual	Malheiros	1	97	69,7
84	Comentários à Constituição do Brasil	J Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes e outros	Ed. + atual	Saraiva	1	305	228,1
85	Comentários a Lei das Licitações e contratações da administração pública	Jesse Torres Pereira Jr	Ed +atual	Saraiva	1	215	136,5
86	Contratos administrativos: Franquia, concessão, permissão e ppp	Cristiana Fortini	Ed; + atual	Atlas	1	59	Não Cotado
87	Curso de Direito Constitucional	Paulo Bonavides	2016	Malheiros	1	165	118,6
88	Curso de Direito Constitucional	Manoel Gonçalves Ferreira Filho	2015	Saraiva	1	130	91,8
89	Improbidade administrativa	Emerson Garcia, Rogerio Alves Pacheco	2014	Saraiva	1	230	153,7
90	Direitos Fundamentais, orçamento e reserva do possível	Ingo W Salet e Luciano Benetti Timm	2013	Livraria do Advogado	1	109	62

91	Processo administrativo disciplinar	Romeu Felipe Bacellar Filho	2013	Saraiva	1	168	105
92	Direito Tributário Brasileiro	Luciano Amaro	2016	Saraiva	1	150	93,7
93	Região Metropolitana e seu regime constitucional	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano	2009	Verbatim	1	50	34,8
94	Tutela Jurídica dos Mananciais	Andrão Gustavo de Almeida Geraldês	2004	Juarez de Oliveira	1	36	Não Cotado
95	Vocabulário Jurídico	Plácido & Silva	2014	Forense	1	268	160,5
96	Manual Completo de Direito Civil	Wander Garcia	2014	Foco Jurídico	1	129	122,5
97	Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Arnaldo Jardim e Outros	2012	Manole	1	160	107,7
98	Saneamento, Saúde e Ambiente	Arlindo Felipe Jr	2004	Manole	1	156	116,4
99	Gestão Estratégica do Saneamento	Ari Haros Jr	2011	Manole	1	81	54,1
100	Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada 2ª edição, revista e ampl. 1ª reimp.	Carmem Lucia Antunes Rocha e outros	2009	Forum	1	97	Não Cotado
101	Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo	Augusto Neves Dal Pozzo e Outros (coord)	2013	Forum	1	168	Não Cotado
102	Água - Métodos e Tecnologia de Tratamentos	Carlos A Richter	2009	Blucher	1	101,9	57,4

103	Tratamento de Águas de Abastecimento	Celia Alves	2012	Publindustria	1	152	Não Cotado
104	Tratamento de Lodos de Estações de Tratamento de Água	Carlos A Richter	2007	Blucher	1	54	30,7
105	Drenagem urbana e Controle de Enchentes	Aluisio Pardo Canholli	2015	Oficina de Textos	1	115	76,9
106	Drenagem Urbana: Do projeto tradicional à sustentabilidade	Miguez Gomes e Outros	2015	Campus	1	75	65,9
107	Orçamento e Contabilidade Pública	Deusval do Carvalho	Ed. + Atual	Elsevier	1	175	Não Cotado
108	Manual de Auditoria Ambiental	Emilio Lebre La Rovere	2008	Qualitymark	1	40	33,3
109	Resíduos Sólidos: Teoria, Jurisprudência, legislação e Prática	J B Torres de Albuquerque	2012	Independente	1	240	Não Cotado
110	Resíduos Sólidos e Responsabilidade Civil Pós-Consumo	Patricia Fagas Iglecias Lemos	2014	RT	1	96	57,5
111	Resíduos Sólidos Urbanos	Paulo Nascimento Neto	2013	Atlas	1	75	49,4
112	Comentários à Lei dos Resíduos Sólidos	Suely Mara Vaz Guimaraes de Araujo	2011	Pillares	1	56	37,5
113	Controle da Atividade Normativa das Agências Reguladoras	Luiz Eduardo Diniz Araujo	2013	Synergia Editora	1	66	45
114	Controle da Legitimidade da Atividade Normativa	Henrique Ribeiro Cardoso	2010	Lumen Juris	1	75	43,1

115	Teoria Geral do Novo Processo Civil	Candido Rangel Dinamarco	2016	Malheiros	1	55	39,5
116	Licitações e Contratos Administrativos	Flávio Amaral Garcia	2016	Malheiros	1	135	97
117	Consórcios Públicos - Uma Nova Perspectiva Jurídica-Política	Ciro Di Benatti Galvão	2015	Lumen Juris	1	100	57,5
118	Registro de preços - análise da lei nº 8.666/93, do decreto federal nº 7.892/13 e de outros atos normativos (atualizado conforme o decreto nº 8.250/14) -	Cristiana Fortini	2014	Forum	1	69	39,6
119	Vade-Mécum de licitações e contratos - 6ª edição - revista, atualizada e ampliada - coleção jacoby de direito público - vol. 8	Jorge Ulisses jacoby Fernandes	2013	Forum	1	390	281,7
120	Concessões	Florian de Azevedo Marques Neto	2015	Forum	1	159	79,9
121	Direito público em evolução: estudos em homenagem à professora odete medauar	Vitor Rhein Schirato e Outros	2013	Forum	1	165	Não Cotado
122	Comentários as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas aos Setor Público	Alex Borges, Marcelo Bernardino Araújo, Vilson Vendramin Júnior	Ed. + atual	IOB Folhamatic ebs SAGE	1	113	Não Cotado

123	Contabilidade Pública de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Daiane Pias Machado; Jozi Cristiane da Costa Quaresma Quintana; Alexandre Costa, Roselaine da Cruz Mendes	Ed. + atual	Atlas	1	75	57,3
124	Contabilidade Pública na Gestão Municipal	Nilton de Aquino Andrade	Ed. + atual	Atlas	1	110	Não Cotado
125	Parcerias Público-Privadas – Reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004 - Livro impresso e digital	Organizador: Marçal Justen Filho e outros	Ed. + atual	Revistas dos Tribunais - RT	1	130	77,8
126	Dicionário Analógico da Língua Portuguesa	Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	Ed. + atual	Lexikon Editora Digital	1	88	59,5
127	Dicionário de Sinônimos	Antenor Nascentes	Ed. + atual	Lexikon Editora Digita	1	49	43,4
128	Auditoria Interna Operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas	Cláudio Cordeiro	Ed + atual	Atlas	1	66	Não Cotado
129	Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada	Flávio da Cruz; Adauto Viccari Júnior; José Osvaldo Glock; Nelio Herzmann e Rosângela Tremel	Ed + atual	Atlas	1	113	82,9
130	Curso de Direito Tributário Brasileiro	Sacha Calmon Navarro Côelho	2015	Forense	1	180	Não Cotado

131	A3: Metodologia de avaliação e Construção de Indicadores	Marinilza Bruno de Carvalho	2009	Ciência Moderna	1	36,4	22,1
132	Processo Administrativo e suas espécies	N.N Costa	2003	Forense	1	69	Não Cotado
133	Prática do Processo Administrativo	José Cretella Júnior	2011	Revista dos Tribunais	1	48	Não Cotado
134	Gestão de Obras Públicas	Elisamara Godoy Montalvão	2009	IBPEX	1	55	Não Cotado
135	Teoria Geral das Concessões de Serviço Público	Marçal Justen Filho	2003	Dialética	1	90	Não Cotado
136	Concessões de Serviços Públicos – a Equação Econômico-Financeira do Contrato	Eugenia Cristina Cleto Marolla	2011	Verbatim	1	44	Não Cotado
137	Direito Administrativo das Concessões	Marcos Juruena Villela Souto	Ed. + atual	Lumen Juris	1	105	Não Cotado
138	Concessões, Permissões e Privatizações de Serviços Públicos	Toshio Mukai	2007	Saraiva	1	70	65,6
139	Eficácia nas Concessões, Permissões e Parcerias	Carlos Pinto Coelho Motta	2011	Del Rey	1	130	77,8
140	O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos, das Parcerias Público-Privadas	Benjamin Zymler e Guilherme Henrique de La Rocque	Ed + Atual	Forum	1	96	55,2
141	Matemática Financeira e Suas Aplicações	Alexandre Assaf Neto	Ed+ Atual	Livraria Saraiva	1	109,9	98,1

142	Microeconomia: Uma abordagem Moderna	Hal R. Varian	Ed+ Atual	Livraria Saraiva	1	179,9	119,5
143	Macroeconomia	Olivier Blanchard	Ed+ Atual	Livraria Saraiva	1	147,1	115
144	Estatística Aplicada- administração, Economia e Negócios- Inclui DVD-ROM (em inglês)	Noreen R. Sharpe	ED+ Atual	Livraria Saraiva	1	209,7	139,5
145	Contabilidade de Custos Fácil	Osni Moura Ribeiro	ED+ Atual	Livraria Saraiva	1	50,4	45
146	Fluxo de Caixa. A visão da Tesouraria e da Controladoria	Carlos Alexandre Sá	ED+ Atual	Livraria Saraiva	1	95,4	66,2
147	Hidráulica e Hidrometria Aplicada(com Software aplicativo Hidron para Cálculo)	Dr. Alvaro José Back	ED+ Atual	amiranet	1	150	Não Cotado
148	2- Bacia hidrográficas: Classificação e Caracterização Física(com software aplicativo Hidro Bacias para Cálculos)	Dr. Alvaro José Back	ED+ Atual	amiranet	1	120	Não Cotado

149	3- Chuvas intensas e chuva para dimensionamento de estruturas de drenagem para o Estado de Santa Catarina(com software aplicativo hidrochuSC para cálculos)	Dr. Alvaro José Back	ED+ Atual	amiranet	1	120	Não Cotado
150	Coleção Tecnológicas em Tratamento de Água Seleção de Tecnologias de Tratamento de Água Volumes 1 e 2	Autores: Luiz Di Bernardo e outros	ED+ Atual	ABES	1	392	Não Cotado
151	Tratamento de Esgotos Domésticos- 7ª Edição	Eduardo Pacheco Jordão e Constantino Arruda Pessoa	ED+ Atual	ABES	1	110	Não Cotado
152	Sistemas de Abastecimento de Água: Dimensionamento Econômico 3ª edição		ED+ Atual	ABES	1	100	Não Cotado
153	Lodos de Fossa e Tanque Séptico: Orientações para Definição de Alternativas de Gestão e Destinação Organizadores	Eraldo Henrique de Carvalho & Cleverson V. Andreoli	ED+ Atual	ABES	1	50	Não Cotado
154	Tratamentos de Lodos de Estações de Águas	Carlos A. Richter	ED+Atual	Editora: Edgard Blücher ABES	1	49	Não Cotado

155	Tratabilidade de Água e dos Resíduos Gerados em ETA's	Luiz di Bernardo, Angela Di Bernardo e Paulo E. N. Voltan		Editora: LDiBe	1	100	Não Cotado
				ABES			
156	Métodos e Princípios Básicos. Aplicados Calibração de Hidrômetros	José Geraldo Quintão Senra	ED+Atual	Editora: CSO Gráfica e Editora	1	59	Não Cotado
				ABES			
157	Água, Micromedicação e perdas	Antonio Linus Rech	ED+Atual	Editora: SCOR-TECCI	1	36,25	Não Cotado
158	Coleta e Transporte de Esgotos Sanitário- 3ª Edição	Milton Tsutiya & Pedro Sobrinho	ED+Atual	ABES	1	50	Não Cotado
				SP			
159	Disposição Oceânica de Esg. Sanitários	Fernando Botafogo & Amarílio de Souza	ED+Atual	ABES	1	49	Não Cotado
160	Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reuso	Ariovaldo Nuvolari(coord)	ED+Atual	Editora: Edgard Blücher	1	160	100,1
				ABES			
161	Lagoas de Estabilização: projeto e operação	Erik Kellner & Eduardo Cleto	ED+Atual	ABES	1	43	Não Cotado
162	Perdas de Água: Tecnologias de Controle	Saulo de Tarso M Bezerra e Peter Cheung	ED+Atual	Editora: UFPD	1	90	Não Cotado
				ABES			
163	Hidráulica Aplicada às Estações de Tratamento de Água	Marcos Rocha Vianna	ED+Atual	ABES	1	140	Não Cotado
164	Direito e economia política na regulação de serviços públicos	Diogo R. Coutinho	ED+Atual	Saraiva	1	63	39,3
165	Manual Completo de Contabilidade pública	Deusvaldo Carvalho/ Márcio Ceccato	3ª ed. 2015	Ed: Impetus	1	169	96,1
166	Contabilidade Tributária	Láudio Camargo Fabretti	ED+Atual	Atlas	1	121	79,7

167	Manual de Contabilidade Societária	Eliseu Martins/Ernesto Rubens Gelbcke/Ariovaldo dos Santos/Sérgio de Iudícibus	ED+Atual	Atlas	1	322	212,1
168	Estrutura e Análise de Balanços	Alexandre Assaf Neto	ED+Atual	Atlas	1	106	83,6
169	Arbitragem Estudos sobre a Lei 13.129, de 26/05/2016	Alexandre Freire/Thiago Rodovalho/ Francisco José Cahali	ED+Atual	ED. Saraiva	1	159	99,3
170	Box Código Civil e Legislação em Vigor	Negrão, Theotônio/ Bondioli, Luis Guilherme Aidar/ Gouvêa, José Roberto Ferreira/Fonseca, João Francisco Naves Da	ED+Atual	Ed. Saraiva	1	535,5	371,8
171	Código Civil Comentado	Cleyson de Moraes Mello/ Freitas Bastos	ED+Atual	Ed. Manole	1	298	196,3
172	Código Civil e Legislação Civil em Vigor	Theotônio Negrão	ED+Atual	ED. Saraiva	1	334	208,7
173	Código de Processo Civil e Legislação em vigor	Negrão, Theotônio/ Bondioli, Luis Guilherme Aidar/ Gouvêa, José Roberto Ferreira/Fonseca, João Francisco Naves Da	ED+Atual	ED. Saraiva	1	399	249,3
174	Comentários ao Novo Código de Processo Civil	Cabral, Antonio do Passo/ Gramer, Ronaldo Forense	ED+Atual	Ed. Forense	1	259	167,1
175	Novo Código de Processo Civil- Anotado	Humberto Theodoro Junior, Forense	ED+Atual	Ed. Forense	1	299	179,1

176	Novo Código de Processo Civil- comentado.	Marioni,Luiz Guilharne/	ED+Atual	RT	1	448	268,3
		Arenhart, Sérgio Cruz/Mitidiero,					
		Daniel					
177	Novo Código de Processo Civil- Comentado.	Joé MiguelGarcia Medina	ED+Atual	RT	1	390	233,6
178	Direito Administrativo Sancionador	Fábio Medina Osório	5º Edição	RT	1	120	71,8
179	Curso de Direito Administrativo	Marçal Juste, Filho	12º Edição	RT	1	199	Não Cotado
180	Direito Administrativo Brasileiro	Hey Lopes Meireles	42º Edição	Malheiros	1	160	115
181	Tratado de Responsabilidade Civil- Doutrina e Jurisprudência	Rui Stoco	10º Edição	RT	1	595	356,4
182	Parcerias Público- Privadas Reflexões sobre os 10 anos da Lei	Marçal Justen Filho e Rafael Walbach	ED+Atual	Ed. Saraiva	1	130	81,2
183	Licitações para Contratação de serviços continuados ou não. A terceirização na Administração Pública	Sidney Bittencourt	2015	Ed. Matrix	1	95	Não Cotado
184	Política Nacional de Resíduos Sólidos. O direito dos novos tempos	Ana Paula Maciel Costa Kalil	2015	ED.Juruá	1	59	37
185	Contratos Administrativos	José Anacleto Abduch Santos	2015	Fórum	1	80	45,5

o pregoeiro realizou a avaliação quanto à aceitabilidade preliminar da proposta, restando à proposta classificada para a etapa de lances. Considerando apenas uma empresa participante do certame, a etapa de lances restou prejudicada, passando-se à fase de negociação, a qual também restou prejudicada, pois o representante da empresa não estava presente. Considerando que os preços ofertados estão de acordo com o preço praticado no mercado, o pregoeiro declarou o licitante vencedor do certame, desde que atendessem às exigências de habilitação. Passou-se à fase de habilitação, o pregoeiro abriu o envelope contendo os documentos da empresa Dias Distribuidora de Livros

Ltda. O envelope foi rubricado e aberto em seguida, sendo realizada a validação dos documentos apresentados. O pregoeiro constatou o cumprimento de todos os requisitos da habilitação, ante a apresentação de todos os documentos exigidos, todos eles dentro do prazo de validade. O pregoeiro realizou a habilitação da empresa Dias Distribuidora de Livros Ltda CNPJ:07.341.940/0001-93 e o declarou vencedor do certame. Finalmente, foi o objeto adjudicado em favor da empresa Dias Distribuidora de Livros Ltda CNPJ:07.341.940/0001-93, no valor unitário conforme demonstrativo acima. O pregoeiro deu por encerrada a sessão pública, da qual constam as assinaturas dos presentes.

Luiz Aurélio de Oliveira
Pregoeiro

Alexandre Lima Grams
Apoio

Ricardo Francisco Pitta
Apoio

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016 - PREGÃO Nº 011/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016

Processo Licitatório nº 71/2016
Pregão nº 011/2016

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de 2016, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 011/2016, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 011/2016 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preço da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de livros, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA (CNPJ n. 07.341.940/0001-93), localizada na AVENIDA CLARA NUNES, 39 – RENASCENÇA – BELO HORIZONTE – MG - CEP 31130-680.

1.2. Preços registrados:

Em R\$ 1,00

ITEM	Descrição (TÍTULO, AUTOR, ANO, EDITORA)				QUANT	VALOR MAXIMO ESTIMADO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO ESTIMADO TOTAL (R\$)	DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - (valor unitário R\$)	DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - (valor total R\$)
1	Curso de Direito Administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	2015	Malheiros	1	150	150	126	126
2	Contratações Públicas e seu controle	Carlos Ari Sundfeld (Org)	2013		1	54	54	38,8	38,8
3	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	2014	Revista dos Tribunais	1	209	209	125,1	125,1
5	Agências Reguladoras – O Estado de Direito Democrático no Brasil e sua atividade normativa	Marcelo Figueiredo	2005	Malheiros	1	58	58	41,7	41,7
6	Direito Administrativo Brasileiro	Hely Lopes Meirelles	2016	Malheiros	1	160	160	115	115

7	Direito Administrativo Moderno	Odete Medauar	2015	RT	1	140	140	89,2	89,2
9	Discricionariedade administrativa e conceitos legais indeterminados	Andreas J Krell	2013	Livraria do Advogado	1	50	50	28,9	28,9
10	Dos crimes contra a Administração Pública	Antônio Pagliaro	2009	Atlas	1	84	84	58,1	58,1
11	O Estatuto da Cidade – Anotações à Lei nº 10.257 de 10.7.2001	Toshio Mukai	2013	Saraiva	1	95	95	65,6	65,6
13	Manual de Direito Administrativo	Jose dos Santos Carvalho Filho	2015	Atlas	1	132	132	118,8	118,8
14	A Nova Administração Pública e o direito Administrativo – Teoria Geral da Responsabilidade Civil	Bruno Miragem	2013	Revista dos Tribunais	1	70	70	46,1	46,1
15	Parcerias na Administração Pública – Concessão – Permissão, franquia, terceirização, ppp e outras formas	Maria Silvy Zanella Di Pietro	2015	Atlas	1	125	125	86	86
16	Termo de referência: o impacto da especificação do objeto e o termo de referência na eficácia das licitações e contratos	Jair Eduardo Santana, Tatiana Camarão e Ana Carla Duarte Chrispim	2014	Forum	1	56	56	33,5	33,5
17	Tratado de Direito Constitucional – Vol I	Ives Gandra da Silva Martins, Gilmar Ferreira Mendes e Carlos Vander do Nascimento	2012	Saraiva	1	190	190	210,6	210,6

18	Tratado de Direito Administrativo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais- Vol II	Ives Gandra da Silva Martins, Gilmar Ferreira Mendes e Carlos Vander do Nascimento	2012	Saraiva	1	300	300	128,7	128,7
19	Código Civil e Legislação Civil em vigor	Theotônio Negão e Outros	2016	Saraiva	1	270	270	200	200
20	Código de Processo Civil e legislação processual em vigor	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	Ed+ Atual	Revista dos Tribunais	1	400	400	268,7	268,7
21	Curso de Direito Processual Civil – vol I	Humberto Theodoro Júnior	2016	Forense	1	130	130	100,6	100,6
22	Curso de Direito Processual Civil – vol II	Humberto Theodoro Júnior	2016	Forense	1	130	130	95,2	95,2
23	Curso de Direito Processual Civil – vol III	Humberto Theodoro Júnior	2016	Forense	1	130	130	100,6	100,6
24	Direito Civil – vol I	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	107	73,6	73,6
25	Direito Civil – vol II	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	107	73,6	73,6
26	Direito Civil – vol III	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	107	73,6	73,6
27	Direito Civil – vol IV	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	107	73,6	73,6
28	Direito Civil – vol V	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	107	73,6	73,6
29	Direito Civil – vol VIII	Silvio Venosa	2016	Atlas	1	107	107	73,6	73,6
30	Constituição Federal Anotada	Uadi Lamego Bulos	2015	Saraiva	1	420	420	293,7	293,7
31	Curso de Direito Constitucional positivo	José Afonso da Silva	2016	Malheiros	1	150	150	118,6	118,6
32	Políticas Públicas e direitos fundamentais	Felipe de Melo Fonte	2015	Saraiva	1	105	105	70,6	70,6
33	Direito Municipal Brasileiro	Hely Lopes Meirelles	2014	Malheiros	1	145	145	104,2	104,2
35	Comentários à CLT	Sérgio Pinto Martins	2016	Atlas	1			114,5	114,5

36	Ação Popular	Ana Flávia Messa, José Carlos Francisco	2013	Saraiva	1	136	136	85	85
37	Agências Reguladoras e a Proteção do Consumidor Brasileiro	Antônio Carlos Efig		jurua	1	50	50	30,8	30,8
38	Comentários à Nova Lei de Mandado de Segurança	Fernando da Fonseca Gajardoni, Márcio Henrique Mendes da Silva, Olavo A. Vianna Alves Ferreira	2009	Metodo	1	76	76	45,5	45,5
39	Concessão de Serviço Público	Fernando Verna-lha Guimarães	2014	Saraiva	1	132	132	82,5	82,5
40	Mandado de Segurança – Comentários à Lei 12.016/2009	Bruno Garcia Redondo, Guilherme Peres de Oliveira, Ronaldo Cramer	2009	Método	1	82	82	49,1	49,1
41	Manual Completo de Direito Administrativo	Wander Garcia	2014	Foco Jurídico	1	129	129	122,5	122,5
42	Manual do Mandado de Segurança	Alexandre Freitas Câmara	2014	Atlas	1	99	99	61,2	61,2
43	Regulação do Saneamento Básico	Alceu Castro Galvão Júnior e outros	2013	Manole	1	72,9	72,9	53,3	53,3
44	O Novo Direito Constitucional Brasileiro: Contribuições para a Construção Teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil	Luiz Roberto Barroso	2012	Forum	1	89	89	51,5	51,5
46	Obras Públicas: Licitação, contratação, fiscalização e utilização	Cláudio Saurian Altonian	2016	forum	1	156	156	90,3	90,3

48	Pareceres de Direito Administrativo	Celso Antonio Bandeira de Mello	2015	Malheiros	1	90	90	64,7	64,7
49	O Direito do Saneamento	Vinicius Marques de Carvalho	2010	Quartier Latin	1	110	110	88	88
50	Água e Saneamento Básico - Regimes Jurídicos e Marcos Regulatórios no Ordenamento Brasileiro	Karine Silva Demoliner	2008	Livraria do Advogado	1	59	59	34,1	34,1
51	Regulação Jurídica, Racionalidade Econômica e Saneamento Básico -.	Carlos Emmanuel Joppert	Ed. + Atual	Ed. Renovar	1	75	75	67,7	67,7
52	Dicionário de Saneamento Ambiental	Ariovaldo Nuvolari	2013	Oficina de textos	1	94	94	62,8	62,8
53	Esgoto Sanitário - Coleta, transporte, tratamento e Reúso Agrícola -.	Ariovaldo Nuvolari	2011	Edgard Blucher	1	176	176	100,1	100,1
54	Tarifa nas Concessões	Jacinto de Arruda Camara	2009	Malheiros	1	43	43	30,9	30,9
55	As tarifas e as demais formas de remuneração dos serviços públicos	Aline Paola Camara de Almeida	2009	Lumen Juris	1	65	65	37,6	37,6
56	Usuários de serviços públicos - Usuários, consumidores e aspectos econômicos	Cesar A Guimaraes Pereira	2ª edição	Saraiva	1	239	239	149,3	149,3
57	Direito das Concessões de Serviços Públicos - Inteligência da Lei 8.987/95	Egon Bockmann Moreira	2010	Malheiros	1	85	85	61,1	61,1

58	O poder normativo das agencias reguladoras	Alexandre Santos de Aragão (coord)	2011	Forense	1	167	167	100	100
61	Função normativa e agencias reguladoras	Rodrigo Santos Neves	2009	Lumen Juris	1	55	55	31,8	31,8
62	Manual das licitações e contratos administrativos - inclui a lei 8.666/93 anotada	Luciano Dalvi	2012	Contemplar	1	269	269	179,9	179,9
63	Dispensa e inexigibilidade de licitação publica	Joel de Menezes Niebhur -	2015	Forum	1	115	115	66,5	66,5
64	Licitação pública e contrato administrativo	Col. Joel de Menezes Niebhur	2015	Forum	1	100	100	132	132
65	Convênios e Consórcios Públicos - gestão teoria e prática	Pedro Durão	4ª edição	Jurua	1	90	90	54,2	54,2
67	Controle da Atividade administrativa pelo tribunal de contas na constituição de 1988	Julio Cesar Magalhães de Araujo	2010	Jurua	1	160	160	98,9	98,9
68	Manual prático de controle interno na administração publica municipal - Apresentando modelos de procedimentos, rotinas, instruções normativas, decretos, portarias	Milton Mendes Botelho -	2014	Jurua	1	90	90	55,6	55,6
69	Direito Ambiental Brasileiro	Paulo Affonso Lemes Machado	2016	Malheiros	1	220	220	158,1	158,1

71	Improbidade administrativa	Emerson Garcia e Rogerio Pacheco Alves	2014	Lumen Juris	1	246	246	142,4	142,4
72	Comentários a Lei de Responsabilidade fiscal	Carlos Vander do Nascimetro e Ives Gandra da Silva	2014	Saraiva	1	307	307	191,8	191,8
73	Licitações e Contratos Administrativos - uma visão atual à luz dos tribunais de contas	Eduardo Arruda Alvim e outros	2006	Jurua	1	100	100	61,7	61,7
74	Comentários a Leis das PPPs, dos Consórcios públicos e das organizações sociais	Ivan Barbosa Rigolin	2008	Saraiva	1	123	123	76,1	76,1
75	Direito do saneamento - Introdução À Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico	Luiz Henrique Antunes Alochio	2ª edição	Milennium	1	70	70	45,4	45,4
77	Contratos Públicos e Direito Administrativo	Carlos Ari Sundfeld e outros	2015	Malheiros	1	98	98	70,4	70,4
78	Consórcios públicos	José dos Santos Carvalho Filho	2013	Atlas	1	70	70	46,1	46,1
80	Parcerias Público-Privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004	Coord. Marçal Justen Filho	2015	RT	1	130	130	77,8	77,8
81	Dicionário Prático de Regência Nominal – Nova Ortografia	Celso Pedro Luft	Ed. + atual	Ática	1	77,5	77,5	64,7	64,7
82	Dicionário Prático de Regência Nominal – Nova Ortografia	Celso Pedro Luft	Ed. + atual	Ática	1	75,3	75,3	64,7	64,7

83	Processo administrativo	Sérgio Ferraz e Adilson Abreu Dallari	Ed. + atual	Malheiros	1	97	97	69,7	69,7
84	Comentários à Constituição do Brasil	J Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes e outros	Ed. + atual	Saraiva	1	305	305	228,1	228,1
85	Comentários a Lei das Licitações e contratações da administração pública	Jesse Torres Pereira Jr	Ed +atual	Saraiva	1	215	215	136,5	136,5
87	Curso de Direito Constitucional	Paulo Bonavides	2016	Malheiros	1	165	165	118,6	118,6
88	Curso de Direito Constitucional	Manoel Gonçalves Ferreira Filho	2015	Saraiva	1	130	130	91,8	91,8
89	Improbidade administrativa	Emerson Garcia, Rogerio Alves Pacheco	2014	Saraiva	1	230	230	153,7	153,7
90	Direitos Fundamentais, orçamento e reserva do possível	Ingo W Salet e Luciano Benetti Timm	2013	Livraria do Advogado	1	109	109	62	62
91	Processo administrativo disciplinar	Romeu Felipe Bacellar Filho	2013	Saraiva	1	168	168	105	105
92	Direito Tributário Brasileiro	Luciano Amaro	2016	Saraiva	1	150	150	93,7	93,7
93	Região Metropolitana e seu regime constitucional	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano	2009	Verbatim	1	50	50	34,8	34,8
95	Vocabulário Jurídico	Plácido & Silva	2014	Forense	1	268	268	160,5	160,5
96	Manual Completo de Direito Civil	Wander Garcia	2014	Foco Jurídico	1	129	129	122,5	122,5
97	Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Arnaldo Jardim e Outros	2012	Manole	1	160	160	107,7	107,7

98	Saneamento, Saúde e Ambiente	Arlindo Felipe Jr	2004	Manole	1	156	156	116,4	116,4
99	Gestão Estratégica do Saneamento	Ari Haros Jr	2011	Manole	1	81	81	54,1	54,1
102	Água - Métodos e Tecnologia de Tratamentos	Carlos A Richter	2009	Blucher	1	101,9	101,9	57,4	57,4
104	Tratamento de Lodos de Estações de Tratamento de Água	Carlos A Richter	2007	Blucher	1	54	54	30,7	30,7
105	Drenagem urbana e Controle de Enchentes	Aluisio Pardo Canholli	2015	Oficina de Textos	1	115	115	76,9	76,9
106	Drenagem Urbana: Do projeto tradicional à sustentabilidade	Miguez Gomes e Outros	2015	Campus	1	75	75	65,9	65,9
		do Carvalho							
108	Manual de Auditoria Ambiental	Emilio Lebre La Rovere	2008	Qualitymark	1	40	40	33,3	33,3
	legislação e Prática								
110	Resíduos Sólidos e Responsabilidade Civil Pós-Consumo	Patricia Fagas Iglecias Lemos	2014	RT	1	96	96	57,5	57,5
111	Resíduos Sólidos Urbanos	Paulo Nascimento Neto	2013	Atlas	1	75	75	49,4	49,4
112	Comentários à Lei dos Resíduos Sólidos	Suely Mara Vaz Guimaraes de Araujo	2011	Pillares	1	56	56	37,5	37,5
113	Controle da Atividade Normativa das Agências Reguladoras	Luiz Eduardo Diniz Araujo	2013	Synergia Editora	1	66	66	45	45
114	Controle da Legitimidade da Atividade Normativa	Henrique Ribeiro Cardoso	2010	Lumen Juris	1	75	75	43,1	43,1

115	Teoria Geral do Novo Processo Civil	Candido Rangel Dinamarco	2016	Malheiros	1	55	55	39,5	39,5
116	Licitações e Contratos Administrativos	Flávio Amaral Garcia	2016	Malheiros	1	135	135	97	97
117	Consórcios Públicos - Uma Nova Perspectiva Jurídica-Política	Ciro Di Benatti Galvão	2015	Lumen Juris	1	100	100	57,5	57,5
118	Registro de preços - análise da lei nº 8.666/93, do decreto federal nº 7.892/13 e de outros atos normativos (atualizado conforme o decreto nº 8.250/14) -	Cristiana Fortini	2014	Forum	1	69	69	39,6	39,6
119	Vade-Mécum de licitações e contratos - 6ª edição - revista, atualizada e ampliada - coleção jacoby de direito público - vol. 8	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	2013	Forum	1	390	390	281,7	281,7
120	Concessões	Florianio de Azevedo Marques Neto	2015	Forum	1	159	159	79,9	79,9
123	Contabilidade Pública de acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Daiane Pias Machado; Jozi Cristiane da Costa Quaresma Quintana; Alexandre Costa, Roselaine da Cruz Mendes	Ed. + atual	Atlas	1	75	75	57,3	57,3

125	Parcerias Público-Privadas – Reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004 - Livro impresso e digital	Organizador: Marçal Justen Filho e outros	Ed. + atual	Revistas dos Tribunais - RT	1	130	130	77,8	77,8
126	Dicionário Analógico da Língua Portuguesa	Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	Ed. + atual	Lexikon Editora Digital	1	88	88	59,5	59,5
127	Dicionário de Sinônimos	Antenor Nascentes	Ed. + atual	Lexikon Editora Digital	1	49	49	43,4	43,4
129	Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada	Flávio da Cruz; Adauto Viccari Júnior; José Osvaldo Glock; Nelio Hermann e Rosangela Tremel	Ed + atual	Atlas	1	113	113	82,9	82,9
131	A3: Metodologia de avaliação e Construção de Indicadores	Marinilza Bruno de Carvalho	2009	Ciência Moderna	1	36,4	36,4	22,1	22,1
138	Concessões, Permissões e Privatizações de Serviços Públicos	Toshio Mukai	2007	Saraiva	1	70	70	65,6	65,6
139	Eficácia nas Concessões, Permissões e Parcerias	Carlos Pinto Coelho Motta	2011	Del Rey	1	130	130	77,8	77,8
140	O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos, das Parcerias Público-Privadas	Benjamin Zymmler e Guilherme Henrique de La Rocque	Ed + Atual	Forum	1	96	96	55,2	55,2
141	Matemática Financeira e Suas Aplicações	Alexandre Assaf Neto	Ed+ Atual	Livraria Saraiva	1	109,9	109,9	98,1	98,1

142	Microeconomia: Uma abordagem Moderna	Hal R. Varian	Ed+ Atual	Livraria Saraiva	1	179,9	179,9	119,5	119,5
143	Macroeconomia	Olivier Blanchard	Ed+ Atual	Livraria Saraiva	1	147,1	147,1	115	115
144	Estatística Aplicada- administração, Economia e Negócios- Inclui DVD-ROM (em inglês)	Norean R. Sharpe	ED+ Atual	Livraria Saraiva	1	209,7	209,7	139,5	139,5
145	Contabilidade de Custos Fácil	Osni Moura Ribeiro	ED+ Atual	Livraria Saraiva	1	50,4	50,4	45	45
146	Fluxo de Caixa. A visão da Tesouraria e da Controladoria	Carlos Alexandre Sá	ED+ Atual	Livraria Saraiva	1	95,4	95,4	66,2	66,2
160	Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reuso	Ariovaldo Nuvolari(coord)	ED+Atual	Editora: Edgard Blücher	1	160	160	100,1	100,1
				ABES					
				ABES					
164	Direito e economia política na regulação de serviços públicos	Diogo R. Coutinho	ED+Atual	Saraiva	1	63	63	39,3	39,3
165	Manual Completo de Contabilidade pública	Deusvaldo Carvalho/ Márcio Ceccato	3ª ed. 2015	Ed: Impetus	1	169	169	96,1	96,1
166	Contabilidade Tributária	Láudio Camargo Fabretti	ED+Atual	Atlas	1	121	121	79,7	79,7
167	Manual de Contabilidade Societária	Eliseu Martins/ Ernesto Rubens Gelbcke/Ariovaldo dos Santos/Sérgio de Iudícibus	ED+Atual	Atlas	1	322	322	212,1	212,1
168	Estrutura e Análise de Balanços	Alexandre Assaf Neto	ED+Atual	Atlas	1	106	106	83,6	83,6
169	Arbitragem Estudos sobre a Lei 13.129, de 26/05/2016	Alexandre Freire/ Thiago Rodovalho/ Francisco José Cahali	ED+Atual	ED. Saraiva	1	159	159	99,3	99,3

170	Box Código Civil e Legislação em Vigor	Negrão, Theotônio/ Bondioli, Luis Guilherme Aídar/ Gouvêa, José Roberto Ferreira/ Fonseca, João Francisco Naves Da	ED+Atual	Ed. Saraiva	1	535,5	535,5	371,8	371,8
171	Código Civil Comentado	Cleyson de Moraes Mello/ Freitas Bastos	ED+Atual	Ed. Manole	1	298	298	196,3	196,3
172	Código Civil e Legislação Civil em Vigor	Theotônio Negrão	ED+Atual	ED. Saraiva	1	334	334	208,7	208,7
173	Código de Processo Civil e Legislação em vigor	Negrão, Theotônio/ Bondioli, Luis Guilherme Aídar/ Gouvêa, José Roberto Ferreira/ Fonseca, João Francisco Naves Da	ED+Atual	ED. Saraiva	1	399	399	249,3	249,3
174	Comentários ao Novo Código de Processo Civil	Cabral, Antonio do Passo/Gramer, RonaldoForense	ED+Atual	Ed. Forense	1	259	259	167,1	167,1
175	Novo Código de Processo Civil- Anotado	Humberto Theodoro Junior, Forense	ED+Atual	Ed. Forense	1	299	299	179,1	179,1
176	Novo Código de Processo Civil- comentado.	Marioni, Luiz Gui- lharme/ Arenhart, Sérgio Cruz/Mitidiero, 	ED+Atual	RT	1	448	448	268,3	268,3
177	Novo Código de Processo Civil- Comentado.	Joé Miguel Garcia Medina	ED+Atual	RT	1	390	390	233,6	233,6
178	Direito Administrativo Sancionador	Fábio Medina Osório	5º Edição	RT	1	120	120	71,8	71,8
180	Direito Administrativo Brasileiro	Hey Lopes Mei- reles	42º Edição	Malheiros	1	160	160	115	115

181	Tratado de Responsabilidade Civil- Doutrina e Jurisprudência	Rui Stoco	10º Edição	RT	1	595	595	356,4	356,4
182	Parcerias Público- Privadas Reflexões sobre os 10 anos da Lei	Marçal Justen Filho e Rafael Walbach	ED+Atual	Ed. Saraiva	1	130	130	81,2	81,2
184	Política Nacional de Resíduos Sólidos. O direito dos novos tempos	Ana Paula Maciel Costa Kalil	2015	ED.Juruá	1	59	59	37	37
185	Contratos Administrativos	José Anacleto Abduch Santos	2015	Fórum	1	80	80	45,5	45,5

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 22 de agosto de 2016

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Fábio Henrique Gomes de Oliveira

DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

CIGA

OFÍCIO Nº 020/2016:CONVOCAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DO CIGA

Ofício n.º 020/2016/CIGA Florianópolis, 23 de agosto de 2016.

Prezado Senhor,

Membro da Câmara Técnica de Gestão Tributária do CIGA

Referente: Convocação da Câmara Técnica de Gestão Tributária do CIGA.

Conforme previsto na Resolução CIGA nº 89, de 03 de setembro de 2015, o Diretor Executivo do Consórcio CIGA vem, no uso de suas atribuições, convocar os membros da Câmara Técnica de Gestão Tributária do CIGA para Reunião Ordinária a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC:

Data: 01 de setembro de 2016 (quinta-feira)

Horário: 09h10 às 12h00 e 13:30 às 15:00

Local: Sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, bairro Canto, Florianópolis – SC

Pauta:

- Apresentação do Estágio de Desenvolvimento do Gestão de Notas Eletrônicas do CIGA – DES - Livro Eletrônico;
- Decreto Lei Implantação do novo CNAE (Biguaçu)
- Interpretação diversa pelos municípios do local da prestação de serviços LC116 (CELESC);
- Conjunto de soluções para os gestores incrementarem a arrecadação em 2017 (CIGA/EGEM);

- Casos levantados no SEMAAT (Fiscalização EDUCACENSO e DETRAN);
- Outros assuntos relevantes;

Desde já, contando com vossa presença, subscrevemo-nos,

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2016 - PNEUS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, durante o período de 01 de outubro de 2016 à 31 de março de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 24/08/2016 até às 09:00 horas do dia 06/09/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 06/09/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 06/09/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de agosto de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0031_2016

Resolução n. 0031/2016.

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 01 de agosto de 2016.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 01 de agosto de 2016, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de agosto de 2016.

Elói Rönna
Diretor Executivo

RESOLUÇÃO N. 0031/2016

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0003, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/EMPREGO		01- BIÓLOGO					
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Data Nascimento	Neces. Especial	Pontos Experiência	Pontos Títulos	Total de Pontos
1	3	DANILO SINHEI IHA	09/08/1983	Não	10	20	30
2	24	RENATO LUIS ECKEL	19/08/1978	Não	10	18	28
3	8	IGOR SOARES DE OLIVEIRA	27/05/1980	Não	5	18	23

4	12	KARINE SOUSA CARSTEN BORGES	10/01/1985	Não	0	15	15
5	11	GABRIELA RASTELLI BERMEJO	18/08/1990	Não	0	15	15
6	20	MARCELLA POMARICO UCHOA	27/01/1988	Não	3	10	13
7	9	BEATRIZ FERNANDA CHINCHILLA CARTAGENA	16/09/1977	Não	2	11	13
8	2	EMILI BORTOLON DOS SANTOS	13/02/1991	Não	2	10	12
9	14	ANA PAULLA DE MORAES LOBATO	06/06/1988	Não	0	9	9
10	25	JHULINE FELTRIN	01/03/1991	Não	0	9	9
11	26	HELIANY GOETTEN RIBEIRO	11/07/1978	Não	1	7	8
12	5	JULIANE DAS NEVE DIAS	05/08/1990	Não	0	8	8
13	6	DIANDRA DEQUIGIOVANI	24/12/1991	Não	1	5	6
14	1	LETICIA ALVES RIBEIRO	11/09/1991	Não	0	5	5
15	28	ANDRIELI LUANA MASSAROLO	22/07/1993	Não	1	2	3
16	27	CELSO LUIZ MACIEL JUNIOR	18/06/1986	Não	2	0	2
17	29	TÂNAJARA APARECIDA BOMBASSARO	08/05/1986	Não	0	0	0
CÓDIGO/EMPREGO		02 - GEÓLOGO					
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Data Nascimento	Neces. Especial	Pontos Experiência	Pontos Títulos	Total de Pontos
1	22	VICTOR RIBEIRO CARREIRA	13/12/1984	Não	0	10	10
2	4	HUMBERTO ALVES DA SILVA	25/12/1973	Não	2	5	7
3	17	MAURICIO RIBEIRO LUCINA	31/08/1972	Não	5	0	5
4	18	GABRIELA BESSA	06/12/1992	Não	0	5	5
5	13	TUANY ALESSANDRA RODRIGUES	18/01/1994	Não	0	5	5
6	7	LEANDRO MARQUES FREIRE	21/10/1980	Não	0	1	1
CÓDIGO/EMPREGO		01 - CARTÓGRAFO					
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Data Nascimento	Neces. Especial	Pontos Experiência	Pontos Títulos	Total de Pontos
1	21	CAMILA ZARDO	04/02/1990	Não	4	0	4
CÓDIGO/EMPREGO		04 - GEÓGRAFO					
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Data Nascimento	Neces. Especial	Pontos Experiência	Pontos Títulos	Total de Pontos
1	19	ADRIANA BINOTTO BERTOLDO	14/08/1971	Não	10	18	28
2	10	CARLOS HENRIQUE SOPCHAKI	20/08/1980	Não	0	19	19
3	16	SALOMÉ GARCIA BERNARDES	10/11/1972	Não	7	9	16
4	15	VALDINEI DE ANDRADE	18/04/1978	Não	0	5	5
5	23	JULIANA AUREA UBER	12/02/1990	Não	1	3	4

Fraiburgo, 23 de agosto de 2016.

Elói Rønnau

Diretor Executivo

CIS/AMFRI**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2016

CREDENCIADO: CLÍNICA COMUNIC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.904.792/0001-24.

OBJETO: o CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecida pela Resolução nº 04, de 22 de Julho de 2013, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como na Lei Federal nº 11.107/05, no Decreto Federal nº 6.017/07, na Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e no Edital de Chamamento para Credenciamento deste Consórcio.

O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela a seguir:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (via aéreo-óssea)	02.11.07.004-1	21,00
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23,00
LOGOAUDEMIA (LDV, IRF, LRF)	02.11.07.021-1	26,25
CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00
AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	02.11.07.003-3	20,13
CONSULTA OTORRINOLARINGOLOGISTA	03.01.01.007-2	50,00
REMOÇÃO DE CERUMEN DE CONDUITO AUDITIVO EXTERNO UNI/BILATERAL	04.04.01.027-0	5,63

LOCAL DE ATENDIMENTO: os usuários serão encaminhados pelos municípios integrantes do CIS-AMFRI, quais sejam Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo para serem atendidos pelo CREDENCIADO, mediante o fornecimento de autorização de atendimento a ser expedido pela Secretaria Municipal de Saúde Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde destes municípios.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.080/90, Lei nº 8.666/93, Resolução nº 04, de 22 de Julho de 2013, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como no estabelecido na Lei Federal nº 11.107/05, no Decreto Federal nº 6.017/07 e na Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

DATA DE ASSINATURA: 04.08.2016.

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CITMAR**EXTRATO DO CONTRATO 004 DE 2016 - CITMAR - INSTITUTO ALOUATTA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016

Contratado: o INSTITUTO ALOUATTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 10.574.595/0001-42.

Objeto: É objeto do presente Termo de Cooperação firmado entre as partes a realização da III Fase Roteiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura, que consistirá nos seguintes seguimentos:

I - Atualização dos parceiros do roteiro com suporte de informações das secretarias de turismo dos municípios do CITMAR, incluindo a ativação das mídias sociais do roteiro (Facebook e site);

II – Patrocínio do evento “Rota dos Navegantes” – que consiste em uma caminhada na trilha de Zimbros, com aproximadamente 150 participantes e realização no mês de outubro de 2016 (com data a confirmar). Neste caso, o Instituto Alouatta será responsável pelo planejamento, divulgação, contratação de guias, café, coordenação e execução do evento;

III - Representação da Costa Verde & Mar no ABETA SUMMIT 2016. O Evento irá acontecer entre os dias 6 e 10 de novembro, em Três Coroas RS. Abrange o XIII Encontro Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura e o I Encontro Latino de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Caberá ao Instituto Alouatta fazer a divulgação do roteiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura no referido evento.

Vigência: 07/06/2016 a 20/12/2016, podendo ser renovado de acordo com a vontade das partes mediante Termo Aditivo.

Fundamento Legal: no §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único, da Lei Federal 8.666/93.

Valor: o CITMAR repassará o valor total de R\$ 7.675,00 (sete mil e seiscentos e setenta e cinco reais), em 04 (quatro) parcelas mensais no valor de R\$ 1.918,75 (mil e novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) cada uma.

Itajaí/SC, 07 de junho de 2016.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR